Ana Paula de Andrea Dametto

Jardins Históricos Públicos

Uma proposta metodológica para apreender o "espírito do lugar"

volume 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Tese de Doutorado

JARDINS HISTÓRICOS PÚBLICOS:
Uma proposta metodológica para apreender o "espírito do lugar"

Ana Paula de Andrea Dametto

Pelotas, 2024

Ana Paula de Andrea Dametto

JARDINS HISTÓRICOS PÚBLICOS:
Uma proposta metodológica para apreender o "espírito do lugar"

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural

Orientador: Sidney Gonçalves Vieira
Coorientadora: Ana Paula Neto de Faria

v. 1

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

D157j Dametto, Ana Paula de Andrea

Jardins históricos públicos [recurso eletrônico] : uma proposta metodológica para apreender o “espírito do Lugar” / Ana Paula de Andrea Dametto ; Sidney Gonçalves Vieira, orientador ; Ana Paula Neto de Faria, coorientadora. — Pelotas, 2024.
2 v. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Jardim Histórico. 2. Arquitetura da Paisagem. 3. Metodologia de caracterização. I. Vieira, Sidney Gonçalves, orient. II. Faria, Ana Paula Neto de, coorient. III. Título.

CDD 712.6

Elaborada por Fabiano Domingues Malheiro CRB: 10/1955

JARDINS HISTÓRICOS PÚBLICOS:
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA APREENDER
O ESPÍRITO DO LUGAR

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Data da defesa: 17 de dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira (orientador)
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Rio Claro, SP, Brasil.

Profa. Dra. Ana Paula Neto de Faria (coorientadora)
Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Profa. Dra. Carla Rodrigues Gastaud
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Prof. Dr. Eduardo Rocha
Doutor em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Profa. Dra. Natalia Naoumova
Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni
Doutora em História da Arqueologia pela Universidade do Algarve, Portugal.

Dedico esta tese à minha família, aos meus alunos e colegas de profissão, e às pessoas que acreditam na importância da preservação dos jardins de interesse histórico e cultural.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa iniciou no ano de 2020, período que o mundo parou pela pandemia COVID -19, uma crise sanitária que deixou marcas profundas pela devastação psicológica, sentimentos de tristeza e impotência frente ao problema que parecia não ter solução. A falta de compreensão e sensibilidade de alguns gestores e administradores públicos brasileiros atingiram indivíduos e coletivos que perderam seus familiares por negligência e desrespeito ao ser humano. As relações sociais, de estudo e trabalho passaram a ser realizadas a distância, de modo virtual. Muitos problemas sociais vieram à tona e os espaços abertos ajardinados de uso coletivo foram um escape importante para a manutenção da saúde e bem-estar das pessoas.

Durante esses últimos quatro anos a população mundial tem enfrentado problemas ambientais graves, desajustes climáticos que apontam para uma reflexão profunda sobre a necessidade de observar com cuidado a natureza e agir de maneira mais resiliente e responsável para preservá-la. Além disso, a intolerância e as disputas por territórios e pelo poder tem demonstrado o quanto o homem ainda precisa evoluir em relação as ações que realiza e que são majoritariamente destrutivas. Nessa trajetória de estudos e introspecção para o desenvolvimento desta tese percebi a importância desse trabalho e agradeço todos os dias em poder colaborar um pouquinho neste processo de reconexão com a natureza, de preservação do patrimônio paisagístico, de valorização dos aspectos imateriais e espirituais, almejando um futuro melhor para as próximas gerações.

Agradeço aos meus familiares, especialmente ao meu marido Emerson e meu filho Guilherme, pelo amor, compreensão e apoio emocional ao desenvolvimento desta pesquisa. Aos meus pais Miriam e Cláudio pelo incentivo, exemplo de perseverança e alegria de viver. À minha irmã Carol pela presença alegre e descontraída. À minha gata Luci pela parceria nas extensas horas de estudo, e aos meus gatinhos Laurent e Margot pelo afeto e fofura. Aos amigos que durante a pandemia foram muito presentes na nossa casa, e àqueles que compartilharam conosco momentos de alegria e cumplicidade tornando a vida mais leve. Às nossas funcionárias, Elenara e Arlete, pela dedicação e cuidado com a nossa família.

Agradeço ao meu orientador Sidney Gonçalves Vieira e à minha coorientadora Ana Paula Neto de Faria pelos aportes fundamentais à realização deste trabalho, pela oportunidade de desenvolvimento profissional, e pela compreensão nos momentos de indecisão e fragilidade. Agradeço à colega Tabita Priese Saueressig pelo apoio e colaboração em levantamentos de campo in situ na praça e na apresentação da documentação gráfica da tese. Ao amigo e artista Jérôme Rehel pela pintura a óleo da Praça Coronel Pedro Osório que acabou virando a capa da tese.

Agradeço à Biblioteca Pública de Pelotas e aos seus funcionários pela oportunidade de pesquisa. Aos professores, técnicos e alunos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural que colaboraram ao desenvolvimento deste trabalho, àqueles que participaram de algumas atividades de investigação, doando um pouco do seu tempo à essa pesquisa. Agradecimento especial aos colegas Camila Silveira, Cristiane Miritz, Fernanda Alves, Gicelma Marcello de Avila, Jaime Alberto Bornacelly Castro, Juliana Mohr dos Santos, Mariana Brauner Lobato, e ao meu orientador Sidney Gonçalves Vieira por terem participado da Oficina para apreender o espírito do lugar da Praça Coronel Pedro Osório, Método da Caminhada Dialogada. Agradeço aos colegas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel pela oportunidade em realizar esse aprimoramento profissional, pelo empréstimo de livros e apoio durante a minha ausência e no retorno às atividades após período de afastamento. Agradeço ao pessoal do NEAB (Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira), especialmete aos colegas Aline Montagna da Silveira e Guilherme Pinto de Almeida, pelo acesso ao Acervo Digital e colaboração no processo de investigação histórica. E finalmente agradeço aos membros da banca examinadora pela leitura cuidadosa e aconselhamentos pertinentes.

Agradeço por tudo, pois sem gratidão e o reconhecimento do que precisa ser melhorado não há evolução.

A preservação dos jardins históricos não leva em consideração apenas valores culturais, mas também ambientais, encarando-os como ecossistemas equilibrados, embora artificiais, cujos elementos e equilíbrio devem ser igualmente preservados. Mais importante do que devolver feições já perdidas do projeto original às custas de elementos vivos é reconhecer a preponderância de valores naturais em relação a elementos culturais já perdidos.

Carlos Fernando de Moura Delphim

RESUMO

Esta tese foi desenvolvida com objetivo de elaborar uma metodologia de caracterização voltada aos Jardins Históricos públicos urbanos, paisagens vegetadas de valor cultural, histórico e ambiental em áreas transformadas e humanizadas. Muitos desses jardins são fragmentos de natureza em meio a uma paisagem construída árida e fornecem serviços essenciais à saúde e ao bem-estar das pessoas, através de seus microclimas e espaços de lazer. O tema dos Jardins Históricos foi pouco desenvolvido no meio acadêmico em razão da transdisciplinaridade e dificuldade em integrar as diferentes áreas do conhecimento que constituem o campo da Arquitetura da Paisagem e do Patrimônio Cultural. A etapa inicial do processo do projeto de recuperação de Jardins Históricos exige uma caracterização abrangente, que reúna aspectos advindos de diferentes dimensões, e uma compreensão profunda do objeto estudado. Esta etapa é fundamental para as ações interventivas posteriores. A intenção desta tese foi integrar saberes para elaborar uma abordagem metodológica que contemple os elementos materiais e imateriais do bem cultural e a dimensão humana no processo de observação. Para desenvolver essa metodologia foi necessário compreender o que é um Jardim Histórico no campo do Patrimônio cultural e investigar os modos de fazer jardins que se difundiram através do mundo. Uma revisão de literatura foi necessária para sintetizar as principais características das linhas projetuais presentes no paisagismo brasileiro. Realizou-se uma pesquisa em livros, documentos e inventários da área do Patrimônio Cultural com intuito de identificar elementos a observar no processo de caracterização de um Jardim Histórico público urbano. A fenomenologia da arquitetura e a noção de "espírito do lugar" foram fundamentais à estruturação da metodologia que contempla três escalas de observação. Alguns dos levantamentos propostos na metodologia foram testados e exemplificados. O Jardim Histórico escolhido foi a primeira praça ajardinada da cidade de Pelotas, RS. Foram feitos levantamentos dessa praça considerando os sistemas naturais e antrópicos e as distintas dimensões que influenciaram a sua formação e transformação ao longo do tempo. Os resultados dos levantamentos realizados na praça oportunizaram verificar múltiplas "atmosferas" a depender do que acontecia no lugar, do dia, turno e estação do ano. As atividades sociais e culturais, tanto as cotidianas como as eventuais, que ocorrem nessa praça colaboram para a configuração de distintas "atmosferas". O "espírito do lugar" da Praça Coronel Pedro Osório, não se manteve o mesmo desde a sua criação. Foi se alterando com a passagem do tempo, com as mudanças de comportamento, implementação de novos usos, aspirações e desejos de grupos e coletivos que usufruíram e usufruem de seus jardins. Porém, as permanências, os elementos que se mantiveram desde a sua criação, têm um papel fundamental para a preservação da memória da formação da cidade e para a manutenção de seus valores enquanto bem cultural. A abordagem metodológica fundamentada na observação do espírito do lugar do Jardim Histórico público urbano auxilia a compreender os elementos materiais e imateriais fundamentais à sua preservação. Essa compreensão mais abrangente auxilia na construção de diretrizes projetuais nas intervenções paisagísticas nesses sítios de interesse cultural.

Palavras-chave: Jardim Histórico Público; Arquitetura da Paisagem; Metodologia de Caracterização; Espírito do lugar.

RÉSUMÉ

Cette thèse a été développée dans le but de développer une méthodologie de caractérisation centrée sur les jardins historiques publics urbains, les paysages végétalisés de valeur culturelle, historique et environnementale dans les zones transformées et humanisées. Beaucoup de ces jardins sont des fragments de nature au milieu d'un paysage bâti aride et fournissent des services essentiels à la santé et au bien-être des personnes, grâce à leurs microclimats et leurs espaces de loisirs. La thématique des Jardins Historiques a été peu développée dans le milieu académique en raison de sa transdisciplinarité et de la difficulté à intégrer les différents domaines de connaissances qui constituent le domaine de l'Architecture du Paysage et du Patrimoine Culturel. La phase initiale du processus de restauration d'un projet de jardins historiques nécessite une caractérisation complète, qui rassemble des aspects de différentes dimensions, et une compréhension approfondie de l'objet étudié. Cette étape est fondamentale pour les actions d'intervention ultérieures. L'intention de cette thèse était d'intégrer les connaissances pour développer une approche méthodologique qui considère les éléments matériels et immatériels du bien culturel et la dimension humaine dans le processus d'observation. Pour développer cette méthodologie, il a été nécessaire de comprendre ce qu'est un jardin historique dans le domaine du patrimoine culturel et d'étudier les manières de créer des jardins qui se sont répandus dans le monde entier. Une revue de la littérature était nécessaire pour résumer les principales caractéristiques des lignes de conception présentes dans l'aménagement paysager brésilien. Des recherches ont été menées dans des livres, des documents et des inventaires dans le domaine du patrimoine culturel dans le but d'identifier les éléments à observer dans le processus de caractérisation d'un jardin historique public urbain. La phénoménologie de l'architecture et la notion d'« esprit du lieu » ont été fondamentales dans la structuration de la méthodologie qui comprend trois échelles d'observation. Certaines des enquêtes proposées dans la méthodologie ont été testées et illustrées. Le jardin historique choisi a été la première place paysagée de la ville de Pelotas, RS. Les relevés de cette place ont été réalisés en tenant compte des systèmes naturels et anthropiques et des différentes dimensions qui ont influencé sa formation et sa transformation au fil du temps. Les résultats des relevés effectués sur la place ont permis de vérifier de multiples « atmosphères » selon ce qui se passait durant les différents horaires de travail de la journée et des saisons de l'année. Les activités sociales et culturelles, quotidiennes et ponctuelles, qui se déroulent sur cette place contribuent à la configuration de différentes « atmosphères ». L'« esprit du lieu » de la Praça Coronel Pedro Osório n'est pas resté le même depuis sa création. Il a changé au fil du temps, avec les changements de comportement, la mise en œuvre de nouveaux usages, les aspirations et les désirs des groupes et des collectifs qui ont profité et continuent de profiter de leurs jardins. Cependant, les éléments qui sont restés depuis sa création jouent un rôle fondamental dans la préservation de la mémoire de la formation de la ville et le maintien de ses valeurs en tant que bien culturel. L'approche méthodologique basée sur l'observation de l'esprit du lieu du Jardin public historique urbain permet de comprendre les éléments matériels et immatériels fondamentaux à sa préservation. Cette compréhension plus globale aide à l'élaboration de lignes directrices de conception pour les interventions paysagères dans ces sites d'intérêt culturel.

Mots clés : Jardin historique public; Architecture du paysage; Méthodologie de caractérisation; Esprit du lieu.

ABSTRACT

This thesis was developed with the aim of developing a methodology for characterizing urban public Historic Gardens, vegetated landscapes of cultural, historical and environmental value in transformed and humanized areas. Many of these gardens are fragments of nature in the midst of an arid built landscape and provide essential services to the health and well-being of people, through their microclimates and leisure spaces. The theme of Historic Gardens has been little developed in the academic environment due to the transdisciplinarity and difficulty in integrating the different areas of knowledge that constitute the field of Landscape Architecture and Cultural Heritage. The initial stage of the process of the Historic Gardens restoration project requires a comprehensive characterization, which brings together aspects arising from different dimensions, and a deep understanding of the object studied. This stage is fundamental for subsequent intervention actions. The intention of this thesis was to integrate knowledge to develop a methodological approach that considers the material and immaterial elements of the cultural asset and the human dimension in the observation process. To develop this methodology, it was necessary to understand what a Historic Garden is in the field of cultural heritage and to investigate the ways of creating gardens that have spread throughout the world. A literature review was necessary to summarize the main characteristics of the design lines present in Brazilian landscaping. A survey of books, documents and inventories in the area of cultural heritage was conducted in order to identify elements to observe in the process of characterizing a public urban Historic Garden. The phenomenology of architecture and the notion of "spirit of the place" were fundamental to structuring the methodology, which includes three scales of observation. Some of the surveys proposed in the methodology were tested and exemplified. The Historic Garden chosen was the first landscaped square in the city of Pelotas, RS. Surveys of this square were conducted considering the natural and anthropic systems and the different dimensions that influenced its formation and transformation over time. The results of the surveys conducted in the square made it possible to verify multiple "atmospheres" depending on what was happening in the place, the day, the time of day and the season. The social and cultural activities, both daily and occasional, that take place in this square contribute to the configuration of distinct "atmospheres". The "spirit of the place" of Coronel Pedro Osório Square has not remained the same since its creation. It has changed over time, with changes in behavior, implementation of new uses, aspirations and desires of groups and collectives that have enjoyed and continue to enjoy its gardens. However, the permanence, the elements that have remained since its creation, play a fundamental role in preserving the memory of the city's formation and in maintaining its values as a cultural asset. The methodological approach based on the observation of the spirit of the place of the urban public Historic Garden helps to understand the material and immaterial elements that are fundamental to its preservation. This broader understanding helps to construct design guidelines for landscape interventions in these sites of cultural interest.

Keywords: Public Historic Garden; Landscape Architecture; Characterization Methodology; Spirit of the place.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A percepção de espaço em jardins 51

Figura 2: O campo da Arquitetura da Paisagem 52

Figura 3: *Sennefer's Garden*. Representação de um antigo Jardim Egípcio 55

Figura 4: Jardim Persa *Bagh-i Fin*, em *Kashan*, Irã. Planta do conjunto 57

Figura 5: Jardim Persa *Bagh-i Fin*, em *Kashan*, Irã..Fotografia do interior de um pavilhão para o jardim 57

Figura 6: Jardim Persa *Bagh-i Fin*, em *Kashan*, Irã. Desenho da elevação do acesso principal 57

Figura 7: Jardim Persa *Bagh-i Fin*, em *Kashan*, Irã. Detalhe canal de água 57

Figura 8: *Casa dei Vetti*, Pompeia, sec. I a.C. Planta baixa da casa 59

Figura 9: *Casa dei Vetti*, Pompeia, sec. I a.C. Perspectiva do peristilo e do jardim 59

Figura 10: Jardins de um mosteiro medieval. Croqui perspectivado 61

Figura 11: Jardins de um mosteiro medieval. Xilogravura 61

Figura 12: *Hortus conclusus* do Mosteiro Real de Santa Creus, Tarragona, Espanha, séc. XII-XIII 62

Figura 13: *Villa Medici Fiesole*, Toscana, Itália. Planta baixa dos jardins ao redor da casa 64

Figura 14: A paisagem e os jardins da *Villa Medici Fiesole*, Toscana, Itália 64

Figura 15: *Villa d'Este*, Tivoli, região do Lácio, Itália. Desenho dos Jardins da Villa d'Este 66

Figura 16: *Villa d'Este*, Tivoli, região do Lácio, Itália. Fotografia da rampa do jardim em direção ao palácio 66

Figura 17: *Villa d'Este*, Tivoli, região do Lácio, Itália. Fotografia da Alameda das Cem Fontes 67

Figura 18: *Villa d'Este*, Tivoli, região do Lácio, Itália. Fotografia da Fonte do Ovato 67

Figura 19: *Château Vaux-le-Vicomte*, França. Plano geral de 1887 68

Figura 20: *Château Vaux-le-Vicomte*, França. Fotografia do eixo perspectivo e parterres dos jardins 68

Figura 21: *Château de Versailles*, França. Plano dos jardins do Palácio de Versalhes 69

Figura 22: *Château de Versailles*, França. Fotografia do eixo perspectivo dos jardins 69

Figura 23: *Zhuo Zheng Yuan*, Jardim do Administrador Humilde. Planta baixa 72

Figura 24: *Zhuo Zheng Yuan*, Jardim do Administrador Humilde. Fotografia do jardim 72

Figura 25: *Karesansui* ou jardim zen japonês. Antiga Kyoto, Japão 74

Figura 26: Composição de um jardim japonês ao redor de uma pedra guardiã 74

Figura 27: O *Kinkaku-ji* ou Templo do Pavilhão Dourado, e Kyōko-chi ou lago espelhado. Antiga Kyoto, Japão 76

Figura 28: Texturas e cores da vegetação refletidas no lago espelhado. Antiga Kyoto, Japão 76

Figura 29: Parque do Palácio de Blenheim, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte 79

Figura 30: Jardins formais do Palácio de Blenheim, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte 79

Figura 31: *Studley Royal Park*. Imagem de satélite. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte 80

Figura 32: *Studley Royal Park*. Ao fundo as ruínas Fountains Abbey. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte 80

Figura 33: *Studley Royal Park*, Moon Ponds e Temple of Piety. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte 81

Figura 34: *Regent's Park*, projeto de John Nash, 1812, Londres, Inglaterra 82

Figura 35: *Plan du Parc de Montsouris, Service des Promenades e Plantations*, Paris, França 83

Figura 36: *Le Parc Montsouris en 1900*, Paris, França 84

Figura 37: *Boulevard de la Villette* final do século XIX, Paris, França 85

Figura 38: *Square Montholon*, Paris, França 86

Figura 39: *Square Saint Jacques*, Paris, França. Plano paisagístico 87

Figura 40: *Square Saint Jacques*, Paris, França. Ambiência urbana 87

Figura 41: *Square des Batignolles. Plan. Les Promenades des Paris*, França 88

Figura 42: *Square des Batignolles. Details. Les Promenades des Paris*, França 88

Figura 43: Passeio Público do Rio de janeiro. Esquema do plano paisagístico do Mestre Valentim da Fonseca e Silva, 1783 90

Figura 44: Aquarela da Reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro feita por Auguste François Marie Glaziou em 1862 91

Figura 45: Passeio Público do Rio de Janeiro no início do século XX 91

Figura 46: Parque Farroupilha, Porto Alegre, RS. Anteprojeto de Alfred H. D. Agache, 1930 99

Figura 47: Parque Farroupilha, Porto Alegre, RS. Imagem de Satélite 100

Figura 48: Parque Farroupilha, Porto Alegre, RS. Eixo monumental 101

Figura 49: Recanto Oriental do Parque Farroupilha, Porto Alegre, RS 101

Figura 50: Jardim do terraço do Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Projeto Burle Marx, 1938 103

Figura 51: Jardim do térreo do Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Projeto de Burle Marx, 1938 103

Figura 52: Praça Itália, Porto Alegre, RS. Projeto de Carlos Maximiliano Fayet, década de 1990. Imagem de Satélite 105

Figura 53: Praça Itália, Porto Alegre, RS. Esplanada com colunatas e ao fundo Avenida Ganzo 106

Figura 54: Praça Itália, Porto Alegre, RS. Espelho d'água entre a área pavimentada e vegetada. Ponto focal sobre coluna, réplica do Leão da Praça de São Marcos, Veneza, Itália 106

Figura 55: Praça Itália, Porto Alegre, RS. Área sombreada por árvores, namoradeiras com dossel e trepadeiras 107

Figura 56: Ficha de pré-inventário do IEJP/p.1: 01- Nome de quem realizou o inventário; 02 – Informações gerais e endereço do jardim; 03 – Informações do proprietário e do gestor do jardim 129

Figura 57: Ficha de pré-inventário do IEJP/p.2: 04 – Autor(es) e história do jardim; 05 – Descrição e análise do jardim; 06- Características do jardim; 07- Elementos decorativos e construídos do jardim 129

Figura 58: Ficha de pré-inventário do IEJP /p.3: 08- Botânica; 09- Clima; 10 – Reconhecimento patrimonial; e 11 - Informações administrativas 130

Figura 59: Rotas dos Jardins Históricos de Portugal. Capturas de tela do site AJH no item Rotas 131

Figura 60: Ficha do Inventário de caracterização do jardim de interesse histórico, composta de três páginas, elaborada por Inês Jaick Andrade, 2009 142

Figura 61: Ficha de Inventário voltada ao patrimônio paisagístico brasileiro, composta de duas páginas, elaborada por Cristiane Maria Magalhães, 2015 144

Figura 62: Mapa mental sobre o "espírito do lugar". Elementos a considerar à compreensão de um Jardim Histórico 148

Figura 63: Mapa mental sobre a categoria "lugar" 158

Figura 64: Autora ao centro (vestido rosa) com irmãs e primos no jardim da casa da avó materna, Porto Alegre, RS 160

Figura 65: Mapa mental sobre a categoria "paisagem" 171

Figura 66: Visita de campo exploratória. Tarde de sábado, 10 de setembro de 2022 218

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características da Linha Projetual Eclética na Arquitetura da Paisagem 97

Quadro 2: Características da Linha Projetual Moderna na Arquitetura da Paisagem 104

Quadro 3: Características da Linha Projetual Contemporânea na Arquitetura da Paisagem 107

Quadro 4: O que é importante observar para documentar: Carta de Florença, Carta de Juiz de Fora e Documento sobre os Parques Históricos Urbanos Públicos 124

Quadro 5: O que é importante observar para documentar: Carta de Washington e Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos 126

Quadro 6: O que é importante observar para documentar: Declaração de Quebeque sobre a salvaguarda do espírito do lugar 127

Quadro 7: Metodologia prévia ao projeto de Carmen Anõn, 1989 134

Quadro 8: Metodologia de identificação de Carlos Fernando de Moura Delphin, 2005 138

Quadro 9: Síntese do inventário de caracterização para apreensão do "espírito do lugar" de um Jardim Histórico 182

LISTA DE ABREVIATURAS

AEIAC	Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural
AJH	Associação Portuguesa dos Jardins Históricos
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
EE	Eixo Estruturant
ICOMOS	Conselho Internacional e Monumentos e Sítios
IEJP	Instituto Europeu de Jardins & Paisagens
IFLA	Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCPO	Praça Coronel Pedro Osório
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SP	Setor de Proteção
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
ZPPC	Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural

SUMÁRIO

VOLUME 1

CAPÍTULO 1 | Introdução

1.1 Delimitação do tema 25
1.2 Delimitação do problema 29
1.3 Objetivos da pesquisa 30
1.4 Metodologia da pesquisa 30
1.5 Estratégias de ação 31
1.6 Estrutura da Tese 32

CAPÍTULO 2 | O que é um Jardim Histórico? Como identificá-lo?

2.1 Jardim Histórico: uma trajetória ao reconhecimento enquanto bem cultural 36
2.2 A Arquitetura da Paisagem e os Jardins Históricos 49
2.3 Modos de fazer jardins que influenciaram a produção paisagística no mundo 53
2.3.1 O princípio de ordenar regularmente a paisagem 54
2.3.2 O princípio de recriar uma paisagem natural 70
2.4 Os Jardins no Brasil do período colonial até as primeiras décadas do séc. XX 89
2.5 As Linhas Projetuais do Paisagismo Brasileiro 95
2.5.1 A Linha Projetual Eclética 96
2.5.2 A linha projetual Moderna 102
2.5.3 A linha projetual Contemporânea 104

CAPÍTULO 3 | O que é importante observar para caracterizar um Jardim Histórico?

3.1 Os levantamentos, os inventários e os Jardins Históricos 109
3.2 O que observar e documentar a partir da leitura das "cartas patrimoniais" 113

3.3 Metodologias e documentações voltadas aos Jardins Históricos 127

3.3.1 Metodologias internacionais 127

3.3.2 Metodologias nacionais 137

3.4 Considerações sobre o que observar para documentar 145

CAPÍTULO 4 | Que estratégia metodológica utilizar para identificar e observar um Jardim Histórico?

4.1 O "espírito do lugar" à caracterização de um Jardim Histórico 148

4.1.1 As camadas tangível e intangível do lugar expressas na paisagem 149

4.2 A fenomenologia como fundamento à compreensão do "espírito do lugar" 150

4.3 O "lugar" à compreensão da vocação de um Jardim Histórico 155

4.3.1 Jardins como lugares de afetos 159

4.3.2. Os sentidos na percepção do lugar do jardim e na construção de afetos 162

4.4 A "paisagem" e o Jardim Histórico 165

4.5 Considerações sobre os elementos tangíveis e intangíveis do Jardim Histórico 172

CAPÍTULO 5 |Como observar o "espírito do lugar" de um Jardim Histórico

5.1 A observação do Jardim Histórico em distintas escalas 179

5.2 Fundamentação teórica para o trabalho de campo nas distintas escalas 183

5.3 EO1 - Levantamento e investigação do contexto do Jardim Histórico 185

5.4 EO2 - Levantamento das características da envoltória do Jardim Histórico 187

5.5 EO3 - Levantamento do próprio Jardim Histórico 188

5.5.1 Levantamento físico geral: planialtimétrico, dos elementos de arquitetura maior e menor, dos elementos decorativos, do mobiliário e das massas vegetais 188

5.5.2 Investigação histórica, transformações na paisagem e linha do tempo 189

5.5.3 Análise do plano paisagístico do jardim, a poética e a estética 190

5.5.4 Análise da estrutura espacial e dos aspectos morfológicos do Jardim Histórico 190

5.5.5 Levantamento florístico/botânico e zoneamento botânico-histórico 191

5.5.6 Levantamento edáfico 192

5.5.7 Levantamento da fauna e seus territórios 192

5.5.8 Levantamento da infraestrutura e da acessibilidade 193

5.5.9 Investigação arqueológica 193

5.5.10 Investigação dos usos e das relações pessoas-ambiente 194

5.5.10.1 O Método do Diário: observar a dinâmica do lugar e suas paisagens 195

5.5.10.2 O Método da Caminhada dialogada: uma cartografia sensorial coletiva 197

5.5.11 Entrevista para compreender as intervenções paisagísticas em um Jardim Histórico 199

5.5.12 Entrevista de história oral com antigo usuário de um Jardim Histórico 200

5.6 Considerações sobre a metodologia proposta à caracterização de um Jardim Histórico 201

CAPÍTULO 6 | Exemplos de levantamentos de um Jardim Histórico Público

6.1 A escolha do Jardim Histórico e a forma de apresentação dos levantamentos realizados 203

6.2 O processo de trabalho: a aplicação da metodologia para caracterizar a Praça Coronel Pedro Osório 204

6.3 Escala de Observação 1 (EO1): o contexto regional e territorial 207

6.4 Pesquisa Histórica e Investigação Iconográficas 207

6.4.1 A formação da cidade de Pelotas e da Praça Coronel Pedro Osório 208

6.5 Escala de Observação 2 (EO2): a ambiência e o entorno da Praça Coronel Pedro Osório 217

6.6 Escala de Observação 3 (EO3): a Praça Coronel Pedro Osório 218

6.6.1 Levantamento exploratório inicial 218

6.6.2 Investigação e observação dos usos e relações pessoas-ambiente 219

6.6.2.1 O Método do Diário aplicado à investigação do "espírito do lugar" de um Jardim Histórico público 219

6.6.2.2 Caminhada dialogada (Walkthrough): uma investigação através de uma cartografia sensorial coletiva 221

6.6.3 O Levantamento Físico geral 225

6.6.4 Levantamento Florístico da PCPO 226

6.6.5 Entrevistas 227

6.6.5.1 Entrevista temática com Engenheiro Agrônomo e Arquiteto Paisagísta Frederico Karam - Apêndice M 227

6.6.5.2 Entrevista temática com Engenheiro Agrônomo Paulo Ricardo Faraco – Apêndice O 230

6.6.5.3 Entrevista de História Oral com Cláudio Milton Cassal de Andrea – Apêndice N 232

Considerações finais 235

Referências 239

VOLUME 2

Apêndices

A - Enquadramento cartográfico, descrição da paisagem regional e dos sistemas naturais - EO1/P1

B - Legislação urbanística, AEIACs, Regiões administrativas e ZPPCs - EO1/P2

C - Investigação histórica - EO1/P3; P4; P5

D - Ambiência e entorno - EO2/P1; P2; P3

E - Método do diário 01: Uma tarde de outono na Praça Coronel Pedro Osório (PCPO) - EO3/P1-P6

F - Método do diário 02: Uma visita à Feira do Livro de 2023 - EO3/P7; P8; P9

G - Método da caminhada dialogada - EO3/P10-P19

H - Implantação geral - EO3/P20

I - Levantamento: pisos, mobiliário, monumentos e edificações - EO3/P21-P25

J - Levantamento florístico: árvores, arbustos e palmeiras - EO3/P26-P43

K - Análise da estrutura espacial - EO3/P44-P47

L - Roteiro para o método da Caminhada dialogada

M - Transcrição da Entrevista com arquiteto paisagista Frederico Karam

N - Transcrição da Entrevista de História Oral com Cláudio Milton Cassal de Andrea

O - Transcrição da Entrevista temática com Prof. e Engº Agrônomo Paulo Ricardo Faraco

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do Tema

> A cidade é um jardim de granito, composto por muitos jardins menores, disposto num mundo-jardim. Partes do jardim de granito são cultivadas intensivamente, mas a maior parte não é reconhecida e é negligenciada (Anne Whiston Spirn, 1995, p.20).

A metáfora da cidade como um jardim assevera à ubiquidade da natureza mesmo em áreas significativamente transformadas e humanizadas. Em pleno século XXI o homem ainda realiza a transformação do ambiente natural de maneira inconsequente, sem pensar no futuro do planeta e das próximas gerações. A ideia equivocada de que a cidade é uma "entidade separada da natureza" (Spirn, 1995) dificulta e agrava o modo como o espaço urbano é tratado. A natureza está presente em toda parte: no ar que respiramos, nas águas que desfrutamos, na luz do sol, nos ventos, nos solos e no relevo, na vegetação, na fauna e em tudo aquilo que mantém o equilíbrio da vida na terra. Os jardins urbanos são fragmentos verdes em meio ao concreto, distintos ecossistemas que expressam formas de vida, "oásis" em meio ao imenso "jardim de granito" que é a cidade.

Muitos dos problemas ambientais são causados pelos modos de vida das pessoas. As atividades econômicas, principalmente aquelas desenvolvidas pelas indústrias, causam problemas ambientais graves que comprometem os sistemas naturais e afetam a qualidade do ar, das águas e dos solos. As paisagens transformadas e humanizadas das cidades necessitam ser reconhecidas como elementos de um sistema maior e necessitam de cuidados constantes. As praças ajardinadas e os parques localizados dentro do perímetro urbano dos municípios são fragmentos repletos de natureza e vida, jardins urbanos públicos, que fornecem serviços essenciais à saúde e ao bem-estar das pessoas. Alguns desses jardins públicos, além da importância ambiental e social, são lugares também de

interesse histórico e cultural, o que evidencia a necessidade de compreender com maior profundidade estes lugares para poder preservá-los.

No âmbito do Patrimônio Cultural, quando espaços abertos verdes, como as praças ajardinadas e os parques, têm uma importância histórica e/ou artística e um interesse público, esses lugares são considerados monumentos e chamados de **Jardins Históricos**. São bens culturais constituídos materialmente por uma composição arquitetônica e vegetal, onde a principal matéria desta composição é a vegetação, elementos vivos que necessitam de constante manutenção (ICOMOS/IFLA, *Charte de Florence*, 1981). No Brasil, segundo publicação comemorativa do IPHAN sobre a Política de Patrimônio Cultural Material, existem aproximadamente 41 bens tombados em nível nacional como Patrimônio Paisagístico ou com Valor Paisagístico, **inúmeras praças e jardins em mais de 80 conjuntos urbanos tombados**, e duas paisagens culturais. Os conjuntos urbanos históricos impactam cerca de 700 mil cidadãos através da política de tombamento (Bogéa, 2018, grifo nosso). As praças ajardinadas e parques urbanos históricos pertencentes a conjuntos urbanos tombados são bens culturais de interesse histórico, cultural, ambiental e social em diversas regiões brasileiras.

A Carta de Florença (1981), principal documento doutrinário sobre Jardins Históricos, enfatiza que o fato desses lugares possuírem uma composição onde a matéria principal é predominantemente vegetal, perecível e renovável, seu aspecto vai se transformando com o tempo. A conservação do seu plano paisagístico e da sua estética estará associada ao desejo de manutenção dos fundamentos filosóficos e simbólicos expressos na materialidade e atrelada as ações que venham a ser realizadas para preservar o estado geral e a integridade do bem cultural. Os arranjos e relações entre os elementos materiais e imateriais dos Jardins Históricos públicos não são sempre constantes. As mudanças comportamentais das pessoas, seus modos de vida, interferem nessas relações e na configuração espacial dos ambientes, promovendo temporalidades e mudanças na paisagem.

A estrutura de um lugar aberto ajardinado não deve ser tratada como algo fixo e imutável, principalmente em paisagens vivas. Porém, o legado do Jardim Histórico, se preservado, poderá transmitir historicidade, ancestralidade e sensação de pertencimento ao lugar. No entanto, nem todos os grupos terão emoções positivas em relação ao jardim, e isso faz parte da dialética social, dos conflitos e contradições que se manifestam na

paisagem e nos comportamentos e atitudes das pessoas frente ao lugar. As permanências na paisagem são referências e auxiliam na percepção da passagem do tempo, na conservação da história e da memória do lugar. As rupturas e transformações ajudam a perceber as mudanças nos modos de vida, nos pensamentos e valores. Observar esta dialética é importante para compreender as diferentes dimensões que influenciam na formação do espaço, do lugar e suas paisagens.

A vegetação é um dos principais materiais compositivos da estrutura e da configuração espacial dos jardins públicos centrais colaborando para os microclimas e ecossistema urbano. Um espaço aberto ajardinado oferece lugar aprazível e colabora para a saúde e bem-estar psicossocial das pessoas. As massas vegetadas funcionam como um elo entre a paisagem natural que foi transformada e os sistemas naturais que constituem o lugar e a região. A paisagem cultural e social de um Jardim Histórico apresenta camadas de diferentes tempos e é evocativa de memórias que compõem a história da cidade. Uma compreensão mais abrangente sobre os Jardins Históricos públicos centrais é um caminho importante a trilhar ao desenvolvimento de políticas e planos para a preservação dos seus valores paisagísticos.

O entendimento de um jardim como um fenômeno auxilia para a compreensão de que "lugares" são "totalidades ambientais" constituídas de coisas que possuem um caráter peculiar, uma "atmosfera", uma atribuição de valor e um espírito que pode se alterar através do tempo. Essa complexidade interpretativa é expressa nas ideias de Juhani Pallasmaa sobre o mundo vivenciado

> [...] Vivemos em mundos mentais, nos quais o material e o espiritual, bem como o vivenciado, lembrado e imaginado constantemente se fundem. [...] A fim de distinguir o espaço vivenciado do espaço físico e geométrico, podemos chamá-lo de espaço existencial. O espaço existencial e vivenciado estrutura-se na base dos significados, intenções e valores refletidos sobre ele por um indivíduo, seja de modo consciente, seja inconsciente; assim o espaço existencial possui uma característica única interpretada por meio da memória e da experiência do sujeito (Pallasmaa, 2018, p.23).

Um Jardim Histórico público é habitado por distintos indivíduos e grupos sociais que se identificam com o lugar de diferentes maneiras. Alguns vivenciam o lugar através do trabalho, outros o experienciam através de momentos de lazer e socialização, outros se identificam pelas lembranças e memórias associadas ao lugar, sejam elas positivas ou

negativas, outros percebem os jardins como suas casas. Saber identificar essas "totalidades ambientais", a estrutura que anima a vida de uma praça ajardinada ou um parque público é fundamental para a preservação e conservação de seus valores paisagísticos, enquanto bem público de interesse histórico, cultural, social e ambiental. O primeiro passo é compreender e conseguir identificar os elementos constitutivos materiais e imateriais que caracterizam um Jardim Histórico público. Toda a cidade e área urbana histórica reúne elementos materiais e imateriais onde

> Os elementos intangíveis **[materiais]** incluem, para além da estrutura urbana, elementos arquitetônicos, paisagens dentro e na envolvência da cidade, vestígios arqueológicos, panoramas, linhas do horizonte, corredores visuais e locais de referência. Os elementos intangíveis **[imateriais]** incluem atividades, funções simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais que constituem a substância do seu valor histórico (ICOMOS, Princípios de La Valletta, Paris, 2011, p.2).

Os Jardins Históricos públicos dos centros urbanos enfrentam múltiplos desafios no século XXI como: problemas de falta de manutenção e manejo dos elementos naturais; destruição por acidentes climáticos; prédios degradados e abandonados no entorno; excesso de impermeabilização dos solos, problemas de drenagem e poluição das águas; poluição do ar e sonora causada pelos veículos automotores; intervenções inadequadas, principalmente com relação a implantação e adequação de elementos de infraestrutura; a necessidade de implantar novas funções e ambientes como playground, quadras esportivas, feiras etc.; usos e ocupações inapropriados nos ambientes dos jardins; localização de estruturas provisórias decorrentes de festas anuais e outros eventos culturais promovidos pelo poder público; conflitos de ordem social e econômica (dificuldades enfrentadas pela população de rua, disputas de territórios, drogas etc.); vandalismos nos monumentos dos jardins; falta de uma equipe especializada multidisciplinar que realize a manutenção, conservação e gestão desses lugares.

O estado de conservação precário de muitas praças e jardins de centros históricos urbanos no Brasil demonstra uma dificuldade em implementar uma política de preservação para bens culturais de natureza paisagística. Esses espaços verdes públicos são componentes de uma paisagem viva, imersa em uma complexa relação material e imaterial de permanências e rupturas, de conflitos e disputas. A observação desta realidade trouxe uma inquietação referente aos processos metodológicos para caracterização de

Jardins Históricos de interesse público que são alvo de intervenções paisagísticas como qualquer espaço aberto vegetado público. As praças ajardinadas e os parques urbanos históricos, possuem múltiplos interesses (ambiental, social, histórico, cultural) e necessitam de uma abordagem diferenciada à sua caracterização e preservação. A fenomenologia da Arquitetura (Norberg-Schulz, 1980) fundamentada na ideia de "*genius loci*" auxiliou na elaboração de uma metodologia que procurou contemplar a materialidade e imaterialidade, ou seja, apreender o "espírito do lugar" de um Jardim Histórico público.

1.2 Delimitação do problema

O trabalho de um profissional da área da Arquitetura da Paisagem exige uma compreensão em diferentes escalas de observação e das diversas dimensões que concorrem à formação do espaço e suas paisagens. No âmbito da arquitetura paisagística nota-se uma certa dificuldade em integrar os aspectos imateriais do lugar aos processos de levantamento de praças ajardinadas e parques históricos. Também existe uma falta de compreensão das implicações que se aderem à problemática quando um espaço aberto ajardinado tem importância em diferentes dimensões (histórica, cultural, social e ambiental), é paisagem viva e faz parte do cotidiano das pessoas na cidade. Estas dificuldades sugerem uma investigação mais aprofundada no tema que forneça subsídios teóricos e metodológicos para o enfrentamento destas questões.

A vivência como professora de projeto na área da Arquitetura da Paisagem motivou a investigação no tema. A observação do estado precário de manutenção e conservação de Jardins Históricos públicos em áreas centrais urbanas e a preocupação em ensinar uma metodologia adequada para lidar com estes espaços incentivou o desenvolvimento desta tese. Uma metodologia voltada aos primeiros passos do processo do projeto, que é o reconhecimento e caracterização do Jardim Histórico, já traria uma contribuição importante à preservação desses lugares. Para esse fim instaurou-se uma problemática: O que é um Jardim Histórico e que elementos o definem como tal? O que observar para caracterizar e documentar um Jardim Histórico público? Que métodos poderiam auxiliar na apreensão da materialidade e imaterialidade de um Jardim Histórico público? Como organizar e documentar as informações obtidas através do processo de caracterização?

1.3 Objetivos da pesquisa

A compreensão que Jardins Históricos públicos fazem parte de uma paisagem viva e necessitam ser compreendidos nesse contexto relacional foi diretriz à realização deste trabalho. A partir deste critério, o objetivo geral da tese foi elaborar uma metodologia de caracterização que contemplasse as diferentes dimensões e camadas que constituem o espaço e o lugar do Jardim Histórico, considerando os aspectos históricos, culturais, sociais e ambientais da paisagem cultural. A partir deste objetivo geral estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Esclarecer o conceito de Jardim Histórico;
- Saber identificar as diferentes maneiras de fazer e compor jardins através da construção de um repertório;
- Investigar metodologias que têm sido utilizadas para caracterizar Jardins Históricos e identificar os conteúdos fundamentais;
- Pesquisar e experienciar métodos que possam auxiliar na apreensão da imaterialidade do lugar;
- Elaborar uma metodologia para a caracterização de um Jardim Histórico público que contemple as camadas material e imaterial do lugar;
- Aplicar a metodologia de caracterização em um Jardim Histórico público urbano;
- Propor um modo de organização das informações coletadas e uma possibilidade de documentação utilizando a linguagem gráfica utilizada em projetos da área da Arquitetura da Paisagem.

1.4 Metodologia da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, teórico-metodológica, que se utiliza do pensamento de teóricos da fenomenologia como Christian Norberg-Schulz, Juhani Pallasmaa e Yi-Fu Tuan, à estruturação de uma metodologia voltada à caracterização de Jardins Históricos. A fenomenologia da arquitetura proposta por Norberg-Schulz (1980) fundamenta-se na ideia de "*genius loci*" e oportuniza uma interface com a noção de "espírito do lugar" do campo do Patrimônio Cultural e a construção de uma estratégia de observação do lugar que integra elementos materiais e imateriais que se manifestam na paisagem em diferentes escalas. Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento

da tese incluem uma investigação teórica, conceitual e metodológica acerca do tema; uma revisão de literatura; uma investigação documental e iconográfica; a fundamentação e estruturação de uma metodologia para apreender o "espírito do lugar" de um Jardim Histórico; a proposição de instrumentos de investigação e observação "*in situ*"; aplicação da metodologia em um jardim Histórico; e apresentação e organização da documentação dos levantamentos realizados.

1.5 Estratégias de ação

Primeiramente foi fundamental compreender e esclarecer o conceito de Jardim Histórico e as suas formas de manifestação. Esta primeira etapa investigativa foi realizada através de uma pesquisa de literatura nos campos do Patrimônio Cultural e da Arquitetura da Paisagem. Foram estudados e interpretados documentos doutrinários como Cartas Patrimoniais, Declarações, Recomendações etc., oriundos de comitês especializados vinculados aos órgãos de proteção ao patrimônio cultural como UNESCO, ICOMOS e IPHAN. Também foram pesquisados diferentes modos de fazer jardins no mundo visando a construção de um repertório e vocabulário específicos da área da Arquitetura da Paisagem histórica. Foi investigada a manifestação de espaços abertos ajardinados no Brasil e foram estudadas as características das principais Linhas Projetuais da Arquitetura da Paisagem em território brasileiro.

Após compreender o conceito de Jardim Histórico e construir um repertório sobre modos de fazer jardins, foram identificadas formas de inventariar e documentar Jardins Históricos disponíveis em sites internacionais e nacionais. A intenção desta busca foi a verificação de como este tema tem sido trabalhado tanto no meio acadêmico como no meio da prática profissional para identificar elementos fundamentais à elaboração da metodologia de caracterização. Paralelamente foi feita uma investigação acerca de métodos, instrumentos e técnicas utilizadas para estudar e observar os espaços construídos e livres da cidade com o objetivo de encontrar instrumentos de observação mais adequados à apreensão dos aspectos materiais e imateriais conjuntamente. Foram selecionados alguns métodos que demonstraram ser mais sensíveis para capturar o cotidiano dos Jardins Históricos públicos urbanos.

Uma proposta metodológica foi elaborada a partir da ideia norteadora de procurar

compreender o "espírito do lugar" de um Jardim Histórico para caracterizá-lo. A integração de saberes da Geografia Humana, da Fenomenologia do Lugar, dos campos da Arquitetura da Paisagem e do Patrimônio Cultural foi importante ao desenvolvimento da metodologia. A partir desta integração de saberes desenvolveu-se uma abordagem mais abrangente, que analisa o Jardim Histórico em diferentes escalas, camadas e dimensões. A estruturação da metodologia proposta sugere um modo de organização para a documentação das informações pela sua organização em três Escalas de Observação. Para experimentar os instrumentos de observação e a aplicabilidade da proposta metodológica foram realizados alguns dos levantamentos propostos em um Jardim Histórico da cidade de Pelotas, RS.

1.6 Estrutura da Tese

A tese está estruturada em seis capítulos. O volume 1 compreende os elementos pré-textuais e os seis capítulos que apresentam o processo teórico-metodológico para a elaboração do inventário de caracterização. O volume 2 é constituído de uma exemplificação prática da metodologia, compreendendo alguns dos levantamentos e investigações propostos em teoria; portanto, esse volume apresenta os apêndices - imprescindíveis para a compreensão do método. O primeiro capítulo é a introdução ao assunto dos Jardins Históricos, uma reflexão acerca da realidade mundial e brasileira sobre os desafios ambientais do século XXI e a delimitação do tema. Neste capítulo é feita uma apresentação da pesquisa, dos elementos essenciais à compreensão do desenvolvimento e da estrutura desta tese.

No segundo capítulo é apresentado o conceito de Jardim Histórico no campo do Patrimônio Cultural e a trajetória realizada por grupos de profissionais, pesquisadores e instituições ao reconhecimento e preservação desta categoria de bem cultural. Foi feita uma revisão sintética sobre o campo da Arquitetura da Paisagem e uma investigação sobre os distintos modos de fazer jardins que influenciaram a produção paisagística no mundo. Desta forma construiu-se um repertório para análise de jardins que forneceu subsídios teórico-práticos para identificação de estilemas, linguagens e linhas projetuais em paisagismo.

O terceiro capítulo investiga o que é importante observar para caracterizar um Jardim Histórico. Retoma a trajetória internacional e nacional para reconhecimento deste

tipo de bem cultural nas instituições e nas políticas de preservação voltadas ao patrimônio paisagístico. Conceitua levantamentos e inventários e investiga metodologias internacionais e nacionais à caracterização de Jardins Históricos. O objetivo da investigação foi identificar aspectos fundamentais para a elaboração de uma metodologia de inventário que observasse conjuntamente os aspectos materiais e imateriais do lugar de um Jardim Histórico público.

O quarto capítulo aborda a estratégia metodológica utilizada para observar o Jardim Histórico considerando seus elementos materiais e imateriais. Apresenta as noções de "*genius loci*" e "espírito do lugar" e a fenomenologia da arquitetura de Norberg-Schulz (1980), que foi base para o desenvolvimento da metodologia. Neste capítulo são investigadas e apresentadas noções sobre "lugar" e "paisagem", compreendendo que ambas as categorias são fundamentais para a leitura e compreensão do Jardim Histórico, para o entendimento da produção deste "espaço social" (Lefebvre, 2013). Também traz uma reflexão e discussão de como os sentidos participam na construção da imagem do lugar vivenciado e no entendimento do jardim como um lugar de afetos, o qual representa uma possibilidade de reconexão com a natureza e com a própria individualidade do ser. A seguir é apresentada uma investigação conceitual acerca do entendimento de paisagem, seus elementos constitutivos e dimensões que influenciam na sua formação. Conclui-se o capítulo com considerações acerca dos estudos realizados procurando discutir e relacionar os elementos tangíveis e intangíveis do lugar do Jardim Histórico e suas paisagens.

O quinto capítulo é a apresentação da metodologia de caracterização fundamentada na ideia do "espírito do lugar" e estruturada em três Escalas de Observação. Neste capítulo são explicados os levantamentos realizados em cada Escala de Observação e é apresentado um quadro síntese que resume a metodologia a qual pode ser chamada de inventário de caracterização de um Jardim Histórico. Importante ressaltar que a metodologia deverá ser adequada e ajustada aos objetivos a serem alcançados em cada caso. A complexidade e diversidade de informações oriundas de distintos campos do conhecimento conduz que sua aplicação seja feita, de preferência, por equipe multidisciplinar. Nesta equipe é fundamental ter a presença do arquiteto paisagista com conhecimento em Jardins Históricos para fazer a interrelação e o elo entre as diferentes áreas do conhecimento (geografia, arquitetura e urbanismo, história, arqueologia, biologia, agronomia, conservação e restauro etc.).

O sexto capítulo - acompanhado pelo Volume 2, que contém os apêndices - identifica o Jardim Histórico escolhido para realizar alguns levantamentos do inventário de caracterização.

Em cada investigação e levantamento são demonstrados os procedimentos, os resultados e uma análise crítica a respeito de todo o processo. A conclusão observa o conjunto da tese e aponta para aspectos importantes de inovação metodológica dentro deste campo do conhecimento.

CAPÍTULO 2

O QUE É UM JARDIM HISTÓRICO? COMO IDENTIFICÁ-LO?

2.1 Jardim Histórico: uma trajetória ao reconhecimento enquanto bem cultural

A arte de fazer e compor jardins é antiga e a preservação de determinados jardins como lugares de história, identidade e cultura para as civilizações foi acontecendo em passos mais lentos, talvez por ser uma área de conhecimento interdisciplinar. No âmbito da Arquitetura da Paisagem, segundo Sônia Berjman[1], o interesse em conservar e restaurar jardins antigos começou ainda no século XVIII. Durante a segunda metade do século XIX apareceram na Europa e América várias ações, grupos de estudos e publicações que valorizavam e exaltavam a importância dos Jardins Históricos. Dentre essas ações destacam-se: a ONG e Associação *Mount Vernon Ladies* [2] (1853) nos EUA para proteger os jardins da residência de George Washington; numerosos tratados sobre horticultura e dedicados à história e ao reconhecimento de jardins por parte de Edouard André[3], paisagista que incluiu a categoria "Jardim Histórico" em suas tipologias e induziu seus seguidores a estudá-la e protegê-la; e em 1895 a fundação do *National Trust* [4] na Inglaterra

[1] Sônia Berjman é historiadora e doutora em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires, membro de honra e vice-presidenta do Comitê Científico Internacional das Paisagens Culturais ICOMOS/IFLA.

[2] A Associação Mount Vernon Ladies cuida da preservação da propriedade de George Washington desde 1858, e preserva seus quatro jardins históricos desde então. Disponível em: https://www.mountvernon.org/the-estate-gardens/gardens-landscapes/four-gardens-at-mount-vernon/ Acesso em junho de 2024

[3] Edouard André (1840-1911) foi um importante arquiteto paisagista francês, horticultor e pesquisador botânico, escritor e teórico de jardins. Trabalhou nos anos de 1860 no Service de Promenades et Plantations de Paris como discípulo de Jean Charles Adolphe Alphand e Pierre Barrilet-Deschamps. Na década de 1870, assumiu como redator chefe da revista francesa Revue Horticole e em 1879 publicou L'art des jardins: traité général de la composition des parcs e jardins obra editorial reconhecida como um dos trabalhos fundamentais do século XIX. Atuou como paisagista em diversos países da Europa e também na América Latina, na Argentina e Uruguai (Dourado, 2011).

[4] National Trust é um Fundo Nacional para Locais de Interesse Histórico ou Beleza Natural do Reino Unido.

que até os dias de hoje inventaria e protege muitos jardins e paisagens de propriedades do Reino Unido. A partir da metade do século XX, um dos passos mais importantes para a preservação de Jardins Históricos foi a integração de diferentes disciplinas como antropologia, geografia, urbanismo na discussão do tema. Publicações como da revista *Landscape* (a partir de 1951), definida como uma Revista da Geografia Humana, e os trabalhos de Kevin Lynch (urbanista), Malcolm Rivkind[5], Yi Fu Tuan (geógrafo), Garret Eckbo (paisagista), Edward T. Hall (antropólogo), Gyorgy Kepes (fotógrafo), sobre as relações entre homem – natureza - cultura em diferentes dimensões e campos do conhecimento, colaboraram para uma consciência maior em relação a paisagem (Berjman, 2014).

Na primeira metade do século XX, os eventos da 1ª e da 2ª Guerra Mundial provocaram profundas mudanças sociais, políticas e patrimoniais que estimularam a criação e fundação das Nações Unidas em 1945. A necessidade da reconstrução das cidades assoladas pelas guerras e de preservar a história e a memória através da conservação de monumentos foram questões amplamente discutidas nesse período. No âmbito do IV CIAM[6], em 1933, foi escrito um documento denominado Carta de Atenas, cujo conteúdo foi importante para o desenvolvimento do urbanismo moderno e para o início das práticas de preservação e salvaguarda do patrimônio histórico e artístico. Neste documento os jardins não são ainda apontados como bens culturais a preservar, mas como elementos coadjuvantes, ajardinamentos e ornamentações vegetais importantes para a conservação da ambiência e atmosfera histórica de determinados monumentos construídos. No item III desta carta encontramos: "É necessário estudar as plantações e ornamentações vegetais associadas a determinados monumentos ou conjuntos de monumentos para conservar o caráter antigo" (ICOMOS, *Charte d'Athènes*, 1931, tradução nossa).

No Brasil, na década de 1930, a política patrimonial começou a ser elaborada através de diferentes projetos que visavam a valorização do patrimônio nacional. Distintas correntes filosóficas, uma mais tradicional e outra mais vinculada ao movimento moderno, apresentaram propostas para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN. A proposta da corrente modernista foi aceita e inicialmente norteou as

[5] Político britânico dedicado a conservação e preservação do patrimônio natural.
[6] IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas, Grécia, no ano de 1933.

políticas de preservação do país. A regulamentação da proteção de bens culturais no Brasil ocorreu através do Decreto Lei nº 25 de 1937 que instituiu quatro livros Tombo para a inscrição dos bens culturais denominados: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo de Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. No Artigo 1º aparece a primeira definição registrada em legislação sobre o que seria considerado patrimônio a partir daquela data

> Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
> § 1º. Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art.4º desta lei.
> § 2º. **Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.** (Londres, 2005, p.245, **grifo nosso**)

Essa noção perdurou por algum tempo e influenciou a preferência pela preservação do patrimônio dito "pedra e cal", de edificações e outros bens de caráter monumental e ainda hoje tem força nas práticas e políticas patrimoniais, mesmo num cenário mais plural e diversificado da contemporaneidade. A escolha sobre "o que considerar patrimônio" sempre foi alvo de conflitos e discussões. Nesse período, a prioridade no Brasil foram os remanescentes e o legado do período colonial, os bens de natureza imóvel e móvel, como edificações isoladas ou agrupadas, bens artísticos integrados e obras de arte, pois a noção vigente de patrimônio dava muita ênfase a materialidade patrimonial, aos bens monumentais de valor excepcional. Embora o patrimônio paisagístico não tenha sido valorizado da mesma forma que o patrimônio edificado naquela época, alguns Jardins Históricos de grandes dimensões e representatividade nacional localizados no Rio de Janeiro foram tombados em nível federal no ano de 1938: o Campo de Santana; o Passeio Público; o Jardim Botânico; o Parque do Palácio do Catete; o Parque da Quinta da Boa Vista; e o Jardim do Valongo (El-Jaick, 2013).

Voltando ao cenário internacional, em 1948 foi constituída a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas, a IFLA (*International Federation of Landscape Architects*), com apoio de 15 países europeus, através do inglês Sir Geofrey Jellicoe (arquiteto, urbanista

e historiador da arquitetura da paisagem) e do belga René Pechère (paisagista e escritor), importantes nomes da área da Arquitetura da Paisagem. Por volta da década de 1960, foi instituído um Comitê sobre Jardins e Sítios Históricos sob responsabilidade de René Pechère com colaboração de Gerda Gollwitzer (arquiteta paisagista alemã). Este Comitê tinha o objetivo de identificar e fazer uma lista de Jardins Históricos com importância mundial. Em razão do pequeno número de jardins listados em comparação com outros tipos de monumentos, sentiram necessidade de incluir na equipe deste Comitê distintas áreas de conhecimento (como historiadores, botânicos, arquitetos, arqueólogos) de forma a ampliar as fontes de informações. Nesse sentido, René Pechère recorreu ao Professor Raymond Lemaire, Secretário Geral do ICOMOS e ao Presidente Piero Gazzola, e um tempo depois foi criado um Comitê misto ICOMOS-IFLA acerca do tema dos Jardins Históricos onde a primeira sessão foi realizada em 1971 no *Château de Fontainebleau*, nas proximidades do centro de Paris, França (Berjman, 2014).

É importante destacar que antes da criação deste grupo de investigação de Jardins Históricos foi escrito um dos principais documentos doutrinários voltado à preservação e restauração de bens culturais: a Carta de Veneza (1964). Esta carta foi elaborada no âmbito do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, realizado em Veneza em maio de 1964. O objetivo desta carta foi ampliar e aprofundar as orientações presentes na Carta de Atenas a partir de um novo documento de caráter mais abrangente. Passam a ser considerados como patrimônio a preservar, além dos edifícios monumentais, os sítios urbanos e rurais de valor histórico e obras mais modestas com significação cultural. A conservação e a restauração de monumentos são entendidas como disciplinas científicas que se utilizam de métodos, técnicas e procedimentos específicos voltados à investigação, intervenção e salvaguarda do patrimônio monumental. Os valores dos bens culturais ainda estão centrados nos monumentos edificados e artefatos (bens imóveis, móveis e integrados) enquanto obras de arte e testemunho histórico, exaltando a importância da excepcionalidade, autenticidade e integridade. No entanto, os Jardins Históricos não são contemplados neste documento doutrinário (ICOMOS, Charte de Venise, 1964).

Investigações, estudos e publicações acerca do tema Jardins Históricos foram realizados pelos membros do Comitê ICOMOS-IFLA (criado em 1971) durante mais de uma década antes do primeiro documento doutrinário voltado à preservação de jardins. A

categoria paisagem e as noções de patrimônio cultural e natural já vinham sendo discutidas em décadas anteriores de maneira bastante abrangente. A XVII Sessão da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em Paris, 1972, trouxe no Artigo 1 a definição de Patrimônio Cultural como sendo os Monumentos, os Conjuntos e os **Locais de interesse**, estes últimos definidos como

> Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, XVII Sessão, WHC, 1972).

Na década de 1980, após uma década da formação do Comitê ICOMOS-IFLA, surge o primeiro documento doutrinário internacional voltado ao patrimônio paisagístico. A Carta dos Jardins Históricos ou Carta de Florença, foi elaborada em 1981 e adotada em 1982 pelo Comitê Internacional dos Jardins Históricos ICOMOS-IFLA. Esta carta é considerada, ainda na atualidade, como o documento mais importante que reúne definições, conceitos e recomendações à preservação de Jardins Históricos. Foi escrita com a intenção de complementar a Carta de Veneza em razão dos Jardins Históricos serem "monumentos vivos" e assim distingui-los dos sítios urbanos e rurais de valor histórico observados na Carta de Veneza. A Carta de Florença define:

> *Article 1.*
> *Un jardin historique est une composition architecturale et végétale qui, du point de vue de l'histoire ou de l'art, presente un intérêt public'. Comme tel, il est considéré comme un monument.*
> *Article 2.*
> *Le jardin est une composition d'architecture dont le matériau est principalement végétal donc vivant, et comme tel périssable et renouvelable.'*
> *Son aspect résulte ainsi d'un perpétuel equilibre entre le mouvement cyclique des saisons, du développement et du dépérissement de la nature, et la volonté d'art et d'artifice qui tend à en pérenniser l'état.*
> Artigo 1.
> Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que do ponto de vista da história e da arte apresenta um interesse público. Assim sendo, o jardim é considerado como um monumento.
> Artigo 2.
> O jardim é uma composição de arquitetura onde o material é principalmente vegetal e desta forma vivo, e como tal perecível e renovável.
> Seu aspecto resulta de um equilíbrio perpétuo entre o movimento cíclico das estações e o desenvolvimento e definhamento da natureza, e pela vontade de arte e do artifício que tende à perpetuar o seu estado.
> (ICOMOS, Charte de Florence, 1981, tradução nossa).

A Carta de Florença declara que o termo **Jardim Histórico** se aplica tanto aos jardins mais modestos quanto aos que possuem um planejamento e composição paisagística. Normalmente os Jardins Históricos estão inseridos em ambiente antropizado, seja ele urbano ou rural, e podem ou não estar associados a edificações de caráter excepcional. No entanto, enquanto monumentos, os Jardins Históricos não podem ser vistos isoladamente ou separados do seu contexto, seja ele urbano ou rural, transformado ou natural. Os Jardins Históricos são paisagens definidas, evocadoras de fatos memoráveis, eventos históricos e que podem ter sido elaborados a partir de projetos de paisagistas renomados, ou mesmo por autores desconhecidos. A Carta de Florença revela

> *Article 5.*
> *Expression des rapports étroits entre la civilisation et la nature, lieu de délectation, propre à la méditation ou à la rêverie, le jardin prend ainsi le sens cosmique d'une image idéalisée du monde, um "paradis" au sens étymologique du terme, mais qui porte térmoignage d'une culture, d'um style, d'um époque, éventuellement de l'originalité d'um créateur.*
> Artigo 5.
> Expressão da estreita relação entre civilização e natureza, local de deleite, propício à meditação ou ao devaneio, o jardim assume assim o significado cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um "paraíso" no sentido etimológico do termo, mas que testemunha uma cultura, um estilo, uma época, porventura a originalidade de um criador.
> (ICOMOS, Charte de Florence, 1981, tradução nossa).

A partir deste documento específico para a preservação de Jardins Históricos estabeleceram-se discussões e o início da elaboração de políticas de preservação em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. A Carta de Florença, assim como a Carta de Veneza, é influenciada pela corrente filosófica do Restauro Crítico[7] e traz recomendações quanto as intervenções paisagísticas de manutenção, conservação, restauração e restituição. Dentre as muitas publicações realizadas pelo Comitê ICOMOS-IFLA cabe destacar a metodologia prévia ao projeto de recuperação ou restauração de Jardins Históricos escrita

[7] Princípios e fundamentos voltados à preservação de bens culturais baseados na "Teoria da Restauração" (1963) de Cesari Brandi.

[8] Arquiteta e paisagista espanhola Carmen Añón Feilú, fez parte do Comitê ICOMOS-IFLA, foi muito importante na elaboração de políticas e práticas para a conservação e restauração de jardins históricos em âmbito mundial. No ano de 2017 a Asociación Española de Parques y Jardines (AEPJP) reconheceu a importância de seu trabalho através do prêmio Nacional de Restauração e Conservação de Bens Culturais na Espanha. Disponível em: https://www.cultura.gob.es/actualidad/2017/11/20171106-pn-restauracion.html. Acesso em: 22 de janeiro de 2025.

pela espanhola Carmen Añón[8]. Trata-se de uma publicação com enfoque metodológico que aborda sensivelmente a complexa e difícil tarefa de restaurar jardins.

Carmen Añón enfatiza a importância de uma metodologia criteriosa que ajude a conhecer e analisar o jardim em profundidade para então ter preceitos fundamentados à sua preservação, visto que um jardim jamais será como fora outrora, porém há de se recuperar "a imagem" que o identifica como um jardim de interesse histórico e artístico, um monumento cultural. Enfatiza quatro ideias fundamentais no processo de restauração e que irão auxiliar também a ajustar o olhar no processo de caracterização e análise de um Jardim Histórico. São elas: **ser fiel a origem do jardim** (tornar sua leitura mais clara e ressaltar seu encanto); **respeitar o tempo** (a ação do tempo sobre os elementos que compõem o jardim); **valorizar as contribuições** (os elementos que se integraram ao jardim através do tempo); **evitar as dissonâncias** (buscar o equilíbrio e a harmonia). Esta metodologia prévia ao projeto de restauração de Jardins Históricos traz importantes contribuições metodológicas a esta tese e por isso será analisada com maior profundidade no capítulo 3. (Añon, 1993).

Outro documento doutrinário importante que surgiu na década de 1980 e que tem influência na preservação de Jardins Históricos é a Carta internacional para a Salvaguarda de Cidades Históricas ou Carta de Washington (1987). Muitos jardins de interesse histórico e cultural fazem parte de conjuntos urbanos tombados. Esta carta afirma sobre a importância da ambiência na preservação de cidades históricas e traz uma abordagem ampliada sobre a conservação e preservação destas áreas urbanas. Enfatiza a importância de uma política adequada e coerente de desenvolvimento econômico e social em consonância com um planejamento territorial e urbano. O documento recomenda que a preservação do caráter histórico da cidade deve acontecer através da observância do conjunto dos seus elementos materiais e espirituais. Segundo a carta, os valores a preservar são expressos na imagem da cidade configurada pelo traçado urbano, pelas diversas vocações, edificações, espaços livres, espaços ajardinados e pela materialidade (estrutura, volume, formas, cores, escala) dos seus elementos. A carta também lembra que as novas funções devem ser compatíveis com as vocações dessas áreas históricas e que a melhoria da qualidade de vida das pessoas é fundamental nessas áreas. Os planos e as intervenções devem ser criteriosos. A carta assevera sobre a importância de favorecer pesquisas arqueológicas urbanas para um melhor conhecimento das cidades sem que haja prejuízo da organização e uso do tecido urbano

pela sociedade. E acrescenta que a inclusão da comunidade nos planos de salvaguarda através da escola e outras instituições auxilia na difusão do conhecimento, valorização do patrimônio e salvaguarda desses lugares históricos (ICOMOS, *Charte de Washington*, 1987).

No Brasil, um ano após a Carta de Washington (1987), posterior a um amplo período de ditadura militar (de 1964 a 1985), já em um contexto político e social que vislumbrava uma democracia, a Constituição Brasileira de 1988 alterou e ampliou a definição de patrimônio. Estabeleceu-se um novo paradigma para compreensão do que considerar como patrimônio que irá incidir na elaboração de políticas e práticas voltadas a preservação do legado nacional. Patrimônio Cultural no Brasil passa a ser compreendido como o conjunto de bens culturais de natureza material e imaterial que representam a sociedade brasileira em diferentes dimensões. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 define

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I. as formas de expressão;
> II. os modos de criar, fazer e viver;
> III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> (Constituição da República Federativa do Brasil,1988)

Na década de 1980, em território brasileiro, é formado um grupo de trabalho para lidar com Jardins Históricos brasileiros, que iniciou no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e posteriormente vinculou-se a Fundação Nacional Pró-Memória (que teve os jardins de sua sede restaurados no final da década de 1980). O grupo dava suporte aos órgãos responsáveis pela tutela de bens culturais no Brasil no assunto dos Jardins Históricos. Mais tarde veio a se tornar Divisão de Normas e Gestão /DEPROT/IPHAN. As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram importantes para o desenvolvimento de políticas voltadas ao patrimônio cultural urbano paisagístico em razão da urgência em salvaguardar imóveis e paisagens urbanas históricas em eminência de desaparecimento pelo crescimento acelerado das cidades e especulação imobiliária (El-Jaick, 2013).

Em âmbito mundial, no ano de 1992, na Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, na cidade de Santa Fé (Novo México/ EUA), a reflexão sobre a indissociabilidade entre natureza e cultura no campo do patrimônio cultural levou ao reconhecimento da categoria Paisagem Cultural como bem a ser preservado, visando novas estratégias para preservação. A partir dos resultados de estudos temáticos do ICOMOS e do UICN[9], uma série de documentos a respeito das definições e orientações para a inscrição de categorias de bens patrimoniais de valor natural e cultural foi feita. Nas primeiras décadas do século XXI é disponibilizada uma nova forma de classificação para a inscrição de bens culturais dessa natureza na lista do patrimônio mundial como: paisagens culturais; as cidades históricas (e centros históricos); os canais históricos; e as rotas históricas. Os Jardins Históricos estão inseridos em uma das categorias de paisagens culturais descritas neste documento (UNESCO, WHC 19/01, Anexo 3, 2019).

A Paisagem Cultural é compreendida como a representação de uma obra conjunta do homem com a natureza e que expressa a evolução da sociedade, das formas de ocupação dos assentamentos humanos ao longo do tempo. A paisagem cultural é formada sob a influência dos sistemas naturais e das sucessivas forças internas e externas que agem sobre os sistemas antrópicos. De acordo com o Comitê da UNESCO, as paisagens culturais subdividem-se em três categorias gerais: as paisagens concebidas e criadas intencionalmente pelo homem (Jardins Históricos estão nesta categoria); as paisagens evoluídas organicamente (relíquias ou vivas); e as paisagens associativas (UNESCO, WHC 19/01, Anexo 3, 2019). Esta classificação coloca os Jardins Históricos em um status mais abrangente, como paisagem cultural intencionalmente concebida e criada pelo homem, o que reflete em uma compreensão mais ampliada a respeito do lugar dos Jardins Históricos no campo do patrimônio cultural.

O assunto dos Jardins Históricos passa a ter mais visibilidade em território brasileiro a partir do século XXI. Percebe-se um aumento de investigações no tema, maior número de publicações, trabalhos acadêmicos e de pesquisa científica. Nesse sentido, destaca-se um livro/manual publicado pelo IPHAN, em apoio ao programa Monumenta, chamado "Intervenções em Jardins Históricos", escrito por Carlos Moura Delphin e publicado em 2005. Este manual foi importante para orientar os técnicos do IPHAN, os técnicos dos

[9] UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza.

órgãos estaduais e municipais, e os profissionais e empresas de restauração envolvidas na recuperação e restauro de Jardins Históricos. O livro reúne uma série de informações como: breve histórico sobre os jardins no Brasil; conceitos, definições, operações e recomendações sobre a preservação em jardins; o que observar ao intervir em um Jardim Histórico; e um roteiro para elaboração de projetos (Delphin, 2005). É uma publicação brasileira muito importante e terá uma análise mais aprofundada no capítulo 3 pela sua relevância à metodologia proposta nesta tese.

Outro documento nacional importante ao entendimento sobre Jardins Históricos é a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora (2010). Este documento foi elaborado no 1º Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, organizado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) pela MAPRO (Fundação Museu Mariano Procópio) e pela Fundação Casa Rui Barbosa e procurou interpretar e adaptar as noções e orientações sobre Jardins Históricos estabelecidas pela Carta de Florença às experiências da realidade brasileira. Define

> - Que, na realidade brasileira, equivalem aos jardins históricos em importância simbólica e afetiva, os locais de encontro e convívio, como os parques, jardins e passeios das cidades históricas e também das grandes metrópoles, entre outros locais que se constituem muitas vezes em refúgio apaziguador, em contraste com o tempo ditado pelos automóveis e pelo relógio;
> - Que a noção de monumento cultural, não se restringe à visão estrito senso de bens edificados pelo homem, mas abrange a paisagem e outros exemplos de sua interação com a natureza."
> [...] considera-se Jardim Histórico os sítios e paisagens agenciados pelo homem como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados e jardins de tradição familiar. Além desses, jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio a malha urbana [...] (IPHAN, Carta de Juiz de Fora, 2010, p. 2).

A Carta de Juiz de Fora descreve o que pode ser considerado como um Jardim Histórico e traz outras questões importantes que refletem a vivência no assunto do paisagismo daqueles que contribuíram para escrevê-la. Identifica diversos problemas que são enfrentados diuturnamente em relação a preservação de Jardins hHstóricos no Brasil. Dentre os aspectos apontados está a falta de compreensão em como lidar com este tipo de bem cultural; a falta de registro, documentação e atualização continuada dos Jardins Históricos; problemas relacionados ao planejamento e à gestão (usos inadequados, falta

de monitoramento e vigilância, manutenção e intervenções equivocadas, falta de equipe especializada, ausência de produção de mudas para reposição, etc.); problemas relacionados a interesses individuais e empresariais que afetam negativamente o jardim e a comunidade usuária. Com relação a proteção dos Jardins Históricos, a carta brasileira lembra que o acautelamento legal é o caminho jurídico para a proteção do bem e pode ser realizado através de registros, inventários e tombamentos. No entanto, outras legislações devem auxiliar na proteção desses jardins como a legislação ambiental e o plano diretor municipal (IPHAN, Carta de juiz de Fora, 2010).

Quanto as ações de preservação, a carta brasileira lembra que a noção deste tema deve ser ampla, como já dito em parte nas Carta de Nairobi (1976), iniciando pelas ações de identificação e proteção, depois a conservação, restauração, renovação, manutenção e revitalização. Acrescentam-se à essas ações descritas pela Carta Brasileira dos Jardins Históricos a elaboração de uma metodologia que oriente como pode ser caracterizado um Jardim Histórico (o que esta tese pretende sugerir) e um plano de manejo para o jardim, que auxilie na gestão da preservação do bem cultural. Os valores dos Jardins Históricos estão associados a imaterialidade e a materialidade dos lugares onde estão implantados e devem ser considerados igualmente para que gerações futuras possam usufruir do bem cultural. Lembra assertivamente que

> A preservação e a conservação dos jardins históricos fazem parte das coisas essenciais necessárias à reconquista da vida no futuro, pois reúnem aspectos sociais, simbólicos e afetivos, constituindo áreas de convívio e construção de senso comunitário do cidadão. Como os jardins históricos contribuem para o equilíbrio microclimático das grandes áreas urbanizadas bem como para a preservação da diversidade ecológica e genética, tornam-se especialmente, um fator de valorização social e reforço da identidade cultural (IPHAN, Carta de Juiz de Fora, 2010).

A partir dessa revisão sobre o lugar do Jardim Histórico no campo do patrimônio cultural compreende-se um pouco sobre a trajetória do reconhecimento dos jardins enquanto bens culturais. A difusão nacional da importância dos Jardins Históricos enquanto bens culturais aconteceu com mais força a partir do final do século XX, acompanhando o processo evolutivo da noção de patrimônio cultural. Nas últimas quatro décadas essa noção foi ampliada. Ao analisar a linha do tempo através das cartas patrimoniais e dos documentos

[10] Disponível em: https://www.unesco.org/en/world-heritage. Acesso em 04 de abril de 2024

oficiais da UNESCO[10] e do ICOMOS nota-se a evolução e ampliação do conceito do que é patrimônio e esta mudança de postura reflete no tema dos Jardins Históricos. No início do século XX "patrimônio histórico" eram os monumentos, as arquiteturas e obras de arte que necessitavam ser salvaguardadas pela sua excepcionalidade, valor histórico e artístico e desta forma enaltecer a cultura das nações. Os Jardins Históricos eram vistos como espaços coadjuvantes a bens edificados de valor excepcional e monumental. Com o tempo o monumento isolado ficou sem sentido e a ideia de conjunto foi incorporada à noção de patrimônio cultural. Os jardins são vistos como monumentos de valor histórico e artístico pela representatividade e excepcionalidade da composição paisagística. Conjuntos históricos urbanos e cidades históricas passam a ser considerados bens culturais.

No século XXI outra mudança acontece na noção de patrimônio cultural. Saberes, práticas, celebrações, lugares e formas de expressão são admitidos como bens culturais. O patrimônio imaterial emerge a partir das reivindicações de diferentes grupos sociais à valorização de seu legado. Nesse sentido, também surgem os inventários participativos e novos instrumentos como meios de registro desses bens intangíveis que muitas vezes são transmitidos somente pela oralidade e pelas práticas cotidianas. Hoje a noção é ainda mais ampla. Acredita-se na união entre elementos materiais (naturais e construídos) e imateriais para a sua compreensão. A Paisagem Cultural e toda a sua complexidade é considerada patrimônio cultural. As paisagens urbanas das cidades vivas estão sempre em processo de transformação. Portanto, preservar o "patrimônio ambiental urbano" tornou-se um desafio e os Jardins Históricos encontram-se nesse contexto. Castriota lembra

> Não se trata, portanto, de congelar a vida, ou de transformar as cidades em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas "históricas" quanto aquelas mais novas. É nesse sentido que nos parece fundamental o conceito contemporâneo de "patrimônio ambiental urbano", matriz a partir da qual podemos pensar a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional (Castriota, 2009, p.89).

Os critérios teóricos contemporâneos com relação a preservação e a "historicidade" de um Jardim estão alicerçados nos parâmetros de "originalidade e excepcionalidade" e na "representatividade da produção paisagística". Nesse sentido, quando há um consenso da comunidade sobre a importância de um jardim como representativo da história, memória, arte e cultura, independente do período que surgiu, seja ele erudito ou vernacular, público

ou privado, deve ser tratado como um bem cultural (Macedo, 2014). A partir dessa revisão conceitual foi possível identificar valores que podem estar presentes em um Jardim Histórico os quais designam a sua preservação e o seu reconhecimento enquanto bem cultural. São eles:

Valor cultural e social: o Jardim Histórico possui relevância simbólica e estética e é essencial nos atos de "reconhecer-se" e "orientar-se" (Claval, 1999)[11]. É lugar de referência física, onde acontecem práticas sociais, culturais e eventos da vida cotidiana. O valor cultural e o social são definidos por grupos de indivíduos que em conjunto com a materialidade do ambiente fornecem significado aos lugares.

Valor ambiental e funcional: o lugar possibilita a vida de todos os seres vivos que ali existem. O jardim colabora para o equilíbrio ecológico e cultural da paisagem. É um ambiente de escape em relação a aceleração imposta pela vida contemporânea e possui qualidades que atraem os indivíduos que almejam descansar o corpo, a mente e ter momentos de lazer e ócio. Além disso, pode ser um elemento urbano que promove a conexão entre lugares e que se impõe como espaço verde no tecido urbano.

Valor histórico, artístico e paisagístico: o jardim possui um interesse público pela sua historicidade. Seu lugar apresenta temporalidades, remete a eventos históricos, gostos, técnicas e modos de fazer jardins. Seu plano paisagístico e elementos de composição (naturais e construídos) configuram uma linguagem e uma estética expressas na paisagem.

Valor memorial: o lugar emana lembranças, recordações tanto individuais como de um coletivo. A memória ou lembranças evocadas por um Jardim Histórico nascem na subjetividade individual e nos grupos de pessoas unidos por recordações comuns. Entender o valor memorial significa compreender que poderão existir conflitos, diferentes significações e disputas memoriais associadas a esse mesmo lugar. Pois em acordo com Pierre Nora (1993) a memória é naturalmente **múltipla, desacelerada** pois exige um tempo; a memória é **plural** na sua constituição; a memória é **individualizada e coletiva**.

A identificação dos valores presentes em um Jardim Histórico auxilia a compreender a sua importância no contexto em que está implantado. A observação dos lugares e suas paisagens de maneira mais profunda, em suas "totalidades ambientais" exige um conhecimento

[11] Para Paul Claval, reconhecer-se significa "memorizar imagens concretas, apreensões visuais sobretudo (às vezes odores ou barulhos) que permitem saber se já se esteve em tal ou qual lugar" e orientar-se "consiste em situar os lugares num espaço de referência mais amplo e mais abstrato" (Claval, 1999, p.189).

na disciplina da Arquitetura da Paisagem. Isso inclui a compreensão dos fundamentos filosóficos que nortearam os modos de fazer jardins e influenciaram a construção das linhas projetuais paisagísticas que podemos observar no paisagismo brasileiro. Nesse sentido fez-se uma revisão sobre os fundamentos desta disciplina e sobre os modos de fazer jardins que influenciaram arquitetos paisagistas e jardineiros através do mundo.

2.2 A Arquitetura da Paisagem e os Jardins Históricos

A Arquitetura da Paisagem trata na sua acepção mais fundamental da construção de paisagens para ocupação, uso e sustentação da espécie humana, animal e vegetal. É uma disciplina que combina arte e ciência para a criação de lugares. A dimensão artística é responsável pela imagem intencionalmente concebida e expressa-se através de seu discurso material ou linguagem[12]. Utiliza conhecimentos especializados em botânica, estilos e estética, composição e organização espacial, materiais, texturas, cores etc. Realiza-se através da interpretação sensível das demandas sociais, gostos, comportamentos e preferências que se relacionam com a cultura e história do lugar. A dimensão científica manifesta-se através do conhecimento e entendimento dos sistemas naturais, antrópicos, tecnológicos e construtivos todos aplicados à concepção de lugares (Waterman, 2011).

Enquanto área de estudo é transdisciplinar e se relaciona com uma série de outras disciplinas como ecologia, horticultura, botânica, estética, tecnologia, história do território, sociologia, antropologia, arqueologia, geografia, urbanismo entre outras. Para o arquiteto e paisagista italiano Franco Panzini a Arquitetura da Paisagem pode ser compreendida como

> [...] a arte de intervir com elementos naturais, de remodelar os lugares para torná-los aproveitáveis e esteticamente agradáveis; em sentido amplo, compreende as atividades por meio das quais o ambiente, modificado e interpretado pelo homem, torna-se paisagem (Panzini, 2013, p.14).

As intervenções são realizadas por arquitetos paisagistas e podem ocorrer em diferentes escalas: regional (envolvendo várias cidades e localidades); territorial (no âmbito de uma cidade, de um bairro); e local (em ruas, no entorno de edificações, e em espaços

[12] Entende-se por linguagem a expressão material dos fundamentos filosóficos e simbólicos presentes em um plano paisagístico. A linguagem do projeto de paisagismo está fundamentada em uma poética e apresenta determinada estética.

públicos ajardinados como praças e parques, e em espaços privados como jardins de acompanhamento em residências, chácaras, e em edificações de caráter administrativo, religioso, comercial, por exemplo). As escalas são recortes espaciais que podem ser visíveis ou não à primeira vista. Entende-se a escala local como "micro"; a escala do bairro e da cidade como "meso"; e a escala territorial e regional como "macro", manifestando-se em diferentes graus. Os tipos de intervenção também variam quanto ao objetivo. Podem estar relacionadas ao planejamento e desenvolvimento do território (plano diretor, plano de manejo ambiental etc.); podem estar relacionadas à projetos de paisagismo com objetivos distintos (novo, de requalificação, de restauração, de manutenção, etc.) em diversos temas (praças, parques, rua de pedestres, etc.). A depender do tipo e objetivo do projeto de paisagismo estarão presentes determinadas informações e documentos.

É importante lembrar que uma paisagem somente existe quando há um observador que a percebe como tal. Essa construção mental acontece através da percepção humana que filtra o mundo através dos sentidos, das emoções, das experiências vividas, dos aspectos culturais, sociais, históricos, memoriais e outros elementos que venham a valorar e definir determinada paisagem. A paisagem é expressão e referência para as sociedades pois "é a partir da paisagem que identificamos e reconhecemos os lugares, que nos relacionamos com os espaços e os compreendemos" (Malamut, 2014, p. 14).

Na arte do paisagismo participam os cinco sentidos (visão, tato, olfato, audição e paladar), os quatro elementos da natureza (ar, água, terra e fogo), a flora (que é o principal material de trabalho do paisagista), a fauna (que contribui para o equilíbrio e a biodiversidade) e o tempo em que se desenvolvem os ciclos vitais naturais durante as quatro estações ao longo dos anos. Em razão do dinamismo dos elementos que fazem parte dessa disciplina considera-se que os ambientes gerados são fluidos, instáveis e imprecisos. O espaço resultante é o vazio (figura 1). O paisagista brasileiro Benedito Abbud reflete a partir de um antigo ditado chinês sobre a definição do espaço em paisagismo

> [...] o importante não é a forma exterior do vaso, mas a forma do vazio que ele contém. Ou seja, o importante é pensar não somente nos cheios, no papel isolado das superfícies e dos volumes definidos pelas plantas, mas principalmente no que resulta entre elas, os vazios transformados em espaços, a partir dos elementos naturais, sem esquecer que eles são dinâmicos e mudam ao longo das estações e no correr dos anos (Abbud, 2006, p.19).

Figura 1: A percepção de espaço em jardins.

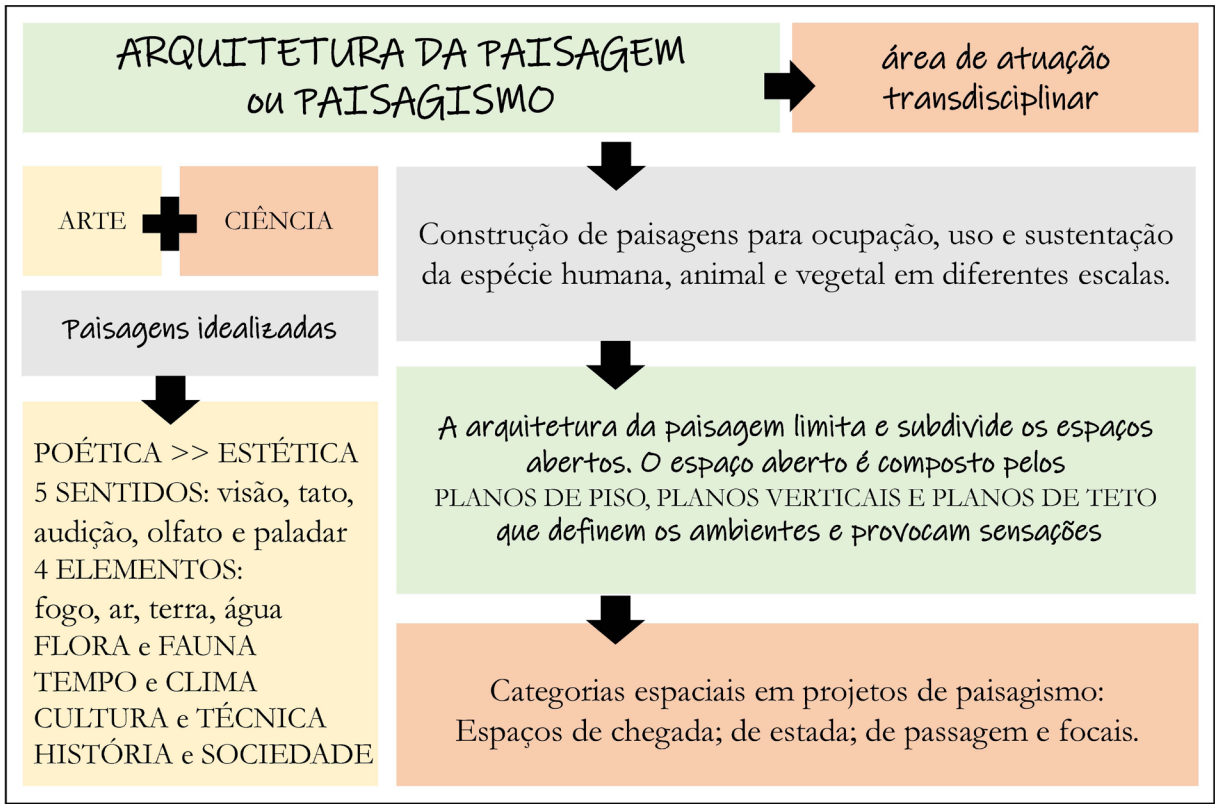
Fonte: Ilustração elaborada pela autora (2022).

A Arquitetura da Paisagem limita e subdivide um espaço em unidades menores que serão percebidas e vivenciadas em relação ao todo espacial e ao seu contexto. O espaço aberto é definido pelos **planos de piso** (relevo, texturas naturais do solo, pavimentações), **planos verticais** (massas vegetais, elementos construídos) e pelos **planos de teto** (céu, copas das árvores, coberturas). As relações dimensionais e de organização espacial entre os planos que compõem o espaço em áreas abertas e a maneira como as pessoas percebem esses ambientes oferecem sensações de proporção, de escala, de um determinado tipo de lugar (Abbud, 2006).

Existem quatro **categorias espaciais** em paisagismo que devem ser observadas: **espaços de chegada, espaços de estada, espaços de passagem e espaços focais**. Os espaços de chegada são aqueles de recepção ao usuário, que orientam o indivíduo a acessar determinado ambiente, são espaços "diplomáticos" pois convidam o usuário e ao mesmo tempo definem limites. Os espaços de estada são lugares que têm propósitos funcionais específicos como conversar, contemplar, descansar, jogar, brincar etc. Os espaços de passagem fazem as conexões entre os ambientes e orientam o usuário a determinadas direções, destinos e formas de uso (vias de circulação diferentes para pedestres e ciclistas, percursos para caminhar lentamente, para correr, escadas para subir ou descer etc.). Os espaços focais são espaços de destaque e que chamam a atenção do olhar do usuário. Esses espaços focais podem ser obras de arte, monumentos, edificações, lagos, fontes, uma árvore frondosa etc. São referências na paisagem e auxiliam a orientar espacialmente as pessoas (Malamut, 2011).

As diferentes concepções espaciais e expressões artísticas na arquitetura paisagística são definidas pelos modos de conceber e transformar paisagens oriundas de diferentes culturas e pensamentos filosóficos. Essas maneiras de pensar os espaços abertos ajardinados foram e são influenciadas pela própria paisagem natural, pelos modos de vida, pelos gostos e valores estéticos do período histórico, situação social, comportamentos, crenças e tradições. Também são moldadas pelo conhecimento e compreensão das características dos sítios e seus sistemas naturais, pela disponibilidade tecnológica para infraestrutura e construção, pelos aspectos sociais, jurídicos, econômicos e políticos que influenciam a formação e produção do espaço geográfico, a cada tempo e período histórico (figura 2).

Figura 2: O campo da Arquitetura da Paisagem.



Fonte: Mapa mental elaborado pela autora (2022).

Cada plano paisagístico é o reflexo da relação entre homem e natureza e pode ser interpretado como uma ordenação do meio ambiente em busca de um mundo idealizado. Os simbolismos presentes nos jardins das civilizações primitivas atribuem significados às formas de organização e a determinadas espécies de plantas. Esses conhecimentos fazem parte do patrimônio cultural humano, dizem respeito a nossa ancestralidade, são influências do pensamento paisagístico nas civilizações. Os modos de fazer jardins que

se espalharam pelo mundo são parcialmente responsáveis pelas atitudes e emoções que temos hoje ao usufruirmos um jardim (Laurie, 1975).

As percepções, sensações e emoções que acontecem ao desfrutar um espaço aberto ajardinado relacionam-se com a experiência estética, com a composição e morfologia dos espaços, com a materialidade, com os simbolismos, significações e representações, com as formas de uso, com as práticas culturais e sociais e com os aspectos climáticos e ecológicos percebidos na pele pelos usuários. Conhecer os mais importantes jardins da história constitui um repertório fundamental para quem trabalha com a Arquitetura da Paisagem Histórica. Muitos dos Jardins Históricos brasileiros trazem referências e modos de organização espacial consagrados em outras partes do mundo que se manifestaram em acordo com a realidade da sociedade e da paisagem natural brasileira a cada período.

2.3 Modos de fazer jardins que influenciaram a produção paisagística no mundo

Ao longo da história observa-se duas maneiras distintas de se fazer um jardim. Uma onde o lugar é criado para excluir as imperfeições do mundo externo, emocionar através da grandiosidade e do simbolismo, e onde o homem almeja ter um domínio absoluto sobre a natureza. E outra, onde o homem se sente parte da natureza, procura aproximar-se interpretando e recriando paisagens, concebendo e compondo jardins com aparência mais próxima do ambiente natural. A primeira maneira nasceu em espaços entre muros que eram subdivididos em partes regulares menores, cada parte pensada como um pequeno paraíso, porém constituindo um todo maior. Canais e espelhos d'água irrigavam e refrescavam os ambientes em dias quentes, além do som que trazia tranquilidade. As espécies vegetais eram escolhidas pelas cores e formatos de suas flores e folhas, além de seu perfume, que embelezavam e atraíam pássaros e insetos ao jardim. A ordenação compositiva regular, simétrica, baseada em princípios compositivos geométricos rígidos está enfaticamente presente nessa forma de arquitetar jardins. A esse pensamento e maneira de se fazer associam-se os jardins egípcios, os jardins persas, os jardins franceses e italianos do período renascentista e barroco (Moore; Mitchell; Turnbull Jr., 2011).

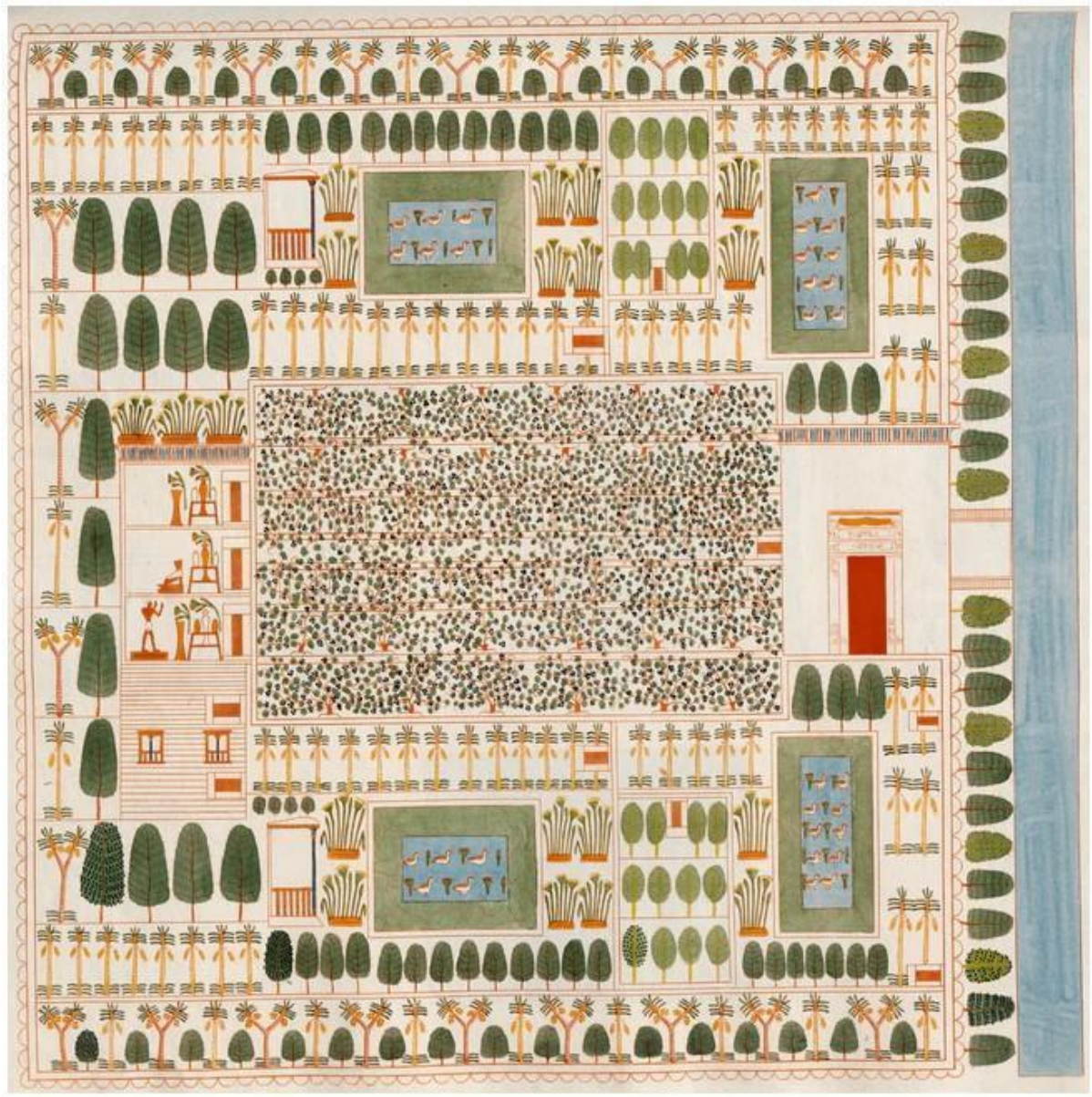
A outra forma de se fazer um jardim surgiu em lugares e culturas "onde havia menos necessidade de se proteger ou de se sobrepor à natureza". A ideia de o jardim integrar-se à natureza ou representá-la em sua totalidade em uma paisagem condensada,

ou ainda almejar uma harmonização com ela, são características presentes em jardins que se manifestam na cultura japonesa, chinesa e inglesa. Esse modo de fazer o jardim, de aparência mais natural, traz uma sensação de informalidade e maior conexão com o lugar. Apesar disso, está apoiado em regras compositivas que utilizam a variedade formal e a busca da harmonia pelo equilíbrio assimétrico. O jardim revela-se aos poucos e não todo de uma vez só. Em geral, as linhas de composição espacial são mais sinuosas buscando uma aproximação com o ambiente natural (Moore; Mitchell; Turnbull Jr., 2011).

2.3.1 O princípio de ordenar regularmente a paisagem

Há a suposição de que as primeiras manifestações de jardins, que possuem vestígios que ainda existem aconteceram no Oriente Médio. Os jardins egípcios (figura 3) cercavam e protegiam as residências e os templos da poeira do deserto e dos animais selvagens através de seus altos muros. As entradas para esses jardins eram monumentais. As árvores, palmeiras e arbustos eram utilizados para fornecer sombra, frutos e aromas. Segundo a leitura de antigos afrescos, as espécies mais utilizadas eram as tamareiras (palmeiras que produzem tâmaras), as videiras, os sicômoros (árvores que produzem figos), os papiros e a flor de lótus. Ao redor dos templos os jardins eram decorados com arbustos e ervas aromáticas e medicinais como a acácia, o anis, o aloé, a hortelã, a romã e o açafrão. As águas para regar os canteiros eram drenadas do rio Nilo e armazenadas em tanques decorados com nenúfares (plantas aquáticas) e peixes. Esses tanques ou piscinas também eram elementos decorativos e recreativos nos jardins egípcios. O dono da casa criava e pescava os peixes como passatempo e alimento. Esses tanques refrescavam as pessoas do calor intenso pois forneciam, em conjunto com a vegetação, um microclima agradável. (Zabalbeascoa, 2013)

Figura 3: *Sennefer's Garden.* Representação de um antigo Jardim Egípcio.



Fonte: Pintura de Ippolito Rosellini, século XIX. The Architectural Review, 19 jan. 2021. Disponível em: https://www.architectural-review.com/essays/folio/folio-sennefers-garden. Acesso em: 21 out. 2024.

Os jardins persas também tinham um ordenamento regular e simétrico como os jardins egípcios. Implementaram à composição de característica simétrica uma subdivisão quadripartida "*chahar bagh*" e ao eixo central canais condutores de água que irrigavam a vegetação do jardim. Esse modelo compositivo chamado "*chahar bagh*" que em persa significa "quatro lotes" ou "quatro jardins" define passeios em cruz junto a canais de água que se interceptam no centro do jardim. Estes elementos, que uniam água e vegetação, tinham um simbolismo muito forte para essa civilização que vivia em clima

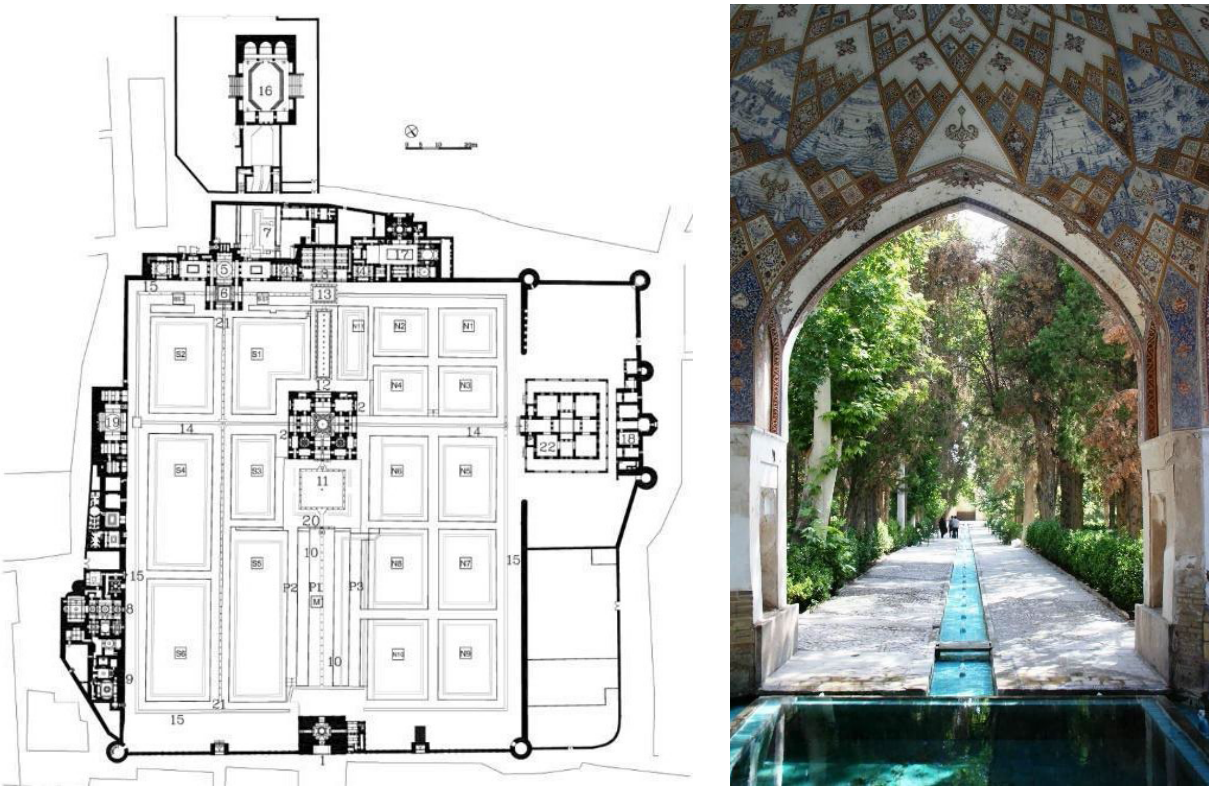
desértico, associavam a presença da água e da vegetação à ideia de paraíso. Também era uma eficiente forma de irrigação e quando o espaço de uma das partes era muito grande poderia ser subdividido em malha retangular ou quadrangular novamente e assim levar água à vegetação das demais partes. O jardim persa *Bagh-i-Fin*, em *Kashan*, no Irã, ilustra muito bem esse ideário. (figuras 4, 5, 6 e 7). Além disso, é importante compreender o significado da composição

> O êxito da planta quadripartida está geralmente associado a motivações simbólicas e funcionais, mas também explicitamente políticas; esse tipo de solução com arranjo axial era tanto funcional quanto adequado para exaltar a dignidade real e, por isso, foi amplamente usado nos grandes jardins das cortes islâmicas, arrematando a hierarquia visual dos percursos que celebravam o soberano enquanto pessoa e instituição (Panzini, 2013, p.p.129-130).

A UNESCO reconhece a importância do jardim persa para a humanidade e registrou na lista do patrimônio mundial um conjunto de nove jardins, denominado "O Jardim Persa", pertencentes ao Irã e distribuídos em diferentes regiões climáticas desse país. Eles representam diferentes maneiras de concepção deste estilo de jardim refletindo a flexibilidade do princípio originário quadripartido, o *Chahar Bagh*, que persistiu por muitos milênios desde o primeiro que foi encontrado no palácio de Pasárgada. Além de ser um modelo bastante utilizado na concepção de jardins geométricos, este princípio compositivo inspirou também a arte têxtil (composição de tapetes), a pintura e a elaboração de ornamentações presentes na arquitetura. Há uma concretização dos preceitos filosóficos onde

> Elementos naturais se combinam com componentes artificiais no Jardim Persa para criar uma realização artística única que reflete os ideais da arte, conceitos filosóficos, simbólicos e religiosos. O Jardim Persa materializa o conceito de Éden ou Paraíso na Terra. (UNESCO, O Jardim Persa. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/1372/).

Figuras 4 e 5: Jardim Persa *Bagh-i Fin*, em *Kashan*, Irã. Planta do conjunto e fotografia do interior de um pavilhão para o jardim.



Fonte: *Hidden Architecture Journal. Bah-e Fin Garden*. Disponível em: https://hiddenarchitecture.net/bagh-e-fin-garden/. Acesso em: 21 out. 2024.

Figuras 6 e 7: Jardim Persa *Bagh-i Fin*, em *Kashan*, Irã.
Desenho da elevação do acesso principal. Detalhe canal de água.

Fonte: *Hidden Architecture Journal. Bah-e Fin Garden*. Disponível em: https://hiddenarchitecture.net/bagh-e-fin-garden/. Acesso em: 21 out. 2024.

Na Antiguidade as paisagens impressionam pela escala monumental dos seus elementos construídos. O culto aos deuses era expresso em templos erigidos no alto das montanhas, como por exemplo o mais conhecido deles, o Partenon localizado no topo da Acrópole de Atenas, na Grécia. Alguns espaços abertos foram importantes para a vida pública grega no mundo antigo que necessitava de lugares para realizar eventos como

competições atléticas, teatros, atividades comerciais e para simples troca de ideias. A Ágora grega era um lugar semelhante a uma praça e tinha uma função essencialmente cultural e política. (Waterman, 2011). Nas cidades gregas antigas existia uma tipologia de jardim público, muito característica dessa civilização, denominada "ginásio". Esse lugar em forma de um grande recinto para a realização de atividades esportivas tinha também muitas árvores e áreas sombreadas para passeios e descanso. Filósofos deste período utilizavam esses espaços para desenvolver o ensino junto aos seus discípulos. Os espaços ajardinados serviam para múltiplas atividades e eram apreciados pelas sombras das árvores.

> Eram lugares que consistiam ao mesmo tempo em espaço para as atividades atléticas, em jardim para os encontros dos habitantes e em local de instrução, frequentemente conectados a sítios de culto, a tumbas de antigos heróis e de homens honrados (Panzini, 2013, p.78).

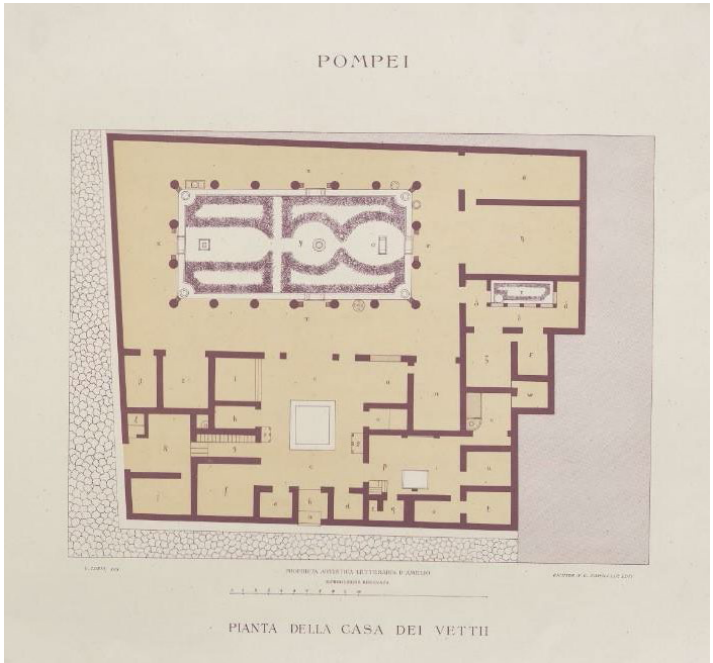
Os romanos separaram as plantações agrícolas dos jardins. Lavouras de grãos foram separadas dos jardins que eram compostos por árvores frutíferas, ervas e espécies ornamentais. A maioria da população vivia em edifícios de poucos andares sem espaço para o verde. Assim como as termas (lugares públicos para banhos aquecidos com função política e social), muitos jardins romanos de palácios eram abertos ao público. Estes tinham a função de descongestionar as ruas. Aos romanos deve-se a criação da parte prática relacionada à beleza. Tinham conhecimento de engenharia e desenvolveram a legislação para ordenamento do território (Zabalbeascoa, 2013).

Os romanos organizaram a construção do território através da centuriação[13] das terras e tinham uma legislação específica para essa prática. Alguns fragmentos de bosques (denominados *lucus*) ficaram intocados em meio ao crescimento da cidade de Roma e faziam contraste com os amplos jardins regulares arborizados que em geral cercavam ou pertenciam a templos, complexos termais, palácios e outras construções de caráter público. Os jardins domésticos também eram importantes para a cultura da família romana. O *hortus*, pequeno terreno ao lado da edificação onde eram cultivadas hortaliças e plantas frutíferas, foi mudando seu caráter utilitário a partir do século II a.C.

[13] A centuriação é uma técnica de mensuração exata do território e posterior subdivisão em glebas regulares, por meio de uma malha geométrica ideal, ortogonal, onde os pontos de interseção eram marcados com pedras, os "termines". Essa prática de subdivisão do solo era vinculada à política expansionista de Roma no mundo antigo (Panzini, 2013, p.84).

e transformou-se em lugar de repouso, aprazível e de socialização, um espaço verdejante de estar (*viridarium*). Nas casas romanas o jardim era localizado em terreno adjacente à moradia ou fazendo parte dela como jardim interno (peristilo em torno de um pátio) onde inicialmente eram cultivadas hortaliças, ervas e árvores frutíferas. Com o tempo adquiriu status de estar aberto, verdejante, local de entretenimento e convívio social (figuras 8 e 9). As vilas urbanas e suburbanas eram dotadas de amplo terreno e de jardins de diferentes tamanhos, amplamente decorados, com uma subdivisão regular e geométrica dos canteiros, com vegetação, com pórticos e passeios, fontes e estátuas que cumpriam o papel de demonstrar a cultura e o status social do proprietário. Essa forma de organização acontecia principalmente nas famílias mais abastadas ou que queriam demonstrar seu prestígio perante a sociedade (Panzini, 2013).

Figuras 8 e 9: *Casa dei Vetti, Pompeia,* sec. I a.C. Planta baixa da casa. Perspectiva do peristilo e do jardim.



Fonte: *Google Arts & Culture*. Cromolitografia. Autores: Edoarda Cerillo, Antonio Sogliano e Vicenzo Loria, 1897. Disponível em: https://artsandculture.google.com/entity/casa-dos-vettii/m0cny9w?categoryid=place. Acesso em: 21 out. 2024.

A partir do séc. I d.C., após conquistas e domínios que incitaram riqueza e luxo nas famílias dominantes, o Jardim Romano assume a função de lazer e de ser cenário para festividades da classe dominante. O jardim tinha uma característica mais regular e simplicidade compositiva. Desenvolvia-se em pequenos pátios e terraços e apresentava elementos focais como esculturas, fontes, grutas pórticos etc. Os jardins eram concebidos

para despertar os sentidos humanos, principalmente da visão e do olfato, através do uso de plantas ornamentais e de técnicas de topiaria. Nunes coloca

> O uso de arbustos de cheiro era constante: alecrim, alfazema, rosa, loureiro, menta, murta, timo, etc. Possuía carvalhos, azevinhos, plátanos, choupos, castanheiras, acácias, figueiras, amendoeiras, pessegueiros, macieiras, videiras, ciprestes e pinheiros mansos. Utilizavam-se bastante na ornamentação dos jardins narcisos, papoilas, peónias, acantos, violetas, heras, maravilhas, goivos, açucenas, lírios, aloés e íris. Exemplos são a Vila Laurentina, perto de Roma, e a Villa Adriana, em Tivoli. (NUNES, 2010, p.5)

A paisagem botânica do mundo antigo apresenta o uso de determinadas espécies. A tamareira (*Phoenix dactylifera L.*), como representante das palmeiras, desponta como a mais representada nos baixos relevos e pinturas murais. Esta espécie tinha muitas utilidades, pois além de promover a sombra, fornecia frutos adocicados, vinho, vinagre, mel, farinha, fibras para cestos e revestimentos entre outras utilidades. Era símbolo de fecundidade às margens do Tigre, Eufrates e Nilo e na tradição cristã, mais tarde foi considerada o ícone da generosidade de Cristo. As coníferas também estavam muito presentes nos parques das planícies mesopotâmicas, assim como os plátanos (*Platanus orientalis L.*), nativo das montanhas da Pérsia, muito apreciado pelo porte e sombreamento que proporciona. Já no Egito os sicômoros (*Ficus sycomorus L.*) eram muito apreciados pelos frutos e sombra e simbolizavam a fertilidade. Outras espécies originárias da Ásia Central eram bastante utilizadas: a palmeira africana (*Hyphaene thebaica L.*); a figueira (Ficus carica L.); a amoreira (*Morus nigra L.*); o pessegueiro (*Prunus pérsica L., Batsch*); a nogueira (*Juglans regia L.*), a romãzeira (*Punica granata L.*); a videira (*Vitis vinífera L.*); a oliveira (*Olea europaea L.*) as duas últimas especialmente pelos seus frutos frescos e pela produção de vinho e óleo (Panzini, 2013).

Algumas árvores eram cultivadas pelo seu efeito decorativo e por serem utilizadas como matéria prima para a construção de edificações, móveis e embarcações. Foram elas: a acácia (*Acacia Mill.*); o cipreste (*Cupressus sempervirens L.*); o zimbro (*Juniperus L.*) e o cedro-do-líbano (*Cedrus libani A. Rich.*). Algumas frutíferas nativas silvestres eram comuns em densas boscagens como medronheiro (*Arbutus unedo L.*); sorveira (*Sorbus L.*); a macieira (*Malus Mill*) e a pereira (*Pyrus communis L.*). Oriundas da Ásia Menor vieram vários tipos de trigo e as frutíferas que se tornaram típicas do mediterrâneo como a videira, a figueira, a oliveira e a amoreira. Os romanos aperfeiçoaram a técnica da enxertia e difundiram

a cultura da videira em seu território. A transformação da paisagem deve-se à tríade oliveira-videira-trigo, do plantio de castanhais em montanhas e de pinheirais nas encostas direcionados à indústria romana (Panzini, 2013).

Na Idade Média, os jardins eram predominantemente reclusos. Espaços ajardinados públicos não eram usuais nas cidades medievais. Os jardins que existiam eram internos, intramuros (*hortus conclusus*), especialmente voltados à alimentação e ao desenvolvimento de medicamentos naturais em castelos, casas de barões e mosteiros. Nos mosteiros existiam várias áreas maiores ajardinadas com árvores frutíferas, videiras, hortaliças e flores para o altar, ou de corte (figuras 10 e 11). Porém, o espaço mais importante era onde eram cultivadas e estudadas plantas e ervas medicinais para curar as enfermidades que acometiam as pessoas dessa época (Laurie, 1975).

Figuras 10 e 11: Jardins de um mosteiro medieval. Croqui perspectivado. Xilogravura.

Fonte: Perspectiva de Laurie; Xilogravura *Fior di Virtu Hystoriato* de autor desconhecido, Florença, 1519. Laurie, 1975, p.20-21.

Os *hortus conclusus* eram lugares onde os monges produziam seus alimentos e também cultivavam ervas medicinais, frutíferas e plantas ornamentais. As implantações monásticas tinham um ou mais claustros (jardins internos localizados próximos à igreja do mosteiro). Eram lugares também destinados ao desenvolvimento intelectual e à meditação. Normalmente tinham forma quadrangular contornado por pórticos em uma circulação coberta aberta ao redor do jardim. Já nas famílias abastadas os jardins eram também lugares de prazer para as damas e os nobres, com seus canteiros floridos e ervas aromáticas e medicinais. Também neste período outras tipologias de espaços verdes faziam parte das paisagens medievais, como os campos abertos com as extensas lavouras, pomares e os

vinhedos. (Panzini, 2013)

O período medieval foi um período em que foram realizados manuscritos para registrar tradições e conhecimentos sobre formas de cultivo. Os primeiros manuscritos europeus sobre agricultura foram escritos entre 1299 e 1355, em doze tomos, pelo agrônomo italiano Pietro de Crescenzi. No seu tratado fazia a distinção de três tipos de jardins medievais de acordo com as condições de seus proprietários: os de pessoas mais humildes, os dos indivíduos de classe média e aqueles dos nobres e reis. Dizia ser importante construir os jardins em terreno plano, com canteiros para ervas e flores, protegidos por fileiras de árvores frutíferas. Estas serviam de cerca, ofereciam frutos e sombra nos dias quentes. Porém essa cerca não deveria ser muita densa ou fechada para "não matar a erva". Em geral os jardins tinham uma fonte de água ou poço ao centro ou um lago para criar peixes (para os dias de quaresma). Labirintos construídos com buxos ou ciprestes, eram presentes nos castelos. O trabalho de topiaria (figura 12), arte de podar árvores e arbustos, era bastante utilizado para organizar passagens e segmentar áreas do jardim fechado (Zabalbeascoa, 2013).

Figura 12: *Hortus conclusus* do Mosteiro Real de Santa Creus, Tarragona, Espanha, séc. XII-XIII.

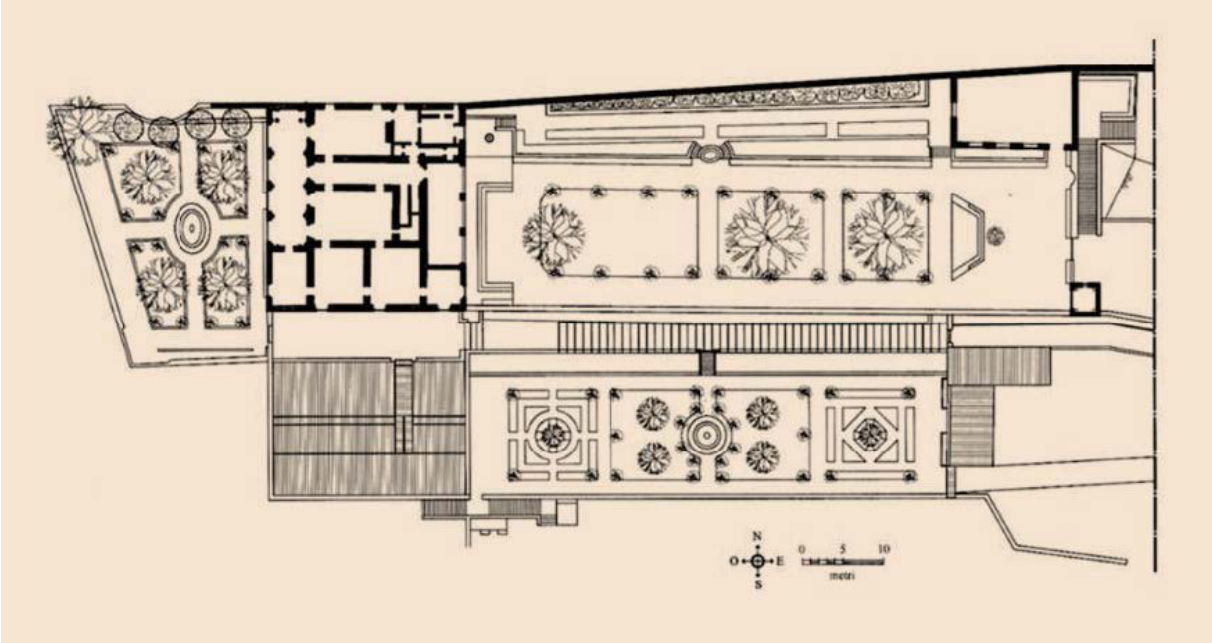
Fonte: *Generalitat de Cataluña*, *Patrimoni Cultural*. Disponível em: https://patrimoni.gencat.cat/es/coleccion/real-monasterio-de-santes-creus. Acesso em: 21 out. 2024.

A Itália foi o berço do Renascimento na Arquitetura da Paisagem. Diferentemente do que ocorreu no norte da Europa, desenvolveram-se poderosas e populosas cidades que se mantinham através de uma produção agrícola bem estruturada. Famílias abastadas investiram na modificação e secagem de áreas pantanosas e terraceamento de encostas das colinas para tornar esses lugares passíveis de desenvolver culturas. Promoveram a regulamentação para as intervenções hídricas e o aprimoramento de técnicas agrícolas. Além de Roma, cidades como Florença, Siena, Milão, Gênova e Veneza adquiriram um papel importante na produção agrícola e nas transações comerciais. As vilas surgem na paisagem serrana e rural como edificações que pertenciam aos grandes proprietários urbanos. Eram uma tipologia residencial para cidadãos que pretendiam viver no campo, cuidar das suas terras e plantações, mas também, ter momentos destinados ao lazer e às atividades culturais. (Panzini, 2013)

Na região da Toscana, destacaram-se os jardins das Vilas da família Medici como exemplares que reuniam beleza, arte, funcionalidade e uma integração harmônica com a paisagem local. A Villa Medici de Fiesole, construída em 1453 (figuras 13 e 14), foi uma das primeiras a ter o objetivo de ser destinada somente ao lazer e "entretenimento culto". O arquiteto Michelozzo di Bartolomeo Michelozzi utilizou no seu projeto vários princípios estéticos recomendados por Leon Battista Alberti para o desenvolvimento do projeto da vila. O edifício localiza-se sobre uma colina em posição estratégica para contemplar a vista da cidade e o vale do Arno, perto do vilarejo de Fiesole. Em razão do relevo íngreme, os jardins da Vila Fiesole foram dispostos em terraços conectados por rampas e escadas que se voltam para a paisagem do vale. Há uma integração entre as fachadas da edificação para determinadas porções do jardim através de arcadas (galerias) promovendo a integração interior e exterior (Panzini, 2013; Zabalbeascoa, 2013).

> A Vila Medici de Fiesole abandonava, portanto, o modelo do jardim fechado e protegido, passando a tirar partido da potencialidade do lugar e abrir-se para a paisagem. Ainda que se tratasse de um retiro agreste e não de um lugar de atividades produtivas, o prazer estético do campo bem cultivado enriquecia os panoramas que se desfrutavam dos seus terraços e lembrava a apreciação da ordenação do cultivo expressa pelos escritores latinos. A evocação da cultura antiga entrava assim, desde os exórdios, na conotação daquela forma regulada de jardim que será a seguir chamado de "jardim à italiana" (Panzini, 2013, pp. 220-221).

Figura 13: *Villa Medici Fiesole*, Toscana, Itália. Planta baixa dos jardins ao redor da casa.



Fonte: *Villa Medici Fiesole*. Disponível em: https://www.villamedicifiesole.it/. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 14: A paisagem e os jardins da *Villa Medici Fiesole*, Toscana, Itália.

Fonte: Wikimedia Commons. Autor da foto: Sailko, 2013. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=26436611. Acesso em: 21 out. 2024

A topiaria e os *parterres*[14] são muito utilizados nos jardins do Renascimento. A composição acontece através de uma organização simétrica rígida para os passeios e áreas de canteiros. Árvores recebem podas geometrizadas que as deixam alinhadas, escadarias conectam os terraços. Estátuas de santos, esculturas de divindades mitológicas e fontes são pontos de atração dos jardins. As espécies com flores mais utilizadas eram os lírios, as roseiras e craveiras, as violetas, tulipas e gladíolos. Mais tarde apareceram também as hortênsias, petúnias, magnólias, gardênias e begônias. Também foram utilizados azevinhos e ciprestes, pinheiros, oliveiras, loureiros e limoeiros. As bordaduras são compostas por buxos, murtas, alfazemas, alecrim e os compartimentos dos tabuleiros por flores e ervas como a manjerona, tomilho, serpão, sálvia e áreas com areias coloridas (Nunes, 2010).

Famílias abastadas como os Medici em Florença e os Farnese em Roma tiveram jardins especializados em plantas novas e raras. Os primeiros hortos botânicos serviram de suporte para pesquisas nas áreas médica e farmacêutica e eram denominados como *Hortus Medicus* ou *Hortus Simplicium*. Nesses lugares os pesquisadores podiam estudar ao vivo as plantas documentadas nos tratados e aprender a reconhecer as espécies por suas características morfológicas. Os primeiros jardins botânicos europeus foram em território italiano, o de Pisa (1543) e o de Pádua (em 1545). Os hortos botânicos tiveram na sua origem a paixão em adquirir raridades botânicas e a vontade de conhecer em profundidade as características botânicas das espécies vegetais, suas propriedades medicinais e farmacológicas. O fato de ser extremamente difícil trazer espécies vegetais de outros lugares, tanto em relação ao longo transporte quanto a necessidade de conhecimento sobre enxertia e aclimatação fez com que poucos pudessem realizar essa feita. (Panzini, 2013).

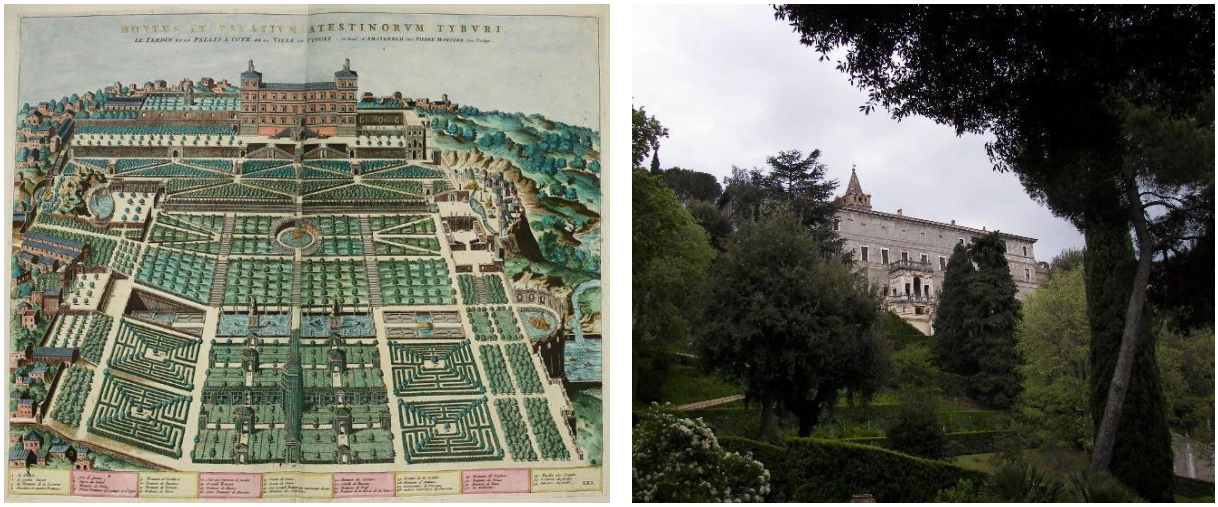
Uma das vilas italianas mais marcantes com jardins renascentistas voltados ao lazer é a Villa d'Este, na Comuna de Tivoli, região do Lácio. (figuras 15, 16, 17 e 18). Iniciou sua construção em 1560 a pedido do Cardeal Ippolito d'Este, governante da cidade na época. O complexo de seus jardins foi concebido por Pirro Ligorio, arquiteto e arqueólogo

[14] De acordo com o glossário de Panzini, parterre é um termo derivado do francês que significa "setor do jardim". A área do parterre possui um contorno com espécies vegetais ou com um elemento construído e uma composição interna geometrizada ou rebuscada (desenhos em volutas por exemplo) obtidos a partir de sebes em buxos ou outras espécies verdes plantadas sobre uma base de areia ou pedrisco colorido (Panzini, 2013, p.672).

do cardeal. Levando em consideração a morfologia do lugar dividiu a composição dos jardins em duas partes: uma íngreme que servia como embasamento do Palácio e outra artificialmente aplanada através de movimentos de terras. Na parte íngreme fez uso de rampas inclinadas oblíquas para tornar a subida mais confortável; a parte plana foi subdividida em um tabuleiro xadrez com alamedas ortogonais entre si. Há um eixo central que concorda com a entrada do palácio e atravessa todo o complexo através de um caminho com estátuas, fontes e nichos arquitetônicos. As quedas d'água mais exuberantes localizam-se nas duas extremidades do complexo deste imenso jardim: a Fonte do Ovato e a Fonte da Rometta. São conectadas por uma alameda transversal que apresenta um jogo de águas em sua extensão, chamada de Alameda das Cem Fontes (Panzini, 2013).

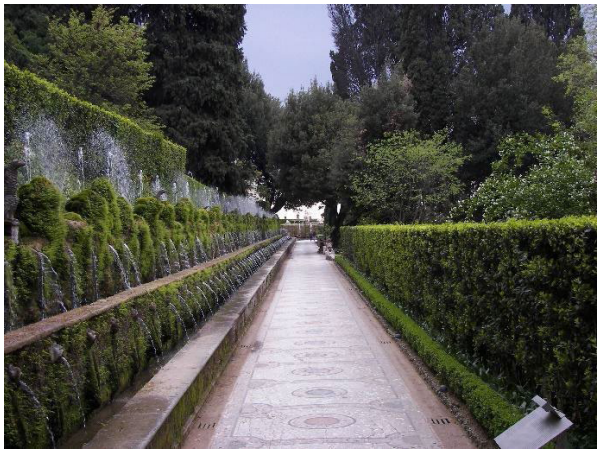
O paisagismo renascentista atingiu seu esplendor na Itália e na França nas classes mais altas e na elite política e intelectual. Porém outros países como Holanda e Espanha também utilizaram esse estilo geometrizado em planos de jardins. Todas as relações entre os elementos que configuram o jardim eram minuciosamente estudadas, planos e texturas do solo, céu, elementos de água e geometria rigorosa criando enormes jardins de lazer evidenciando um forte contraste entre a futilidade e a vida intelectual das sociedades do período da Renascença (Waterman, 2011).

Figuras 15 e 16: *Villa d'Este*, *Tivoli*, região do Lácio, Itália. Desenho dos Jardins da Villa d'Este. Fotografia da rampa do jardim em direção ao palácio.



Fonte: Wikimedia Commons. Autor do desenho: Étienne Dupérac, sec. XVI. Disponível em: Dupérac, Étienne - Gardens at Villa d'Este - 1560-1575.jpg - Wikimedia Commons. Autor da fotografia: Wknight94, 2008. Disponível em: https:// commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=5897558 . Acesso em: 21 out. 2024.

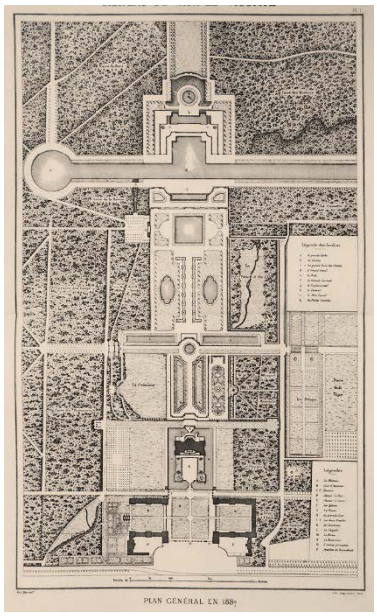
Figuras 17 e 18: *Villa d'Este*, *Tivoli*, região do Lácio, Itália. Fotografia da Alameda das Cem Fontes. Fotografia da Fonte do Ovato.



Fonte: Wikimedia Commons. Autores: Wknight94 (2008) e Dnalor 01(2005). Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=5893129 e https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=32704220. Acesso em: 21 out. 2024.

Na França o Renascimento emerge como arte de estado. Extensas áreas foram ajardinadas junto a Castelos no período entre 1600 e 1700. Os jardins neste período alcançaram o status de arte e de demonstração de poder econômico e político. Destacam-se como emblemáticos desse pensamento os jardins do Castelo Vaux-le-Vicomte e do Palácio de Versalhes, ambos projetados pelo paisagista André Le Nôtre. Para a realização dos jardins do Castelo Vaux-le-Vicomte (figuras 19 e 20) foram demolidos vilarejos, realizadas grandes movimentações de terra e até a modificação do curso natural de um rio em um canal regular. A residência se tornava o principal ponto focal da composição. Os jardins franceses seguiam uma organização simétrica bilateral a partir de um eixo perspectivo monumental o qual se estendia sobre o terreno. Os jardins organizavam-se no seu entorno de forma simétrica e regular, preferencialmente quadrangular, por vezes com linhas diagonais, utilizando o conhecimento da perspectiva e matemática para obter as melhores visuais a partir do principal ponto de vista que partia do Castelo (Panzini, 2013).

Figuras 19 e 20: *Château Vaux-le-Vicomte,* França. Plano geral de 1887. Fotografia do eixo perspectivo e parterres dos jardins.



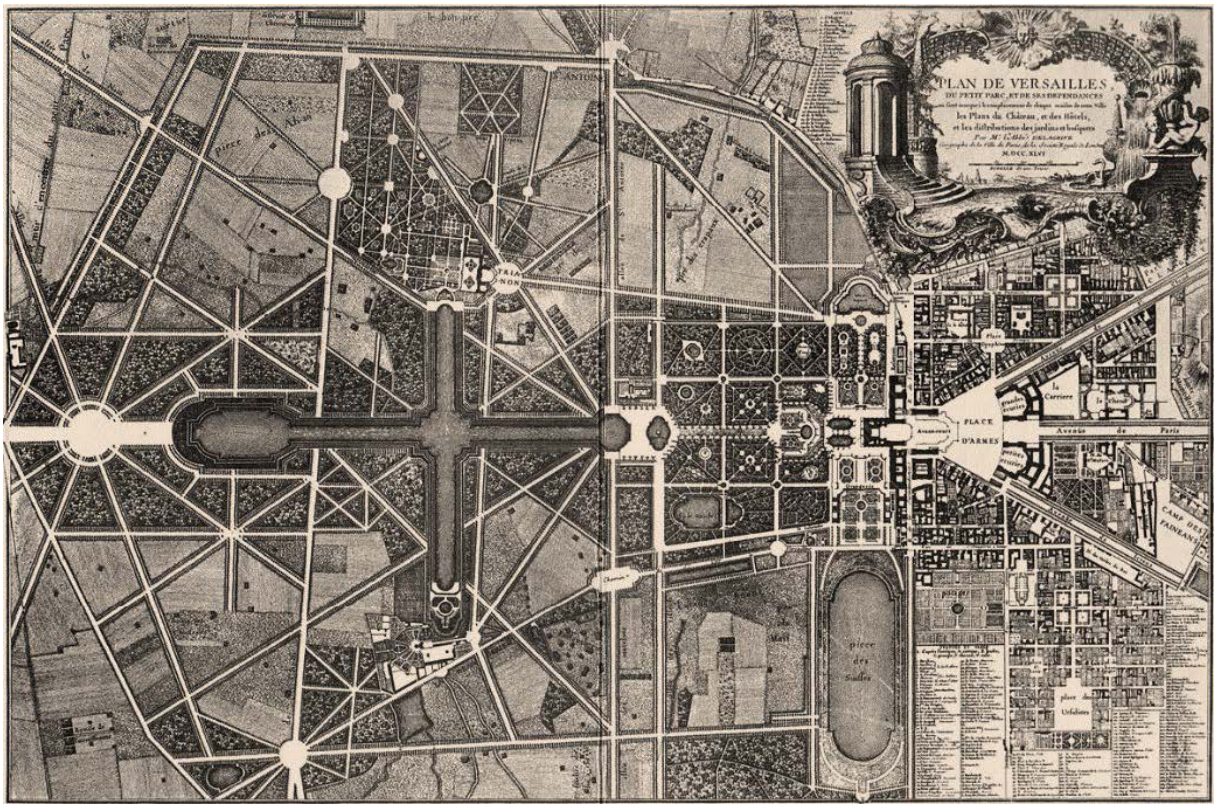
Fonte: Escuela de Arquitectura Universidad de Navarra. Disponível em: https://www.unav.es/ha/006-VILL/fr-vaux-gardens.htm. Fotografia de Esther Westerveld, 2011. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=16062157. Acesso em: 21 out. 2024.

Esta maneira francesa de compor o jardim, que se libertou dos muros e se estendeu à natureza foi uma mudança profunda de atitude no projeto. As linhas geometrizadas e controladas encontram-se com a natureza selvagem que não parece mais tão hostil aos olhos dos homens. O projeto de caráter monumental enfatiza a ideia de poder e de domínio da natureza. A ostentação imbuída no desenho dos jardins é percebida através das dimensões monumentais e da riqueza nos detalhes dos elementos utilizados no jardim. Esse imenso jardim encomendado por Nicolas Fouquet (tesoureiro de Luís XIV) ao paisagista André Le Nôtre não foi bem recebido pelo rei que sentiu-se atacado em sua dignidade soberana. O rei mandou prender Fouquet após a inauguração do palácio alegando altos gastos na realização da obra. No entanto, o próprio rei após esse episódio contratou André Le Nôtre para fazer o jardim do Palácio de Versalhes (Moore; Mitchell; Turnbull Jr., 2011).

Os jardins do Palácio de Versalhes (figuras 21 e 22) foram projetados aproveitando o desnível natural do terreno, em uma sequência de platôs e taludes suaves em uma composição que se estendia por meio de perspectivas ao limite visual. O projeto tinha uma escala territorial pois englobava a cidadezinha de Versalhes para além do palácio e do parque. O rei participou do desenho do jardim e escolheu elementos simbólicos que influenciaram as formas utilizadas nos jardins inspirados na história de Apolo, deus do sol do período clássico. Sistemas hidráulicos sofisticados foram criados para alimentar fontes

de diferentes tipos, tanques de água e o sistema de irrigação dos jardins, além de técnicas de silvicultura e aclimatação botânica avançadas neste projeto monumental. *Parterres* de diferentes tipos e grandes alamedas compuseram este grandioso jardim que se impõe na paisagem. (Panzini, 2013).

Figura 21: *Château de Versailles*, França. Plano dos jardins do Palácio de Versalhes.



Fonte: Wikimedia Commons. Autor: Jean Delagrive,1746. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=725764. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 22: *Château de Versailles*, França. Fotografia do eixo perspectivo dos jardins.

Fonte: *Site Château de Versailles*. Disponível em: https://www.chateauversailles.fr/sites/default/files/styles/reseaux_sociaux/public/visuels_principaux/lieux/cthomas_garnier_dsc00459.jpg?itok=IlS6Q2D7. Acesso em: 21 out. 2024.

2.3.2 O princípio de recriar uma paisagem natural

Os jardins japoneses e chineses, são compostos de maneira a representar um mundo em forma de jardim. A ideia de integração com o meio natural de maneira sutil pegando "emprestado" a própria paisagem existente, ou de recriar uma paisagem natural a partir de uma interpretação filosófica de seus elementos constitutivos são atitudes presentes no modo oriental de fazer um jardim. Doutrinas filosóficas como o Confucionismo e o Taoísmo fundamentaram a concepção de jardins na China; já no Japão foram importantes o Xintoísmo e o Budismo. O jardim chinês era espaço de sociabilidade da moradia familiar e lugar voltado à meditação e à contemplação da natureza. As diretrizes para a concepção de um jardim chinês, de um parque, a escolha de um sítio ou mesmo o planejamento de uma cidade foram influenciadas pela prática da geomancia chinesa, mais conhecido como *feng-shui* ("vento-água"). O geomante analisava o sítio, a provisão hídrica, indicava a melhor orientação para a localização dos elementos construídos e dos espaços verdes. Se o sítio não fosse adequado em sua totalidade, modificações eram sugeridas. Os jardins não eram subordinados ao projeto de arquitetura, que era regular em termos geométricos. Panzini assevera: "Se a construção doméstica respondia aos princípios do confucionismo, o espaço verde, em sua busca de uma naturalidade concentrada e alusiva, remetia antes aos ditames do taoísmo" (Panzini, 2013, p.364).

A palavra "Jardim" em mandarim é a soma de dois conceitos: água e terra. Os jardins chineses buscavam expressar a beleza das paisagens naturais das montanhas e das águas com a utilização e recriação desses elementos naturais. Montanhas, rios e lagos eram representados em acordo com a escala do jardim e podem ser compreendidos como elementos compositivos do plano paisagístico do jardim chinês. Em razão da estreita relação do desenho dos jardins com as doutrinas filosóficas de Lao-Tsé, Confúcio e Buda, muitos destes espaços verdes foram criados por monges, estudiosos e poetas (Zabalbeascoa, 2013).

A pintura da paisagem foi importante nas origens e raízes dos jardins chineses. O sistema meritocrático chinês exigia que seus altos funcionários estatais estudassem pintura, poesia e caligrafia. Essas artes acabaram sendo expressas no desenho dos jardins, pois seus donos em maioria faziam parte dessa aristocracia do Estado. Os lugares apresentados nas pinturas poderiam ser reais ou imaginados, e estarem representando ideais e peças

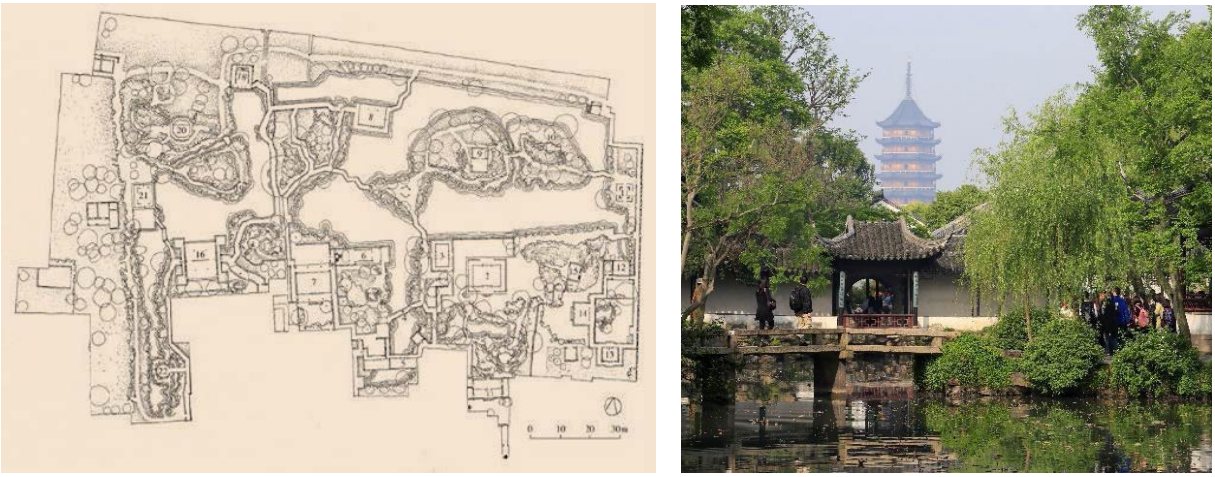
literárias, porém não tinham intenção de serem graficamente realistas. A representação da paisagem era fragmentada, muitas vezes várias perspectivas em um rolo de papel, com objetivo de mostrar um microcosmo natural. Essa revelação lenta, em "cenas", foi transposta para a maneira de se fazer o jardim chinês. Diferenças de níveis, anteparos e conexões (muros com portas que conectam setores em diferentes formatos), trilhas serpenteantes, diferentes pavimentos, pavilhões compunham as cenas do jardim. Rochas e água como elementos primordiais representando a harmonia e dualidade do cosmos, o yin e o yang, as forças masculinas e femininas, compondo e harmonizando os espaços do jardim. O conhecimento filosófico do *feng-shui* era aplicado no projeto de arquitetura paisagística e eixos retilíneos eram evitados. Eram utilizados caminhos sinuosos, pontes em ziguezague, para que as boas energias e correntes "qi" fluíssem através do espaço trazendo boa sorte e prosperidade (Panzini, 2013).

A ideia de um jardim acompanhar e expressar as diferentes estações associa-se ao uso de determinadas plantas que florescem ou modificam seu aspecto em determinada estação do ano. As magnólias (*Magnolia denudata Desoruss*) e as peônias (*Paeonia suffructicosa Andr.*) estavam relacionadas à primavera; as glicínias (*Wisteria sinensis Sweet*), rosas em diferentes tipos e lótus (*Nelumbo nucifera Gaertn.*) floresciam no verão; no outono eram apreciados os crisântemos (*Crissanthemum morifolium Ram.*) e os sicômoros; e no inverno as camélias (*Camellia sinensis L.*), o calicanto (*Chimonanthus praecox L.*), os bambus, e as cerejeiras nas espécies de florescimento precoce. Lótus e ninféias eram bastante utilizadas nos lagos e tinham seu desenvolvimento controlado. Também no design do jardim era procurado o efeito de colocar lado a lado espécies com texturas de folhagens e cores que se destacam entre si e espécies muito ornamentais pela folhagem caracterizando zonas de cultivo. Destacam-se os pinheiros, bambu, salgueiros (*Salix babylonica L.*), bananeiras (*Musa sapientium L.*); álamos, tuias, plantas frutíferas como pessegueiro e ameixeira, árvore-dos-pagodes (*Sophora japonica L.*) com flores amarelas, jasmim (*Jasminum sambac [L.] Aiton*), hibisco (*Hibiscus mutabilis L.*) a begônia (*Begonia evansina Andr.*), o resedá (*Lagerstroemia indica L.*) (Panzini, 2013).

Na Província de Jiangsu, na China, existem alguns jardins que representam as melhores personificações dos jardins chineses de "Montanha e Água". São os jardins clássicos de Suzhou que são considerados patrimônio mundial pela UNESCO. Foram concebidos com a influência do estilo poético dos pintores, que representavam paisagens

tradicionais chinesas a mão livre. Estes jardins expressam os gostos e preferências estéticas de antigos intelectuais chineses em relação à arte do paisagismo. Recriam a natureza artisticamente a partir do espaço disponível que lhes foi fornecido. Estes jardins estão localizados em uma região que foi preservada e que lhes fornece a atmosfera e o espírito artístico do cenário urbano que os envolve. Um dos jardins mais famosos é o *Zhuo Zheng Yan* (figuras 23 e 24), Jardim do administrador humilde (UNESCO, Jardins classiques de Suzhou, https://whc.unesco.org/en/list/813/).

Figuras 23 e 24: *Zhuo Zheng Yuan*, Jardim do Administrador Humilde. Planta baixa. Fotografia do jardim.



Fonte: Planta *Site Asian Tradition Architecture*. Disponível em: http://ata.hannam.ac.kr/garden/garden-c/zhuo-plan.jpg. Wikimedia Commons. Fotografia de Zhangzhugang, 2015. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=44845273. Acesso em: 21 out. 2024.

Os jardins japoneses tiveram a influência da China, principalmente nos espaços verdes da aristocracia e nos grandes parques. As religiões também influenciaram o modo de compreender os espaços abertos e produzi-los. O Xintoísmo, religião de origem no Japão, professa a divindade da natureza através dos *Kami*, espíritos de deuses associados a lugares, fenômenos físicos ou seres vivos que possuem "[...]um poder gerador de reverência ou temor [...]" (Panzini, 2013, p. 407). Os *Kami* normalmente foram associados a lugares específicos que evocavam a presença de determinado poder gerador ou espírito. A maneira de marcar o espaço sagrado na natureza o qual é atribuído um poder espiritual, como um templo xintoísta na paisagem, era deixar uma área não plantada, limpa (faixa de respeito), ao redor do elemento natural sagrado. Este elemento, que poderia ser uma árvore ou rocha, era envolto em uma corda de palha de arroz para marcar a sua qualidade especial frente aos demais elementos naturais A área ou faixa de respeito era demarcada

com seixos soltos, claros e ou escuros, destacando o plano do piso do restante. Em áreas sagradas maiores, como bosques por exemplo, as entradas poderão aparecer demarcadas com portões e os lugares mais sagrados demarcados com a faixa de respeito, área não plantada coberta com seixos. Com o tempo, essa área aberta e seca passou a fazer parte da composição dos jardins monásticos destacando os templos (Panzini, 2013).

O Budismo e o Taoísmo foram introduzidos no Japão através da China e influenciaram a arquitetura dos jardins para a criação de paisagens voltadas à meditação, paisagens recriadas em miniatura, paisagens de cenas e de simbologias. Algumas vertentes se destacaram: os jardins do espírito e os jardins do movimento. Os jardins do espírito foram influenciados pela doutrina zen e eram elaborados para serem utilizados como espaços auxiliares à prática da meditação e à cerimônia do chá. Alguns deles não tinham o elemento água, porém este era representado de alguma forma na composição do jardim. Os jardins secos ou *Karesansui* (figura 25), utilizavam pedras, espécies vegetais e pedrisco claro trabalhado na superfície com rastelos de madeira (Panzini, 2013).

Os elementos principais de um jardim japonês são as pedras, a água e a vegetação. Elementos como lanternas, pontes e pagodes também podem estar presentes, mas são secundários. Alguns livros de jardins japoneses do século XV ilustram como compor um mundo "natural" através de determinados elementos organizados de maneira planejada (figura 26). As unidades compositivas são diferentes em relação às formas e volumes e são distribuídas de maneira a buscar um equilíbrio assimétrico. Os elementos não precisam estar todos presentes, porém cada parte tem uma importância simbólica e necessita ser compreendida individualmente. São eles: a pedra guardiã (1); uma pequena colina ou rocha próxima a pedra guardiã (2); uma montanha na lateral esquerda (3); uma praia de areia (4); uma montanha próxima a praia de areia na direita (5); uma montanha distante atrás de tudo (6); uma montanha à esquerda no meio (7); uma montanha arredondada a direita (8); uma ilha central (9); uma pedra da adoração (10); uma ilha do mestre (11); a ilha do convidado (12); a saída do lago (13); a cascata – fonte de água para o lago (14); o lago – centro do jardim (15) e a grande praia (16) (Moore; Mitchell; Turnbull Jr., 2011).

Figura 25: *Karesansui* ou jardim zen japonês. Antiga Kyoto, Japão.

Fonte: UNESCO. Monumentos Históricos da Antiga Kyoto (Kyoto, Uji e Otsu Cities), Japão. Fotografia de Giovanni Boccardi, 1 jan. 2006. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/documents/112526. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 26: Composição de um jardim japonês ao redor de uma pedra guardiã.

Fonte: Ilustração. Moore; Mitchell; Turnbull Jr., 2011, p.28.

A pedra guardiã e o lago são elementos centrais no jardim. Para parecer mais natural a pedra poderá ser enterrada em parte. Quando o jardim for de dimensões pequenas o lago pode ser substituído por uma superfície de seixos ou areia rastelada. As montanhas (as elevações em forma de colinas) são elementos que provocam a sensação de profundidade no jardim e suas distribuições e localizações (em planos sobrepostos) promovem equilíbrio na composição do jardim. A praia de areia (em areia fina) remete às praias naturais e, a grande praia deve ser pensada em detalhes pela proximidade. Se a praia for de seixos devem ser escolhidos para ter aspecto mais natural. A cascata se conecta ao lago e é fonte de água de um sistema vivo, representa "toda a água do planeta". A ilha central é considerada "a única sobrevivente das misteriosas ilhas Afortunadas, onde se diz que os mortais da tradição chinesa antiga encontravam a felicidade eterna". A ilha do mestre é um lugar para surpreender sem atrapalhar o conjunto, onde são implantadas plantas especiais. A pedra da adoração é um convite à presença em corpo e espírito (Moore; Mitchell; Turnbull Jr., 2011).

Os jardins da Antiga Kyoto são exemplares da arte paisagística japonesa. Em conjunto com outros monumentos, como a tradicional arquitetura religiosa em madeira, expressam a cultura nipônica e estão inscritos na lista do patrimônio mundial como "Monumentos Históricos da Antiga Kyoto, Japão" (figuras 27 e 28). A maior parte dos edifícios e jardins que compõem esse conjunto foram construídos ou projetados entre os séculos X e XVII. Até meados do século XIX, Kyoto foi capital imperial e um importante centro cultural no Japão. O modo japonês de fazer jardins influenciou paisagistas em todo o mundo a partir do século XIX. (UNESCO, Monuments historiques de l'ancienne Kyoto, https://whc.unesco.org/en/list/688).

Com relação à paleta botânica, as espécies de árvores frequentemente encontradas em jardins japoneses são: pinheiro-vermelho-japonês (*Pinus densiflora Sieb. & Zuc*c.), o pinheiro-branco-japonês (*Pinus parviflora Sieb & Zucc.*), o cipreste sawara (*Chamaecyparis pisifera Endl.*), a criptoméria (*Crytomeria japonica D.Don*), bordo-japonês (*Acer palmatum Thumb.*), a árvore-katsura (*Cercidiphyllum japonicum Sieb. & Zucc.*), o ginkgo (*Ginkgo biloba L.*), o quiri-japonês (*Paulownia tomentosa Steudel*) e o salgueiro (*Salix babiylonica L.*). Outras espécies podem ser encontradas também como: ameixeiras (*Prunus mume Sieb. & Zucc.*), cerejeiras de flor (*Prunus speciosa Koidz e Prunus jamasakura Sieb. & Koidz.*) sóforas-do-japão (*Sophora japonica L.*), catalpas-chinesas (*Catalpa ovata G. Don*). Outras plantas de florescimento

sazonal também podem estar presentes como: chá ou chá-da-índia (*Camellia sinensis L.*) no inverno; cerejeiras ornamentais, azaléias (*Rhododendron sp.*) e glicínias (*Wisteria sinensis Sweet*) na primavera, íris (*Iris japonica L.*, *Iris kaempferi Sieb.*, *Iris laevigata Fish.*) no verão, crisântemo (*Chrysanthemum sp.*) no outono (Panzini, 2013).

Figura 27: O *Kinkaku-ji* ou Templo do Pavilhão Dourado, e Kyōko-chi ou lago espelhado. Antiga Kyoto, Japão.

Fonte: UNESCO. Monumentos Históricos da Antiga Kyoto (Kyoto, Uji e Otsu Cities), Japão. Fotografia de Vesna Vujicic-Lugassy. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/documents/122729. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 28: Texturas e cores da vegetação refletidas no lago espelhado. Antiga Kyoto, Japão.

Fonte: UNESCO. Monumentos Históricos da Antiga Kyoto (Kyoto, Uji e Otsu Cities), Japão. Fotografia de Vesna Vujicic-Lugassy. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/documents/122738. Acesso em: 21 out. 2024.

As paisagens inglesas idealizadas para representar um ambiente mais próximo do natural também foram referência na composição de jardins através do mundo, principalmente em relação à tipologia de parques. No Reino Unido a partir do século XVIII, em um contexto político de revoluções e econômico de mudanças, o valor dos solos agrários cresceu em razão de uma série de leis "[...] que transformaram a agricultura britânica de sistema comunitário de cultivo em regime baseado na propriedade privada." (Panzini, 2013, p.436). Essas ações fizeram com que investimentos mais suntuosos fossem realizados nas áreas rurais e começaram a surgir residências de campo de grande porte com um tratamento paisagístico diferente. A rejeição do estilo geométrico muito utilizado na França e Itália fez evoluir um estilo que valorizava a paisagem natural e que procurava integrar-se a ela, de maneira mais livre, muito inspirada no cenário de pinturas de alguns artistas da época e na arquitetura do mundo antigo, grega e romana.

A ideia romântica do pitoresco e de uma aproximação compositiva inspirada em uma imagem de ambiente natural passaram a ser valorizadas em propostas, planos e projetos de paisagismo. Lagos artificiais, colinas verdes gramadas e arranjos arbóreos semelhantes ao que se via nas obras de artistas pintores de paisagens faziam parte dos estilemas utilizados. Destacaram-se os arquitetos paisagistas William Kent, Charles Bridgeman e Lancelot Brown[15] no estilo naturalista denominado jardim inglês. As propostas destes profissionais revolucionaram a maneira de projetar paisagens e tiveram uma influência significativa no planejamento e concepção de parques pelo mundo e nas bases conceituais do paisagismo moderno (Waterman, 2011).

Essa nova maneira de fazer jardins e de idealizar paisagens aproveitando as potencialidades da paisagem natural parece ter acontecido também pela influência dos jardins chineses na cultura europeia. Missionários jesuítas trouxeram ao ambiente europeu informações sobre a maneira asiática de compor jardins a partir do final do século XVI e contribuíram na direção da composição de espaços ajardinados entendidos como narrativas elaboradas por meio da sucessão de cenas. Alguns nomes destacam-se entre os jesuítas missionários que documentaram suas memórias e realizaram pinturas dos jardins chineses:

[15] De acordo com Waterman (2011, p.34) Lancelot Brown era conhecido como "Capability Brown" em razão da sua habilidade de explorar e valorizar a "capacidade" ou "potencialidade" das paisagens as quais intervia, explorando e fazendo referência ao "espírito do lugar" ou "genius loci".

os italianos Matteo Ricci (1552-1610) e Martino Martini (1614-1661); e os franceses Jean-Denis Attiret e Pierre Martial Cibot (1727-1780). Panzini descreve

> Nos primeiros anos de missão, os jesuítas expressaram, juntamente com uma evidente fascinação, uma certa perplexidade diante de jardins que pareciam confusos e labirínticos e, em todo caso, muito diferentes dos europeus. Com o tempo, porém, eles demonstraram compreender e apreciar sua estética baseada na surpresa, na assimetria, na manipulação das formas naturais e começaram até a recomendar esse estilo aos europeus, apontando nele uma pronunciada economia de meios e gestão, em contraposição ao custo exorbitante dos grandes parques formais à francesa (Panzini, 2013, p.445).

Alguns jardins marcaram essa mudança de postura na arquitetura da paisagem, como os grandes parques vinculados a edificações grandiosas, verdadeiros palácios, nas áreas rurais da Inglaterra. Lancelot Brown, mais conhecido como "*Capability Brown*", foi quem desenvolveu e amadureceu esse estilo de jardim naturalista. Tinha como estratégia reconhecer o ambiente existente e intervir de maneira a valorizar as potencialidades da paisagem, seguindo uma estética de formas mais sutis e suaves, eliminando aquilo que considerava dissonante na paisagem. O resultado era dinâmico, topografia ondulada, matas em ritmo sinuoso, cascatas, laguinhos "acomodados com cuidado" e pequenas arquiteturas que refletiam nas águas dos lagos. Utilizava grupos de árvores autóctones, sempre verdes e decíduas, com plantio alternado e espécies exóticas isoladas e destacadas para efeito ornamental (Panzini, 2013).

O parque romântico do Palácio de Blenheim (figuras 29 e 30) foi uma obra emblemática na mudança na maneira de fazer jardins e na adoção do estilo naturalista no planejamento de espaços abertos verdes. Localizado em Oxfordshire, o Palácio de Blenheim foi projetado e construído entre 1705 e 1722, por John Vanbrugh e Nicholas Hawksmoor, em estilo eclético. A partir de 1761 Lancelot "*Capability*" Brown interveio nos espaços verdes, criou dois lagos, um dique, naturalizou as formas dos bosques e acrescentou grupos de árvores esparsas para tornar a paisagem anteriormente monumental em poética (Unesco, https://whc.unesco.org/en/list/425/; Panzini, 2013).

Figura 29: Parque do Palácio de Blenheim, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Fonte: UNESCO. *Blenheim Palace*. Fotografia de Amos Chapple. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/documents/126709. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 30: Jardins formais do Palácio de Blenheim, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Fonte: UNESCO. B*lenheim Palace*. Fotografia de mazzle278. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/documents/109589. Acesso em: 21 out. 2024.

O estilo naturalista de compor jardins espalhou-se pelo território europeu. Na segunda metade do século XVIII a tendência em fazer ordenações cenográficas, com ar pitoresco, surgiram e demarcaram uma fase mais romântica desse movimento. Como símbolo dessa fase destaca-se o Studley Royal Park, incluindo as Ruínas da Abadia de Fountains, na região de York, concebido por John Aislabie (1660-1742) (figuras 31, 32

e 33). Este parque é um exemplo de jardim inglês, notável pela ordenação original e apresenta um dos jardins aquáticos mais impressionantes da Inglaterra. Em consonância com as ideias do estilo, utiliza visuais "emprestadas" da paisagem natural circundante na composição e disposição dos elementos do jardim. Apresenta, canais, edifícios espalhados no jardim, sebes, grandes gramados, cascatas, estátuas entre outros elementos (Unesco, Studley Royal Park, https://whc.unesco.org/en/list/372/; Panzini, 2013).

Figura 31: *Studley Royal Park*. Imagem de satélite. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Fonte: Captura de Tela OpenStreetMap, 2024.

Figura 32: *Studley Royal Park*. Ao fundo as ruínas Fountains Abbey. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Fonte: UNESCO. *Studley Royal Park*. Fotografia de Andrew Butler, 1 out. 2011. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/documents/169840. Acesso em: 21 out. 2024.

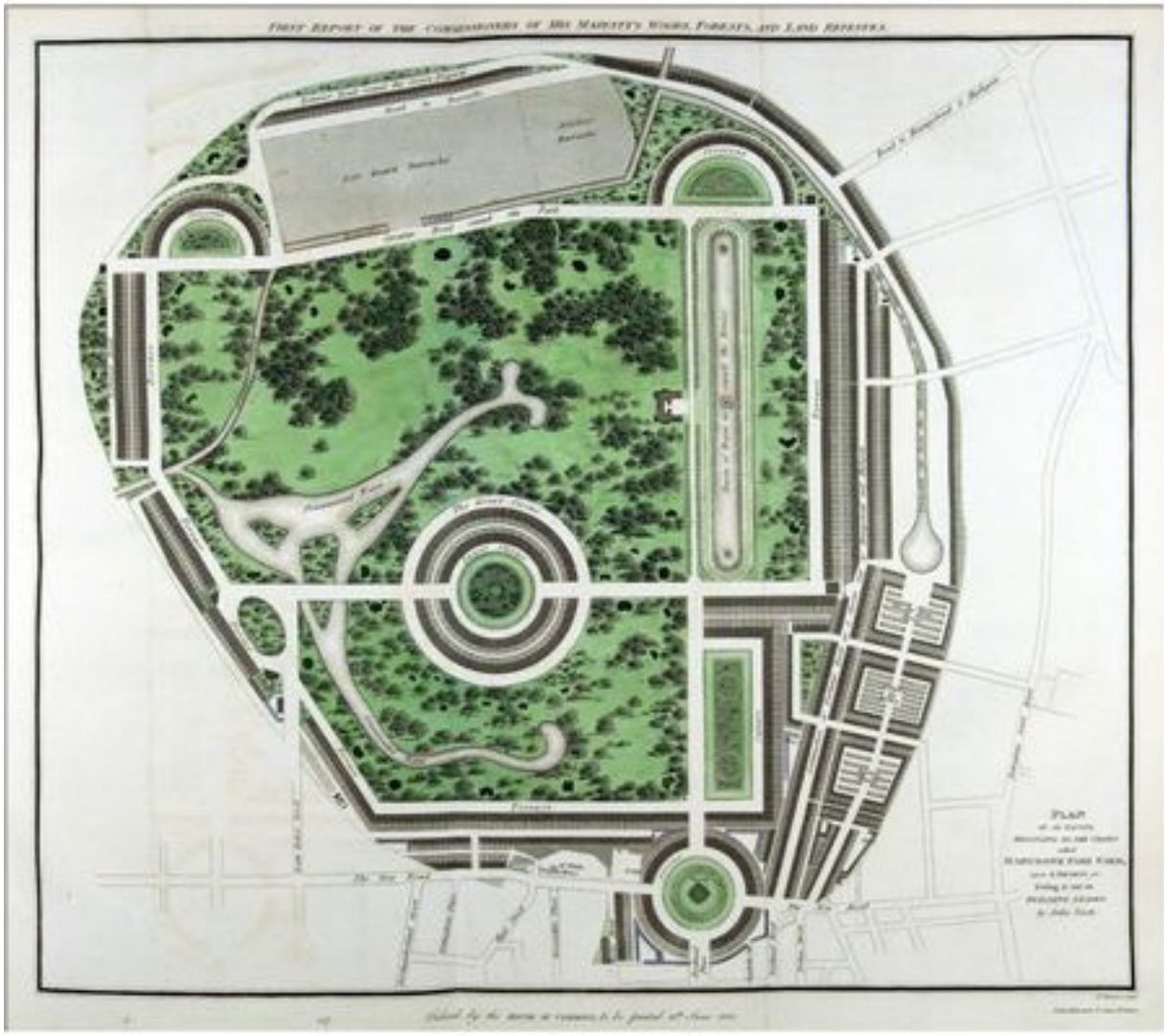
Figura 33: *Studley Royal Park,* Moon Ponds e Temple of Piety. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Fonte: UNESCO. *Studley Royal Park*. Fotografia de Andrew Butler, 1 nov. 2009. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/documents/169839. Acesso em: 21 out. 2024.

O primeiro parque público destinado não somente ao passeio, mas para outras atividades específicas como a prática de esportes, foi o *Englischer Garten* de Munique, em 1789. A exemplo deste parque, na primeira metade do século XIX, outros começam a ser realizados na Europa seguindo estas demandas de novos anseios e comportamentos das sociedades. Os espaços abertos ajardinados não têm mais somente o objetivo da *promenade,* necessitam acolher outras atividades de lazer como esportes, brincadeiras, espaços temáticos e voltados à educação (Magnoli, 2006). Esta diversidade de funções também influencia novas formas de subdividir e compor os espaços. Uma linguagem projetual "compósita" ou hibrida (partes em formas geométricas regulares e outras partes em linhas sinuosas mais fluidas) começa a aparecer na organização da estrutura espacial de parques. O *Regent's Park* (figura 34), projeto de John Nash em 1812, é um exemplo desta nova maneira de fazer jardins em grandes áreas, embora o parque inicialmente tenha sido um empreendimento de caráter privado em propriedade do príncipe regente George IV. A proposta tinha como ponto inicial a residência do regente no centro de uma forma circular central com via carroçável ao redor. No entorno deste grande círculo existiam

áreas de bosques e um lago com formas sinuosas e alongado que passava por baixo da via principal de acesso à residência do regente conectando através da água duas grandes áreas verdes. No perímetro deste parque vias arborizadas retilíneas e residências neoclássicas foram construídas e vendidas financiando boa parte do empreendimento. Nas décadas seguintes foi sendo transformado, adquirindo canteiros com espécies arbustivas de folhagem ornamental e *parterres* floridos, demonstrando apreço pela jardinagem e por espécies exóticas. (Panzini, 2013).

Figura 34: *Regent's Park*, projeto de John Nash, 1812, Londres, Inglaterra.



Fonte: Pinterest.com. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/504614333253312646/. Acesso em: 21 out. 2024.

Os parques públicos de Paris realizados no século XIX tiveram inspiração nos parques e *squares* ingleses e aliaram a isso o que tinha de mais avançado em tecnologia na época para sua realização. Diversos parques foram projetados em distintas áreas da cidade

para contemplar os diferentes públicos. E assim, pela primeira vez um sistema de parques é construído com intenção de atender a toda uma população e nãos somente as elites. Os parques foram planejados por Jean-Charles Adolphe Alphand, responsável pelo *Service des Promenades et Plantations de la Ville de Paris*, com auxílio de Jean-Pierre Barillet-Deschamps, colaborador de projeto e jardineiro-chefe da cidade. A característica principal destes parques estava no emprego de um traçado predominantemente orgânico (linhas sinuosas), presença de lagos, bosques e arvoredos, extensos gramados, arranjos arbustivos e florais, elementos decorativos e construídos com pedras como cascatas, fontes, pontes, mobiliário e gradis em metal, além de obras de arte espalhadas pelo parque. A exemplo deste tipo de ambiência o *Parc de Montsouris* (figuras 35 e 36), concebido na segunda metade do século XIX, que foi planejado conjuntamente com outros parques, *Parc des Buttes-Chaumont*, *Parc Bois de Boulogne* e *Parc Bois de Vincennes*, que ocupavam diferentes lugares e tinham objetivo de atender os distintos bairros de Paris.

Figura 35: *Plan du Parc de Montsouris, Service des Promenades e Plantations,* Paris, França.

Fonte: Pinterest.com. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/635992778657312696/. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 36: *Le Parc Montsouris en 1900,* Paris, França.

Fonte: Pinterest.com. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/163537030212972241/. Acesso em: 21 out. 2024.

A França foi um país precursor na implementação de tipologias de jardins públicos através da construção de avenidas arborizadas, praças e parques oriundos de uma profunda renovação urbana. A cidade de Paris no século XIX, no período em que George-Eugène Haussmann foi nomeado prefeito por Napoleão III (Charles-Louis-Napoléon Bonaparte), deveria adequar-se para exprimir uma "[...] filosofia social defensora da colaboração entre as classes sociais [...]" (Panzini, 2013, p. 495). O objetivo desta "expansão verde" era "[...] democratizar o acesso e a distribuição dos jardins por toda a cidade para que esses espaços exercessem uma nova função social" (Dourado, 2011, p.29). Napoleão III acreditava que a acessibilidade aos jardins surtiria efeito positivo nos trabalhadores, civilizando esses grupos sociais e apaziguando as massas de operários para assim evitar conflitos sociais. Além das questões de ordem social e política, também buscavam melhorar a habitabilidade nos centros urbanos e diminuir as doenças causadas pelas condições insalubres que propiciavam a propagação de doenças.

Porém, essa valorização do verde voltada ao bem-estar das pessoas já era estimulada no século XVIII no continente europeu. Na Inglaterra setecentista a jardinagem era realizada pela classe trabalhadora, pela população de baixa renda, e esta prática da jardinagem era vista como "[...]uma ocupação edificante para o tempo livre, por conduzir à autoestima, elevar a moral e afirmar a dignidade (Dourado, 2011, p.30). Na França, no final século XIX,

após a segunda Guerra Mundial, foram criados jardins chamados "*jardins ouvriers*" (hortas comunitárias) onde, em uma parcela de terra cedida pela municipalidade, era praticada a jardinagem visando a melhoria da condição de vida dos operários, autossuficiência alimentar, além de maior contato com a natureza e o afastamento de maus hábitos, como idas à botequins (Poulot, 2009, p.32). A burguesia enriquecida pela implementação de indústrias e estabelecimentos comerciais tinha anseios de desfrutar de espaços verdejantes que permitissem passeios e encontros sociais ao ar livre. A classe burguesa queria mostrar as suas conquistas, ver e ser vista.

Muitas cidades foram modernizadas no século XIX, e Paris foi referência para essas renovações onde algumas tipologias de espaços públicos ajardinados serviram de inspiração para melhoramentos de áreas urbanas em países da América Latina como: *Promenades publiques*, lugares onde se faziam caminhadas e passeios em meio ao verde; Cours, via arborizada para o passeio em carruagens; Boulevards, vias tripartidas arborizadas com alamedas (figura 37); *Squares*, praças ajardinadas em meio à malha urbana (figura 38); e Parques públicos urbanos. Estes espaços configuraram um sistema de espaços abertos verdes na cidade de Paris e podem ser consideradas como as principais tipologias precursoras de jardins públicos no continente americano (Dourado, 2011; Panzini, 2013).

Figura 37: *Boulevard de la Villette* final do século XIX, Paris, França.

Fonte: Pinterest.com. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/729301733428053976/. Acesso em: 21 out. 2024.

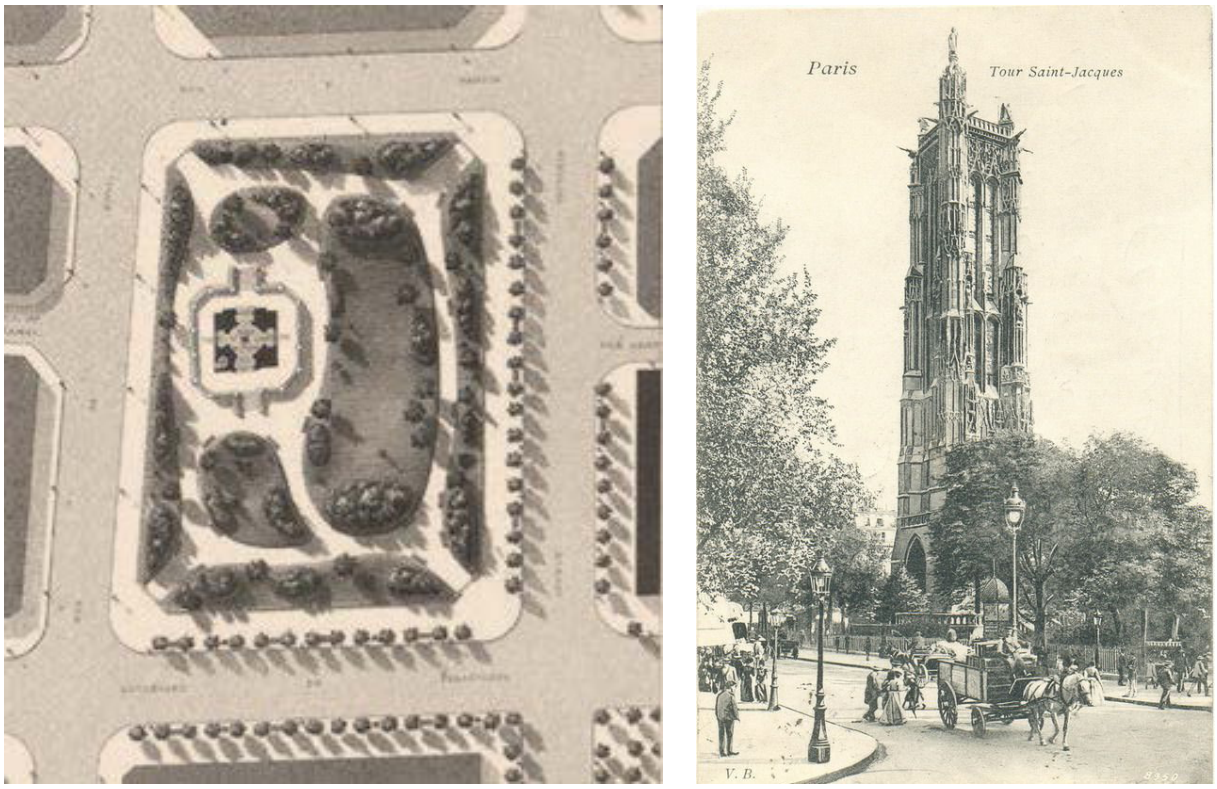
Figura 38: *Square Montholon,* Paris, França.

Fonte: Pinterest.com. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/127789708169717745/. Acesso em: 21 out. 2024.

As praças ajardinadas ou *Squares* francesas, apesar de serem espaços de uso público, eram cercadas com gradis e portões e tinham horário preestabelecido para a sua utilização, como acontecia na Inglaterra. Eram ambientes controlados e sem a circulação completamente livre para as pessoas. A estratégia compositiva dessas praças era diferente do jardim inglês naturalista que era realizado em grandes áreas verdes. O novo modelo de "jardim paisagista" se adaptava a situação urbana, podia ser realizado em qualquer dimensão de terreno, inclusive em espaços menores como a *Square Saint-Jacques*, (figuras 39 e 40). Os princípios organizadores dessas *Squares* francesas seguiam uma linguagem compositiva que se utilizava de linhas e traçados sinuosos, onde os acessos aconteciam ora pelas extremidades ou esquinas, ora pelo meio da quadra onde estava implantado o jardim. O desenho do traçado se tornava mais complexo conforme aumentava o tamanho do terreno e todos os detalhes dos elementos construídos e mobiliário eram minuciosamente pensados para ter a mesma linguagem e tornar os ambientes do jardim belos e harmônicos (figuras 41 e 42). Elementos pitorescos faziam parte da composição dos jardins como:

ruínas, grutas, lagos, cascatas, rocalhas (técnica *rocaille*[16]), canteiros com grande variedade de flores e cores, e o uso expressivo de espécies exóticas. (Dourado, 2011).

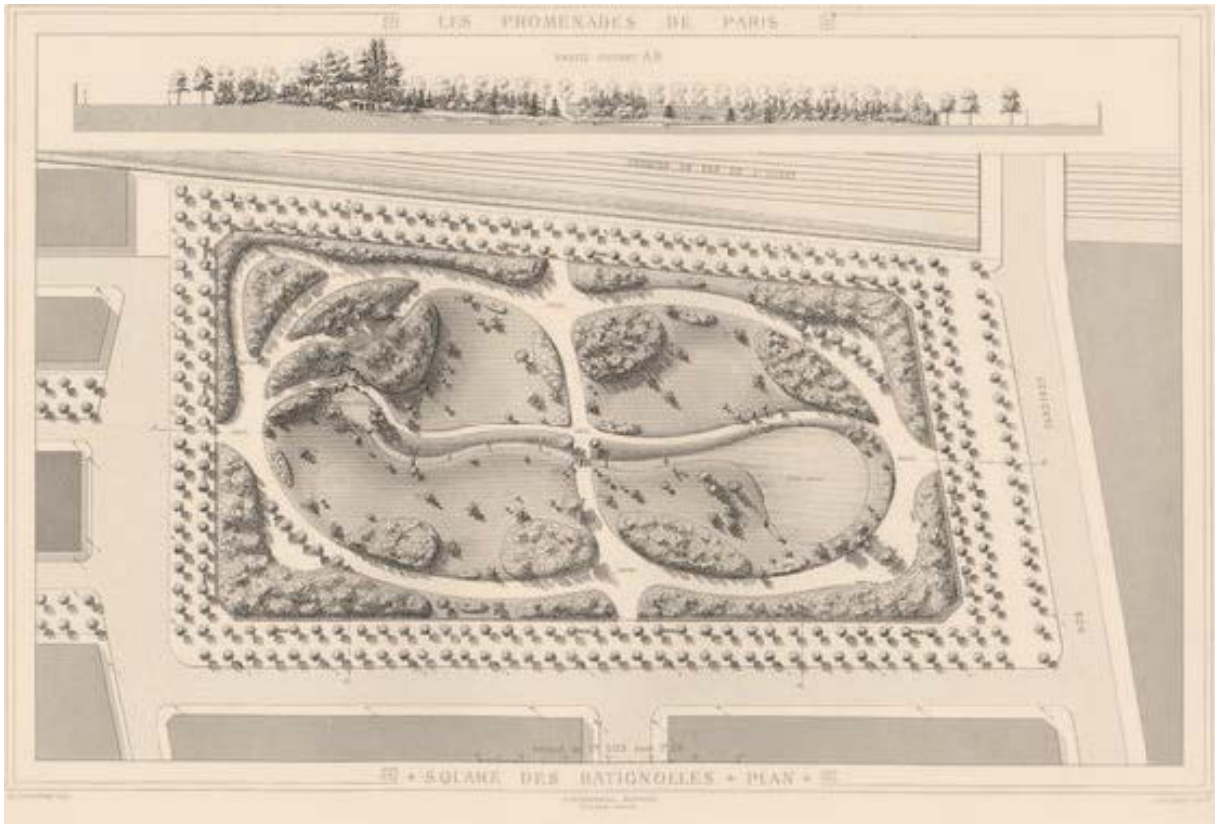
Figuras 39 e 40: *Square Saint Jacques*, Paris, França. Plano paisagístico. Ambiência urbana.



Fonte: Pinterest.com. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/12736811425246158/ e https://br.pinterest.com/pin/290693350963773366/. Acesso em: 21 out. 2024.

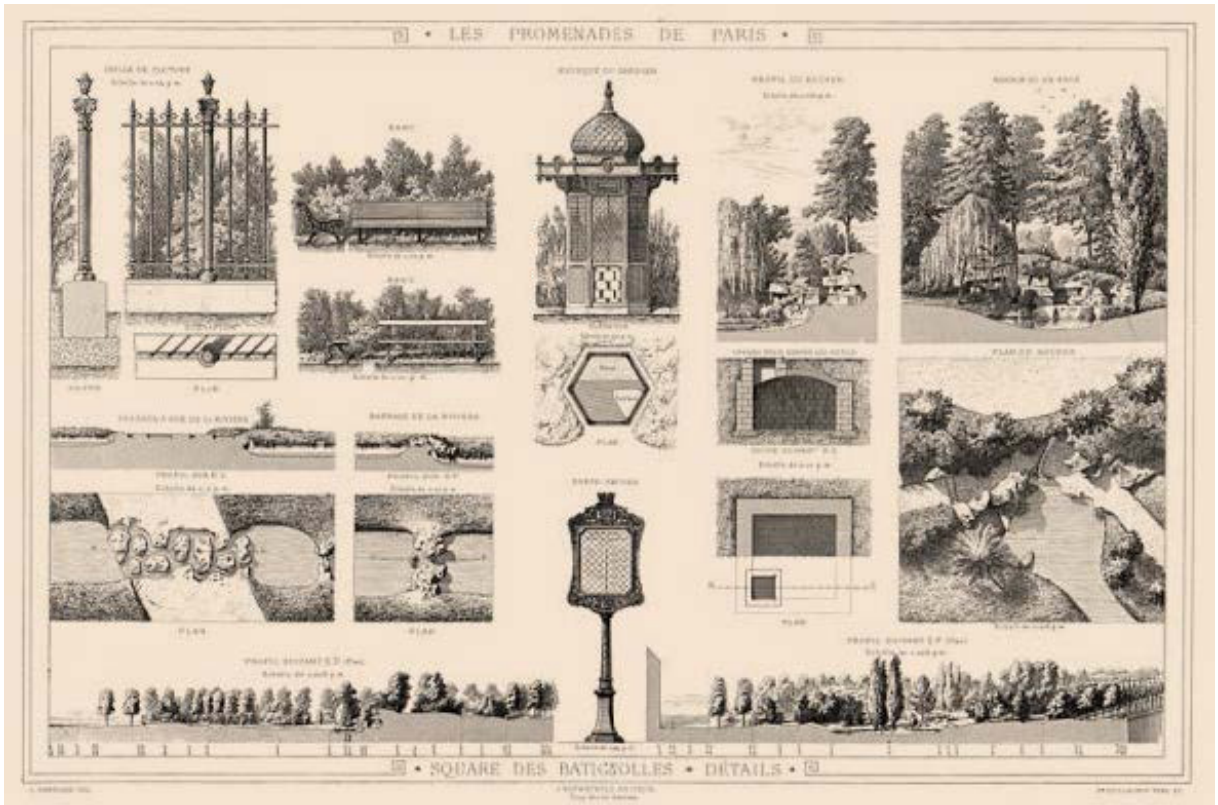
[16] Rocaille significa em francês de maneira literal "pedreira", porém talvez tenha derivado dos termos rocher, "rocha" e coquille, "concha". É uma técnica de construção e ornamentação rústica, utilizada na decoração de jardins, onde é feita uma mistura de argamassa com pedras, conchas, seixos, ou qualquer fragmento de mineral. Era muito utilizada no revestimento de grutas e outros elementos construídos dos jardins (Panzini, 2013, p.674).

Figura41: *Square des Batignolles. Plan. Les Promenades des Paris,* França.



Fonte: Pinterest.com. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/290693350963773366/. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 42: *Square des Batignolles. Details. Les Promenades des Paris,* França.



Fonte: Pinterest.com. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/311452130491254857/. Acesso em: 21 out. 2024.

2.4 Os Jardins no Brasil do período colonial até as primeiras décadas do séc. XX

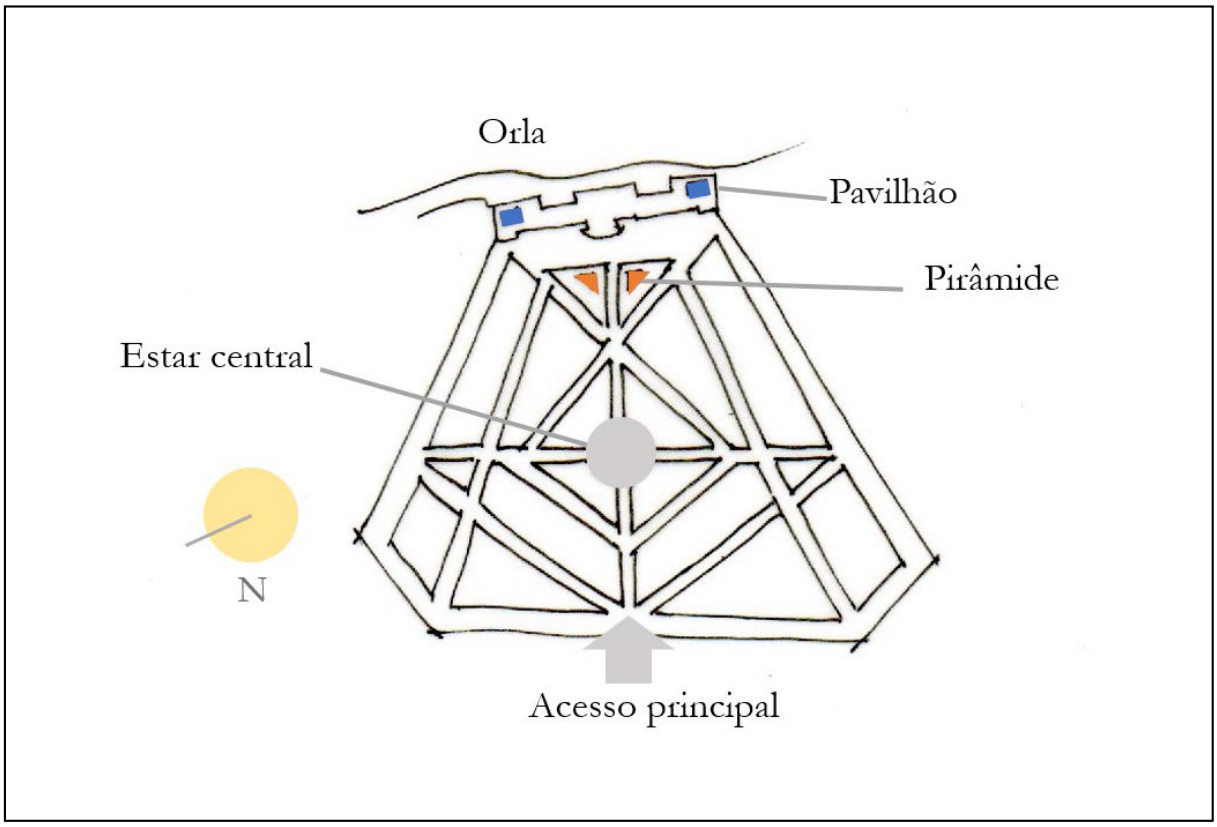
Os espaços livres públicos do período colonial, como vias de circulação, largos, terreiros e adros eram muito singelos, a maior parte sem calçamento. Praças secas como aconteceram na Europa no Período Medieval e no Renascimento foram raras no Brasil. Os primeiros espaços livres públicos aconteceram ao redor de prédios religiosos ou em lugares denominados praças, porém sem ajardinamento. A praça brasileira no período colonial surgiu próxima da igreja ou junto aos principais edifícios de caráter público e administrativo das cidades. No período da escravidão as praças podiam apresentar um pelourinho no centro para castigo, que servia para mostrar o poder dos senhores sobre os negros escravizados. Algumas tinham alguma vegetação, porém sem intenção projetual ou tratamento paisagístico. A praça também podia ser um lugar destinado às trocas e comércio de mercadorias, e ao descanso e lazer de trabalhadores. A praça colonial era um espaço polivalente de manifestações sociais e culturais onde "[...] os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza" (Robba, Macedo, 2002, p.22).

Na cidade do Recife, em Pernambuco, durante a ocupação e permanência dos holandeses no nordeste brasileiro, entre 1624 e 1654, diferentemente do que acontecia no restante do território brasileiro, existiu uma certa preocupação com arborização e ajardinamento. O Conde João Maurício de Nassau Siegen foi designado governador geral e iniciou, juntamente com uma equipe de profissionais, o processo de urbanização da cidade que foi uma das primeiras cidades brasileiras a dispor de ruas arborizadas e um parque de cultivo de espécies notáveis e lazer destinado ao público. O parque fazia parte do Palácio de Friburgo, construído entre 1639 e 1642 pelo Conde João Maurício de Nassau-Siegen. O espaço verde público era constituído de um jardim zoobotânico e edificações onde eram realizados festivais e reuniões frequentadas pela alta sociedade dessa época. Este parque desapareceu após a guerra e retirada dos holandeses de Pernambuco. Porém sua memória se mantém na história do paisagismo brasileiro (Macedo, 2015; Segawa, 1996).

O mais antigo jardim público, ainda no período do império, foi construído no Rio de Janeiro no final do século XVIII, mais especificamente em 1783, e chamou-se Passeio Público do Rio de Janeiro. Este espaço aberto ajardinado foi implantado num antigo charco que recebeu aterramento, aterro do Boqueirão da Ajuda, e foi concebido pelo artista Mestre Valentim da Fonseca e Silva na gestão do vice-rei Luís de Vasconcelos

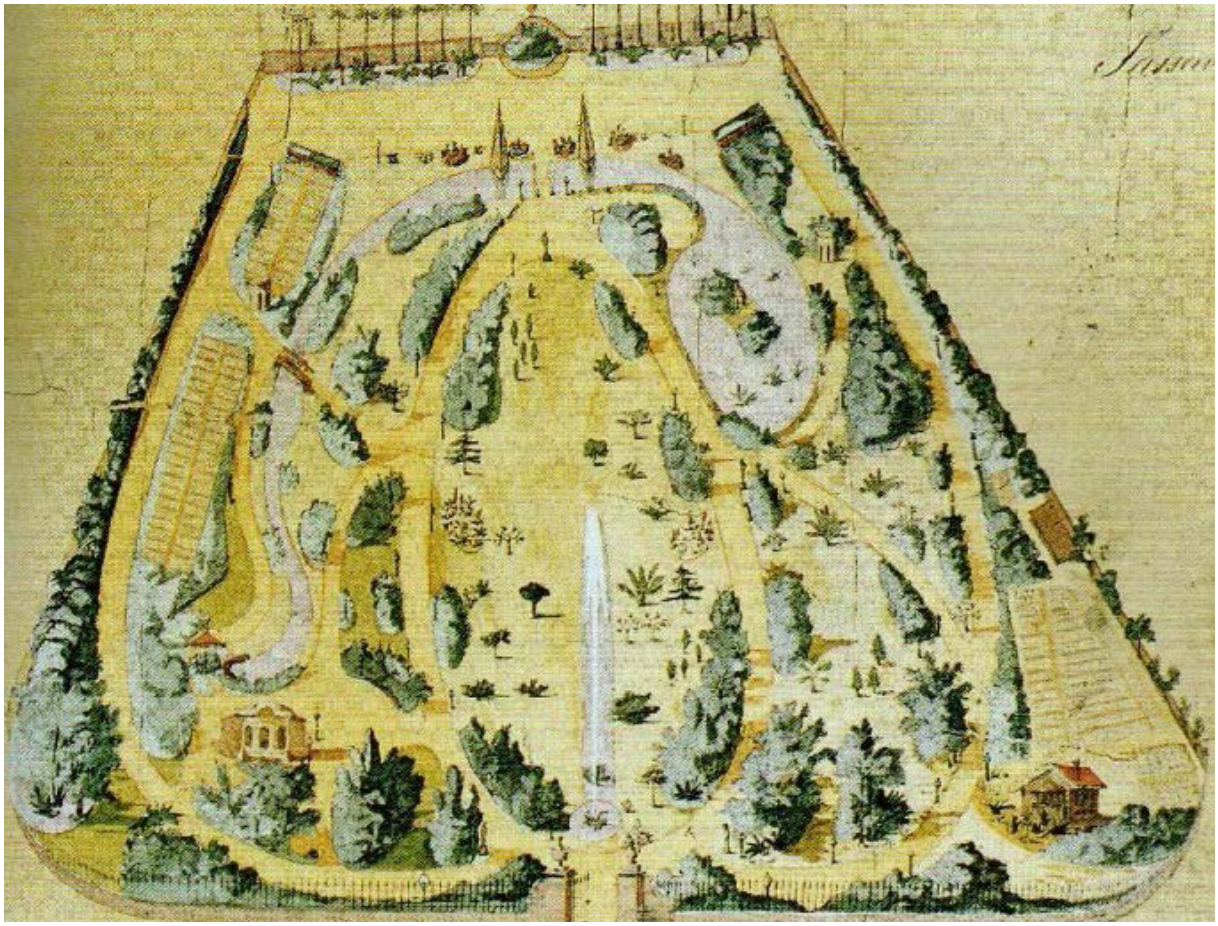
(figura 43). O Passeio Público do Rio de Janeiro é considerado o primeiro jardim público brasileiro planejado e dedicado ao lazer urbano. Após alguns anos da sua implantação parou de ser frequentado pela elite e ficou abandonado, vindo a ser reestruturado no segundo império, em 1862, pelo francês Auguste François Marie Glaziou (figuras 44 e 45). Esta reestruturação aconteceu após a chegada da Corte Portuguesa e da Missão Artística Francesa no início do século XIX que impulsionou as administrações públicas a adequar as áreas urbanas brasileiras às novas demandas sociais burguesas. Bairros, arruamentos, edificações, praças ajardinadas e parques foram sendo construídos transformando e melhorando as cidades em concordância com o modelo europeu (Macedo, 2015; Macedo e Sakata, 2010; Segawa, 1996).

Figura 43: Passeio Público do Rio de janeiro. Esquema do plano paisagístico do Mestre Valentim da Fonseca e Silva, 1783.



Fonte: Croqui elaborado pela autora, 2024.

Figura 44: Aquarela da Reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro feita por Auguste François Marie Glaziou em 1862.



Fonte: Acervo dos Museus Castro Maya - Iphan/MinC In: Delphin, 2005, p.17

Figura 45: Passeio Público do Rio de Janeiro no início do século XX.

Fonte: Pinterest.com. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/297519119104887718/. Acesso em: 21 out. 2024.

No Brasil as **praças ajardinadas**, os **parques** e as **vias arborizadas**, foram tipologias de espaços públicos verdes bastante frequentes no processo de urbanização das cidades ao longo do século XIX. As praças ajardinadas foram implantadas pelo desejo da elite burguesa brasileira em poder usufruir de belos espaços abertos ajardinados como acontecia na Europa. O caráter da praça colonial era diferente deste novo tipo de praça. Na praça colonial aconteciam manifestações políticas e de cunho militar, e os escravos e infratores eram penalizados em pelourinhos localizados no seu centro com o objetivo de mostrar a população o poder do senhorio e da classe mais abastada. Em contrapartida, as praças ajardinadas brasileiras do século XIX eram lugares destinados à *promenade*, onde os mais abastados podiam socializar com os demais membros da elite burguesa. O seu uso estava associado a normas de conduta rígidas e comportamento adequado aos padrões burgueses da época, e por isso eram lugares onde a classe mais pobre quase não frequentava (Robba, Macedo, 2002; Segawa, 1996).

Anterior ao processo de urbanização do século XIX, o jardim residencial colonial brasileiro tinha uma estética peculiar, era um misto de quintal-horta-pomar e possuía características predominantemente utilitárias. Além do cultivo de plantas podia apesentar a criação de pequenos animais para o consumo alimentar das famílias. Os elementos de decoração eram poucos, em pátios de casas tipo chácaras, de conventos e colégios podiam aparecer poço, fonte ou tanque de água, para refrigério, abastecimento e irrigação do jardim. O espaço do jardim, conforme seu tamanho, podia apresentar áreas destinadas à parreirais, árvores frutíferas como laranjeiras e limoeiros, hortaliças e ervas aromáticas, e espécies com flores. Os jardins deste período manifestaram-se em residências urbanas e rurais, conventos e colégios religiosos e acompanharam as transformações nos modos de habitar do período, principalmente em relação as tipologias residenciais. Os jardins dos conventos e colégios religiosos tinham um caráter mais voltado ao descanso, meditação e socialização e apresentavam-se de maneira mais ordenada em relação as residências. (Magalhães, 2015).

Os primeiros jardins residenciais eram muito simples, sem planejamento ou proposta compositiva aparente. As casas coloniais ocupavam todo terreno em áreas urbanizadas e em geral não tinham recuos (laterais e frontal) posicionavam-se adjacentes a via, no alinhamento predial e apresentavam um jardim-horta-pomar no recuo de fundos. Os lotes eram estreitos e compridos e as tipologias de casas urbanas de porta e janela(s)

ocupavam toda a largura e acabavam por definir as ruas. Essas casas podiam ser térreas ou assobradadas e apresentarem dois, três e no máximo cinco pavimentos a depender da região brasileira. As casas térreas eram mais modestas e constituíam-se de sala de estar, alcovas, sala de jantar e cozinha em organização linear e/ou adjacente a um corredor lateral que iniciava na entrada da casa e se estendia ao jardim de fundos. Algumas casas maiores apresentavam corredor central. Os sobrados seguiam o mesmo programa, porém no térreo o espaço não tinha subdivisões e era destinado a lojas, depósito de alimentos, animais ou ainda para a acomodação de escravos e empregados. As casas em áreas semi-urbanas, chácaras e casas de campo, tinham uma configuração mais espalhada e horizontal, em geral eram cercadas por jardins e próximas a algum corpo d'água. Eram propriedades que abrigavam uma classe mais abastada em virtude da precariedade da casa urbana neste período. Apresentavam uma distribuição mais ordenada em relação as áreas de cultivo e ornamentais. Podia-se distinguir as áreas destinadas a plantação de algum tipo de cultura, local para as árvores frutíferas, hortaliças e espécies de flores, estas últimas em geral ornamentando a entrada da casa (Reis Filho, 1978; Oliveira, 2005; Aragão, 2008).

Os jardins começaram a se destacar e conquistar mais espaço e mais importância a partir da metade do século XIX (Figura 47). As casas se elevaram do chão através de porão e começaram a se soltar dos limites dos lotes, primeiramente através de recuo lateral, de um ou de ambos os lados, porém conservando parte da edificação no alinhamento predial. Em residências maiores esse recuo comportava um jardim o qual permitia o acesso ao lote através de portão metálico e à casa por escada que apresentava soleiras de mármore e guarda-corpo metálico. Podia também comportar um espaço de alpendre ou varanda com cobertura suportada por pilares metálicos. Esse jardim da entrada lateral apresentava um caráter mais ornamental e estético que se distinguia do jardim do recuo de fundos e lateral interno mais utilitário. Além disso o jardim lateral tinha a função de promover a aeração dos ambientes de espaços internos que anteriormente não tinham iluminação e ventilação (alcovas). Neste período as chácaras e fazendas das áreas semiurbanas aumentaram de tamanho e assumiram um caráter mais próximo ao das casas urbanas (Reis Filho, 1978; Oliveira, 2005; Aragão, 2008; Macedo, 2015).

As edificações semiurbanas, como as chácaras, passaram a ser concebidas com o requinte das edificações urbanas da aristocracia, dispondo de diversos cômodos, salões, quartos abertos para o exterior, jardins de inverno, terraços, áreas de senhores, áreas de

senhoras, áreas para os criados e serviços, entre outros. O espaço do jardim subdividia-se em diversos tipos de recintos abertos: uns mais destinados aos serviços e cultivos como pátios e pomares; outros destinados ao passeio e contemplação com alamedas, bosques e lagos; e outros destinados à fruição e socialização próximos das fachadas principais da casa com canteiros floridos e espécies ornamentais exóticas e de maior valor (seguindo os modos franceses e/ou ingleses de fazer jardins). Além da casa principal outras construções como casas de banho, estufas, estábulos e habitações para os criados podiam aparecer dentro do terreno da chácara. Em residências localizadas em terrenos mais amplos os jardins eram praticamente parques e subdividiam-se em vários setores (Macedo, 2015).

Mais para o final do século XIX os jardins nas áreas privadas das residências de burgueses e aristocratas se ampliaram, pois, estas construções passam a ser projetadas em amplos terrenos em áreas de subúrbio. As casas de famílias mais abastadas tornaram-se um volume isolado no lote cercado de jardins, afastando-se das divisas do terreno e seguindo padrões europeus de *Villa* e Palacete. A imigração de europeus, a influência da missão francesa e a necessidade de habitações e ambientes urbanos adequados e aceitáveis pelos tratados higienistas e sanitaristas provocaram transformações nos modos de habitar na cidade. A composição dos jardins buscou uma cenarização em acordo com a linguagem arquitetônica da residência. O jardim frontal poderia se apresentar de uma maneira mais romântica e pitoresca, com amplo gramado e lago; ou de maneira mais regular e geométrica através da composição de *parterres*, e de arbustos floridos e/ou com trabalho de topiaria. (Aragão, 2008, Macedo, 2015; Magalhães, 2015).

Os jardins dos Palacetes foram os espaços ajardinados das elites que procuraram representar o gosto brasileiro deste período inspirado no modo de vida europeu. Como estratégia compositiva utilizaram o recurso da cenarização na construção dos espaços dos jardins seguindo o estilo e a linguagem arquitetônica escolhida para a construção da residência. De maneira geral poderia apresentar um desenho romântico, clássico ou um misto dos dois. Neste momento o Ecletismo se manifestou na arquitetura e nos jardins, e os espaços possuíam um caráter contemplativo, eram destinados aos encontros e momentos de descontração restritos a esse grupo social. Há um uso expressivo de vegetação ornamental em um misto de espécies europeias aclimatadas e nativas que representaram bem essa sociedade plural formada por imigrantes europeus, índios e escravos africanos. O ajardinamento ao redor do palacete tinha a intenção de valorizar a

arquitetura e foram utilizados para isso forrações, arbustos e árvores de apelo ornamental. Nos demais ambientes que se formaram a partir da subdivisão do espaço deste amplo jardim poderiam ser encontrados elementos decorativos como: grutas, estátuas, lagos, fontes, estufas de vidro para cultivo de espécies ornamentais, pérgulas, quiosques, bancos, vasos, luminárias etc. O jardim frontal ou lateral normalmente era o espaço voltado à recepção dos visitantes e em razão disso tinha um tratamento diferenciado. O jardim de fundos ou o lateral de caráter secundário era menor e voltado ao convívio familiar. Neste espaço os donos da casa cultivavam suas espécies favoritas e recebiam amigos mais íntimos. (Macedo, 2015).

Quanto mais abastado fosse o proprietário da casa mais requinte e sofisticação na decoração e ornamentação externa da casa. A corrente estilística do historicismo eclético predominante na paisagem brasileira a partir da metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX incorporou nas áreas externas e nos jardins elementos "modernos" para a época como artefatos em metal (gradis, portões, luminárias, bancos, guarda-corpos e colunas de varandas e escadas etc.) que podiam ser feitos por artesãos locais ou serem encomendados por catálogos. Nos jardins residenciais também apareciam fontes, namoradeiras, bancos, bordas de canteiros entre outros elementos confeccionados em massa de cimento, pedras ou tijolos recobertos com argamassas feitas com pedras e conchas ou imitando veios de madeira para fornecer ao elemento um caráter pitoresco.

Mais para o final do século XIX e no início do século XX as cidades brasileiras mais desenvolvidas já apresentavam no espaço aberto público urbano ruas e avenidas arborizadas e calçadas, linhas de bondes elétricos, mobiliário e iluminação urbana, abastecimento de água, praças ajardinadas e parques. Os tratados higienistas e sanitaristas do século XIX e os códigos de posturas foram exigindo adequações nas construções das edificações visando ambientes mais saudáveis e salubres. O caráter das cidades neste período tinha como inspiração as cidades europeias, principalmente o modelo "hausmmaniano" da Paris do século XIX.

2.5 As Linhas Projetuais do Paisagismo Brasileiro

Entende-se por linha projetual uma maneira de ordenar e compor jardins que se fundamenta em determinados princípios teóricos e filosóficos. Os Jardins Históricos

brasileiros tiveram influência dos dois principais modos de compor jardins: o princípio de ordenar regularmente a paisagem que faz uso de linhas retas, formas geométricas regulares em equilíbrio simétrico; e o princípio de recriar uma paisagem natural que faz uso de linhas sinuosas, composições mais fluidas em equilíbrio assimétrico. A manifestação dos jardins iniciou no período colonial nas residências de maneira singela em um misto de jardim-horta-pomar; e nos pátios de conventos e colégios como lugar destinado ao descanso e lazer dos religiosos. Não há muita informação sobre o modo que foram compostos e sobre a linguagem dos jardins desse período, porém em pesquisa histórica realizada por Magalhães (2015) o que constituía o jardim deste período eram árvores frutíferas variadas, plantação de hortaliças, ervas e espécies de flores, e a presença do elemento água através de uma fonte, poço e/ou tanque. Compreende-se a manifestação do jardim colonial brasileiro como vernacular, espontânea, em razão da falta de informações mais consistentes para caracterizar esse tipo de jardim em uma linha projetual definida. Entre os séculos XIX e XX podem ser observadas três grandes linhas projetuais na produção paisagística brasileira: a Eclética, a Moderna e a Contemporânea (Robba, Macedo, 2002; Macedo *In*: Pessoa; Fasolato, 2014; Macedo, 2015).

2.5.1 A Linha Projetual Eclética

A linha projetual eclética fundamenta-se numa visão romântica de mundo, propõe lugares pitorescos voltados à fruição, ao flanar, à contemplação e tem como referência estética os modos de compor jardins do continente europeu. Ela pode se manifestar através de um desenho clássico, onde a influência dos jardins franceses geometrizados e/ou clássicos italianos é claramente identificada pelo equilíbrio simétrico e caráter específico dos ambientes; pode se manifestar através de um desenho romântico onde a influência do jardim inglês, chinês e japonês é expressa nas linhas sinuosas com arranjos em equilíbrio assimétrico; e pode unir os dois modos de compor em uma linguagem compósita. Nesta linha projetual há uma série de estratégias que podem ser observadas na composição de jardins. Elaborou-se um quadro com as principais características que podem ser encontradas na linha projetual eclética e que auxiliam na identificação de jardins.

Quadro 1: Características da Linha Projetual Eclética no Paisagismo

LINHA PROJETUAL ECLÉTICA CLÁSSICA	
Quanto ao desenho e às estratégias de composição e organização espacial	- Traçados em cruz e variações (radiais e diagonais); - Eixos ordenadores marcados; - Eixos perspectivos retos com ponto focal ao centro; - Uso de formas geométricas regulares como base na composição; - Equilíbrio simétrico; - Estar central com ponto focal; - Plantio da vegetação em linha ou em ritmo regular (alamedas, bordaduras de canteiros) - Plantio de espécies ornamentais nos centros dos canteiros; - Passeio perimetral nas praças ajardinadas.
Quanto ao caráter dos ambientes e elementos compositivos	- Áreas gramadas valorizando as unidades vegetais; - Poda topiária; - Presença de *parterres*; - Fontes e chafarizes localizados em pontos focais centralizados na composição e destacados no jardim , água em movimento; - Mistura de espécies exóticas e nativas; - Recintos bem demarcados com formas geométricas regulares - Elementos decorativos e de acabamento com aspecto pitoresco e mais rebuscado (*rocaille*, ladrilhos, azulejos, pedras irregulares, argamassas com conchas e pedras menores, com efeito de madeira, etc.); - Uso de bancos, luminárias, coretos, quiosques e outros elementos pré-fabricados em metal com desenhos rebuscados;
LINHA PROJETUAL ECLÉTICA ROMÂNTICA	
Quanto ao desenho e às estratégias de composição e organização espacial	- Traçados sinuosos e curvilíneos; - Equilíbrio assimétrico; - Passeios e caminhos apresentando sequencialmente e aos poucos os ambientes do jardim; - Plantio da vegetação em organização agrupada buscando aparência de ambiente natural; - Áreas gramadas com formas onduladas e lagos com formato irregular curvilíneo.
Quanto ao caráter dos ambientes e elementos compositivos	- Cenarização e presença de ruínas e grutas; - Estares e recantos para a contemplação; - Lagos de águas dormentes; - Contraste entre áreas em bosques e clareiras; - Elementos decorativos e de acabamento com aspecto pitoresco e mais rebuscado (*rocaille*, ladrilhos, azulejos, pedras irregulares, argamassas com conchas e pedras menores, com efeito de madeira, etc.); - Uso de bancos, luminárias, coretos, quiosques e outros elementos pré-fabricados em metal com desenhos rebuscados; - Edificações em ruínas, grutas, com estilemas da arquitetura clássica grega e romana, etc.
LINHA PROJETUAL ECLÉTICA COMPÓSITA	
Reúne as características da clássica e da romântica. Manifesta-se em jardins de dimensões maiores que possuem diversos setores. Pode apresentar jardim temático em determinado setor, seguindo um modo específico de compor como o caso dos jardins japoneses e chineses.	

Fonte: Autora, 2024.

Estas características podem não estar presentes todas ao mesmo tempo nos jardins pois isto depende da escala e das circunstâncias em que foi realizado o projeto paisagístico. A maior parte dos artefatos, edificações e mobiliário dos primeiros jardins ecléticos era importada, elementos pré-fabricados em ligas metálicas como coretos, chafarizes, luminárias, bancos, e até caixas d'água. Os jardineiros eram em maioria imigrantes e traziam no seu repertório a maneira de compor e fazer jardins que aprenderam através de suas experiências neste campo de atuação. A vegetação era um misto de espécies exóticas e nativas tropicais que trazia um resultado compositivo próprio. O Ecletismo no paisagismo brasileiro foi uma linha projetual forjada pelos anseios da elite e da aristocracia brasileira do século XIX, porém este modo de fazer jardins de maneira mais pitoresca e bucólica se estendeu através do século XX.

O ambiente político e social onde se desenvolveram a maioria dos jardins ecléticos teve como pano de fundo uma sociedade onde barões e senhores latifundiários detinham o poder sobre uma massa de população de escravos e camponeses. Essa elite gozava de ambientes luxuosos para a época e que a maior parte da população não tinha o direito de usufruir. Durante o século XIX no Brasil mudanças políticas, econômicas e sociais foram acontecendo em ritmo veloz. No período do Império os primeiros jardins tiveram a intenção de serem lugares agradáveis para corte imperial disfrutar de lugares abertos ajardinados a altura e nos moldes daqueles que dispunham na Europa. O flanar, o ver e ser visto ao passear em áreas abertas ajardinadas fazia parte de seu cotidiano. A Revolução Industrial trouxe oportunidades de desenvolvimento econômico e social para as cidades e para uma classe emergente, donos de fábricas e comerciantes, que almejava poder ter o mesmo requinte da aristocracia.

No final do século XIX as casas foram se tornando maiores e mais luxuosas, as cidades foram recebendo melhoramentos com relação a infraestrutura urbana, e jardins públicos passaram a ser projetados e oferecidos como ambientes de lazer para esta classe emergente. O objetivo principal dos jardins era embelezar a cidade, proporcionar o passeio, o flanar, a contemplação e oportunizar a socialização. Podemos encontrar no Brasil muitas manifestações de praças ajardinadas e parques da linha projetual eclética no século XX. Um exemplo de uma manifestação considerada tardia é o Parque Farroupilha (1938), também chamado de Redenção, em Porto Alegre, RS. (Figura 48).

A Redenção, antes de se tornar parque, no século XIX por volta de 1807 era

chamado de Potreiro da Várzea ou Campos da Várzea do Portão. Em 1867 passou a chamar-se Campos do Bom Fim, pois localizava-se próximo a Igreja Nosso Senhor do Bom Fim, e era lugar de festividades organizadas pela igreja. No final do século XIX, em 1889, a Câmara Municipal propôs mudar o nome do lugar para Campos da Redenção, como uma homenagem a libertação dos escravos. Foi no início do século XX, em 1901, que aconteceu o primeiro ajardinamento da área. O Parque da Redenção ou Parque Farroupilha fica localizado em uma área que já foi charco, entre os bairros Cidade Baixa e Bom fim, e antes de ser parque foi ocupado pela população de outras formas. Ocupa aproximadamente 37 hectares em topografia plana, condição alcançada após sucessivos aterros realizados ao longo dos anos (DA LUZ; OLIVEIRA, 2004).

O primeiro projeto de ajardinamento de parte da área do parque aconteceu por ocasião da Exposição Estadual do início do século XX, em 1901. Depois em 1914, Moreira Maciel transformou a área subdividindo-a em nove quarteirões e prolongando as vias de tráfego para o interior do sítio. Porém, foi em 1930, através do projeto de Alfred H. D. Agache (figura 46), que foi definido o partido muito semelhante ao que se conhece hoje. O traçado era composto de um eixo retilíneo monumental ordenador, com espaços adjacentes ao eixo organizados em simetria bilateral, e ao redor deste eixo desenvolviam-se caminhos em linhas sinuosas e curvilíneas que subdividiam as demais partes periféricas do parque (DA LUZ; OLIVEIRA, 2004).

Figura 46: Parque Farroupilha, Porto Alegre, RS. Anteprojeto de Alfred H. D. Agache, 1930

Fonte: DA LUZ; OLIVEIRA, 2024.

O parque é composto de um longo e amplo eixo monumental no qual estão ordenados linearmente o Monumento ao Expedicionário, uma fonte em meio a um espelho d'água ao centro do parque e na sequência um lago retangular. As áreas densamente vegetadas apresentam traçado mais sinuoso e apresentam distintos espaços. De um lado encontra-se um lago destinado ao passeio com pedalinhos, e de outro diferentes ambientes chamados de Recanto Alpino, Recanto Europeu, Recanto Oriental os quais foram incorporados ao parque em 1941 (figuras 47, 48 e 49). É um lugar muito utilizado pela população de Porto Alegre, acolhendo nos finais de semana a Feira Ecológica e a Feira de Artesanato ou Brique da Redenção que são parte da cultura local. Além disso, em 1997, foi tombado como patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico da cidade de Porto Alegre.

Figura 47: Parque Farroupilha, Porto Alegre, RS. Imagem de Satélite.

Fonte: Google Earth, 2024.

Figura 48: Parque Farroupilha, Porto Alegre, RS. Eixo monumental.

Fonte: Prefeitura de Porto Alegre, RS. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/smamus/parque-farroupilha-redencao. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 49: Recanto Oriental do Parque Farroupilha, Porto Alegre, RS.

Fonte: : Foto da autora, 2019.

2.5.2 A linha projetual Moderna

A linha projetual Moderna rompeu com a visão idílica e o modo de projetar do ecletismo e apresentou novas formas de compor jardins buscando uma identidade própria. Desaparecem bordaduras de canteiros, *parterres* e elementos pitorescos. Novos hábitos e comportamentos colaboraram para esta mudança. O espaço do jardim adquire múltiplas funções e proporciona outras atividades além do flanar e da contemplação. Lugares para playgrounds, mesas para jogos de xadrez, quadras para esportes, piscinas, espelhos d'água, caminhos apropriados para caminhada e corrida esportiva, gramados que podem ser utilizados para piqueniques são alguns ambientes e elementos que começam a aparecer no jardim moderno. Muitas praças ajardinadas da linha projetual eclética são alteradas com o propósito de implementar playgrounds e outras demandas da sociedade do século XX. O uso da vegetação nativa é mais expressivo (Macedo *In* Pessoa; Fasolato, 2014; Macedo, 2015). A estética do jardim moderno tem influência no movimento artístico do início do século XX e os planos paisagísticos modernos podem apresentar influência da pintura moderna abstrata, ora em composições e desenhos com estruturas mais fluidas e orgânicas, ora em estruturas mais geométricas, circulares e quadrangulares. Burle Marx é expoente dessa linha projetual no Brasil e seus projetos possuem um caráter e identidade singulares.

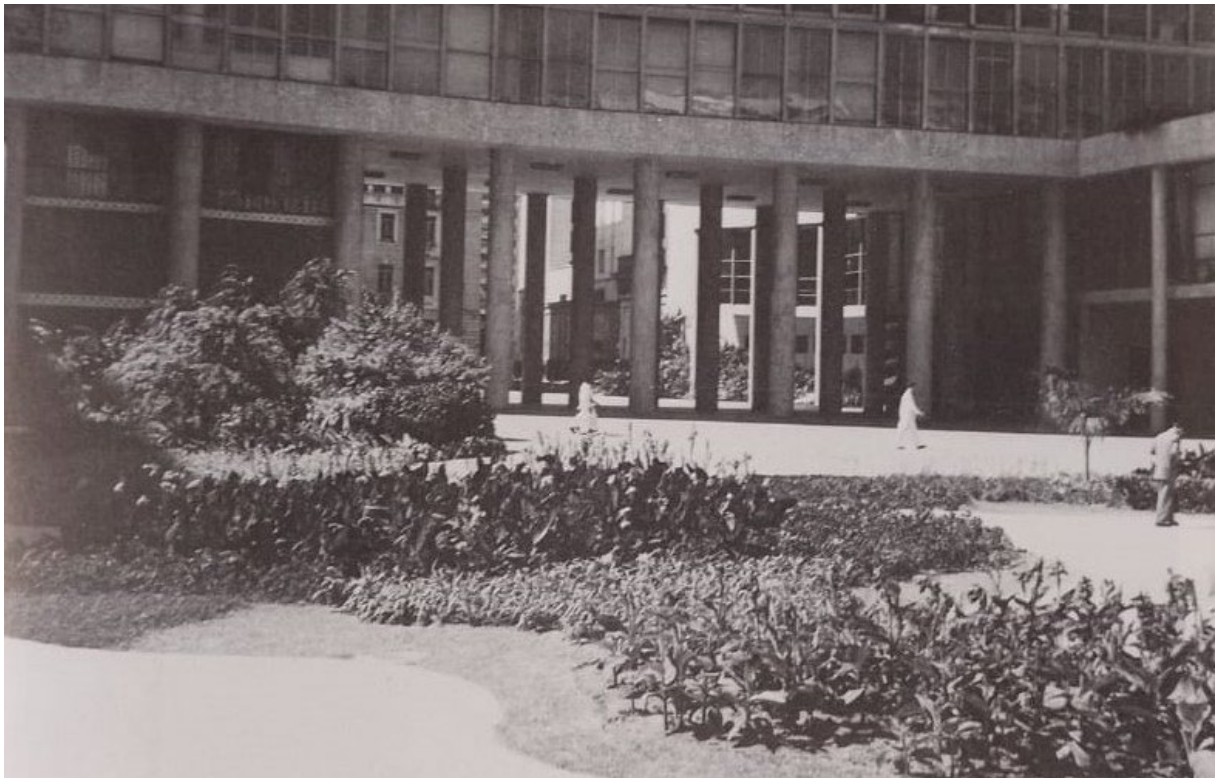
O ambiente do século XX é marcado por crises econômicas e sociais; urbanização e industrialização desenfreada, lutas por um ambiente político mais democrático e por uma identidade nacional. A influência da cultura americana através dos meios de comunicação se faz presente nos objetos de desejo e de consumo das classes mais favorecidas economicamente. A partir do final da década de 1930 novas formas de fazer a arquitetura, de desenhar as cidades e de projetar jardins se impõem. As praças e os parques passam a incorporar novas funções a partir das demandas oriundas das massas populacionais. Nas residências e condomínios piscinas, áreas de convívio e de jogos externas são incorporadas e os espaços abertos tornam-se mais funcionais, com áreas gramadas e vegetação autóctone que não necessita de grandes cuidados com folhagem exuberante. O marco desta ruptura está na obra de arquitetura paisagística emblemática feita por Roberto Burle Marx para o Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro em 1938 (figuras 50 e 51). Burle Marx, como o mais importante paisagista deste período, realiza diversas intervenções paisagísticas

no Brasil, tanto em obras públicas como em privadas, imprimindo e consolidando a sua forma de expressão e uma identidade nacional neste campo.

Figura 50: : Jardim no terraço do Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Projeto de Burle Marx, 1938.

Fonte: : Motta, 1983, p.49.

Figura 51: : Jardim do térreo do Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Projeto de Burle Marx, 1938.



Fonte: : Motta, 1983, p.49.

Elaborou-se um quadro com as principais características que podem ser encontradas na linha projetual moderna e que auxiliam na identificação de jardins.

Quadro 2: Características da Linha Projetual Moderna no Paisagismo

LINHA PROJETUAL MODERNA	
Quanto ao desenho e às estratégias de composição e organização espacial	- Liberdade compositiva e abandono dos eixos da composição clássica; - Planos e traçados com inspiração na pintura abstrata do movimento moderno do início do século XX; - Agrupamento de espécies botânicas formando desenhos em manchas, valorização pela repetição em maciços; - Pavimentações dos caminhos em desenhos abstratos, grafismos; - Zoneamento do jardim em setores funcionais; - A vegetação não é somente decorativa é estrutural na composição dos setores do jardim; - Utiliza o contraste e a semelhança como estratégias de composição.
Quanto ao caráter dos ambientes e elementos compositivos	- Ambientes mais amplos e funcionais; - Valorização da cultura regional e nacional através de ícones, signos e obras de arte modernas; - Uso expressivo de vegetação nativa brasileira e autóctone; - Setorização em acordo com programa de necessidades que é mais amplo e variado. Pode apresentar playground, áreas destinadas a atividades esportivas, academia ao ar livre, estares e lugares para contemplação, arenas e anfiteatros ao ar livre, amplos gramados, bosques, áreas pavimentadas multifuncionais (feiras, eventos) etc. - Grandes áreas pavimentadas em contraposição a áreas vegetadas;

Fonte: Autora, 2024.

2.5.3 A linha projetual Contemporânea

A linha projetual Contemporânea rompe com a visão moderna e revisita padrões e estilemas do passado propondo um retorno à cenarização em concordância com movimento pós-modernista. Diferentes correntes e expressões artísticas compõem essa linha projetual que se utiliza de signos, metáforas, narrativas e outras formas de compreensão do lugar do espaço aberto. Esta linha inclui tanto o pensamento pontual como o sistêmico, mais voltado à valorização da ecologia, da biodiversidade e que procura adaptar suas intervenções às características do lugar nos projetos paisagísticos. Um dos projetos emblemáticos dessa nova maneira de fazer jardins é Praça Itália (1990), em Porto Alegre no RS (figura 52).

Figura 52: : Praça Itália, Porto Alegre, RS. Projeto de Carlos Maximiliano Fayet, década de 1990. Imagem de Satélite.

Fonte: : Google Earth, 2024.

Localizada no Bairro Praia de Belas foi concebida como uma homenagem à imigração italiana no RS. Esta proposta de praça é considerada um marco no paisagismo brasileiro. Apresenta uma nova abordagem de espaço público conjugando elementos cênicos, referências históricas e uma seleção de espécies destinadas a evocar paisagens italianas compostas com outras que se referem à paisagem original alagadiça através do uso de vegetação nativa e própria de matas ciliares. O projeto organiza-se em três áreas distintas: uma faixa mais estreita gramada e arborizada que faz a transição entre o shopping e a praça; uma grande esplanada pavimentada delimitada por colunatas destinada ao encontro e à circulação de pedestres e alinhada com a caixa da Avenida Ganzo (figura 53); um ponto focal com uma réplica do leão da Praça São Marcos de Veneza sobre uma coluna (figura 54); e uma área própria ao descanso e contemplação composta de área vegetada, espelho d'água e área sombreada por árvores que apresenta bancos/namoradeiras com dossel com trepadeiras (figura 55). Possui uma preocupação com o design dos componentes de mobiliário urbanos e com a paginação dos pisos.

Figura 53: : Praça Itália, Porto Alegre, RS. Esplanada com colunatas e ao fundo Avenida Ganzo.

Fonte: : Autora, 2019.

Figura 54: : Praça Itália, Porto Alegre, RS. Espelho d'água entre a área pavimentada e vegetada. Ponto focal sobre coluna, réplica do Leão da Praça de São Marcos, Veneza, Itália.

Fonte: : Autora, 2019.

Figura 55: : Praça Itália, Porto Alegre, RS. Área sombreada por árvores, namoradeiras com dossel e trepadeiras.

Fonte: : Autora, 2019.

Confeccionou-se um quadro com as características principais da linha projetual contemporânea para auxiliar na identificação de jardins.

Quadro 3: Características da Linha Projetual Contemporânea no Paisagismo

LINHA PROJETUAL CONTEMPORÂNEA	
Quanto ao desenho e às estratégias de composição e organização espacial	- Releitura de modos de organizar e compor jardins do passado; - Retorno do uso da cenarização e de sequências visuais dinâmicas que estimulam os sentidos; - Uso de vegetação exótica e/ou nativa, a escolha e ênfase dependerá das intenções e do discurso do projeto. Porém, há uma tendência em privilegiar o uso de espécies autóctones; - Esplanadas em substituição aos caminhos tradicionais, percursos resolvidos de maneira criativa e inusitada; - Paginação do piso com alternância de materiais de maneira intencional, sugerindo uma setorização e aproximação da escala humana; - O elemento água é utilizado de forma lúdica, algumas propostas permitem e sugerem a interação do usuário (jatos de água no plano do piso; lagos e córregos artificiais com travessias lúdicas etc.);
Quanto ao caráter dos ambientes e elementos compositivos	- Linguagem paisagística em consonância com o tema e com a corrente pós-moderna e/ou contemporânea.

Fonte: Autora, 2024.

CAPÍTULO 3

O QUE É IMPORTANTE OBSERVAR PARA CARACTERIZAR UM JARDIM HISTÓRICO?

3.1 Os levantamentos, os inventários e os Jardins Históricos

No campo da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo os levantamentos são métodos convencionalmente utilizados para compreender um lugar antes de qualquer ação interventiva. Os levantamentos objetivam obter informações específicas a respeito de um espaço determinado e exigem ações de observação, investigação e identificação de elementos constitutivos (sejam eles materiais e/ou imateriais) de um artefato ou lugar. Esses processos podem ser realizados em distintas escalas, serem complementares e apresentarem diferentes níveis de aprofundamento. O trabalho do levantamento pode ser feito de maneira direta e/ou indireta, por exemplo: visitas a campo e pesquisas em fontes primárias são formas diretas de coletar informações sobre o lugar; investigações através de websites, de trabalhos acadêmicos e científicos, de entrevistas a especialistas e usuários são maneiras indiretas de coletar informações sobre o lugar. Em geral, utilizam-se as duas maneiras para realizar levantamentos, a escolha dependerá do objetivo e do acesso as fontes de informação.

Na área da Memória Social e do Patrimônio Cultural alguns levantamentos são chamados de inventários e em geral apresentam um rol de informações que visam identificar, desvendar, conhecer e documentar um bem cultural para promover a sua proteção e preservação. Os inventários são modos de produzir conhecimento e novos saberes acerca do patrimônio cultural. Sistematizam as informações coletadas e têm como principal objetivo identificar os elementos (sejam eles materiais ou imateriais) que transmitem os valores de um bem cultural. São compreendidos como instrumentos que fundamentam as decisões de acautelamento, proteção e preservação em relação às distintas manifestações

do patrimônio cultural. Os inventários não são produtos neutros, são instrumentos que caracterizam o bem cultural tendo como base critérios bem definidos. Os levantamentos e os inventários produzem narrativas acerca do patrimônio investigado partindo de pontos de vista e fundamentos teórico-metodológicos que devem ser explicitados (Motta; Rezende, 2016).

A ideia de documentar artefatos e o instrumento inventário surgiram com a invenção e consagração do monumento histórico e com o projeto de estudar e conservar objetos, edificações e ruínas consideradas bens patrimoniais pelos seus valores históricos e artísticos. A "Época dos Antiquários" (Choay, 2006), entre os séculos XVI e XIX no continente europeu e asiático, foi período no qual intelectuais, eruditos e amantes das artes, unidos pela paixão destinada às antiguidades, exploravam, investigavam e colecionavam vestígios das antigas civilizações, como Grécia, Roma, Egito e Ásia Menor. O advento da imagem durante esse período tornou os processos de levantamento mais completos e passou a ser fundamental para a compreensão e cadastramento dos objetos investigados. A ilustração permitiu registrar aquilo que se via, realizar comparações, além de difundir o conhecimento produzido. Choay escreve que entre os séculos XVI e XIX

> [...] as antiguidades são objeto de um imenso esforço de conceituação e de inventário. Um aparato iconográfico auxilia esse trabalho e facilita a sua memorização. Um corpus de edifícios, conservados apenas pelo poder da imagem e do texto, é assim reunido num museu de papel. (Choay, 2006, p.62)

A Revolução Francesa em 1789 foi marco para o estímulo à uma consciência preservacionista dos bens de interesse público em razão de atos de vandalismo, desaparecimento de documentos e de monumentos importantes para a história da França. No século XIX, discussões sobre modos de preservar o patrimônio e a ideia de valorizar a "herança nacional" impulsionou o desenvolvimento de leis destinadas à preservação e conservação patrimonial. A França foi um país que liderou a elaboração, muitas vezes conflituosa, de documentos e legislações que garantiram um destino específico aos bens culturais, e que visavam a preservação de valores históricos e artísticos associados aos bens culturais que pretendiam conservar (Poulot, 2009).

Os inventários acompanharam as mudanças conceituais em relação ao que é considerado patrimônio, do início até a contemporaneidade, e também foram sendo adaptados e melhorados em seus processos em função do desenvolvimento da tecnologia

da informação e dos meios e suportes para registro e documentação. Inicialmente os inventários eram muito onerosos e difíceis de serem realizados, tudo em papel (mapas, fotografias, fichas etc.); com o tempo e o compartilhamento de experiências foram se aperfeiçoando, os equipamentos e recursos materiais se tornaram cada vez mais acessíveis o que facilitou o processo de execução e cadastramento. Motta e Rezende (2016) destacam a classificação de Guillermo Trimmiño Arango17 que distingue alguns tipos de inventários a partir do entendimento dos seus objetivos fundamentais e níveis de aprofundamento. Segundo este arquiteto colombiano existem três tipos de inventário: de identificação; de proteção e de conhcimento. Os inventários de identificação objetivam um cadastro preliminar de bens onde informações gerais são coletadas como: localização, proprietário, período de construção e uma documentação fotográfica. Esses inventários de identificação têm a função de listar bens culturais considerados representativos à sociedade. São instrumentos importantes como uma primeira documentação patrimonial. Outro tipo de inventário é o denominado inventário de proteção. Estes inventários são voltados ao conhecimento dos valores associados ao bem patrimonial para fundamentar ações de proteção. Também existem os inventários científicos que visam a produção de um conhecimento mais profundo sobre o bem cultural visando fundamentar ações interventivas voltadas à preservação do patrimônio, como ações de conservação, restauração, restituição etc.

Para Hugues de Varine[18] os inventários só são vistos como necessários pela população quando há risco de perda, ou de transformação profunda que venha a comprometer a significação do bem cultural. Enquanto o patrimônio estiver parecendo vivo e respondendo às necessidades das comunidades os processos de inventários não são vistos pela população como algo necessário. No entanto, em concordância com o pensamento de Varine (2013), os inventários são fundamentais quando se pensa em desenvolvimento sustentável e quando a complexidade da situação exige um conhecimento mais profundo.

---

[17] Arquiteto colombiano que coordenou os inventários desenvolvidos na Venezuela, abrangendo todo o território nacional, e esteve no Brasil como consultor da Unesco para tratar do tema dos inventários, no final da década de 1970.

[18] Hugues de Varine é um consultor internacional na área da museologia e do desenvolvimento, com ampla experiência prática na área. Ocupou cargos de direção e vice-direção do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e alinha-se ao pensamento da importância do museu comunitário para o desenvolvimento local sobre o viés da nova museologia.

Muitas vezes quem age ou planeja o desenvolvimento sobre um local não é habitante do lugar e não tem a mesma perspectiva daquele que habita e usa diariamente o lugar. Para Varine "**o inventário** é indispensável, sempre sabendo que **não será jamais exaustivo, nem definitivo**, que ele deverá, portanto, permanecer evolutivo, subjetivo, **condicionado pelo objetivo da pesquisa e pelos saberes do momento**" (Varine, 2013, p.46, **grifo nosso**).

Hugues de Varine apresenta alguns tipos de inventário que podem ser observados na contemporaneidade os quais define como: inventário tecnocrático, inventário científico, inventário local compartilhado e inventário participativo. Cada um destes tipos de inventários detém diferentes objetivos que estão em acordo com os agentes que os realizam. O inventário tecnocrático é mais usual de ser realizado por agentes do serviço público, e possui uma característica mais utilitária e prática, mais voltado à identificação dos seus elementos de valor e que possuem um potencial cultural e turístico. É um processo mais fácil de ser realizado, porém não aprofunda nas relações comunidade e patrimônio. O inventário científico é realizado por especialistas e pesquisadores, no âmbito das universidades e centros de pesquisa, e volta-se mais ao campo da conservação e restauração dos bens culturais. É difícil de ser executado, muito mais demorado, e pode ainda ao seu término já estar defasado. Muitas vezes não é compreendido pelo poder público e pela comunidade, e assim acaba por não atingir o seu objetivo. O inventário local compartilhado é uma estratégia que é realizada com a comunidade detentora do patrimônio, através de diferentes encontros e práticas que visam trazer à tona, através de conversas com os grupos da comunidade, o patrimônio cultural a preservar. É realizado em três fases (levantamento, informação e apropriação) sempre com a colaboração da comunidade. E o inventário participativo é um processo realizado pela própria comunidade, através de uma metodologia fornecida por órgãos de proteção ao patrimônio cultural, onde a definição do que preservar é de responsabilidade dos habitantes. (Varine, 2013).

Os tipos de inventários supracitados podem ser agrupados em dois grandes grupos: os que são feitos por técnicos e especialistas; e aqueles onde a comunidade participa e colabora com o processo através de um método geralmente criado por técnicos e especialistas. Dificilmente a comunidade fará o inventário sem um conhecimento prévio e uma orientação de como fazer. O grau de profundidade para vir a conhecer o bem cultural e a ênfase em determinados aspectos poderá mudar conforme o objetivo e as pessoas

envolvidas, porém, sempre as principais intenções serão identificar, conhecer e preservar. A depender do contexto e do objetivo do inventário uma forma ou outra poderá ser mais adequada. Nesta tese, a metodologia de caracterização irá apresentar uma maneira de inventariar que faz uso da observação do bem cultural na sua integralidade (aspectos materiais e imateriais). O grau de profundidade da informação poderá ser ajustado em consonância com os objetivos a serem alcançados no processo de inventariação. Nesse sentido, é essencial saber **o que observar** em um bem cultural de natureza paisagística. A leitura e interpretação das cartas patrimoniais auxilia a identificar elementos que devem ser observados quando o assunto é Jardins Históricos.

3.2 O que observar e documentar a partir da leitura das "cartas patrimoniais"

O termo **Jardim Histórico** foi criado no âmbito do campo da preservação da arquitetura da paisagem histórica e consta em documentos doutrinários, comumente denominados "cartas patrimoniais", redigidos por comitês de especialistas da área da memória social e do patrimônio cultural voltados à preservação da história e cultura material e imaterial das nações. As "cartas patrimoniais" podem apresentar diferentes informações como: definições, conceitos, princípios, diretrizes e recomendações para ações de preservação que incidem em intervenções projetuais, planejamento e gestão do patrimônio. Os documentos doutrinários do campo do patrimônio cultural em âmbito internacional são elaborados por grupos especializados no tema e conduzidos pela UNESCO, através da Convenção do Patrimônio Mundial; e pelo ICOMOS, através de eventos como Fóruns, Simpósios, Grupos de trabalho e Comitês especializados. O órgão brasileiro de referência para a preservação do patrimônio cultural é o IPHAN, o qual poderá atuar em parceria com outras instituições para a elaboração e difusão de documentos doutrinários.

Os documentos produzidos por estes grupos de trabalho podem ter um viés mais ortodoxo, com foco na materialidade, na preservação do tecido urbano e nos elementos construídos; podem apresentar um pensamento mais heterodoxo onde a imaterialidade, os valores e significados adquirem um protagonismo; ou ainda apresentarem um pensamento onde a materialidade e a imaterialidade do bem cultural são compreendidas como indissociáveis e tratadas de maneira equilibrada. As principais cartas patrimoniais voltadas

à preservação de Jardins Históricos em âmbito internacional e nacional são: a Carta de Florença (ICOMOS, 1981), a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora (IPHAN, 2010) e o Documento sobre os Parques Públicos Urbanos Históricos (ICOMOS, 2017).

A Carta de Florença sobre os Jardins Históricos é considerada o documento internacional mais importante no assunto. Ela foi escrita pelo Comitê internacional de Jardins históricos ICOMOS-IFLA, que se reuniu em Florença, Itália, em 21 de maio de 1981. Este grupo de especialistas refletiu sobre a importância de elaborar uma carta relativa à salvaguarda de Jardins Históricos visando complementar a Carta de Veneza[19] nesse tema particular. A Carta de Florença começou a ser redigida neste evento e finalmente foi registrada em 15 de dezembro de 1982 pelo ICOMOS. É um documento doutrinário heterodoxo pois atenta para a constituição material e imaterial do Jardim Histórico. A Carta de Florença define que "Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal, que do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Nesse sentido, o jardim é considerado um monumento" (ICOMOS, *Charte de Florence, Article 1*, 1981, tradução nossa). Um Jardim Histórico pode ser considerado como

> *Expression des rapports étroits entre la civilisation et la nature, lieu de délectation, propre à la méditation ou à la rêverie, le jardin prend ainsi le sens cosmique d'une image idéalisée du monde, un "paradis" au sens étymologique du terme, mais qui porte témoignage d'une culture, d'un style, d'une époque, éventuellement de originalité d'un créateur.*
>
> Expressão da estreita relação entre civilização e natureza, lugar de deleite, propício à meditação ou ao devaneio, o jardim assume o significado cósmico de uma imagem idealizada de mundo, um "paraíso" no sentido etimológico do termo, testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época, e possivelmente da originalidade de um criador (ICOMOS, *Charte de Florence*, 1981, tradução nossa).

A Carta de Florença (ICOMOS, 1981) diz que a composição arquitetônica e vegetal do jardim constitui-se de: "seu plano e os diferentes perfis do seu terreno", ou seja, seu desenho, linha projetual e linguagem paisagística (a estética e a poética), a topografia da região, do lugar e os níveis do jardim, se é plano, se possui ondulações, se

[19] A Carta de Veneza foi realizada em 1964 e tinha como objetivo aprofundar as noções, conceitos e recomendações para a conservação e restauração de monumentos e sítios. A intenção foi ampliar o alcance das orientações difundidas pela Carta de Atenas de 1931.

tem aclive ou declive, a cobertura dos planos dos pisos(natural, pavimentado, vegetado), as características e constituição do solo; "suas massas vegetais: seus cheiros, seus volumes, seu jogo de cores, seus espaçamentos, suas alturas respectivas", ou seja, a estrutura espacial do jardim, o plano de massas, os aspectos compositivos relacionados ao plantio da vegetação, os arranjos botânicos, as zonas botânicas, as características peculiares de cada espécie expressa pelo hábito, pelas formas, texturas, cores e cheiros; "seus elementos construídos ou decorativos" ou seja, todos os elementos e componentes materiais que configuram os ambientes e lhe fornecem caráter como: edificações, mobiliário urbano, equipamentos e componentes da infraestrutura urbana, monumentos, obras de arte, materiais de acabamento e revestimento; "as águas em movimento ou paradas, reflexo do céu", ou seja, os corpos d'água naturais artificiais (rios, canais, córregos, lagos), os elementos construídos onde a água é protagonista (espelhos d'água, fontes, chafarizes, sistemas de abastecimento e esgotamento das águas), a luz natural e seu aspecto plástico nas ambiências do jardim, e a maior e menor quantidade de céu nos ambientes, as áreas ensolaradas e as sombreadas.

A Carta de Florença chama a atenção para a efemeridade do jardim e para a necessidade de renovação e manutenção da vegetação em razão das espécies possuírem um ciclo de vida. Afirma que o aspecto do Jardim Histórico é resultado do equilíbrio que se estabelece entre as mudanças de estações, pensando que a vegetação é o principal elemento que demonstra este movimento cíclico de desenvolvimento e definhamento, e que o conjunto do jardim pode ser preservado a partir do "[...] desejo de arte e do artifício que tende a perpetuar seu estado" (ICOMOS, *Charte de Florence, Article 2*, 1981, tradução nossa).

Muitos Jardins Históricos, ao longo da sua existência, foram transformados e apresentam diferentes camadas históricas. O entendimento contemporâneo sobre a preservação de jardins recomenda considerar estas distintas camadas no processo de recuperação e restauração de jardins, sem privilegiar um determinado tempo histórico. Nesse sentido é importante evidenciar essas camadas através de uma documentação gráfica. Existem casos em que um ou outro elemento, como uma fonte ou algum elemento construído permaneceu e não há quase vegetação, ou as que existem são relativamente novas. Nesses casos há de ser feita uma pesquisa iconográfica antes de definir o que será feito do conjunto do jardim mantendo e de certa maneira destacando os elementos

remanescentes. No entanto, quando há o desaparecimento e apagamento total dos elementos que constituíam o jardim ele deixa de ser Jardim Histórico.

A Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora foi elaborada no 1º Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, em outubro de 2010, organizado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) pela MAPRO (Fundação Museu Mariano Procópio) e pela Fundação Casa Rui Barbosa. Este documento procurou interpretar e adaptar as noções e orientações estabelecidas pela Carta de Florença à realidade brasileira. Afirma

> - Que, na realidade brasileira, equivalem aos jardins históricos em importância simbólica e afetiva, os locais de encontro e convívio, como os parques, jardins e passeios das cidades históricas e também das grandes metrópoles, entre outros locais que se constituem muitas vezes em refúgio apaziguador, em contraste com o tempo ditado pelos automóveis e pelo relógio;
> - Que o aspecto de um Jardim Histórico resulta de um equilíbrio no movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e decadência da Natureza e da vontade artística e da composição que tende a perpetuar a sua condição;
> - Que a noção de monumento cultural, não se restringe à visão estrito senso de bens edificados pelo homem, mas abrange a paisagem e outros exemplos de sua interação com a natureza (IPHAN, Carta de Juiz de Fora, 2010, p.2).

A Carta de Juiz de Fora busca uma aproximação com a realidade brasileira e enfatiza o inventário como instrumento primeiro que irá fundamentar a proteção e o registro do Jardim Histórico por meio de critérios técnicos oriundos de diversas disciplinas que se complementam ao entendimento do bem cultural. Nesse sentido, a formação de equipes interdisciplinares, em acordo com a natureza e com a escala do lugar, é fundamental para a preservação de Jardins Históricos. O documento traz uma listagem de algumas tipologias de espaços abertos que podem ser consideradas como Jardins Históricos na realidade brasileira. Coloca

> [...] considera-se Jardim Histórico os sítios e paisagens agenciados pelo homem como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados e jardins de tradição familiar. Além desses, jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio a malha urbana [...] (IPHAN, Carta de Juiz de Fora, 2010, p. 2)

Essa noção ampliada sobre o que pode ser considerado um Jardim Histórico exemplifica diversas tipologias de espaços abertos. Por vezes, a depender da tipologia,

a presença do componente vegetal não é tão expressiva e exuberante. Essas diferenças tipológicas e constitutivas são aspectos importantes a observar e considerar pois auxiliam a compreender a função dos elementos vegetais e dos elementos construídos na constituição do todo do jardim. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a estrutura espacial do Jardim Histórico, seus elementos construídos e naturais e o seu contexto (característica da paisagem) antes de qualquer ação interventiva.

Outra carta patrimonial importante e mais recente é o Documento sobre os Parques Públicos Urbanos Históricos (ICOMOS, 2017) que foi adotado através da 19ª Assembléia Geral do ICOMOS, em 15 de dezembro de 2017, em Nova Deli, na Índia. O documento afirma que parques públicos são lugares que devem ser acessíveis e abertos à população, independentemente do seu tamanho. O que define um parque histórico urbano é a sua constituição, que apresenta uma maior dependência estrutural dos elementos vegetais, dos recursos hídricos, caminhos, topografia além de elementos arquitetônicos. Acrescenta-se a definição dessa carta a ideia de que um Parque é em geral um ambiente mais vegetado do que uma Praça e oportuniza ambientes que promovem uma sensação de estar em meio a natureza. Um parque pode estar associado a edifícios monumentais como Palácios, Castelos, entre outros. A Carta também afirma que nem todo parque histórico é público, mas que a sua existência tem um papel importante para ecologia da região. Outros espaços abertos vegetados como passeios históricos, ruas e avenidas arborizadas de interesse público não são parques, porém, são corredores verdes com características especiais que devem ser observadas à preservação da paisagem cultural pois fazem a conexão entre as áreas dos parques e demais áreas urbanas. São importantes conectores e colaboram para a manutenção do equilíbrio ecológico urbano. Os parques públicos urbanos históricos possuem distintos valores como

> *[...] social and intangible values to local or wider communities; aesthetic values for their design or Character, horticultural and ecological values; and civic value as places Where public protsts or major gatherings, such as celebrations, etc., have ocurred. Due to their value to communities, these values, meanings, and functions should be explained, celebrated, and safeguarded. They often form the core of why public parks continue to matter to people.*
>
> [...] valores sociais e intangíveis para comunidades locais ou mais amplas; valores estéticos para o seu design ou carácter; valores hortícolas e ecológicos; e valor cívico como locais onde ocorreram protestos públicos ou grandes reuniões, como celebrações etc. Devido a sua importância para as comunidades, esses valores, significados, e funções devem ser explicados, celebrados e salvaguardados. Estes frequentemente constituem a razão pela qual os parques públicos continuam a

> ser importantes para as pessoas.
> (ICOMOS, *Historic Urban Public Parks*, 2017, tradução nossa)

Alguns elementos devem ser observados pois poderão definir o caráter peculiar do parque histórico público como: as ambiências e recintos que constituem o parque; as conexões entre esses lugares; as tramas e os eixos ordenadores que regulam os elementos construídos e o plantio da vegetação; a morfologia, as cores e as texturas dos elementos constitutivos são importantes à compreensão do caráter e da atmosfera do espaço físico. A compreensão do plano paisagístico do parque histórico exigirá observar

> *[...] Les tailles, relations et proportions de ces espaces, qu'ils soient vastes ou petits, étroits, ouverts ou fermés et leurs éléments composants, doivent être comprises, leurs objectifs initiaux et leurs significations doivent être reconnus et conservés ou protégés de manière appropriée.*
> *8 Il peut également y avoir, à l'intérieur des parcs publics urbains historiques, des vues, des points focaux et des points de vue qui font partie intégrante de leur conception et contribuent à leur identité et leur appréciation.*
>
> [...] Os tamanhos, relações e proporções destes espaços, sejam eles grandes ou pequenos, estreitos, abertos ou fechados e os seus elementos componentes, os seus propósitos e significados originais devem ser reconhecidos e conservados ou protegidos de maneira adequada.
> Poderão também existir, nos parques públicos urbanos históricos, vistas, pontos focais e miradouros que sejam parte integrante da sua concepção e contribuam para a sua identidade e fruição (ICOMOS, *Document sur les parcs publics urbaines historiques*, 2017, p.1, tradução nossa).

As tipologias praça ajardinada e parque promovem um grande impacto nos tecidos urbano e social, pois em geral são espaços com vegetação exuberante e oportunizam o acontecimento de atividades de lazer e socialização nas comunidades. Aspectos relacionados à visibilidade e legibilidade espacial são muito importantes para a compreensão dos acessos e possibilidades de deslocamento e conexão com as áreas adjacentes. Os panoramas, as linhas de visão, os eixos, as perspectivas, os pontos focais e elementos de destaque, os mirantes, são componentes da estrutura espacial que auxiliam nas ações de orientação espacial e de reconhecimento de um lugar. A conservação da paisagem através da manutenção de aspectos desta natureza poderá manter o propósito da sua criação. Além disso, a presença significativa de massas verdes em contraste com o restante da cidade mais árida, melhora o conforto ambiental através de microclimas que diminuem a temperatura e refrescam a cidade em estações mais quentes. São lugares abertos que dão suporte, estruturam o habitar das comunidades de diferentes maneiras, em festividades, celebrações, nos momentos

de relaxamento e contato com a natureza, como lugar para praticar esportes, brincar e contemplar belas paisagens e perspectivas. A identidade do parque público urbano histórico está relacionada à composição paisagística (onde a vegetação é componente fundamental), aos recursos hídricos, à topografia e aos elementos arquitetônicos que fazem parte da estrutura espacial e material do parque.

O Documento sobre os Parques Históricos Urbanos Públicos (ICOMOS, Historic Urban Public Parks, 2017) oportunizou refletir sobre a importância de compreender e documentar: a estrutura espacial do parque; a linguagem paisagística e a morfologia; verificar localização, tamanho, escala e proporção em relação a cidade; as configurações espaciais e seus desígnios; composição e ordem de plantio da vegetação; relações e conexões entres os ambientes do parque; pontos focais, perspectivas, visuais, silhuetas e grau de fechamento (mais ou menos permeáveis visualmente); topografia e o tratamento dos planos do piso; a luz natural e artificial; a flora, a fauna e os microclimas; ou seja, as relações entre os elementos compositivos naturais e construídos dos planos das paisagens do parque. A necessidade de relacionar esses elementos constitutivos com a vida cotidiana das pessoas e compreender o espírito do lugar para assim preservar seus valores. Também a importância de os parques históricos públicos serem acessíveis e, para isso, identificar e verificar as barreiras existentes para torná-los inclusivos, a assim viabilizar posteriormente projetos criteriosos de adequação ao desenho universal que não comprometam seus valores.

Outros dois documentos doutrinários importantes, principalmente quando os Jardins Históricos fazem parte de conjuntos urbanos e cidades históricas, são a Carta de Washington (ICOMOS, 1987) e os Princípios de La Valletta (ICOMOS, 2011). A Carta de Washington (ICOMOS, 1987), ou Carta Internacional pela salvaguarda das Cidades Históricas, indica reconhecer os elementos materiais e espirituais das cidades, seus centros e conjuntos históricos urbanos a partir da observância dos seguintes aspectos: a forma do tecido urbano (a trama e o parcelamento do solo); as relações entre os elementos constitutivos do espaço urbano (espaços das edificações, espaços livres e espaços ajardinados); a estética das edificações (estrutura, forma, volume, estilo e linguagem, materiais, texturas, cores); as relações da cidade com os sistemas naturais e antrópicos; e as vocações da cidade e/ou da área do conjunto urbano histórico adquiridas ao longo do tempo.

Os Princípios de La Valletta (ICOMOS, 2011), foi um documento redigido na 17ª Assembléia Geral do ICOMOS em Paris. Ele reúne várias noções e conceitos das cartas

e declarações analisadas anteriormente, porém atualiza, aprofunda e acrescenta noções e aspectos importantes da atualidade para conservação e gestão do patrimônio cultural. Primeiramente, define cidades e áreas urbanas históricas como um patrimônio cultural composto de elementos tangíveis e intangíveis. Cita como elementos tangíveis a observar na constituição das cidades: o tecido e a estrutura urbana; os elementos de arquitetura; as paisagens urbanas e na envolvência da cidade; as linhas do horizonte, visuais e panoramas; e os locais de referência. Como elementos intangíveis a observar: atividades simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais importantes para a história e vida da comunidade.

O documento Princípios de La Valletta (ICOMOS, 2011) também traz recomendações com relação aos critérios para intervenções em cidades e áreas históricas. Nesse sentido, considera importante observar e identificar os valores associados ao bem cultural para que ao intervir no lugar as ações não mudem de maneira muito brusca a ambiência do local e assim preservar as atividades já consolidadas. Em consonância com este pensamento o pesquisador Leonardo B. Castriota (2009) já indicava a observação atenta dos elementos materiais e imateriais que constituem o "patrimônio ambiental urbano" para agir sobre a paisagem de forma mais holística, e pensar a cidade como um organismo vivo onde os bens culturais se relacionam e formam conjuntos ambientais. Nesse sentido, as intervenções devem valorizar as atividades que se manifestam no local, a vocação e função social do lugar, e proporcionar melhor qualidade ambiental para que continuem a acontecer. Castriota recomenda

> Reavaliar a gestão do meio ambiente urbano. Antes de qualquer intervenção no tecido vivo da cidade, é muito importante a percepção dos mecanismos criadores de significado em jogo ali: é vital perceber, acima de tudo, como os moradores e usuários utilizam e valorizam aqueles espaços que constituem o seu dia a dia. É necessária, para isso, a criação de mecanismos que permitam a real e efetiva participação dos agentes envolvidos no processo, em todos os seus momentos: na elaboração, implantação e gestão dos projetos a serem eventualmente desenvolvidos (Castriota, 2009, p.91).

A leitura do documento Princípios de la Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (ICOMOS, 2011) tornou clara a necessidade de compreender o bem cultural inserido num contexto mais abrangente, pensando não somente em âmbito local mas também regional. Por vezes será importante compreender os interesses e dimensões que podem estar interferindo na salvaguarda do Jardim Histórico

enquanto paisagem cultural e identificar as áreas de interesse cultural, social, econômico, ambiental, arqueológico etc. que estão relacionadas ao bem cultural. Também identificar os pontos de referência e os lugares de identificação para a comunidade nesse contexto territorial, e trazer a luz memórias, tradições e referências sociais que potencializam a importância do bem cultural e que fornecem significado para a comunidade. No plano material e físico destaca que devem ser observados os panoramas, perspectivas e linhas do horizonte, corredores visuais, ou seja, os arranjos e relações espaciais entre os diferentes espaços que constituem o Jardim Histórico e o seu entorno e lhe fornecem caráter.

Por último, analisou-se mais dois documentos que trazem definições e recomendações sobre o que é considerado bem cultural imaterial e sobre a importância de reconhecer e preservar o "espírito do lugar" que são a Recomendação de Paris (UNESCO, 2003) e a Declaração de Quebeque (ICOMOS, 2008). A Recomendação de Paris de 2003, foi um documento redigido na 32 sessão da Conferência Geral da UNESCO definida como Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio cultural imaterial que teve como finalidade a conscientização da importância do patrimônio imaterial em instâncias locais, nacionais e internacionais das comunidades e grupos. Traz a noção de patrimônio cultural imaterial e os possíveis campos da sua manifestação

> Entende-se por 'patrimônio cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana [...] (UNESCO, 2003).

O patrimônio cultural imaterial manifesta-se nos seguintes campos

> -Tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
> - Expressões artísticas;
> - Celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos;
> - Conhecimento e práticas, relacionados à natureza e ao universo;
> - Técnicas artesanais tradicionais.
> (UNESCO, 2003)

Salvaguardar o patrimônio imaterial significa garantir sua perpetuação e viabilidade

nos âmbitos cultural, social, ambiental e econômico, através das ações de preservação, e da valorização e transmissão às gerações futuras, por meio da educação formal e não formal e pela revitalização desse patrimônio em diferentes aspectos. A Declaração de Quebeque, Canadá (ICOMOS, 2008), traz princípios e recomendações para preservar o "espírito do lugar" através da salvaguarda integrada do patrimônio material e imaterial, assim garantindo um desenvolvimento sustentável e social mais eficiente no mundo. O documento lembra e cita outros como relevantes e como fazendo parte do processo das discussões e reflexões realizadas pelo ICOMOS entre 2003 e 2008 sobre o tema. Cita as Declarações de Kimberly (2003) para a preservação dos valores intangíveis, de *Xi'an Sur La Conservation Du Contexte Des Constructions*, *Des Sites Et Des Secteurs Patrimoniaux* (2005) para a preservação do contexto do bem cultural, e a de Foz do Iguaçu (2008) sobre a necessidade de olhar para os elementos tangíveis e intangíveis à preservação da identidade de comunidades e seus espaços de valor cultural e histórico. As novas Cartas sobre Rotas Culturais e sobre Interpretação e Apresentação também foram citadas pois enfatizam a relevância do patrimônio imaterial e o valor espiritual do lugar.

Na 16ª Assembléia Geral do ICOMOS, em 2008, ocorreram também o Fórum da Juventude, o Fórum Aborígene e o Simpósio Científico e, concomitantemente, foram realizadas as comemorações do 400º aniversário da fundação de Quebeque. O contexto foi profícuo para reflexões e discussões, e gerou um documento que traz definições e princípios para preservação dos espíritos dos lugares. De acordo com a Declaração de Quebeque redigida ao final da 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, "espírito do lugar" pode ser compreendido como

> [...] os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festas, saberes tradicionais, valores, texturas, cores, odores, etc.), ou seja, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, valor, emoção e mistério ao lugar. [...] O espírito do lugar é construído por diversos atores sociais, seus arquitetos e gestores, bem como seus usuários, que contribuem ativa e concomitantemente para dar-lhe sentido. Considerando como um conceito relacional, o espírito do lugar assume um caráter plural e dinâmico, capaz de possuir múltiplos significados e singularidades, de mudar ao longo do tempo e de pertencer a diferentes grupos. (ICOMOS, *Québec Declaration*, 2008, p.2, tradução nossa)

Portanto, o "espírito do lugar" está intimamente relacionado aos modos de vida que animam os Jardins Históricos, a partir da maneira como o patrimônio material é

compreendido, valorizado e apropriado, podendo ter alterações no seu entendimento por mudanças locais e pela influência do mundo globalizado. A declaração recomenda que a noção de "espírito do lugar" seja levada em consideração nas políticas, legislações e práticas de salvaguarda no âmbito do patrimônio cultural. A fluidez, a pluralidade e a possibilidade de reconstrução do espírito do lugar exigem que ele seja constantemente verificado nas práticas patrimoniais. Além disso, um lugar poderá ter diferentes espíritos que o anima, e isto fica mais evidente em se tratando do patrimônio paisagístico urbano.

Os conflitos entre grupos sociais, os conflitos armados, as mudanças climáticas que estão ocorrendo no planeta, o turismo sem planejamento e o crescimento veloz das cidades são ameaças constantes ao patrimônio cultural, às paisagens culturais e aos Jardins Históricos. A Declaração de Quebeque (ICOMOS, 2008) recomenda que as autoridades locais possuam planos estratégicos para o desenvolvimento sustentável de áreas históricas visando impedir a destruição ou desaparecimento dos espíritos que animam os seus lugares. Além desses planos, orienta para a realização de documentação em forma de inventários, de preferência utilizando recursos multimídia interativos, oportunizando a sociedade participar da salvaguarda de seu patrimônio. A declaração considera a comunicação interativa como principal estratégia para incluir a comunidade local através de diferentes grupos sociais e faixas etárias.

A Declaração de Quebeque (ICOMOS, 2008) atenta para a identificação dos elementos materiais e imateriais que dão vida, caráter e atmosfera aos lugares de interesse cultural e histórico. Os elementos físicos e espirituais devem ser observados e identificados de maneira contínua e integrada, pois a cada tempo as relações habitantes e meio ambiente podem apresentar diferentes aspectos, configurações e significados. Devem ser observados os aspectos que dão caráter aos elementos físicos como texturas, cheiros, sons, luz, paleta de cores. Também os aspectos dinâmicos como: os usos cotidianos, comportamentos e atitudes em relação ao lugar; as feiras, os eventos, as práticas sociais e culturais frequentes; também aqueles aspectos que remetem a historicidade do bem cultural e sua importância para a comunidade através do registro das memórias e histórias contadas pelos habitantes do lugar. Estes aspectos imateriais em conjunto com uma investigação aprofundada dos elementos físicos do bem cultural (plano paisagístico, elementos construídos e naturais, dados históricos, relações com sistemas hidrológico, geológico e biológico, com os sistemas antrópicos) promovem uma compreensão mais abrangente e continuada do caráter vivo dos Jardins Históricos.

A partir da análise destes documentos doutrinários foi possível construir quadros resumos sobre os conteúdos das cartas patrimoniais e a interpretação sobre "o que observar" que auxiliaram a organizar uma estratégia metodológica para a compreensão do espírito do lugar de um Jardim Histórico público.

Quadro 4 - O que é importante observar para documentar: Carta de Florença, Carta de Juiz de Fora e Documento sobre os Parques Históricos Urbanos Públicos (continua)

Documento doutrinário	**O que diz o documento** (trechos extraídos dos documentos)	**O que é importante observar** (interpretação para a metodologia)
Carta de Florença (ICOMOS, 1981)	"Seu plano e os perfis do seu terreno, Suas massas vegetais: seus cheiros, seus volumes, seu jogo de cores, seus espaçamentos, suas alturas respectivas Seus elementos construídos e decorativos As águas em movimento ou paradas, reflexo do céu."	- O desenho, linha projetual e linguagem paisagística (a estética e a poética); a topografia, os níveis do jardim, a cobertura dos planos dos pisos (pavimentações e forrações); as características e constituição do solo. - Estrutura espacial do jardim (relações entre os elementos que compõem os planos do piso, verticais e de teto); aspectos compositivos relacionados ao plantio da vegetação, os arranjos botânicos, as zonas botânicas, as características peculiares de cada espécie (hábito, morfologia, texturas, cores, cheiros etc.). - Todos os elementos e componentes materiais que configuram os ambientes e fornecem caráter à paisagem, e ao lugar como: edificações, mobiliário urbano e equipamentos, componentes da infraestrutura urbana, monumentos, obras de arte, materiais de acabamento e revestimento etc. - Os corpos d'água naturais ou artificiais, os espelhos d'água, as fontes, os sistemas de abastecimento e esgotamento das águas, localização das áreas ensolaradas e sombreadas, a luz natural e seu aspecto plástico em meio a vegetação e os elementos construídos nas ambiências do jardim.
Carta de Juiz de Fora (IPHAN, 2010)	"[...] considera-se Jardim Histórico os sítios e paisagens agenciados pelo homem como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados e jardins de tradição familiar. Além desses, jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio a malha urbana"	1)Organização e identificação das principais tipologias de Jardins Históricos como: - Praça ajardinada, Parque, Via ajardinada; Jardim Botânico; Jardim zoológico, Jardim associado à edificação/monumento; Jardim hortícula; Pomar. 2)Identificação do modo de fazer o jardim: jardim vernacular, linha projetual paisagística (eclética, moderna, contemporânea) e linguagem.

Quadro 4 - O que é importante observar para documentar: Carta de Florença, Carta de Juiz de Fora e Documento sobre os Parques Históricos Urbanos Públicos (conclusão)

Documento doutrinário	**O que diz o documento** (trechos extraídos dos documentos)	**O que é importante observar** (interpretação para a metodologia)
Carta de Juiz de Fora (IPHAN, 2010)		3)Identificação do tipo de paisagem na qual o jardim está inserido segundo a atividade antrópica e localização geográfica (urbana, agrária, industrial, de águas). 4) Identificação do grau de intervenção antrópica na paisagem (alto valor natural, seminatural, transformada e humanizada) do contexto.
Documento sobre os Parques Históricos Urbanos Públicos, (ICOMOS, 2017)	"O conceito de "parque público" assenta no princípio da abertura e acessibilidade para todas as pessoas visitarem e desfrutarem. O conceito não é limitado ou definido por tamanho." "Os parques públicos urbanos históricos muitas vezes agregam uma série de valores, incluindo valores sociais e intangíveis para comunidades locais ou mais amplas; valores estéticos para o seu design ou carácter; valores hortícolas e ecológicos; e valor cívico como locais onde ocorreram protestos públicos ou grandes reuniões, como celebrações etc." "Devido ao seu valor para as comunidades, esses valores, significados, e as funções devem ser explicadas, celebradas e salvaguardadas. Frequentemente, eles constituem a razão pela qual os parques públicos continuam a ser importantes para as pessoas." "Fundamental para a identidade dos parques urbanos históricos é a sua composição e dependência de elementos como vegetação, elementos arquitetônicos, recursos hídricos, caminhos ou topografia. Esses elementos contribuem para seu caráter, interesse sazonal, tonalidade e identidade espacial e visual." "Um parque público urbano histórico pode incluir um ou mais espaços definidos. Os tamanhos, relacionamentos e as proporções desses espaços, sejam eles largos ou pequenos, estreitos, abertos ou fechados, e suas partes componentes, devem ser compreendidas, seus propósitos e significados originais reconhecidos e adequadamente protegidos ou conservados." "Também pode haver vistas, pontos focais e pontos de vista dentro dos parques públicos urbanos históricos que sejam essenciais para o seu design e contribuam para a sua identidade e apreciação."	- Verificar como acontece o funcionamento do jardim, se é aberto ao público ou se possui regras para a sua utilização; identificar a localização, tamanho, escala e proporção em relação a cidade e seu raio de abrangência enquanto espaço verde público; verificar a acessibilidade ao Jardim Histórico e apontar as barreiras que impedem seu livre acesso. Nesse sentido observar a topografia, o tratamento dos planos do piso e o grau de permeabilidade visual e características dos acessos. - Identificar os valores materiais e imateriais do bem cultural para a comunidade. - Identificar e localizar as funções do parque histórico e onde acontecem as feiras, festividades, eventos e celebrações nos ambientes internos e na sua envoltória. - Identificar os arranjos botânicos, a ordenação para o plantio da vegetação; o papel estrutural, compositivo e estético da vegetação e dos elementos construídos; a flora, a fauna e os microclimas; os corpos d'água; os níveis do piso, os percursos, a luz natural e os matizes a cada estação. - Reconhecer a estrutura espacial do parque e linguagem paisagística; identificar as configurações espaciais e sensações; verificar a proporção e a escala dos ambientes e as relações e conexões entres os espaços do parque. - Identificar as camadas temporais, os valores, significados e funções que fazem com que o Jardim Histórico seja importante enquanto patrimônio cultural. - A identificação dos caminhos, perspectivas, visuais, silhuetas, pontos focais e referenciais são importantes à compreensão do caráter do lugar e dos motivos estéticos da sua apreciação.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, junho de 2024. Documentos disponíveis em: https://www.icomos.org/fr/ressources/chartes-et-normes e http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226

Quadro 5 - O que é importante observar para documentar: Carta de Washington e Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos

Documento doutrinário	**O que diz o documento** (trechos extraídos dos documentos)	**O que é importante observar** (interpretação para a metodologia)
Carta de Washington (ICOMOS, 1987)	"a) a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento, b) as relações entre os diversos espaços urbanos: espaços edificados, espaços livres e espaços ajardinados, c) a forma e o aspecto dos edifícios (interior, e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração, d) as relações da cidade com seu ambiente natural ou criado pelo homem, e) as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história."	-Traçado da cidade, situação e localização do Jardim Histórico; - Relações entre os cheios e vazios, figura e fundo do contexto do Jardim Histórico; - Morfologia e caráter das edificações do entorno do Jardim Histórico; - Os sistemas naturais e antrópicos onde está localizado o Jardim Histórico; - O uso do solo com destaque para as atividades humanas desenvolvidas na cidade, principalmente na envoltória do Jardim Histórico.
Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (ICOMOS, 2011)	"Cidades e áreas urbanas históricas são compostas por elementos tangíveis e intangíveis. Os elementos tangíveis incluem, para além da estrutura urbana, elementos arquitetônicos, paisagens dentro e na envolvência da cidade, vestígios arqueológicos, panoramas, linhas do horizonte, corredores visuais e locais de referência. Os elementos intangíveis incluem atividades, funções simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais que constituem a substância do seu valor histórico."	- Identificação de áreas de interesse cultural, social, ambiental, arqueológico no contexto em que está inserido o Jardim Histórico; - Identificação de pontos de referência, de panoramas, perspectivas e linhas do horizonte, corredores visuais, ou seja, arranjos e relações entre os diferentes espaços que constituem o Jardim Histórico e o seu entorno e que são importantes para preservar os valores associados ao bem cultural. - Identificação de atividades sociais e funções simbólicas, tradições, memórias e referências culturais associadas ao Jardim Histórico e seu contexto.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, junho de 2024. Documentos disponíveis em: https://www.icomos.org/fr/ressources/chartes-et-normes

Quadro 6 - O que é importante observar para documentar: Declaração de Quebeque sobre a salvaguarda do espírito do lugar

Documento doutrinário	**O que diz o documento** (trechos extraídos dos documentos)	**O que é importante observar** (interpretação para a metodologia)
Declaração de Quebeque sobre a salvaguarda do espírito do lugar (ICOMOS, 2008)	"Reconhecendo que o espírito do lugar é composto de elementos tangíveis (locais, edifícios, paisagens, estradas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, festas, comemorações, rituais, saberes tradicionais, valores, texturas, cores, odores etc.) que contribuem significativamente para a construção do espírito do lugar, declaramos que o patrimônio cultural imaterial dá um significado mais rico e completo ao patrimônio como um todo e deve ser levado em consideração em toda a legislação sobre o patrimônio cultural, e em todos os projetos de conservação e restauro de monumentos, sítios, paisagens, percursos e coleções de objetos."	1) Os elementos tangíveis (da microescala à macroescala). 2) Os elementos intangíveis: - Histórias e memórias dos habitantes em relação ao Jardim Histórico; - Calendário e mapeamento de festividades, comemorações, feiras, eventos culturais que acontecem nos ambientes do jardim ao longo dos últimos anos; -As principais atividades cotidianas (com localização) que ocorrem no Jardim Histórico, a vocação do lugar; - As percepções, impressões e sentimentos dos habitantes e usuários em relação ao lugar. - O caráter, a atmosfera do Jardim Histórico em diferentes estações do ano e situações (tanto no cotidiano como em eventos).

Fonte: Q Quadro elaborado pela autora, junho de 2024.Documento disponível em: https://www.icomos.org/fr/ressources/chartes-et-normes

3.3 Metodologias internacionais voltadas à caracterização de Jardins Históricos

3.3.1 Metodologias internacionais

Foram selecionadas algumas metodologias internacionais para auxiliar no trabalho de elaboração da metodologia de caracterização de jardins. A primeira a ser apresentada é uma estratégia metodológica utilizada pelo Instituto Europeu de Jardins e Paisagens[20]. Este foi criado em 2013, a partir de uma parceria entre a Fundação de Parques e Jardins da França, o Conselho departamental do Calvados e a Universidade de Caen da Normandia. O Instituto é um centro de documentação, de eventos científicos, e de encontro entre especialistas e entusiastas em Jardins Históricos e está localizado no *Château de Bénouville*, na França. Possui uma proposta de trabalho colaborativa, por voluntariado, para levantar a campo informações sobre jardins. No seu site disponibiliza uma Ficha de Pré-inventário

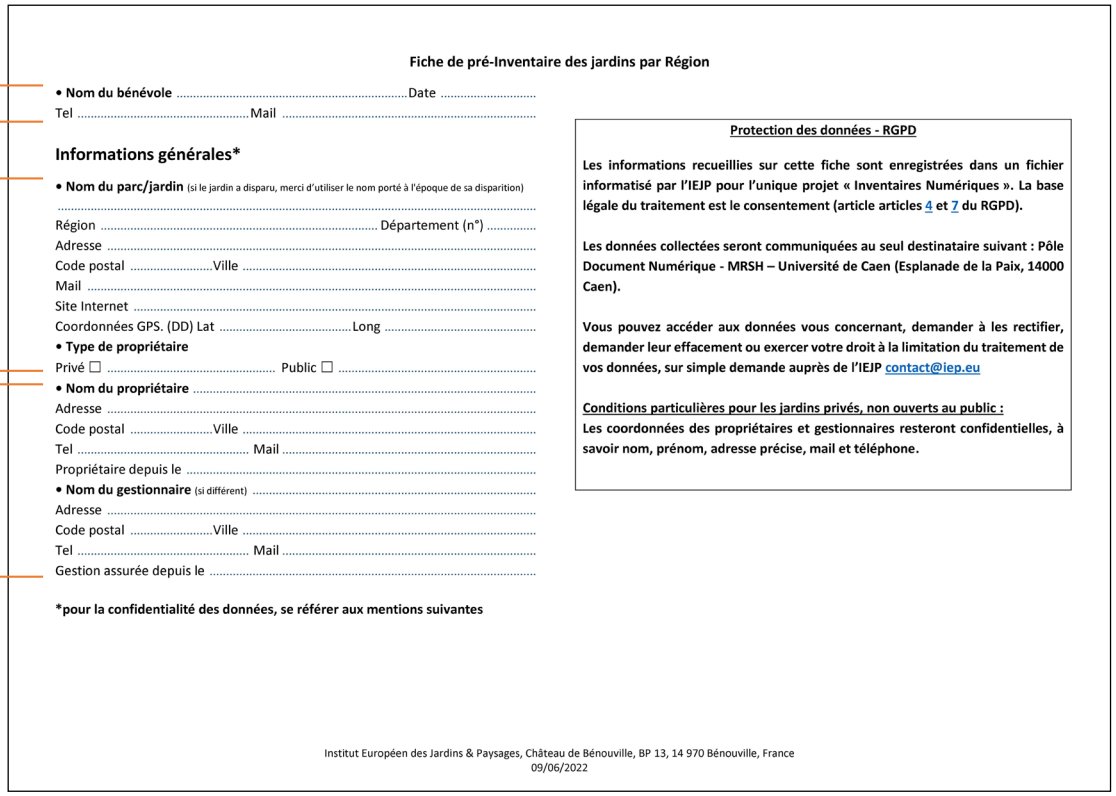
[20] https://europeangardens.eu/qui-sommes-nous/presentation-de-liejp/
[21] Manual do voluntário: https://europeangardens.eu/wp-content/uploads/2018/12/2- Manuel-du-bénévole.pdf

de jardins (figuras 56, 57 e 58) por região e um Manual do voluntário[20] que fornece uma metodologia de trabalho para observar e documentar em maior profundidade o ambiente paisagístico do Jardim Histórico.

A Ficha de pré-inventário é dividida em 3 páginas e cada uma delas coleta informações específicas acerca do Jardim Histórico. A primeira página contém o nome e os dados de contato de quem realizou o inventário e as informações gerais subdividida em vários tópicos: informações sobre o próprio sítio do Jardim Histórico (nome, localização, endereço, coordenadas e tipo de propriedade - pública ou privada); dados sobre o proprietário e dados sobre o gestor. A segunda página se dedica à história, à descrição e análise do jardim; autores, se existirem; influências estilísticas; e a identificação da presença de elementos decorativos e construídos. Caso exista algo diferente das opções existentes na ficha há campos em branco para preencher. A terceira página contém um levantamento botânico expedito; identificação do clima, temperaturas máxima e mínima, índice anual de chuvas, ventos dominantes; identificação do tipo de reconhecimento patrimonial do bem cultural; e informações administrativas referentes a abertura ao público, acessibilidade e se dispõe de infraestrutura para receber grupos de pessoas e quais são os equipamentos disponíveis.

O manual do voluntário explica o preenchimento da ficha e fornece um método mais aprofundado para investigar o Jardim Histórico. Orienta como analisar mapas e plantas e enfatiza que não se deve priorizar uma época em detrimento de outra pois todas são consideradas como patrimônio. O manual dá dicas sobre o estudo iconográfico, os tipos de imagens possíveis de se realizar uma investigação (gravuras, desenhos, pinturas, fotografias, cartões postais), suas peculiaridades e comparações diacrônicas (os elementos suprimidos e os que ainda existem de épocas passadas serão desvendados).

Figura 56: Ficha de pré-inventário do IEJP/p.1: 01- Nome de quem realizou o inventário; 02 – Informações gerais e endereço do jardim; 03 – Informações do proprietário e do gestor do jardim.



Fiche de pré-Inventaire des jardins par Région

01

• **Nom du bénévole** ..... Date .....
Tel ..... Mail .....

Informations générales*

02

• **Nom du parc/jardin** (si le jardin a disparu, merci d'utiliser le nom porté à l'époque de sa disparition)
.....
Région ..... Département (n°) .....
Adresse .....
Code postal ..... Ville .....
Mail .....
Site Internet .....
Coordonnées GPS. (DD) Lat ..... Long .....
• **Type de propriétaire**
Privé ☐ ..... Public ☐ .....

03

• **Nom du propriétaire** .....
Adresse .....
Code postal ..... Ville .....
Tel ..... Mail .....
Propriétaire depuis le .....
• **Nom du gestionnaire** (si différent) .....
Adresse .....
Code postal ..... Ville .....
Tel ..... Mail .....
Gestion assurée depuis le .....

***pour la confidentialité des données, se référer aux mentions suivantes**

Protection des données - RGPD

Les informations recueillies sur cette fiche sont enregistrées dans un fichier informatisé par l'IEJP pour l'unique projet « Inventaires Numériques ». La base légale du traitement est le consentement (article articles 4 et 7 du RGPD).

Les données collectées seront communiquées au seul destinataire suivant : Pôle Document Numérique - MRSH – Université de Caen (Esplanade de la Paix, 14000 Caen).

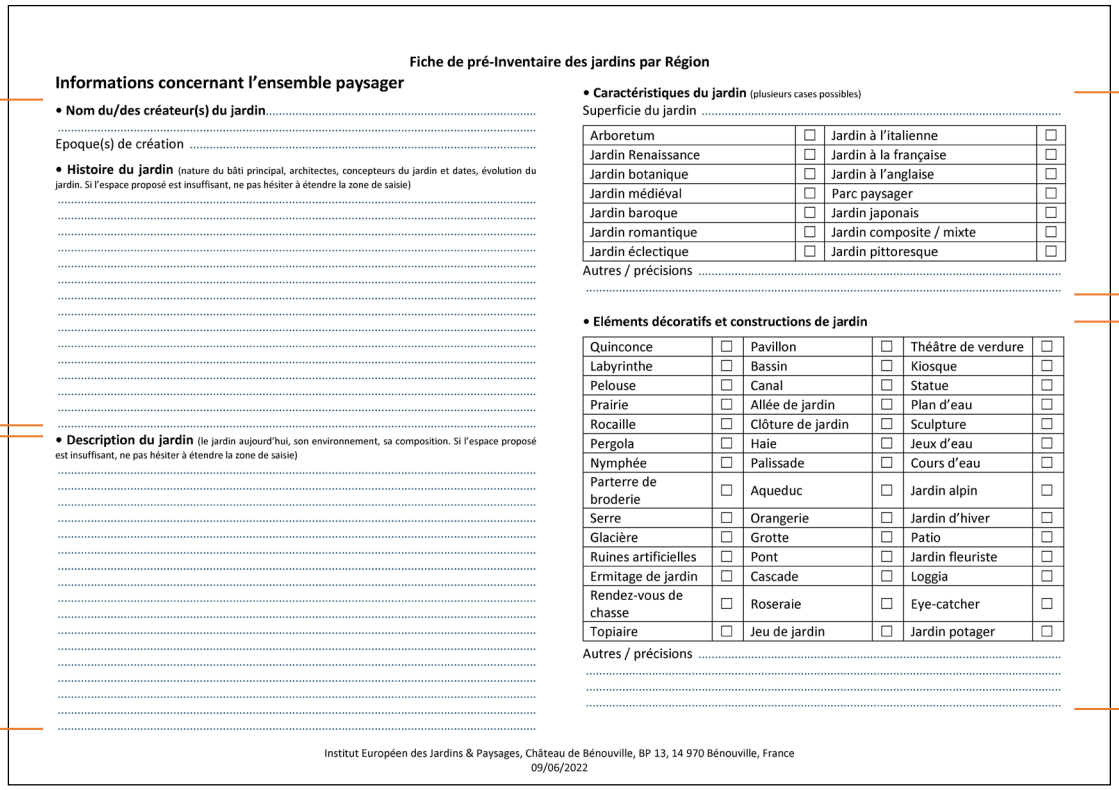
Vous pouvez accéder aux données vous concernant, demander à les rectifier, demander leur effacement ou exercer votre droit à la limitation du traitement de vos données, sur simple demande auprès de l'IEJP contact@iep.eu

Conditions particulières pour les jardins privés, non ouverts au public :
Les coordonnées des propriétaires et gestionnaires resteront confidentielles, à savoir nom, prénom, adresse précise, mail et téléphone.

Institut Européen des Jardins & Paysages, Château de Bénouville, BP 13, 14 970 Bénouville, France
09/06/2022

Fonte: *Institut Européen des Jardins & Paysages*. Disponível em: https://europeangardens.eu/wp-content/uploads/2022/06/1-Fiche-de-pre-inventaire_2022.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 57: Ficha de pré-inventário do IEJP/p.2: 04 – Autor(es) e história do jardim; 05 – Descrição e análise do jardim; 06- Características do jardim; 07- Elementos decorativos e construídos do jardim.



Fiche de pré-Inventaire des jardins par Région

Informations concernant l'ensemble paysager

04

• **Nom du/des créateur(s) du jardin**.....
.....
Epoque(s) de création .....
• **Histoire du jardin** (nature du bâti principal, architectes, concepteurs du jardin et dates, évolution du jardin. Si l'espace proposé est insuffisant, ne pas hésiter à étendre la zone de saisie)
.....

05

• **Description du jardin** (le jardin aujourd'hui, son environnement, sa composition. Si l'espace proposé est insuffisant, ne pas hésiter à étendre la zone de saisie)
.....

06

• **Caractéristiques du jardin** (plusieurs cases possibles)
Superficie du jardin .....

Arboretum	☐	Jardin à l'italienne	☐
Jardin Renaissance	☐	Jardin à la française	☐
Jardin botanique	☐	Jardin à l'anglaise	☐
Jardin médiéval	☐	Parc paysager	☐
Jardin baroque	☐	Jardin japonais	☐
Jardin romantique	☐	Jardin composite / mixte	☐
Jardin éclectique	☐	Jardin pittoresque	☐

Autres / précisions .....
.....

07

• **Eléments décoratifs et constructions de jardin**

Quinconce	☐	Pavillon	☐	Théâtre de verdure	☐
Labyrinthe	☐	Bassin	☐	Kiosque	☐
Pelouse	☐	Canal	☐	Statue	☐
Prairie	☐	Allée de jardin	☐	Plan d'eau	☐
Rocaille	☐	Clôture de jardin	☐	Sculpture	☐
Pergola	☐	Haie	☐	Jeux d'eau	☐
Nymphée	☐	Palissade	☐	Cours d'eau	☐
Parterre de broderie	☐	Aqueduc	☐	Jardin alpin	☐
Serre	☐	Orangerie	☐	Jardin d'hiver	☐
Glacière	☐	Grotte	☐	Patio	☐
Ruines artificielles	☐	Pont	☐	Jardin fleuriste	☐
Ermitage de jardin	☐	Cascade	☐	Loggia	☐
Rendez-vous de chasse	☐	Roseraie	☐	Eye-catcher	☐
Topiaire	☐	Jeu de jardin	☐	Jardin potager	☐

Autres / précisions .....
.....
.....
.....

Institut Européen des Jardins & Paysages, Château de Bénouville, BP 13, 14 970 Bénouville, France
09/06/2022

Fonte: *Institut Européen des Jardins & Paysages*. Disponível em: https://europeangardens.eu/wp-content/uploads/2022/06/1-Fiche-de-pre-inventaire_2022.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

Figura 58: Ficha de pré-inventário do IEJP /p.3: 08- Botânica; 09- Clima; 10 – Reconhecimento patrimonial; e 11 - Informações administrativas.

Fiche de pré-Inventaire des jardins par Région

08
• **Botanique**
Arbres : .....
.....
Arbres d'alignement : .....
.....
Arbres fruitiers : .....
.....
Arbustes : .....
.....
Plantes vivaces : .....
.....
Plantes annuelles : .....
.....
Autres / Précisions : .....

09
• **Climat** (http://www.meteofrance.com/) Type ..... T°C min/an .....
T°C max /an ..... Pluies (mm/an) ..... Vents dominants .....

10
• **Reconnaissances patrimoniales (uniquement pour le jardin)**
Classé Monument Historique O ☐ N ☐ Inscrit Monument Historique O ☐ N ☐
Label Jardin Remarquable O ☐ N ☐ Label Patrimoine du XXème siècle O ☐ N ☐
Collection Nationale O ☐ N ☐ Préciser .....
Autre(s) .....

11
• **Informations administratives**
Ouvert au public O ☐ N ☐ Sur rendez-vous O ☐ N ☐
Accueil de groupes O ☐ N ☐
Accueil des personnes en situation de handicap O ☐ N ☐
Equipements (tout public et personnes en situation de handicap) .....
.....

Dans la mesure du possible, adresser à l'IEJP des clichés, ainsi que des plans anciens, cartes topographiques, pédologiques et toute autre iconographie utile à la description du lieu (avec mention des droits d'auteur s'il y a lieu). De même, pour des bibliographies et tout autre élément d'archives.

Fiche disponible sur http://europeangardens.eu/qui-sommes-nous/presentation-de-linstitut-et-ses-missions/

Institut Européen des Jardins & Paysages, Château de Bénouville, BP 13, 14 970 Bénouville, France
09/06/2022

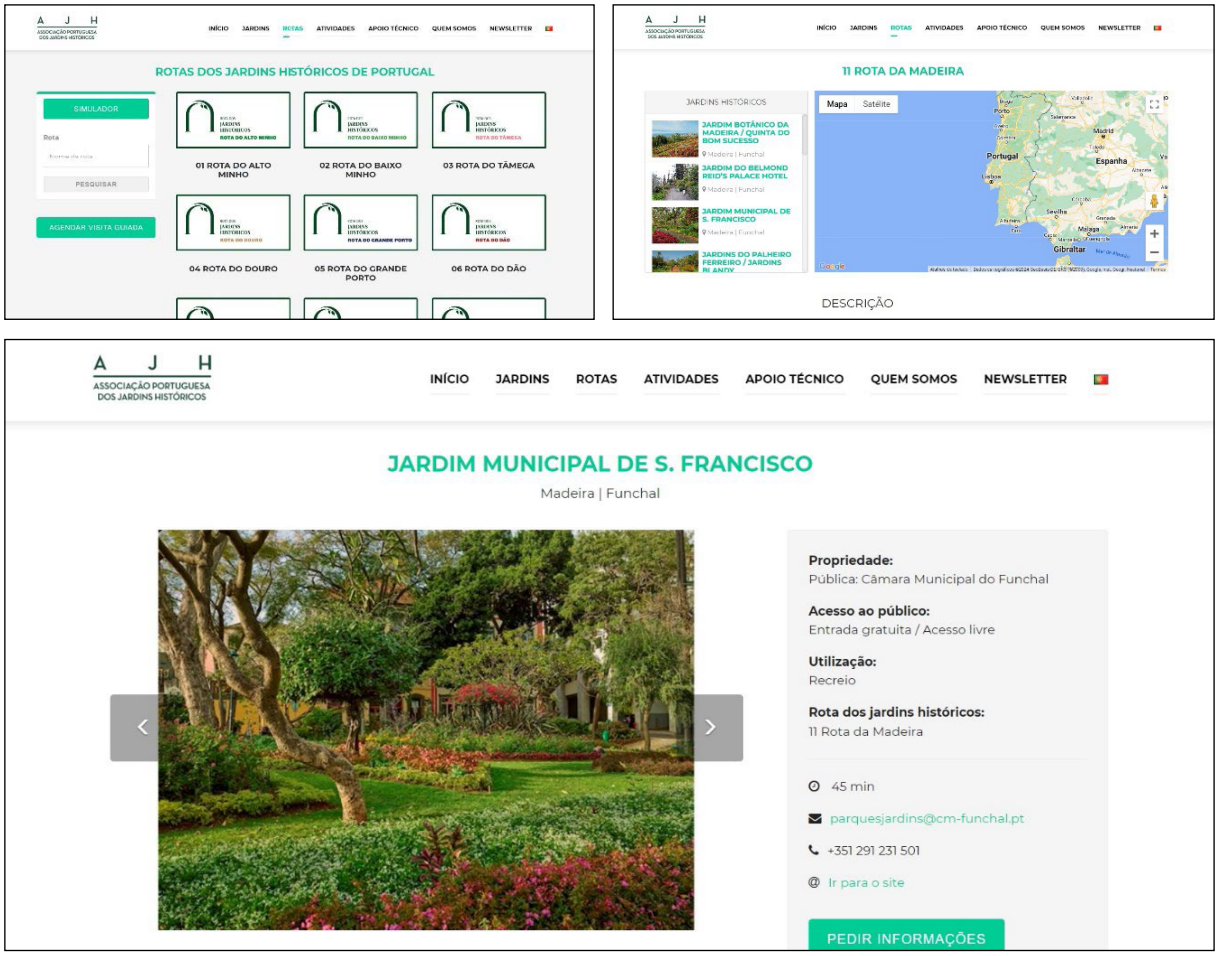
Fonte: *Institut Européen des Jardins & Paysages*. Disponível em: https://europeangardens.eu/wp-content/uploads/2022/06/1-Fiche-de-pre-inventaire_2022.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

O manual também traz informações e sugestões de como realizar o trabalho de campo, o estudo do terreno e utilizar as documentações coletadas, como os mapas, plantas e iconografias. Ao final orienta como fazer a redação do dossiê do Jardim Histórico. É uma abordagem muito didática e detalhada o que permite ao leitor refletir sobre o material coletado e realizar um trabalho em um nível ótimo de aprofundamento sobre o bem cultural investigado. Porém, não pode ser aplicado em qualquer lugar e por qualquer pessoa, pois traz muito da realidade encontrada no contexto europeu. O preenchimento dos campos exige um conhecimento prévio na área da arquitetura da paisagem, principalmente em relação a estilo, linha projetual, linguagem, elementos construídos e decorativos, botânica etc. É uma referência para uma abordagem metodológica mais aprofundada bastante interessante.

Outra metodologia analisada foi o Inventário dos Jardins Históricos de Portugal, da AJH (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos). Esta Associação foi criada sem fins lucrativos, no ano de 2003, para incentivar a preservação e valorização de Jardins Históricos em território português em razão da exigência financeira e necessidade

de mão de obra especializada para tornar possível a conservação deste patrimônio paisagístico. O inventário estudado foi desenvolvido no contexto de um Programa de fomento ao Turismo em Portugal, chamado VALORIZAR, através de um projeto que teve a intenção de implementar Rotas de Jardins Históricos em Portugal (figura 59), entre os anos 2018-2019. Foi desenvolvida uma metodologia de inventário com conteúdo a observar semelhante a do Instituto Europeu de Jardins e Paisagens e disponibilizada para que as pessoas pudessem realizar a documentação do Jardim Histórico. A definição de Jardim Histórico teve como base a Carta de Florença e, no contexto português, foram inventariadas as seguintes categorias patrimoniais: quintas de recreio, jardins botânicos, parques e jardins públicos, fortalezas e castelos (apropriados pelas pessoas como áreas de lazer), rossios, praças e santuários.

Figura 59: Rotas dos Jardins Históricos de Portugal. Capturas de tela do site AJH no item Rotas.



Fonte: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos. Disponível em: https://www.jardinshistoricos.pt/route/list Acesso em: 21 out. 2024.

[22] https://www.jardinshistoricos.pt/fileman/Uploads/Documents/AJH_Inventario.pdf

A metodologia apresenta uma estrutura geral básica para que seja desenvolvido o levantamento de campo e a pesquisa constituindo-se dos seguintes itens: Localização; Envolvente e elementos relevantes/patrimônio existente; Cronologia/elementos históricos; Elementos descritivos (espacialidade/ área/ estrutura/ topografia/ tipologia/ estilo/ percurso da visita/ vistas/ elementos construídos/ elementos decorativos/ vegetação e espécies notáveis/ inscrições existentes e relevantes para a história do jardim; Classificação (publicação em Diário da República); e autoria da ficha de inventário. O resultado foi organizado e disponibilizado no site da AJH. Os jardins estão organizados por rotas e estão disponíveis fotografias do local de cada Jardim Histórico, a localização no Google Maps, e um texto que procura contemplar os itens supracitados de forma expedita. Trata-se de uma maneira dinâmica de proporcionar o conhecimento especializado de maneira simples e direta, proporcionando ao público leigo um conhecimento rápido sobre o jardim e valorizando o conjunto de jardins encontrados em cada rota.

Ao investigar essas duas propostas metodológicas voltadas à caracterização de Jardins Históricos notou-se algumas semelhanças. O Instituto Europeu de Jardins e Paisagens e o Inventário dos Jardins Históricos de Portugal propõem uma caracterização preliminar que contempla dados gerais e informações fundamentais do Jardim Histórico. Embora os termos aqui empregados não sejam exatamente os mesmos, traduziu-se as semelhanças no conteúdo das fichas dos inventários da seguinte maneira: Dados gerais de identificação (nome do jardim/ endereço, latitude e longitude/ situação e localização também em mapa/ acessibilidade, equipamentos e estrutura disponível para receber pessoas/ reconhecimento patrimonial); Reconhecimento do entorno e contexto, patrimônio existente/espacialidade e vistas internas e externas do jardim; História do jardim (situação atual/projetos e intervenções/ cronologia/temporalidades/iconografia); Tipologia e Descrição do jardim (tipo de espaço aberto/área/estrutura espacial, composição e morfologia/planos da paisagem/topografia/influências estilísticas e estética); Elementos construídos do jardim (como fontes, lagos, espelhos d'água, edificações, escadas, quiosques, pérgulas, etc.); Elementos decorativos e mobiliário do jardim (como monumentos e obras de arte, revestimentos em azulejos, ladrilhos hidráulicos, pedras, elementos em *rocaille*, bancos, luminárias, etc.); Vegetação (levantamento florístico, tipos de plantações, arranjos botânicos, espécies notáveis e datações).

O Instituto Europeu de Jardins e Paisagens reúne inventários de diferentes países,

e desta forma procurou organizar no seu site informações mais gerais e a forma de comunicação não é tão fluida e amigável quanto a da Associação Portuguesa de Jardins Históricos. Porém a metodologia do Instituto Europeu é mais detalhada e informativa, mesmo para quem conhece o assunto, e tem um viés mais científico. Ambas as metodologias partem da macroescala em direção à microescala para situar o jardim num contexto mundial, nacional, regional e por fim local, e depois o foco e aprofundamento recai sobre as informações específicas do próprio Jardim Histórico. A metodologia do Instituto Europeu de Jardins e Paisagens é mais voltada à construção de uma documentação de caráter mais científico e informativo enquanto a metodologia da Associação Portuguesa de Jardins Históricos tem uma intenção de ser um inventário compartilhado e local à preservação do patrimônio paisagístico pois envolve a comunidade, e a divulgação e difusão das informações aparece de modo mais acessível ao público geral estimulando a visitação e o turismo.

Uma metodologia importante de ser estudada com maior profundidade é a da arquiteta paisagista espanhola Carmen Añon, escrita em 1989, no contexto do Comitê sobre Jardins históricos ICOMOS-IFLA. Trata-se de uma metodologia prévia ao projeto de recuperação que objetiva conhecer em profundidade o jardim investigado para que critérios fundamentados de intervenção sejam elaborados antes de um projeto de restauração. Ela coloca que a intenção da sua metodologia não foi dizer como deve ser feito um projeto de recuperação em um Jardim Histórico, visto que são projetos geralmente interdisciplinares, mas compartilhar uma maneira que considera criteriosa de investigar e conhecer um Jardim Histórico. Ela divide em quatro grandes fases um projeto de restauração: 1- Análise e documentação; 2- Critérios; 3- Projeto; e 4 – Atuações complementares. A primeira fase, de análise e documentação, é a metodologia prévia que visa investigar o Jardim Histórico com maior profundidade onde

> *[...] través del studio de su passado y su presente, estableciendo de esta forma um doble contacto físico y espiritual com el jardin, para tratar de alcanzar su profunda "razón de ser" unida a um pleno conocimiento de su estado actual y de sus possibilidades.*
>
> [...] através do estudo do seu passado e do seu presente, estabelecendo desta forma um duplo contacto físico e espiritual com o jardim, para tentar alcançar a sua profunda "razão de ser" juntamente com um conhecimento pleno do seu estado atual e de suas possibilidades.
> (Anõn, 1989)

Confeccionou-se um quadro com os elementos que ela propõe que sejam investigados nesta primeira fase de análise e documentação e que auxiliam à compreensão do Jardim Histórico. O quadro possui duas colunas: a da esquerda apresenta a organização dos aspectos que ela propõe que sejam investigados; a da direita a interpretação de seu texto explicativo sobre o que consiste cada uma das três etapas que compõem a primeira fase da metodologia do projeto de Añon (1989).

Quadro 7 - Metodologia prévia ao projeto de recuperação de Jardins Históricos (continua)

Metodologia prévia de Carmen Añõn, 1989 Fase 1 - Análise e documentação	**O que consiste na etapa?** (interpretação do pesquisador)
Etapa 1 1. ANÁLISE HISTÓRICA 1.1 Descrição do jardim 1.2 Antecedentes históricos 1.3 Material gráfico histórico 1.4 Arquivos 1.5 Plantas dos projetos: primeira (se existir) e das intervenções paisagísticas das épocas mais representativas do jardim.	Primeiro se realiza uma descrição geral do jardim, o estado geral em que se encontra, e porque é importante preservá-lo. Nesta etapa é feita uma investigação histórica e se organiza todo o material encontrado (iconográfico, bibliográfico, de história oral etc.) com o objetivo de desvendar as temporalidades, transformações e camadas históricas do Jardim Histórico. A arquiteta sugere ordenar por temas e arquivar separadamente o material bibliográfico, gráfico, fotográfico, de artistas e artesãos relacionados ao jardim etc. O material coletado servirá posteriormente para o projeto de restauração e para se ter um banco de dados sobre o jardim o qual poderá gerar futuras publicações e difusão dessa pesquisa. Assevera que o próprio jardim é fonte histórica primária de investigação. A partir da compreensão da trajetória física e espiritual do jardim enfatiza a importância da seleção de imagens e confecção de desenhos (plantas baixas) que mostrem as transformações físicas e espirituais que foram acontecendo no jardim através do tempo. Poderão aparecer questões relacionadas a mudanças no traçado, supressão e implantação de espécies vegetais, implantação de monumentos, demolições de partes do jardim, novas edificações, entre outras circunstâncias de ruptura e mudança.
Etapa 2 (continua) 2. ESTADO ATUAL 2.1 Planta de situação 2.2 Planta de zoneamento 2.3 Plantas topográficas do estado atual 2.3.1 Planta topográfica geral 2.3.2 Plantas topográficas de áreas específicas	Nesta etapa é feita uma documentação gráfica do estado atual do Jardim Histórico. Se confecciona um enquadramento cartográfico situando o jardim no seu contexto regional e local. Cada tema abordado exigirá uma forma de documentação específica, trabalho de campo e visitas ao lugar, e o resultado dos desenhos ao final devem apresentar uma organização e forma de apresentação que unifique o conjunto gráfico. Uma planta de zoneamento poderá ser importante, principalmente em jardins de grande extensão, no qual os documentos gráficos serão feitos em partes. Para confeccionar as plantas topográficas é importante o trabalho de campo pois muitas vezes os documentos encontrados em arquivos podem não estar atualizados. A escala de representação deverá adequar-se ao tamanho do jardim.

Quadro 7 - Metodologia prévia ao projeto de recuperação de Jardins Históricos (continua)

Metodologia prévia de Carmen Anõn, 1989 Fase 1 - Análise e documentação	**O que consiste na etapa?** (interpretação do pesquisador)
Etapa 2 (conclusão) 2. ESTADO ATUAL 2.4 Plantas de arquitetura maior e menor 2.5 Estudo botânico 2.6 Estudo fitopatológico 2.7 Estudo edafológico 2.8 Estudo da fauna 2.9 Estudo das comunicações 2.10 Infraestrutura 2.10.1 Rede de irrigação 2.10.2 Drenagem 2.10.3 Iluminação 2.10.4 Equipamentos 2.11 Documentação gráfica 2.12 Estudo das instalações, dependências e obrigações 2.13 Estudo ambiental e sociológico	As plantas arquitetônicas (plantas baixas, cortes/perfis, fachadas/elevações) devem ser feitas de modo a localizar os elementos construídos, os níveis e conter toda a informação planialtimétrica necessária à sua compreensão. As demais plantas utilizarão esta como base. O levantamento botânico deve ser realizado utilizando as plantas topográficas e arquitetônicas. É importante realizar um trabalho de campo para localizar as massas vegetais e identificar as espécies. Para o extrato arbóreo, a localização das árvores pela posição dos troncos, verificar o diâmetro real (tronco e copa), altura aproximada, e localização da copa com auxílio de imagem de satélite. Para os arbustos deve se verificar o diâmetro e volume, altura e posição. Para as forrações a marcação da área que ocupam, altura e quantidade de mudas/ m^2; Poderá ser feita uma identificação de espécies arbóreas ornamentais e florestais, as espécies deverão ser numeradas para verificar a quantidade e características peculiares de cada elemento (aspecto fitossanitário, idade aproximada, condições gerais e contexto). Tabelas poderão ser efetuadas a partir deste levantamento florístico, e elementos que se considera importantes poderão constar como regime de folha, floração, frutificação etc. Nesse sentido poderão ser feitos catálogos florais das zonas estudadas, comunidades vegetais e mosaico das unidades ecológicas e avaliação do estado vegetativo das espécies. Análise e qualidade do solo Identificação dos territórios da fauna. Estudo das comunicações é uma análise da acessibilidade, do estado de conservação e adequação dos pavimentos, e da legibilidade espacial dos percursos (caminhos, vias) e conexões da malha viária que constituem o jardim. A infraestrutura (irrigação, drenagem, iluminação, equipamentos) deve ser investigada e plantas atualizadas devem ser confeccionadas do que existe no jardim. O estudo ambiental e sociológico poderá ser realizado durante o levantamento de campo, pois este trabalho demanda um tempo considerável de permanência no jardim. Um levantamento profundo dificilmente é feito em menos de um ano. Isto pode ser positivo no sentido de observar as mudanças ambientais e sociais durante as diferentes estações do ano. Observar os usos e suas circunstâncias e o meio social no qual está inserido o jardim. Também pode ser feita uma busca de informações nos órgãos que realizam a gestão e manutenção do jardim e com a população usuária.

Quadro 7 - Metodologia prévia ao projeto de recuperação de Jardins Históricos (conclusão)

Metodologia prévia de Carmen Anõn, 1989 Fase 1 - Análise e documentação	**O que consiste na etapa?** (interpretação do pesquisador)
Etapa 3 (conclusão) 3. ESTUDO PAISAGÍSTICO 3.1 Zoneamento 3.2 Circulações 3.3 Perspectivas e pontos de interesse 3.4 Estudo da vegetação 3.5 Estudo analítico histórico-artístico 3.6 Estudo botânico-histórico 3.7 Aspectos e situação legal do jardim 3.8 Estudo do uso e função do jardim	Para o estudo paisagístico é importante a identificação das áreas de interesse paisagístico e de interesse histórico em forma de zoneamento. Este zoneamento não é baseado em aspectos funcionais, mas nos valores associados aos lugares. Quanto as circulações poderão ser apontadas as questões problema encontradas nos percursos e suas conexões, em relação a acessibilidade e legibilidade ou ainda se for diagnosticada a necessidade de recompor algum percurso que desapareceu ou que mostra ser necessário. As perspectivas e os pontos de interesse podem apresentar obstruções, interferência de mobiliário mal localizado ou de elementos de infraestrutura conflitantes com os aspectos visuais considerados importantes. Marcar em planta as perspectivas, os elementos de interesse e identificar os problemas encontrados. A Análise da situação geral da vegetação no conjunto permite identificar desequilíbrios compositivos, elementos vegetais doentes a tratar, efeitos paisagísticos perdidos a recuperar. A Análise histórica e artística será para verificar a estética do jardim, suas transformações e influências estilística, períodos, linha projetual e verificar os elementos que valorizam a imagem do jardim. Na análise histórica botânica podem ser descobertas as espécies que foram plantadas inicialmente ou mais antigas, algumas que persistem e resistem ao tempo, outras que não se aclimataram. As revisões e investigações documentais trarão algumas informações. É importante verificar quem cuida do jardim, os usos do jardim, o que está consolidado, o que acontece e não foi programado, o que foi inicialmente planejado e o que aconteceu posteriormente. Esta análise de usos e estrutura, conjuntamente com toda a informação coletada de maneira sistemática e profunda, a partir das investigações interdisciplinares, auxiliará na fundamentação de um diagnóstico sobre o estado atual, os problemas e as necessidades.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, junho de 2024. Documento disponível em: https://www.icomos.org/public/publications/journal_scientifique1/js1_jardins_historiques.pdf

Segundo Carmen Anõn (1989) o período de investigação, de análise e de documentação é muito importante pois ajudará a desvendar a "imagem autêntica" do Jardim Histórico. Quando a investigação acontece de maneira profunda surgem elementos fundamentais ao longo deste processo necessários à compreensão das qualidades do espaço e do caráter do Jardim Histórico. A arquiteta espanhola assevera

> *Durante este período se estabelece um contacto diário que nos introduce em la imagen real del jardín mientras vamos formando su imagen histórica. De la yuxtaposición de estas dos realidades, espiritual y física, deberá surgir la* **imagen auténtica** *del jardín em su proyección histórica y en su proyección real.*
>
> Durante este período estabelece-se um contato diário que nos apresenta a imagem real do jardim ao mesmo tempo que formamos a sua imagem histórica. Da justaposição destas duas realidades, espiritual e física, a **imagem autêntica** do jardim deve emergir na sua projeção histórica e na sua projeção real.
> (Anõn, 1989, **grifo nosso**)

A metodologia prévia de Carmen Añon (1989), oportuniza gerar uma documentação bastante completa sobre o Jardim Histórico, de caráter científico. As etapas de análise histórica, estudo atual e estudo paisagístico se complementam. Nestas etapas elementos são resgatados no tempo e as características que detêm os valores do Jardim Histórico são desvendadas, assim como identificados elementos dissonantes e que devem ser repensados no contexto do jardim. Na etapa do estudo paisagístico zonas botânicas são identificadas e é proposto um entendimento da totalidade da estrutura espacial do jardim. A etapa de estudo atual do jardim promove uma coleta de informações aprofundadas de todos os seus elementos constitutivos. Isso é necessário para compreender o Jardim Histórico na sua totalidade, preservar seus valores e adequá-lo às demandas sociais que se apresentam com o passar do tempo, visando manter o caráter e a "imagem autêntica" desse jardim.

3.3.2 Metodologias nacionais

Foram selecionadas algumas metodologias nacionais, com enfoques um pouco diferentes entre si e no propósito, de maneira a observar distintas estratégias e abordagens. A metodologia nacional difundida no âmbito do projeto Monumenta pelo IPHAN foi a proposta por Carlos Fernando de Moura Delphim em um manual do IPHAN chamado Intervenções em Jardins Históricos (2005). Ele propõe um roteiro para intervenções em Jardins Históricos, uma revisão conceitual sobre as definições e noções implicadas ao lidar

com bens culturais desta natureza, valores, proteção legal, integridade e autenticidade em jardins. Também apresenta uma revisão sobre as operações de preservação, e conceitua os tipos de intervenções (revitalização, conservação, restauração, restituição, manutenção, administração em Jardins Históricos). Enfatiza que a análise do sítio é o principal instrumento para realizar uma identificação adequada, a partir de um levantamento completo e rigoroso, e documentado da maneira mais compreensível para que possa embasar os projetos.

Esta metodologia possui uma abordagem ampla, considera tanto jardins mais extensos como os menos extensos e possui uma estrutura completa com relação a levantamentos realizados previamente a projetos e intervenções no campo da arquitetura da paisagem. Elementos a investigar mais específicos também aparecem na metodologia voltada aos Jardins Históricos como: a documentação e investigação histórica; as entrevistas visando obter informações a partir de memórias de antigos usuários; o levantamento fotográfico com intenção de se tornar acervo; e a investigação arqueológica. O quadro a seguir lista as etapas do processo de identificação que ele considera adequado ao tema dos Jardins Históricos, onde a coluna da esquerda está o assunto e a da direita a interpretação do que consiste na etapa a partir das explicações de Carlos Delphin.

Quadro 8 - Metodologia de identificação de Carlos Fernando de Moura Delphin (continua)

Metodologia de identificação de Carlos Fernando de Moura Delphin, 2005	**O que consiste na etapa?** (interpretação do pesquisador)
Localização do Jardim Histórico Dados cartoriais e jurídicos	Enquadramento cartográfico; legislação incidente na área em níveis federal, estadual e municipal; localização de áreas de interesse social, cultural, ambiental, e arqueológico que possam estar associadas no contexto do Jardim Histórico.
Informações sobre o meio físico	Características geológicas, geomorfológicas, topográficas e processos que acometem e influenciam essas estruturas físicas.
Levantamento edáfico	Estudo do tipo de solo, capacidade de retenção das águas, drenagem, clima e microclimas.
Informações sobre o meio biológico	Levantamento botânico, mapeamento florístico e fitossanitário, idade aproximada das espécies, caracterização do tipo de vegetação. Identificação e caracterização da fauna e suas áreas de refúgio.

Quadro 8 - Metodologia de identificação de Carlos Fernando de Moura Delphin (continua)

Metodologia de identificação de Carlos Fernando de Moura Delphin, 2005	**O que consiste na etapa?** (interpretação do pesquisador)
Informações sobre o meio antrópico	Informações sobre as atividades econômicas, sociais e culturais que se manifestam na área e as relações com o sítio. Identificação das áreas de lazer, recreação, de atividades artísticas, de significação cultural, de importância histórica, usos do solo, aspectos fundiários, de valor da terra, do sistema viário e pavimentações. Identificação das redes de infraestrutura, edificações, equipamentos e mobiliário urbano. Perspectivas e preservação de eixos visuais e vistas valorizadas pela importância cultural e histórica. Investigação sobre as condições dos ambientes do jardim para o usuário, da compatibilidade de determinados usos ao ambiente do Jardim Histórico. Investigação do entorno do Jardim Histórico.
Pesquisa histórica Pesquisa bibliográfica Informações de arquivo Pesquisa iconográfica	Investigação em diferentes tipos de documentos como: livros, artigos e toda sorte de documentos escritos que possam fornecer informações históricas sobre o jardim, que podem ser obtidos por fontes primárias (preferencialmente) e secundárias. Informações em acervos e arquivos diversos, pesquisa em imagens como gravuras, pinturas, postais, fotografias, filmes, ilustrações, plantas, mapas etc.
Investigação arqueológica	Análise do sítio e escavações somente quando a necessidade for determinada por profissional da arqueologia e quando as informações histórica, bibliográfica, arquivística e iconográfica não forem suficientes, partindo do princípio que a pesquisa arqueológica é um meio e não um fim.
Entrevistas	Entrevistas com cidadãos idosos, que frequentaram e/ou frequentam o jardim são fontes de memórias a respeito do lugar. Podem ser realizadas com auxílio de imagens (fotografias, cartões postais antigos) e muitas vezes oportunizam descobertas muito interessantes.
Registro fotográfico	Levantamento fotográfico com ângulos e pontos de vista indicados em plantas baixas. Pode ser feito em vários níveis de detalhamento e suprir as necessidades posteriores de confirmação de informações. As técnicas fotográficas devem ser duráveis, pensando que formarão um acervo fotográfico. O autor prioriza as em preto em branco, reveladas e ampliadas em papel fibra. Fotografias coloridas, em meio digital ou slides, podem ser úteis para palestras, informações e difusão de material gráfico impresso e digital. O levantamento deve obedecer às Normas de preservação de fotografias da Funarte.

Quadro 8 - Metodologia de identificação de Carlos Fernando de Moura Delphin (conclusào)

Metodologia de identificação de Carlos Fernando de Moura Delphin, 2005	**O que consiste na etapa?** (interpretação do pesquisador)
Representação Gráfica: Meio físico	Cartas topográficas atuais e antigas Mapas planialtimétricos atuais e antigos Mapas do sistema hidrológico (córregos, rios, lagos, reservatórios, lençol freático e outros) Mapas geológicos Mapas climatológicos
Representação Gráfica: Meio biológico	Mapeamento da vegetação com distribuição dos extratos arbóreos, arbustivos e herbáceos Mapeamento do território da fauna
Representação Gráfica: Meio antrópico	Mapeamento viário (dentro e fora), marcação de acessos, tipos de vias e percursos Mapas das redes de água e esgoto (rede de irrigação, drenagem, esgoto sanitário), linhas elétricas e pontos elétricos (tomadas, postes, etc), rede de telefone, internet, cabos de fibra ótica, etc. Mapas vestígios arqueológicos Mapas usos da terra, zoneamento de funções da localidade, áreas protegidas, núcleos urbanos etc. Mapas usos equilibrados ou predatórios dos recursos naturais, vizinhança, planos de desenvolvimento, mineração, rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de eletricidade etc.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, junho de 2024. Metodologia disponível no Manual de Intervenções em Jardins Históricos de Carlos Delphin, IPHAN, 2005.

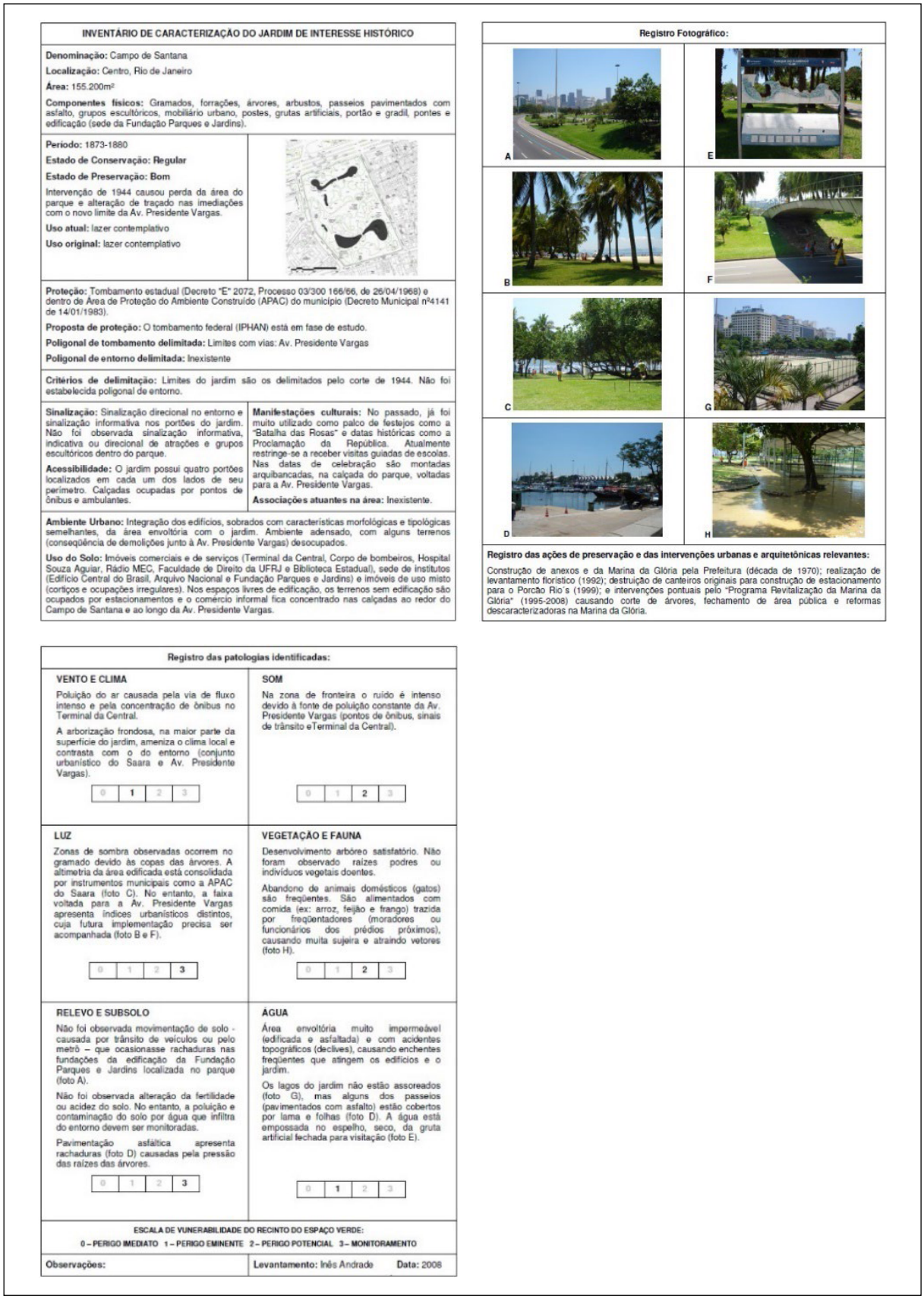
As reflexões que Delphin faz acerca de certos temas em razão de sua experiência em projetos, gestão e manutenção de Jardins Históricos, revelam problemas enfrentados com frequência e as melhores práticas a adotar. Ele discute temas como circulação, iluminação e sinalização, enfatizando a acessibilidade e a legibilidade como fundamentais e aponta alguns cuidados com relação a interferência dessas estruturas no meio ambiente histórico do jardim. A sua abordagem de compreensão de um Jardim Histórico como um ecossistema é muito adequada pois a ideia de preservação não deve estar somente fundamentada nos valores culturais e históricos, mas em igual intensidade nos valores sociais e ambientais, o que converge para a atenção que se impõe em razão das mudanças climáticas na contemporaneidade.

Delphin aborda sobre as relações flora e fauna para a vida e sobrevida das espécies e também como informação educativa; enfatiza sobre a importância de verificar se as redes

de infraestrutura não irão comprometer a integridade das espécies vegetais, seu sistema radicular, sua copa e volumetria; lembra que a vegetação é instrumento à construção de microclimas favoráveis em meios urbanos, pois melhoram a qualidade do ar, e a presença de árvores, arbustos e sebes são essenciais para contenção de ventos indesejados e conforto ambiental; reflete sobre a importância da cobertura vegetal e dos pavimentos permeáveis nos solos para o sistema hidrológico; a importância de compreender a fauna e o território destas espécies animais no espaço geográfico do jardim; além de apresentar soluções naturais possíveis acerca de espécies invasoras, como pombos; e enfatiza sobre a importância dos procedimentos de manutenção para não comprometer e conservar o meio ambiente do Jardim Histórico.

Uma metodologia mais focada nos valores ambientais e influência do entorno no Jardim Histórico foi elaborada pela pesquisadora Inês Jaick Andrade (2009). Ela estudou a interferência da área envoltória na preservação da "ambiência" e "legibilidade" em Jardins Históricos no Rio de Janeiro. Realizou inventário com foco na dimensão ambiental do bem cultural e propôs instrumentos para minimizar o impacto do entorno na preservação de jardins (figura 60). É um trabalho que aprofunda questões metodológicas e instrumentos relacionados à preservação do patrimônio verde urbano a partir do estudo de como o entorno influencia na conservação da qualidade ambiental do Jardim Histórico. Acredita que o "equilíbrio ecológico do jardim" está relacionado aos próprios elementos que o constituem (bióticos e abióticos) e na dinâmica estabelecida em conjunto com o entorno e a comunidade.

Figura 60: Ficha do Inventário de caracterização do jardim de interesse histórico, composta de três páginas, elaborada por Inês Jaick Andrade, 2009.



INVENTÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO JARDIM DE INTERESSE HISTÓRICO

Denominação: Campo de Santana

Localização: Centro, Rio de Janeiro

Área: 155.200m²

Componentes físicos: Gramados, forrações, árvores, arbustos, passeios pavimentados com asfalto, grupos escultóricos, mobiliário urbano, postes, grutas artificiais, portão e gradil, pontes e edificação (sede da Fundação Parques e Jardins).

Período: 1873-1880

Estado de Conservação: Regular

Estado de Preservação: Bom

Intervenção de 1944 causou perda da área do parque e alteração de traçado nas imediações com o novo limite da Av. Presidente Vargas.

Uso atual: lazer contemplativo

Uso original: lazer contemplativo

Proteção: Tombamento estadual (Decreto "E" 2072, Processo 03/300 166/66, de 26/04/1968) e dentro de Área de Proteção do Ambiente Construído (APAC) do município (Decreto Municipal nº4141 de 14/01/1983).

Proposta de proteção: O tombamento federal (IPHAN) está em fase de estudo.

Poligonal de tombamento delimitada: Limites com vias: Av. Presidente Vargas

Poligonal de entorno delimitada: Inexistente

Critérios de delimitação: Limites do jardim são os delimitados pelo corte de 1944. Não foi estabelecida poligonal de entorno.

Sinalização: Sinalização direcional no entorno e sinalização informativa nos portões do jardim. Não foi observada sinalização informativa, indicativa ou direcional de atrações e grupos escultóricos dentro do parque.

Acessibilidade: O jardim possui quatro portões localizados em cada um dos lados de seu perímetro. Calçadas ocupadas por pontos de ônibus e ambulantes.

Manifestações culturais: No passado, já foi muito utilizado como palco de festejos como a "Batalha das Rosas" e datas históricas como a Proclamação da República. Atualmente restringe-se a receber visitas guiadas de escolas. Nas datas de celebração são montadas arquibancadas, na calçada do parque, voltadas para a Av. Presidente Vargas.

Associações atuantes na área: Inexistente.

Ambiente Urbano: Integração dos edifícios, sobrados com características morfológicas e tipológicas semelhantes, da área envoltória com o jardim. Ambiente adensado, com alguns terrenos (conseqüência de demolições junto à Av. Presidente Vargas) desocupados.

Uso do Solo: Imóveis comerciais e de serviços (Terminal da Central, Corpo de bombeiros, Hospital Souza Aguiar, Rádio MEC, Faculdade de Direito da UFRJ e Biblioteca Estadual), sede de institutos (Edifício Central do Brasil, Arquivo Nacional e Fundação Parques e Jardins) e imóveis de uso misto (cortiços e ocupações irregulares). Nos espaços livres de edificação, os terrenos sem edificação são ocupados por estacionamentos e o comércio informal fica concentrado nas calçadas ao redor do Campo de Santana e ao longo da Av. Presidente Vargas.

Registro Fotográfico:

A B C D E F G H

Registro das ações de preservação e das intervenções urbanas e arquitetônicas relevantes:

Construção de anexos e da Marina da Glória pela Prefeitura (década de 1970); realização de levantamento florístico (1992); destruição de canteiros originais para construção de estacionamento para o Porcão Rio's (1999); e intervenções pontuais pelo "Programa Revitalização da Marina da Glória" (1995-2008) causando corte de árvores, fechamento de área pública e reformas descaracterizadoras na Marina da Glória.

Registro das patologias identificadas:

VENTO E CLIMA

Poluição do ar causada pela via de fluxo intenso e pela concentração de ônibus no Terminal da Central.

A arborização frondosa, na maior parte da superfície do jardim, ameniza o clima local e contrasta com o do entorno (conjunto urbanístico do Saara e Av. Presidente Vargas).

0 | **1** | 2 | 3

SOM

Na zona de fronteira o ruído é intenso devido à fonte de poluição constante da Av. Presidente Vargas (pontos de ônibus, sinais de trânsito eTerminal da Central).

0 | 1 | **2** | 3

LUZ

Zonas de sombra observadas ocorrem no gramado devido às copas das árvores. A altimetria da área edificada está consolidada por instrumentos municipais como a APAC do Saara (foto C). No entanto, a faixa voltada para a Av. Presidente Vargas apresenta índices urbanísticos distintos, cuja futura implementação precisa ser acompanhada (foto B e F).

0 | 1 | 2 | **3**

VEGETAÇÃO E FAUNA

Desenvolvimento arbóreo satisfatório. Não foram observado raízes podres ou indivíduos vegetais doentes.

Abandono de animais domésticos (gatos) são freqüentes. São alimentados com comida (ex: arroz, feijão e frango) trazida por freqüentadores (moradores ou funcionários dos prédios próximos), causando muita sujeira e atraindo vetores (foto H).

0 | 1 | **2** | 3

RELEVO E SUBSOLO

Não foi observada movimentação de solo - causada por trânsito de veículos ou pelo metrô – que ocasionasse rachaduras nas fundações da edificação da Fundação Parques e Jardins localizada no parque (foto A).

Não foi observada alteração da fertilidade ou acidez do solo. No entanto, a poluição e contaminação do solo por água que infiltra do entorno devem ser monitoradas.

Pavimentação asfáltica apresenta rachaduras (foto D) causadas pela pressão das raízes das árvores.

0 | 1 | 2 | **3**

ÁGUA

Área envoltória muito impermeável (edificada e asfaltada) e com acidentes topográficos (declives), causando enchentes freqüentes que atingem os edifícios e o jardim.

Os lagos do jardim não estão assoreados (foto G), mas alguns dos passeios (pavimentados com asfalto) estão cobertos por lama e folhas (foto D). A água está empossada no espelho, seco, da gruta artificial fechada para visitação (foto E).

0 | **1** | 2 | 3

ESCALA DE VUNERABILIDADE DO RECINTO DO ESPAÇO VERDE:

0 – PERIGO IMEDIATO 1 – PERIGO EMINENTE 2 – PERIGO POTENCIAL 3 – MONITORAMENTO

Observações:

Levantamento: Inês Andrade **Data:** 2008

Fonte: Biblioteca Digital USP. Dimensão ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico. Tese Inês Jaick Andrade (2009).
Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.16.2009.tde-23032010-100442. Acesso em: 21 out. 2024.

Outra metodologia nacional de referência é o "Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife" que propõe a seguinte metodologia para compreender o Jardim Histórico: pesquisa histórico-documental; inventário florístico histórico e atual; reconhecimento dos componentes físicos; comparação entre os componentes atuais e os de períodos anteriores (camadas temporais) e comparação entre a composição da vegetação atual e a que foi proposta inicialmente por Burle Marx. O objetivo deste Inventário foi a preservação da memória da paisagem a partir da compreensão e conservação das ideias projetuais e compositivas do arquiteto paisagista em relação ao ambiente do jardim.

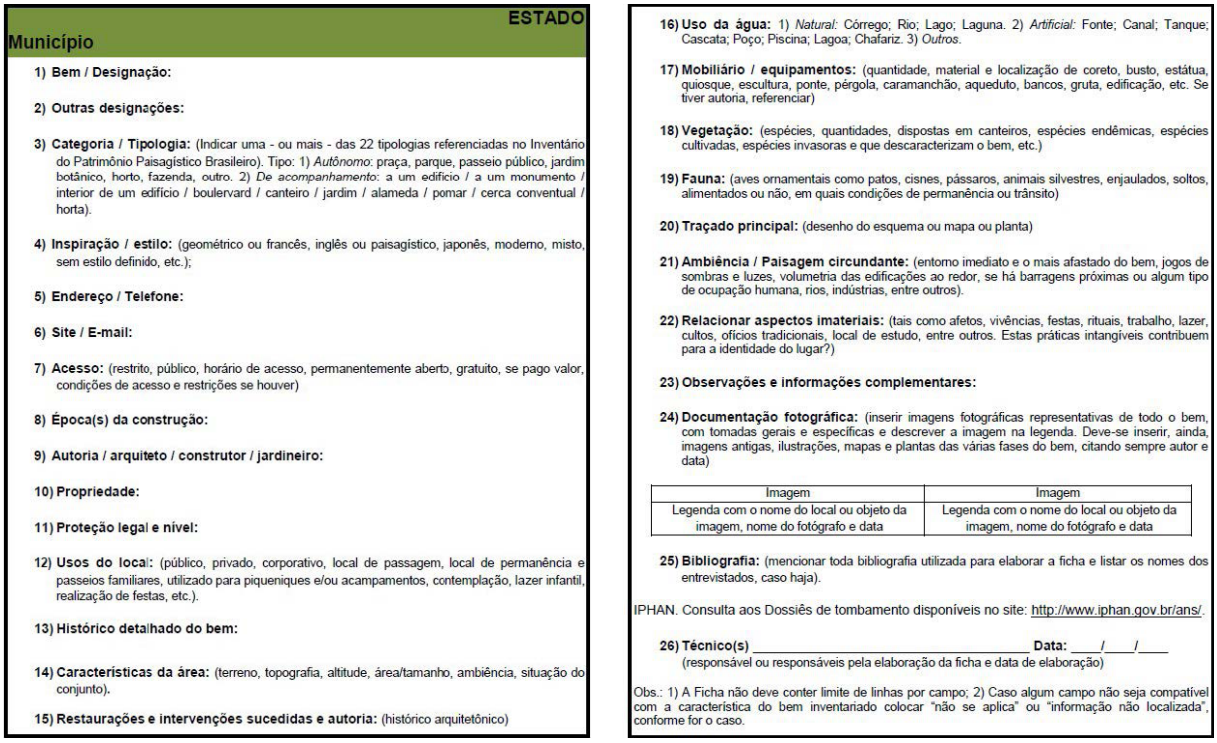
Segundo os pesquisadores do "Inventário dos jardins de Burle Marx", a metodologia foi um instrumento de investigação que objetivou realizar um amplo levantamento documental e físico, uma análise histórica, um estudo sobre a botânica e sobre os aspectos sociais relacionados ao jardim. Teve como referências outros inventários realizados por outros pesquisadores do México e da Argentina, como o trabalho do Arquiteto Saúl Alcantara Onofre chamado "*Propuesta de inventario y catalogo de paisajes culturales y jardines históricos em México*" de 2004, e o trabalho da historiadora Sonia Berjman chamado "*Inventario de espacios verdes de Buenos Aires: bases conceptuales e ficha modelo*" de 1997(Carneiro; Silva, 2017). Trata-se de uma metodologia bastante adequada aos Jardins Históricos que possuem autoria do plano paisagístico conhecida e que dispõem de documentos gráficos que possam ser utilizados para realizar as comparações entre o estado atual e o proposto pelo arquiteto paisagista autor do projeto.

Joelmir Marques da Silva (2017), um dos pesquisadores e autores do "Inventário dos Jardins Históricos de Burle Marx" defende a ideia que a integridade visual, para fins de restauração de um Jardim Histórico, independe da autenticidade das espécies vegetais desde que as novas introduzidas possuam atributos plásticos compatíveis aos da intenção do projeto original. Elaborou uma metodologia para a verificação da "integridade visual" e criou um método de verificação da "fitocronologia" do jardim para a elaboração de um palimpsesto vegetal. Testou a metodologia em dois Jardins Históricos de Roberto Burle Marx. Este estudo e proposta de trabalho é relevante do ponto de vista da arte e da botânica e da metodologia do inventário botânico.

Cristiane Magalhães realizou em sua tese (2015) uma investigação histórica a respeito do paisagismo brasileiro, mais especificamente sobre os Jardins Históricos, e descreveu como no Brasil aconteceu a patrimonialização do patrimônio paisagístico. Relatou a

evolução do conceito de paisagem e a trajetória das políticas de preservação brasileiras nesse assunto que envolve os Jardins Históricos. Apresentou ao final as principais tipologias do patrimônio paisagístico brasileiro, organizadas em tabelas. Foi apresentada uma diversidade grande de bens culturais pertencentes ao patrimônio paisagístico cultural e natural. Ao final da tese ela propõe uma ficha de inventário adaptada à realidade brasileira, fundamentada em outras disponibilizadas pelo IFLA e pelo Inventário do Patrimônio Português (do IPPAR e do DGPC), que tem a intenção de ser um roteiro de trabalho pois não apresenta espaço suficiente para o preenchimento de algumas informações (figura 61).

Figura 61: Ficha de Inventário voltada ao patrimônio paisagístico brasileiro, composta de duas páginas, elaborada por Cristiane Maria Magalhães, 2015.



ESTADO
Município

1) Bem / Designação:

2) Outras designações:

3) Categoria / Tipologia: (Indicar uma - ou mais - das 22 tipologias referenciadas no Inventário do Patrimônio Paisagístico Brasileiro). Tipo: 1) *Autônomo*: praça, parque, passeio público, jardim botânico, horto, fazenda, outro. 2) *De acompanhamento*: a um edifício / a um monumento / interior de um edifício / boulervard / canteiro / jardim / alameda / pomar / cerca conventual / horta).

4) Inspiração / estilo: (geométrico ou francês, inglês ou paisagístico, japonês, moderno, misto, sem estilo definido, etc.);

5) Endereço / Telefone:

6) Site / E-mail:

7) Acesso: (restrito, público, horário de acesso, permanentemente aberto, gratuito, se pago valor, condições de acesso e restrições se houver)

8) Época(s) da construção:

9) Autoria / arquiteto / construtor / jardineiro:

10) Propriedade:

11) Proteção legal e nível:

12) Usos do local: (público, privado, corporativo, local de passagem, local de permanência e passeios familiares, utilizado para piqueniques e/ou acampamentos, contemplação, lazer infantil, realização de festas, etc.).

13) Histórico detalhado do bem:

14) Características da área: (terreno, topografia, altitude, área/tamanho, ambiência, situação do conjunto).

15) Restaurações e intervenções sucedidas e autoria: (histórico arquitetônico)

16) Uso da água: 1) *Natural:* Córrego; Rio; Lago; Laguna. 2) *Artificial:* Fonte; Canal; Tanque; Cascata; Poço; Piscina; Lagoa; Chafariz. 3) *Outros.*

17) Mobiliário / equipamentos: (quantidade, material e localização de coreto, busto, estátua, quiosque, escultura, ponte, pérgola, caramanchão, aqueduto, bancos, gruta, edificação, etc. Se tiver autoria, referenciar)

18) Vegetação: (espécies, quantidades, dispostas em canteiros, espécies endêmicas, espécies cultivadas, espécies invasoras e que descaracterizam o bem, etc.)

19) Fauna: (aves ornamentais como patos, cisnes, pássaros, animais silvestres, enjaulados, soltos, alimentados ou não, em quais condições de permanência ou trânsito)

20) Traçado principal: (desenho do esquema ou mapa ou planta)

21) Ambiência / Paisagem circundante: (entorno imediato e o mais afastado do bem, jogos de sombras e luzes, volumetria das edificações ao redor, se há barragens próximas ou algum tipo de ocupação humana, rios, indústrias, entre outros).

22) Relacionar aspectos imateriais: (tais como afetos, vivências, festas, rituais, trabalho, lazer, cultos, ofícios tradicionais, local de estudo, entre outros. Estas práticas intangíveis contribuem para a identidade do lugar?)

23) Observações e informações complementares:

24) Documentação fotográfica: (inserir imagens fotográficas representativas de todo o bem, com tomadas gerais e específicas e descrever a imagem na legenda. Deve-se inserir, ainda, imagens antigas, ilustrações, mapas e plantas das várias fases do bem, citando sempre autor e data)

Imagem	Imagem
Legenda com o nome do local ou objeto da imagem, nome do fotógrafo e data	Legenda com o nome do local ou objeto da imagem, nome do fotógrafo e data

25) Bibliografia: (mencionar toda bibliografia utilizada para elaborar a ficha e listar os nomes dos entrevistados, caso haja).

IPHAN. Consulta aos Dossiês de tombamento disponíveis no site: http://www.iphan.gov.br/ans/.

26) Técnico(s) _____ **Data:** ____/____/____
(responsável ou responsáveis pela elaboração da ficha e data de elaboração)

Obs.: 1) A Ficha não deve conter limite de linhas por campo; 2) Caso algum campo não seja compatível com a característica do bem inventariado colocar "não se aplica" ou "informação não localizada", conforme for o caso.

Fonte: Biblioteca virtual da FAPESP. O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil: memória, inventário e salvaguarda. Tese Cristiane Maria Magalhães (2015). Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/201586/o-desenho-da-historia-no-traco-da-paisagem-patrimonio-paisa. Acesso em: 21 out. 2024.

O IPHAN criou uma metodologia para cadastramento de Jardins Históricos elaborada no âmbito do DEPAM (Mongelli; Schlee, 2014). A metodologia de inventário foi desenvolvida e adaptada ao SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) e utilizou a Carta de Florença (ICOMOS, 1981) e a Carta de Juiz de Fora ou Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (IPHAN, 2010) como referências para definir o que considerar como bem cultural de natureza paisagística. Foram classificados dois tipos principais de bens

paisagísticos segundo as referências estudadas: a "Paisagem" e o "Jardim Histórico". Com relação a identificação e documentação de um Jardim Histórico, há um roteiro que deve ser preenchido no sistema que contempla alguns itens como: Identificação - o qual reúne uma série de informações gerais sobre o bem e um número específico de cadastro no sistema; Delimitação do Jardim Histórico - onde são inseridos diversos documentos para a caracterização visual do bem e informações oriundas de pesquisa histórica e documental.

Nesse sistema (SICG) também é identificada a linha projetual e período histórico que influenciou a concepção do Jardim Histórico (vernacular, romântica, clássica, moderna ou contemporânea) e a função a que se destina (Jardim Botânico, Jardim Zoológico, Parque, Praça, Horta, Pomar, Cemitério, Largo, etc.). A autoria dos projetos e intervenções são identificadas (se possível) e há um campo para inserir os documentos gráficos do(s) projeto(s) paisagístico(s). O sistema também prevê campos parametrizáveis para os elementos construídos que constituem o jardim e permite identificar as quantidades de cada elemento e o estado de conservação. Depois a identificação da vegetação (levantamento florístico); identificação dos usos, formas de apropriação, e também uma descrição do que impacta negativamente a estrutura do jardim. A sua relação com o entorno também é investigada e descrita. (Mongelli; Schlee, 2014)

3.4 Considerações sobre o que observar para documentar

Após a investigação e a análise das cartas patrimoniais e dos inventários internacionais e nacionais foi possível sintetizar conteúdos fundamentais que devem estar presentes em uma metodologia de caracterização voltada aos Jardins Históricos públicos. São eles: dados gerais de identificação (nome do jardim, endereço, latitude e longitude; enquadramento cartográfico, situação, localização e acessibilidade; legislação incidente e reconhecimento patrimonial; compreensão do entorno e do contexto do Jardim Histórico (verificação do tecido urbano, das características das edificações da envoltória, de vistas e panoramas a preservar, usos do solo, condições de infraestrutura, etc.); história do jardim (da sua concepção ao momento do inventário, autoria dos projetos e intervenções – pesquisa em fontes primárias, em documentos escritos, em fotografias e postais antigos); Descrição do jardim (tipologia, estrutura espacial, composição e morfologia/ relações entre os planos da paisagem - influências estilísticas e estética); Elementos construídos do jardim

(arquitetura menor e arquitetura maior); Elementos decorativos e mobiliário do jardim (técnicas de acabamento e revestimento, materiais e estética do mobiliário); Vegetação e espécies notáveis (levantamento florístico); Estado de conservação do Jardim Histórico.

Todos estes elementos supracitados nos distintos documentos e métodos de inventário analisados poderão ser importantes para compreender e caracterizar um Jardim Histórico. No entanto, ao procurar responder a questão "O que é importante observar para caracterizar um Jardim Histórico?" alguns procedimentos poderão auxiliar a elaborar uma estratégia de observação mais assertiva. São eles: esclarecer o objetivo principal do inventário; definir quem irá observar; compreender as diferentes escalas e dimensões que constituem o contexto e o próprio Jardim Histórico em análise. Estes procedimentos fundamentarão a estratégia metodológica para realizar a observação e a documentação. A maneira que se faz a observação e os instrumentos utilizados são estratégias a serem desenvolvidas considerando o observador. Os próximos capítulos abordarão os fundamentos para a observação e as questões que envolvem a caracterização de um Jardim Histórico público urbano, entendendo o significado de caracterizar como desvendar as qualidades do lugar, os aspectos tangíveis e intangíveis que tornam o jardim um bem cultural.

CAPÍTULO 4

QUE ESTRATÉGIA METODOLÓGICA UTILIZAR PARA IDENTIFICAR E OBSERVAR UM JARDIM HISTÓRICO?

4.1 O "espírito do lugar" à caracterização de um Jardim Histórico

A noção de patrimônio cultural na contemporaneidade é abrangente e está mais vinculada ao que ele representa na sua integralidade (aspectos materiais e imateriais), à memória coletiva, aos significados e aos valores atribuídos ao bem cultural. As coisas materiais que fazem parte da vida das pessoas são compreendidas como estruturas que sustentam o viver, o habitar. Ao mesmo tempo, as intervenções antrópicas extrapolaram os limites do equilíbrio entre o ambiente natural e as necessidades da cultura humana, e as consequências decorrentes dessas transformações apontam para formas de preservação menos ortodoxas. A preservação fundamentada na ideia de "espírito do lugar" é uma alternativa mais flexível para o campo do patrimônio cultural na contemporaneidade. Fez- se uma síntese de elementos a observar em um Jardim Histórico a partir da noção de "espírito do lugar" integrando o campo da arquitetura da paisagem e do patrimônio cultural (figura 62).

Figura 62: Mapa mental sobre o "espírito do lugar". Elementos a considerar à compreensão de um Jardim Histórico

Fonte: Esquema elaborado pela autora, 2024.

4.1.1 As camadas tangível e intangível do lugar expressas na paisagem

Para explicar o mapa mental realizado é importante aprofundar a compreensão sobre as camadas tangível e intangível. A camada tangível manifesta-se nos elementos estruturantes do lugar, construídos e naturais, que compõem os planos da paisagem (planos de pisos, verticais e de teto). Esses elementos estruturantes são concebidos em geral considerando o espaço prévio da paisagem natural, os sistemas naturais e antrópicos. A paisagem poderá ser constituída de diferentes camadas históricas e temporalidades e vai apresentar uma organização e configuração espacial fundamentada em uma poética, ou poéticas sobrepostas. A estética do jardim, sua composição e morfologia será o resultado deste conjunto. Segundo Almeida (2012), entende-se por poética os fundamentos filosóficos que sustentam a estética, o pensamento que possui natureza operativa, ou seja, as ações e escolhas realizadas para atingir uma determinada estética. Portanto, a poética está associada à camada imaterial e precisa ser interpretada. O caráter ambiental e a substância material do jardim manifestam-se através da estética (efeito da poética através da obra construída), da maneira como esse lugar se apresenta aos seus usuários, sua materialidade, estado de conservação, condições de uso e funcionalidade.

A camada intangível é oriunda da percepção, da narrativa, do juízo de valor, da memória e se encontra na imaterialidade do saber fazer humanos. Correlacionando com a teoria do espaço social de Henri Lefebvre (2013 [1974]), por um lado pode ser compreendida através das intenções e operações projetuais (poética espacial do espaço concebido) que geraram e transformaram o espaço e o caráter do lugar; por outro lado, a imaterialidade também se revela através dos discursos e percepções dos habitantes e usuários que interpretam o lugar a partir de experiências e vivências no próprio espaço (espaço percebido). Também poderá ser entendida através da maneira como as pessoas se apropriam dos ambientes que compõem o Jardim Histórico ao revelarem suas preferências e modos de usar (espaço vivido). Compreende-se esse espaço social lefebvriano a partir da interrelação das dimensões do próprio espaço (concebido, percebido e vivido) e que podem ser desvendadas através de uma leitura semiótica da paisagem (Pierce, 1997; Santaella, 2002), signos e linguagem expressos na "representação do espaço", nas "práticas espaciais" e nos "espaços de representação" de grupos e indivíduos.

Para conseguir abordar este conjunto de coisas e tratar o patrimônio cultural de

maneira mais holística, a noção de "espírito do lugar" pode ser uma estratégia metodológica para esta integração. Cada lugar apresenta um caráter, uma atmosfera que lhe é peculiar. Observar conjuntamente os elementos tangíveis e intangíveis parece ser o caminho mais apropriado para um inventário de caracterização de um Jardim Histórico Público. O "espírito do lugar" não é estático, ele modifica com as estações do ano, com as atividades e eventos que acontecem nos lugares, com as mudanças no comportamento das pessoas e nas suas atitudes frente ao lugar que muitas vezes incidem em transformações espaciais importantes. Os elementos vegetais são perecíveis e precisam ser renovados de tempos em tempos, podem apresentar-se diferentes a cada estação. Os usos do jardim também são dinâmicos e acompanham as mudanças de comportamento das pessoas, faixa etária e situação social. A fenomenologia é um caminho para observar as nuances de um lugar, para caracterizar um Jardim Histórico Público, a partir de uma estratégia metodológica que fundamenta a observação na compreensão das camadas tangíveis e intangíveis que constituem o "espírito do lugar" .

4.2 A fenomenologia como fundamento à compreensão do "espírito do lugar"

A Declaração de Quebeque sobre a preservação do "espírito do lugar" define que ele é compreendido através da interrelação entre os elementos físicos e espirituais que fornecem sentido, emoção e mistério aos lugares (ICOMOS, 2008). O "espírito do lugar" constitui-se de elementos tangíveis e intangíveis onde os elementos tangíveis são expressos através da materialidade das paisagens, rotas, sítios, edifícios e objetos; e os intangíveis ou imateriais através dos discursos, narrativas, memórias, valores, saberes, tradições, e atributos sensoriais e simbólicos que provocam afetos e fornecem uma determinada atmosfera aos lugares e suas paisagens.

Existe a crença de que os lugares detêm espíritos guardiães de seus valores e qualidades. "*Genius loc*i" foi uma expressão utilizada na Antiguidade para explicar que todo "ser independente" (pessoas e coisas) possuía um espírito guardião, que acompanhava esses indivíduos e lugares do nascimento até a morte determinando o caráter e a essência. A ideia de uma componente espiritual acontecia nas antigas civilizações e esse pensamento provocava sentimentos que influenciavam nas atitudes dos indivíduos perante o mundo. Portanto, determinados sítios foram marcados como lugares místicos e mostraram a estreita

ligação da natureza com a ordem cosmológica de grupos de humanos em diferentes partes do planeta (Norberg-Schulz, 1980; Panzini, 2013).

A fenomenologia da arquitetura compreende o lugar como um fenômeno, que expressa um espírito, uma estrutura para o existir vivenciada pela interação entre corpo e espaço. Alguns arquitetos-historiadores e críticos da área da Arquitetura e Urbanismo, sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, iniciaram um debate sobre o empobrecimento da arquitetura e a importância de resgatar a experiência corpórea, os sentidos e o senso de identidade neste campo de atuação profissional. Dentre os arquitetos adeptos ao entendimento da arquitetura como fenômeno destacaram-se dois em razão de suas publicações e profundidade no desenvolvimento de uma compreensão fenomenológica: Christian Norberg Schulz e Juhani Pallasmaa. (Vizioli; Tiberti; Botasso, 2021)

Christian Norberg Schulz foi um arquiteto e teórico norueguês do século XX que escreveu sobre o fenômeno do lugar e sobre os elementos que podem ser observados resgatando a ideia de "*Genius loci*". Dentre seus escritos, o livro "*Genius loci: towards a phenomenology of Architecture*" (1980), apresenta um modo de ler e interpretar o lugar considerando elementos que transcendem uma compreensão literal do espaço físico. O lugar é visto como ponto de partida para a uma investigação mais abrangente, inicialmente se apresentando como algo dado, depois espontaneamente vivido como uma totalidade e, ao final apresentando-se como um "mundo estruturado". (Norberg Schulz In: Nesbitt, 2013).

Os planos que estruturam o ambiente construído e natural (os planos de piso, os verticais e os de teto que estão sobre o solo, e constituem perspectivas, visuais e determinada percepção do céu) devem ser percebidos como "**horizontes, fronteiras e enquadramentos**". O caráter do lugar é expresso através do significado do conjunto material que transmite uma **atmosfera**. O espaço é compreendido como mais que uma entidade geométrica, ele reúne os aspectos sociais da existência humana. Sendo assim ele pode ser visto como um "**espaço existencial**", social e cultural, que nesta corrente de pensamento corresponde às relações entre os modos de vida dos indivíduos e o seu meio ambiente. O "espaço existencial" pode ser compreendido pelo "espaço" e pelo "caráter" (Norberg Schulz In: Nesbitt, 2013).

Todo lugar apresenta um "*genius loci*", uma estrutura existencial que pode ser

desvendada pela "paisagem" e pelo "assentamento". Esta estrutura é definida pelo "espaço" e pelo "caráter", onde "espaço" indica uma organização tridimensional, uma certa extensão e um tipo de cercamento enquanto "caráter" expressa a atmosfera do lugar a partir de suas qualidades particulares. O "caráter" de um lugar é oriundo do significado do conjunto material e imaterial e transmite uma "atmosfera" a qual é expressa na paisagem. Essa "atmosfera" reúne atributos, arranjos e condições físicas e sociais para os indivíduos que habitam o lugar. Assim sendo, o "espaço existencial" se manifesta a partir da organização social das sociedades, através dos aspectos materiais, culturais e espirituais expressos no ambiente e nas paisagens ao habitar. "Espaço" e "caráter" estão relacionados com as funções físicas básicas de "orientação" e "identificação" (no sentido de ter referências, de sentir-se acolhido, de pertencer) as quais são essenciais para o "habitar" (Norberg-Schulz, 1980).

Norberg-Schulz utiliza arquétipos de paisagens e de arquiteturas para auxiliar na compreensão do "espírito do lugar". Para ele, existem três tipos genéricos principais de estruturas construídas pelo homem: a paisagem e a arquitetura Romântica; a paisagem e a arquitetura Cósmica; e a paisagem e a arquitetura Clássica (Norberg-Schulz, 1980). Estas estruturas raramente encontram-se na forma pura, elas indicam "tendências" para compreender o "espaço" e o "caráter". Estes arquétipos auxiliam a identificar aspectos essenciais básicos da paisagem e do lugar, são abstrações das possíveis características das estruturas ambientais. A partir desta compreensão, determinados aspectos constitutivos são observados, ou seja, a interação e relação entre os planos e formas que constituem a estrutura espacial da paisagem e da arquitetura, a expressividade e materialidade, suas simbologias, significações e as emoções que provocam nos indivíduos.

O arquétipo da paisagem Romântica apresenta um terreno subdividido, raramente contínuo, variado com rochas, depressões, bosques, clareiras, arbustos que formam "microestruturas". O céu é percebido através dos contornos das árvores e das rochas e constantemente se modifica com as nuvens. O sol parece ser mais baixo e ao incidir nos elementos provoca um jogo variado de luz e sombra. A água se faz presente tanto em riachos em movimento como em lagos de águas paradas, silenciosos e reflexivos. A qualidade do ar modifica-se constantemente. A arquitetura Romântica distingue-se pela variedade e multiplicidade na composição formal. Apresenta uma atmosfera misteriosa e idílica, um caráter dinâmico, orgânico, mais topológico do que geométrico. Os espaços

urbanos apresentam-se densos e possuem fechamento e borda indeterminados. Enquanto arquétipo a cidade medieval representa bem este tipo de paisagem (Norberg-Schulz, 1980).

O arquétipo da paisagem Cósmica apresenta um terreno de extensão infinita com cobertura de solo monótona e estéril. O céu é experimentado através da sua imensa e envolvente abóbada, sem nuvens. O sol é ardente e a luz projetada quase não gera sombras. O ar é seco e muito quente o que torna o ambiente quase inóspito, árido e gera a necessidade de um oásis para habitar. O deserto é a representação desta paisagem. O arquétipo da arquitetura Cósmica caracteriza-se pela uniformidade, ordem, geometria definida e formas estáticas. Geralmente é organizada por uma trama geométrica regular, sendo mais frequente a ortogonal. A arquitetura Cósmica possui uma estrutura espacial de fácil compreensão e se distingue pela abstração e evita formas escultóricas dominantes. Busca desmaterializar seus volumes e superfícies, o que se percebe através de uma decoração com azulejos e mosaicos em intrincadas teias geométricas. As edificações da paisagem islâmica representam bem a arquitetura Cósmica (Norberg-Schulz, 1980).

O arquétipo da paisagem Clássica caracteriza-se por ter uma composição inteligível com diferentes elementos. O solo é simultaneamente contínuo e variado, colinas e montanhas definidas e raramente cobertas por florestas, os vales e as bacias são claramente delimitados. O céu é alto e abrangente, porém não tem dominância absoluta. A luz é forte e uniforme destacando as formas e fornecendo um aspecto escultural aos elementos. O "espírito do lugar" de uma paisagem clássica manifesta-se através de lugares naturais claramente definidos e pelo equilíbrio harmonioso entre a "terra e o céu". Valdarno, na região da Toscana na Itália, é uma paisagem com essas características. A arquitetura Clássica se distingue pela ordem e pregnância. Reúne traços geométricos e topológicos, onde uma edificação pode apresentar uma composição geométrica bem definida e um conjunto de edificações pode estar ordenado de maneira topológica. As partes são elementos com "personalidade" que se harmonizam no conjunto arquitetônico e se destacam no ambiente. A arquitetura grega representa o arquétipo da arquitetura Clássica (Norberg-Schulz, 1980).

Os arquétipos descritos por Norberg-Schulz auxiliam a compreender a intricada relação entre o espaço natural prévio e as formas de ocupação que resultam numa paisagem transformada; as camadas de tempo e a historicidade de um lugar; a cultura, as relações sociais e a temporalidade da paisagem. Segundo a "fenomenologia do lugar" os significados existenciais são estabelecidos pelas "estruturas do nosso existir no mundo"

e as "coisas" que fazem parte da existência humana, adquirem valor e significado nos acontecimentos cotidianos. Os fenômenos da vida cotidiana relacionam-se de maneira complexa, onde alguns fenômenos podem compreender outros tantos. Há uma relação de interdependência entre fenômenos.

> "*The forest consists of trees, and the town is made up of houses. 'Lanscape' is such a comprehensive phenomenon. In general we may say that some phenomena form an 'environment' to others. A concrete term for environment is place. It is common usage to say that acts and occurrances take place. In fact it is meaningless to imagine any happening without reference to a locality. Place is evidently an integral part of existence. What, then, do we mean with the word 'place'? Obviously we mean something more than abstract location. We mean a totality made up concrete things having material substance, shape, texture and colour. Together these things determine an 'environmental character' wich is the essence of place. In general a place is given as such a character or 'atmosphere'. A place is therefore a qualitative, 'total' phenomenon, wich we cannot reduce to any of its Properties, such as spatial relationships, without losing its concrete nature out of sight*" (Norberg-Schulz, 1980, p.6).

> "A floresta compõe-se de árvores e a cidade é feita de casas. A 'paisagem' é um fenômeno muito abrangente. De maneira geral pode-se dizer que alguns fenômenos formam um 'ambiente' para outros. Um termo concreto para falar em ambiente é lugar. Na linguagem comum diz-se que atos e acontecimentos têm lugar. Na verdade, não faz o menor sentido imaginar um acontecimento sem referência a uma localização. É evidente que o lugar faz parte da existência. Então, o que se quer dizer com a palavra 'lugar'? É claro que nos referimos a algo mais do que uma localização abstrata. Pensamos numa totalidade constituída de coisas concretas que possuem substância material, forma, textura e cor. Juntas essas coisas determinam uma 'qualidade ambiental' que é a essência do lugar." Em geral, um lugar é dado como esse caráter peculiar ou 'atmosfera'. Portanto, um lugar é um fenômeno qualitativo 'total', que não se pode reduzir a nenhuma de suas propriedades, como as relações espaciais, sem que se perca de vista sua natureza concreta." (Norberg-Schulz, 1980, p.6).

A estrutura de um lugar é expressa por "totalidades ambientais" e os lugares podem ser interpretados como "coisas que existem". Para designar "lugares" utiliza-se comumente palavras como praça, rua, pátio, casa, floresta etc. O "espaço" do lugar será desvendado através da leitura das formas e do ordenamento compositivo, do modo de fazer influenciado pelos padrões culturais e sociais do habitar. O "caráter" do lugar se expressa através, dos detalhes construtivos, dos distintos materiais que promovem uma "atmosfera" peculiar ao ambiente, suas texturas, jogo de cores e efeitos de luz e sombra, muitas vezes empregados intencionalmente por arquitetos para provocar sentimentos e emoções e realçar a estética espacial. As pessoas promovem "caráter" ao lugar, através das atividades que realizam ao utilizarem e se apropriarem dos espaços. A vegetação e a fauna

nos Jardins Históricos caracterizam o lugar e a depender da estação do ano irão propiciar diferentes expressões à mesma paisagem.

O arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa acredita na importância da percepção, dos sentidos, e das relações entre corpo e espaço no processo de compreensão e apreensão de um lugar. Faz uma crítica em relação a supremacia do sentido da visão no campo da Arquitetura e Urbanismo e reforça que um espaço é percebido por um indivíduo com todo o seu ser, de uma maneira total, através da experiência existencial. Ele enfatiza que o mundo vivenciado se manifesta através de mundos de possibilidades forjados pelas lembranças, fantasias e imaginação. Pallasmaa assevera

> Vivemos em mundos mentais, nos quais o material e o espiritual, bem como o vivenciado, lembrado e imaginado constantemente se fundem. Como consequência, a realidade vivida não segue as regras do espaço e tempo definidos e medidos pela ciência da física [...] A fim de distinguir o espaço vivenciado do espaço físico e geométrico, podemos chamá-lo de espaço existencial. O espaço existencial e vivenciado estrutura-se na base dos significados, intenções e valores refletidos sobre ele por um indivíduo, seja de modo consciente, seja inconsciente; assim o espaço existencial possui uma característica única interpretada por meio da memória e da experiência do sujeito. (Pallasmaa, 2018, p.23)

Ao habitar um lugar o indivíduo deve ser capaz de orientar-se no espaço e identificar-se com o ambiente. Essas funções são essenciais para a formação de uma imagem mental do lugar. Elementos de identificação promovem a sensação de pertencimento; já a capacidade de orientar-se no espaço segurança psicológica e emocional. Ao tentar compreender o "espírito do lugar", aspectos relacionados a totalidade ambiental são iluminados com o auxílio dos elementos de orientação e identificação espacial. A organização de elementos no espaço provoca sensações e sentimentos que conduz a formação de um pensamento a respeito do lugar. A arquitetura constitui-se em espaço mediador entre o mundo externo e o mundo interno individual, gerando assim "[...] estruturas e horizontes para percepção, experiência e entendimento [...]" (Pallasmaa, 2018, p.105).

4.3 O "lugar" à compreensão da vocação de um Jardim Histórico

Lugar é uma categoria geográfica que apresenta qualidades próprias às atividades cotidianas que fazem parte da vida das pessoas. Mais que um ponto no espaço, representa o envolvimento humano com o próprio habitat. A análise dessa categoria auxilia para a

compreensão das relações pessoas-ambiente. De acordo com o geógrafo Yi Fu Tuan as ideias de "espaço" e de "lugar" não podem ser compreendidas separadamente "[...] se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar" (Tuan, 1983, p.7). Se conceito de pausa define a ideia de lugar, as coisas materiais auxiliam a definir lugares em diferentes escalas como: o carrinho de pipoca na praça; o lago de um parque; uma edificação isolada em uma rua; uma alameda de árvores em meio ao espaço urbano, ou, em escala maior, todos os elementos que constituem um bairro, uma cidade ou região.

Um lugar para acontecer necessita de coisas e elas precisam estar associadas a uma organização social, ao cotidiano das pessoas, à história e à memória de uma comunidade ou de um indivíduo e, desta maneira, fazerem sentido. Um lugar pode proporcionar ambiente estruturado ao desenvolvimento de distintas tarefas ou ser especialmente concebido para um determinado tipo de uso. Em um espaço urbano existirão elementos móveis e variáveis que alteram a percepção que temos a respeito do lugar como: as pessoas, a fauna, o clima, objetos antrópicos em movimento ou de uso esporádico, a vegetação que se altera de acordo com seu ciclo e a estação do ano.

Também existirão elementos imóveis, ou estáveis por períodos mais prolongados, como as ruas e outros recintos urbanos, as edificações, os equipamentos e mobiliários urbanos, as massas de vegetação, o relevo, os corpos d'água etc. Essas "totalidades ambientais", constituídas de elementos estáveis e efêmeros, estruturam a vida que acontece nos lugares. As paisagens dos lugares possuem "temporalidades" (Ingold,1993) ao fornecerem estrutura ambiental para as atividades dos grupos sociais que as movimentam.

A percepção de lugar pode acontecer em diferentes graus de profundidade e de afeto. A versão de um lugar obtida por um visitante tenderá a ser mais superficial e diferente daquela do habitante que se relaciona profundamente com esse espaço. Essa relação entre o indivíduo e o espaço está associada com as qualidades ambientais do lugar e com os significados atribuídos pelas pessoas as coisas que constituem esse lugar. A compreensão do lugar que se manifesta na mente das pessoas depende da leitura de mundo e vivência dos indivíduos que se relacionam com ele. Esta leitura está condicionada ao funcionamento dos órgãos sensoriais, às diferentes fases que compõem o ciclo da vida (infância, vida adulta e velhice), à cultura, às tradições e aos modos de habitar o mundo (Tuan, 1980).

As categorias geográficas (lugar, paisagem, território, região) estão imbricadas na conformação do espaço geográfico. Um espaço geográfico apresenta inúmeras paisagens e nem todas são representativas do lugar por completo, pois paisagens são finitas. Porém, existem paisagens que referenciam determinados lugares, territórios e regiões. A ideia de paisagem está vinculada aos conceitos de habitat e de lugar, e das relações entre natureza e cultura. De acordo com paisagista Silvio S. Macedo, a cada paisagem, e a cada lugar, podem ser atribuídas três diferentes qualidades: ambiental, funcional e estética. Estas qualidades podem ser utilizadas como instrumento de medida, valoração e análise de um lugar (Macedo, 2015).

Em relação aos Jardins Históricos podemos pensar que a qualidade ambiental mede as possibilidades de vida e sobrevida dos seres vivos que constituem o ecossistema do ambiente do jardim; também mede o conforto ambiental que proporciona aos usuários e verifica o quanto o jardim está integrado positivamente aos sistemas naturais. A qualidade funcional avalia o grau de eficiência do lugar quanto às oportunidades para realização de atividades humanas e adequação em relação aos sistemas antrópicos. A qualidade estética identifica os valores sociais atribuídos ao jardim, a integridade e valor artístico da composição paisagística, e verifica a presença de elementos de identificação e referência cultural (memória e história). Também poderá verificar o quanto o jardim consegue transmitir os valores a ele atribuídos no tempo presente e manter os modos de vida e comportamentos sociais das pessoas.

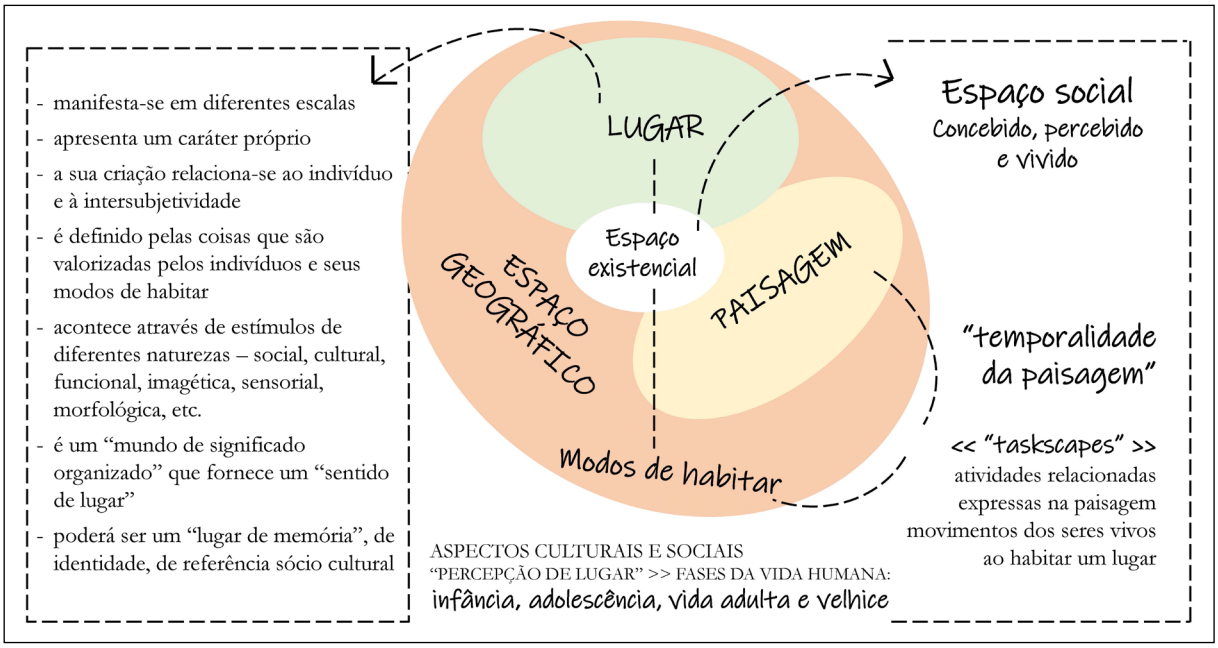
O arquiteto e urbanista Lineu Castello entende que um lugar "[...] é um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais." (Castello, 2005, p.17). Para ele, um lugar poderá acontecer em razão de motivos oriundos das relações pessoas-ambiente que podem ser divididos em três grupos: estímulos de natureza sócio-cultural (narrativas, história, tradições, etc.); estímulos de natureza morfológico-imagética (dons naturais, estética, fama, representação de uma fantasia, etc.); e estímulos de natureza fruitivo-funcional (conveniência, utilidade, fruição sensorial, refrigério, prazer, etc.). Castello define três tipos principais de lugares segundo os estímulos pessoas-ambiente: lugar de **Aura**; lugar da **Memória**; e lugar da **Pluralidade**. O lugar de **Aura** acontece quando o ambiente apresenta atributos naturais, construídos, paisagísticos, fruitivos-sensoriais que estimulam a sua valorização pelas pessoas. Os lugares da **Memória** acontecem onde a dimensão temporal adquire uma maior importância. A

história do lugar, a memória de eventos passados, atividades culturais tradicionais, ou ainda elementos construídos e naturais poderão funcionar como elementos evocativos de memórias. Os lugares da **Pluralidade** acontecem através do imaginário social local, tendo como foco as relações interpessoais, o lazer, o prazer, a mistura, a diversidade (Castello, 2005).

Quando refletimos sobre o lugar da **Memória** de Castello logo lembramos de uma noção bastante utilizada na área da memória social e do patrimônio cultural que é a de "*l*ugar de memória". Para Pierre Nora (1993), a memória e a identidade das pessoas se estabelecem em lugares que detém um poder evocativo e, portanto, se manifestam concomitantemente nas dimensões material, simbólica e funcional. Este "lugar de memória" existe para barrar o esquecimento, para perpetuar e evocar lembranças identitárias e que são referências para um coletivo. Os Jardins Históricos são evidentemente lugares de memórias. Um "lugar de memória" pode ser um objeto material, um espaço aberto, uma localidade que reúne um conjunto de coisas e até uma região. Um **lugar de memória** não está diretamente associado à história oficial do lugar pois pode representar um grupo de indivíduos que ainda está na obscuridade da memória social e coletiva. No entanto, ainda a maior parte dos lugares de memória do patrimônio paisagístico está vinculada à lembrança de eventos históricos, sociais e culturais das sociedades que os concebeu.

O entendimento da categoria "lugar" (figura 63) é fundamental para a compreensão dos espaços abertos ajardinados urbanos de interesse histórico na contemporaneidade.

Figura 63: Mapa mental sobre a categoria "lugar".



Fonte: Esquema elaborado pela autora, 2024.

Muitos jardins, praças ajardinadas e parques históricos urbanos apresentam vocações estabelecidas pelos usos, pelas práticas e comportamentos sociais que se estabelecem a partir das relações com o contexto urbano e social, com os seus entornos e grupos de usuários. Mais que uma localização, o "lugar" representa o envolvimento físico, espiritual e emocional das pessoas com o espaço que elas utilizam, habitam e valorizam. A observação dos Jardins Históricos através da compreensão do "lugar" e da leitura de suas paisagens é essencial em um processo de caracterização que intenciona compreender e preservar o "*e*spírito do lugar".

4.3.1 Jardins como lugares de afetos

Ao percorrer as memórias em relação a vivência em jardins surgem aqueles lugares abertos vivenciados junto com a família como os primeiros espaços verdes que são experimentados na infância e que trazem a sensação de pertencimento, de afeição ao lugar. Um jardim, mais do que uma manifestação formal de uma paisagem idealizada, é a expressão de um determinado modo de vida e das relações que se estabelecem entre as pessoas e o lugar. Um jardim pode estar afetivamente implicado na vida das pessoas e em suas recordações mais valiosas. Pode ser belo para quem usufrui e desfruta do seu ambiente, acolhedor ao permitir a realização de atividades e o encontro com outras pessoas, ou ainda relaxante ao proporcionar ambiente adequado à prática da jardinagem e da contemplação dos seus elementos naturais. O cuidado com o jardim é um saber dos mais antigos e por vezes quase intuitivo na sociedade humana. Trabalhar e nutrir a terra, plantar, regar, contemplar o desenvolvimento de uma planta, esperar florir e frutificar, são práticas que mantêm o homem conectado com o espaço e com a passagem do tempo.

As árvores de um jardim são elementos que estruturam espacialmente o lugar e motivam determinadas atitudes e comportamentos no ser humano como: sentar-se sob sua sombra em dias quentes, brincar e subir em seus galhos, construir casas junto a sua copa, colher frutos e comer junto ao pé, contemplar a beleza da sua floração. Nas crianças a imaginação transforma as árvores em helicópteros, em florestas cheias de cipós, em castelos, em lugares plenos de significado e aventura. Para os adultos podem estar associadas a sensação de vida e permanência, a compreensão da passagem do tempo, associadas a uma memória de algum evento passado, ou de uma pessoa importante que não está presente. A

vegetação em diferentes formas, texturas, cores, cheiros e sabores enriquecem o ambiente do jardim. A cor verde em diferentes matizes lembra a importância da natureza, transmite liberdade, esperança e bem-estar. Algumas plantas são cultivadas por afeto e esse cultivo é passado de geração em geração. A roseira perfumada da avó paterna, a horta de tomates e ervas do sogro, os gerânios sempre floridos da sogra, as hortênsias da casa da mãe, ou ainda os girassóis da casa da avó materna (figura 64), são exemplos de cultivos que percorrem gerações através da memória de seus familiares. Os girassóis da casa da vó Jole eram exuberantes e muitas vezes foram escolhidos como cenário para eternizar no tempo os encontros familiares que aconteciam na sua casa em Porto Alegre, RS.

Figura 64: Autora ao centro (vestido rosa) com irmãs e primos no jardim da casa da avó materna, Porto Alegre, RS.

Fonte: Acervo pessoal da autora, década de 1980.

Além da vegetação, um jardim pode apresentar a água em sua composição, elemento que remete à fertilidade, purificação, origem e ciclo da vida. A água corrente nos córregos e fontes transmitem sensação de movimento, promovem relaxamento através do som que emite ao passar entre as pedras ou através de elementos decorativos. As fontes também são lugares de ludicidade em parques contemporâneos, jorrando feixes de água através do plano do piso como elemento que proporciona refrescamento em dias quentes e um momento de brincadeiras entre crianças e adultos. Alguns jardins possuem chafarizes com

efeitos de luzes como atração à contemplação de seus elementos artísticos. A água em movimento transmite continuidade, força e vivacidade. Parques e praças podem apresentar lagos e espelhos d'água, proporcionando uma pausa à contemplação dos animais que desfrutam do ambiente aquático, ou ainda da própria composição da paisagem refletida em suas águas dormentes. Momentos mais íntimos ocorrem junto aos lagos e espelhos d'água, onde a pausa estimula a meditação, reflexão e relaxamento.

Muitos jardins possuem pedras em sua composição. As pedras transmitem permanência, solidez e força. Podem aparecer de diversos tamanhos e formatos, como cascalhos, pedriscos e areia em caminhos e lugares voltados à meditação. Podem também estar junto da vegetação e da água em grandes formatos e representar montanhas, ilhas ou colinas. Os minerais em diferentes matizes em forma de pedras são elementos presentes em jardins de distintas culturas. Pedras dispostas isoladamente como ponto focal no meio de lagos, empilhadas em forma de muros, pontes, tótens etc.; ou ainda dispostas enfileiradas ou em manchas em canteiros, enriquecem a ambiência do jardim, por vezes querem expressar algum significado e dão a sensação de duração e resistência. A vegetação, a água e as pedras são elementos naturais que compõem os jardins e transmitem significados profundos para o habitar humano.

As palavras de Silvio Macedo expressam um significado sobre o jardim

> O jardim significa movimento, transformação, maturação e efemeridade, pois lida com seres vivos, que nascem, crescem e morrem. O projeto, a concepção de um jardim podem parir do princípio da vegetação madura, adulta, e do tempo que demora para alcançar tal maturidade, ou, ainda, do entendimento das diversas configurações que pode assumir durante o tempo – e é com uma dessas imagens que se identificam e se valorizam um jardim e o seu significado em um determinado momento cultural.
> ((Macedo, 2014, p.30)

Os laços afetivos que o homem institui com o meio físico podem se manifestar a partir da beleza natural do lugar (valor estético), através da possibilidade de interação tátil com os elementos naturais (água, ventos, areia, vegetação), ou ainda pelo aconchego de representar o seu lar, seu lugar de recordações, de ócio, de isolamento e também de socialização (Tuan, 1980). Transpondo essa ideia para a arquitetura paisagística existem jardins que são valorizados pela beleza de suas paisagens. Essas paisagens tanto podem ser apreciadas pelo seu alto valor natural como pela maneira como foram concebidas e

idealizadas segundo determinados princípios estéticos e funcionais. A emoção que causa a beleza da paisagem do jardim sobre o indivíduo faz com que ele perceba o lugar de maneira especial. A possibilidade de utilizar confortavelmente as ambiências de um espaço aberto verde, de usufruir, desfrutar e interagir com os elementos que o constituem também é motivo para a criação de laços afetivos com o lugar. A sensação de acolhimento, de familiaridade e o sentimento de representatividade do jardim na vida cotidiana das pessoas proporcionam um vínculo forte e duradouro com o lugar que se torna a extensão da sua casa.

4.3.2 Os sentidos na percepção do lugar do jardim e na construção de afetos

Os sentidos são a primeira via de contato do indivíduo com o lugar do jardim onde são registradas as primeiras impressões do espaço vivenciado. A visão, o tato, a audição, o olfato e o paladar proporcionam uma determinada experiência sensorial nas pessoas. A visão é um dos sentidos mais complexos do ser humano, pois não é estática. Os olhos percorrem a paisagem e os objetos que a constituem identificando formas, cores, texturas, pontos de interesse visual, planos e distâncias. A visão auxilia o indivíduo a estabelecer referências locacionais, dimensionais e formais: acima, abaixo, direita, esquerda, na frente, atrás, aqui, ali, pequeno, grande, estreito, largo, alto, baixo, redondo, quadrado, curvo. O sistema visual distingue elementos da estrutura ambiental através do contraste, identifica e agrupa elementos semelhantes e auxilia no deslocamento e na percepção de movimento.

A leitura visual da forma através da teoria da Gestalt (Gomes Filho, 2009) traz uma explicação sobre o fenômeno da percepção através do sentido da visão e demonstra leis que regem esse fenômeno perceptivo. Através da compreensão destas leis (unidade, unificação, segregação, semelhança, proximidade, fechamento, continuidade e pregnância) as formas podem ser "lidas visualmente" e interpretadas pelas suas propriedades, significados e categorias conceituais. As leis da Gestalt associadas as categorias conceituais (harmonia, equilíbrio, contraste etc.) fundamentam uma interpretação baseada na percepção das propriedades das formas, na organização da estrutura espacial, na significação do objeto no contexto formal da estrutura que constitui o lugar.

O tato é um sentido que promove a sensação no corpo de frio ou quente, de seco ou molhado, de liso ou rugoso, de abafado ou arejado, entre outras percepções

sentidas na pele. Ele colabora para a pessoa sentir-se aconchegada ou desconfortável em um lugar, para identificar e reconhecer as qualidades do ambiente referente ao toque, texturas e temperatura. As pessoas com impedimento visual utilizam muito o tato para o deslocamento e a percepção ambiental como um todo. A presença da sinalização tátil no plano do piso é fundamental para facilitar a percepção espacial, desníveis, forma e largura dos caminhos. O tato também permite diferenciar as texturas e densidade dos materiais (fofos, duros, lisos, rugosos). Essa diferenciação nos pavimentos, quando existe propositalmente, permite distinguir áreas com funcionalidades distintas (espaço de passagem, de estar, de brincar). Os materiais do mobiliário do jardim, principalmente dos bancos, podem promover sensação de bem-estar ou de desconforto a depender da temperatura e textura do material do assento. As barreiras físicas como galhos na altura na cabeça sobre a área de passagem, degraus não sinalizados, raízes que levantam o piso no meio do caminho, são exemplos de situações a serem observadas e que prejudicam a segurança e acessibilidade dos usuários.

Outros sentidos que influenciam na percepção dos espaços abertos são a audição, o olfato e o paladar. Os sons dos cantos dos pássaros, das folhas dos galhos das árvores em movimento, do uivar dos ventos, do caminhar sobre pedriscos, dos motores e buzinas dos carros, de músicas e conversas, de crianças brincando, de águas em movimento, são composições sonoras que marcam lugares e reforçam seu caráter. Os cheiros das flores desabrochando na primavera, da grama molhada após a chuva, das frutas maduras no pé da árvore, do café com bolo no final da tarde na mesa do jardim, são sensações olfativas que remetem às lembranças mais íntimas de um indivíduo. Os sabores dos temperos colhidos na hora, das flores comestíveis, das hortaliças e ervas que se cuidou até o momento da colheita. Os sentidos influenciam na percepção do espaço existencial e na maneira como nos relacionamos com os lugares. São ferramentas sensoriais fundamentais na arquitetura paisagística. Porém, estes recursos "[...] ganham melhor expressão apenas quando estão arranjados segundo alguns princípios, formando um espaço" (Abbud, 2006, p.18).

James Jerome Gibson (1966) compreende os sentidos interconectados, como sistemas que fornecem informações sensoriais. Distingue cinco sistemas em sua teoria: sistema visual, sistema auditivo, sistema de orientação, sistema háptico e sistema olfato/paladar. Através do sistema visual é possível distinguir a estrutura do ambiente e suas variáveis, as formas, as cores, os movimentos. Esse sistema antecipa outras informações

sensoriais como texturas, obstáculos, distingue tamanhos e identifica planos e avalia distâncias. O sistema auditivo identifica a natureza da onda sonora, seu significado, identifica no espaço a origem do som, diferencia tipos de sons e contribui para a localização no espaço. O sistema de orientação responde a estímulos de gravidade, de aceleração e velocidade. Através do órgão do ouvido promove o equilíbrio e o movimento orientado do corpo. Promove a percepção das coordenadas espaciais do ambiente e a localização do próprio corpo. O sistema háptico envolve a experiência tátil de todo o corpo ao realizar uma determinada atividade, são experiências cinestésicas como quando se caminha e se sente a textura dos pavimentos, ou quando se toca em algo quente que queima. O sistema háptico permite uma exploração ativa do ambiente através do toque. O sistema olfato/paladar reconhece aromas e cheiros, sabores e gostos e funciona em conjunto com o sistema háptico quando identifica forma, textura e consistência dos alimentos.

Para a corrente fenomenológica na área da arquitetura e urbanismo a experiência tátil é muito importante na compreensão de um ambiente por um indivíduo. A pele como órgão mais extenso e que recobre todo o corpo, que protege e reúne todos os demais órgãos e sistemas perceptivos representa, através do sistema háptico em cooperação com os demais sentidos e sistemas, a primeira e mais intensa experiência de percepção do mundo. No livro "Olhos da Pele" o arquiteto Juhani Pallasmaa assevera

> O tato é o modo sensorial que integra nossa experiência de mundo com nossa individualidade. Até mesmo as percepções visuais se mesclam e integram no continuum tátil da individualidade; meu corpo me faz lembrar quem eu sou e onde me localizo no mundo. Meu corpo é o verdadeiro umbigo de meu mundo, não no sentido do ponto de vista da perspectiva central, mas como o próprio local de referência, memória, imaginação e integração (Pallasmaa, 2011).

Os sentidos enriquecem as nossas memórias, promovem vida às recordações e tornam as lembranças genuínas, individuais e subjetivas em relação a um lugar. O sentido da visão isolado dos demais torna o indivíduo apenas um espectador. "O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos outros sentidos" (Tuan, 1980, p.12). A percepção através dos sentidos em simultâneo promove sensações, emoções, sentimentos e pensamentos. A experiência corpórea estabelece relações profundas com os lugares, é constituída de sentimento e pensamento. As sensações, as emoções e os sentimentos antecedem o pensamento que é construído através da percepção

e da influência dos valores culturais de um indivíduo. No sentimento "uma intenção e uma afeição coincidem em uma mesma experiência" (Ricoeur *In* Tuan, 1983, p.10). Por isso que muitas vezes alguns lugares parecem ser mais acolhedores e mais familiares que outros ao provocarem sensações de bem-estar e prazer. As fases da vida e as experiências prévias do ser humano influenciam no modo de perceber o ambiente, portanto crianças, adultos e idosos terão distintas percepções em relação ao mesmo ambiente.

Jardins Históricos de centros urbanos muitas vezes são a extensão da casa de famílias ou de pessoas que vivem sós. A maioria das habitações em centros urbanos não possui espaço aberto vegetado e essa condição intensifica a procura por praças e parques para os momentos de ócio e relaxamento. Os jardins públicos de valor histórico são, por vezes, os únicos lugares verdes do bairro a promoverem uma conexão com a natureza, serviços de lazer e socialização essenciais ao bem-estar das pessoas. São lugares de escape nos horários de almoço e nos intervalos de quem trabalha nas proximidades. Os Jardins Históricos públicos possuem valores sociais, ambientais e culturais para a vida das pessoas. Muitas vezes, os jardins evocam lembranças e fomentam o sentimento de pertencimento nas comunidades pelo simbolismo ancestral além de promoverem "enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo, emocional e social; reflexão; lazer; e, experiências estéticas" (Pajouh *et al.*, 2013, p.893).

4.4 A "paisagem" e o Jardim Histórico

As paisagens, enquanto produtos das relações entre natureza, sociedade e cultura, refletem as formas de viver e de transformar o espaço geográfico. No campo da Arquitetura e Urbanismo, mais especificamente do Paisagismo, a paisagem é considerada como "[...] a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo" (MACEDO, 2015, p.15). A **Paisagem** é compreendida como um **produto** e como um **sistema**. Como produto pois pode ser considerada como resultado de um processo social de ocupação e gestão de algum território. Como sistema pois a cada ação interventiva no espaço geográfico a paisagem irá modificar-se parcial ou totalmente.

Para Milton Santos "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente,

mas como o quadro único no qual a história se dá" (Santos, 1996, p.51). Assim, ao considerar a análise da realidade a partir da paisagem, deve-se entendê-la enquanto forma estruturada, constituída por objetos, e em uma perspectiva dialética considerá-la enquanto sistema. Ao se observar a paisagem não se analisa as formas e objetos de maneira isolada, mas sim em conjunto com os sistemas de ações. Pois o espaço geográfico é presente, ou seja, é uma construção horizontal e apresenta uma situação única onde os "objetos reais-concretos" são ocupados pela sociedade. Já a paisagem adquire camadas temporais e pode ser considerada uma construção transversal. Este entendimento sobre a paisagem como um palimpsesto a torna transtemporal. Os objetos reais-concretos são fragmentos de um passado e para a sua leitura e interpretação é necessário retomar a história, no contexto do momento que foram gerados. A dialética das ações não acontece entre paisagem e sociedade, mas sim entre sociedade e espaço, que dará origem a paisagem, às suas camadas e historicidade (Santos, 1996).

A paisagem está sempre em transformação. Não há como congelar uma paisagem. O processo da vida humana envolve diferentes atividades e ações que vão se realizando com a passagem do tempo. Nos Jardins Históricos urbanos públicos, que oportunizam diferentes usos e são ocupados por distintos grupos sociais, esta realidade se torna ainda mais evidente. Os modos de habitar implicam a configuração de paisagens e cenários que por vezes são efêmeros, mas que podem se repetir. O processo de vida das pessoas esculpe diariamente a paisagem que carrega os testemunhos ancestrais. No presente, a temporalidade e a historicidade da paisagem geram a percepção do mundo tal como ele é, pleno de possibilidades, lugares, memórias, caminhos e movimentos dos seres que o habitam. Portanto, a paisagem é qualitativa e heterogênea, não pode ser explicada apenas pelo viés naturalista ou culturalista, mas em conjunto com os modos de habitar, de viver em sociedade, pelo movimento e transformação da natureza, pela transformação do ambiente pelas pessoas, pelas "*taskscapes*" (Ingold, 1993).

Além disso, a compreensão de uma paisagem passa pelas dimensões que a institucionalizam. Uma paisagem não é somente uma categoria abstrata de estudo de diversas disciplinas. Possui um valor socioeconômico no mercado imobiliário, uma percepção social e um modelo jurídico que orienta e fornece regramentos quanto ao uso, proteção e intervenção territorial, tanto local quanto regional. Distintas dimensões incidem sobre a formação e transformação da paisagem como a social, cultural, jurídica, econômica,

ambiental e patrimonial (Luxán; Fernández, 2018). Os Jardins Históricos públicos urbanos não são bens isolados, possuem legislações ambientais que incidem sobre o território onde estão localizados, podem ser alvo da especulação imobiliária, e nesse sentido, sofrerem usos e apropriações indevidas. Em geral, esses jardins têm uma importância significativa no sistema de espaços livres de uma cidade e na manutenção e preservação do ecossistema urbano. Também são lugares de socialização, de feiras, eventos e atividades culturais, além de terem importância patrimonial e interesse histórico.

Nas disciplinas que estudam a Paisagem, o que inclui a área do Patrimônio Cultural, parece existir hoje um consenso em compreender a "Paisagem Cultural" como "[...]a configuração ou expressão visível que adquire o território, através do tempo, devido a interrelação que se estabelece entre os elementos abióticos e bióticos do sistema natural e a ação antrópica" (Luxán; Fernández, 2018, p. XIX). O tipo de interação entre a Antroposfera e os Sistema Naturais está relacionado com a capacidade tecnológica de uma sociedade, com a cultura expressa através dos saberes, das crenças e tradições, e com a organização social e econômica e seus modos de produção. A expressão Paisagem Cultural enfatiza a contribuição do homem na formação da paisagem que se manifesta em vários graus de intervenção antrópica: Paisagem de alto valor natural; Paisagem seminatural (diferentes graus); e Paisagem transformada e humanizada (Luxán; Fernández, 2018).

Uma Paisagem de alto valor natural é aquela que possui uma mínima intervenção antrópica que pode acontecer de maneira direta ou indireta. O que caracteriza as paisagens de alto valor natural é o fato de possuírem seu sistema natural preservado. Como paisagens de alto valor natural estão as reservas naturais, parques nacionais, cânions, montanhas, lagos, florestas, entre outras que tiveram mínima ação antrópica. As Paisagens seminaturais são aquelas que possuem áreas com sistema natural preservado mescladas com outras onde há intervenção antrópica visível. Áreas rurais, cidades pequenas, áreas periurbanas costumam ter essas características. E as Paisagens transformadas e humanizadas são aquelas que seu sistema natural sofreu profundas modificações e onde há uma ocupação expressiva de elementos oriundos da ação antrópica. As zonas urbanas das cidades (incluindo as áreas verdes como praças ajardinadas e parques urbanos) são exemplos de paisagens transformadas e humanizadas.

As paisagens também podem ser classificadas de acordo com a sua função e aspecto morfológico como paisagens agrárias, urbanas, industriais e paisagens de águas.

As paisagens agrárias são aquelas onde desenvolvem-se atividades agrícolas, pecuárias, florestais, marinhas, fluviais, etc., que podem ser independentes ou associadas. As paisagens urbanas são aquelas onde existe uma média ou grande densidade populacional e o seu sistema natural modificado com relação ao funcionamento energético e dos seus fluxos. São os sistemas urbanos ou assentamentos históricos com protagonismo da construção em determinadas paisagens que ocorreram ao longo do tempo. A paisagens industriais são aquelas onde se desenvolvem atividades relacionadas a indústrias de diferentes tipos, mineração, paisagens de geração de energia. As paisagens de águas incluem além das paisagens marinhas as paisagens de águas continentais como as fluviais, pantanosas e lacustres (Luxán; Fernández, 2018).

Neste trabalho os estudos dirigidos estarão sobre um Jardim Histórico público urbano de interesse patrimonial. Entende-se por paisagem urbana uma paisagem transformada e adaptada à distintas atividades humanas adquirindo assim diferentes fisionomias. Por isso, é importante compreender do que se constitui uma paisagem urbana e como ela é percebida. Quando um indivíduo observa a paisagem do centro de uma cidade existem determinados elementos que podem ser importantes à percepção de conjunto do espaço geográfico e dos lugares. São eles: topografia, hidrografia, clima, rede viária, elementos imóveis e móveis (Luxán; Fernández, 2018).

Quanto à topografia, se o território for montanhoso, poderá condicionar a rede viária e a maneira de ocupação do solo. Os pontos de observação também serão variados. A cidade poderá ser observada de pontos elevados, cumes de montanhas, e poderá ser vista de forma panorâmica pelos observadores quando caminham pelas ruas. A cidade em planície tem sua visibilidade mais fragmentada, com exceção em grandes avenidas e ruas retilíneas onde o final coincide com a linha do horizonte. Edifícios em altura destacam-se em uma paisagem predominantemente horizontal assim como áreas com densidade de massas verdes. A visualização superior da cidade plana pode ser feita através dos edifícios em altura ou estruturas que permitam a subida e visualização. Muitas vezes os pontos de observação condicionam a maneira como é pensada e desenvolvida a arquitetura da cidade.

A hidrografia se manifesta visualmente através de rios, canais, lagos e outros corpos de água podem ser limites ou conexões importantes entre zonas dentro da cidade. São elementos potentes na formação da paisagem, e muitas vezes condicionam o

assentamento, a malha urbana e a estrutura viária. Muitas cidades são conhecidas através dos seus elementos hidrográficos que podem ser elementos atratores para as pessoas por fornecerem recursos, bem-estar e saúde à população. Por outro lado, podem ser fonte de doenças, ocasionar problemas urbanos e perdas econômicas, se a ocupação avançar em áreas com possibilidade de alagamentos e enchentes. Os rios e lagos, caso não sejam cuidados, limpos e mantidos de maneira adequada, também serão fonte de problemas para os moradores da cidade. Muitos municípios iniciaram seu assentamento junto a corpos d'água, rios, lagoas ou áreas de costa marítima, onde estes elementos de água são simbolicamente percebidos como lugares de referência cultural e social.

As áreas de costa marítima ou de orla de lagoas fornecem uma perspectiva peculiar a respeito do espaço urbano da cidade. A observação da cidade de fora para dentro (da água em relação ao continente) oportuniza uma perspectiva de conjunto da cidade muito diferente, panorâmica, determinando um contorno urbano singular, um *skyline*. Paisagens que agregam montanhas aos corpos d'água possuem um potencial turístico e visual interessantes nesse contexto. Em termos urbanísticos, os assentamentos fixados junto a corpos d'água tem um crescimento limitado da cidade em direção a água e, nesse sentido, um estudo aprofundado dos sistemas naturais deve sempre acompanhar o planejamento do crescimento dessas cidades.

O clima interfere nos processos naturais e transforma a paisagem. Lugares que possuem as quatro estações bem definidas modificam-se visualmente em cada estação. A própria produção da arquitetura também adquirirá características morfológicas adequadas para enfrentar determinado tipo de clima. Tipos de coberturas, formas e inclinação de telhados em lugares com frio extremo e neve são diferentes de outros desenvolvidos em lugares de clima tropical, por exemplo, que faz uso de varandas e telhados com beirados mais extensos para a proteção do sol. Os elementos naturais como flora e fauna nativas em áreas urbanas são cada vez mais raros e a falta de vegetação interfere nas sensações térmicas, nos microclimas e ecossistemas. Os jardins enquanto pontos verdes em meio a árida malha urbana são atratores de atividades diversas e contribuem fortemente ao conforto ambiental, ao controle de temperatura, à manutenção da fauna urbana e à sustentabilidade. A qualidade do ar também melhora com a presença da vegetação. A observação das espécies vegetais em relação ao clima, ao bioma é importante para entender as características específicas do espaço geográfico em sentido mais amplo. Porém, sem

esquecer que a vegetação também é elemento de significação cultural e estética na formação das paisagens, e em Jardins Históricos a presença de espécies exóticas é marcante.

A rede viária é um elemento essencial da paisagem urbana. Através dela a cidade vive, permitindo o fluxo de pessoas, serviços, mercadorias. O desenho da rede viária está atrelado ao plano urbano geral da cidade, seus zoneamentos e elementos naturais. Existem vários tipos de vias em acordo com o seu tamanho, função e capacidade de fluxo como as ruas locais, coletoras e arteriais. Diferentes configurações de ruas existem em meio a malha urbana como avenidas com canteiro central, perimetrais, ruas de pedestres (calçadão), ruas com faixas para ciclistas, ruas compartilhadas, entre outras tipologias. As ruas devem oportunizar conectividade, mobilidade e auxiliar na organização do espaço urbano. Além das vias, outros recintos abertos se abrem dentro da malha urbana, como largos, praças e parques e estes constituem lugares que atraem pessoas para a socialização, lazer, comércio e serviços.

As edificações, as pontes, as torres, as passarelas, os monumentos, entre outros elementos construídos e decorativos, fornecem caráter ao espaço urbano. Eles expressam gostos, tendências estéticas apreciadas em determinado período, posição social, técnicas construtivas, materiais regionais etc. Quanto mais antiga a cidade há uma maior probabilidade de que existam mais camadas históricas em elementos construídos de diferentes tempos coexistindo nas paisagens do espaço urbano. O tamanho e a forma dos lotes, a subdivisão e o traçado do solo, assim como a maneira possível e recomendável de ocupar esses espaços, são pensados para estarem em acordo com o plano e zoneamento da cidade que é diretriz e regramento para a formação dessas paisagens. Observar a legislação é importante para conseguir visualizar cenários futuros.

O mobiliário urbano equipa a cidade para melhor acolher as pessoas que nela vivem. Bancos, luminárias, paraciclos, quiosques, placas de sinalização e comunicação visual, são elementos funcionais e muitas vezes pensados para potencializarem o caráter estético de determinada área da cidade. Ainda existem os elementos móveis carros, ônibus, bicicletas etc. e aqueles que são de certa forma efêmeros, como as feiras livres, eventos, constituindo uma situação temporária na configuração da paisagem.

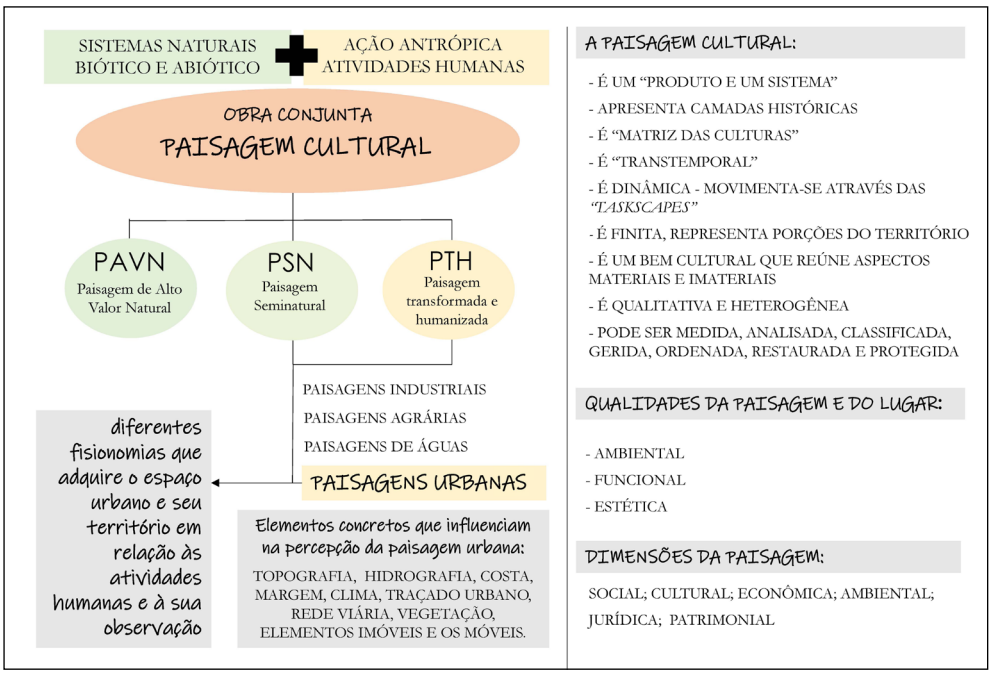
No entanto, não só de matéria concreta se caracteriza a cidade, mas também do movimento social que nela acontece, das pessoas e suas atividades que dão vida à essas paisagens urbanas. O habitar humano se manifesta diariamente nos espaços e recintos

urbanos através dos modos de fazer, dos modos de usar e circular, dos modos de viver. Podem ser observados variados movimentos humanos no cotidiano: a hora de caminhar e se exercitar, de passear e encontrar amigos, de brincar e se divertir, de trabalhar e vender mercadorias, de ir para a escola ou trabalho, de comprar e consumir produtos, de descansar e relaxar, de protestar e posicionar-se no mundo. O tecido social, os modos de produção fazem emergir diferenças socioeconômicas e culturais, definem territórios e instituem disputas em relação ao domínio de lugares no meio urbano.

Além disso, a paisagem enquanto forma e conteúdo pode ser também observada através das técnicas em razão de serem "um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço" (Santos, 1996, p. 25). As técnicas de produção, comércio ou consumo, enquanto fenômenos históricos, podem identificar as relações sociais de produção de um dado momento. Pode-se dizer que as próprias representações que a sociedade estabelece acerca do seu espaço também estão presentes nas formas materiais produzidas. "Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço" (Moraes, 1988, p. 16).

A paisagem enquanto categoria de estudo e análise é tanto um produto das relações entre natureza, cultura e sociedade como um sistema formado por elementos e processos naturais e antrópicos (figura 65).

Figura 65: Mapa mental sobre a categoria "paisagem".



Fonte: Esquema elaborado pela autora, 2024.

As paisagens são transtemporais, apresentam camadas históricas e reconstroem-se a cada tempo. Uma paisagem é finita e representa uma porção de determinado território. As paisagens são dinâmicas, modificam-se de acordo com as estações do ano e com as atividades que se realizam nos lugares que representam. É uma categoria geográfica que pode ser avaliada pelas qualidades ambiental, estética e funcional. As paisagens são regradas pelas dimensões social, cultural, econômica, ambiental, jurídica e patrimonial de uma sociedade. Enquanto categoria geográfica, a paisagem pode ser classificada, gerida, ordenada, restaurada e protegida.

4.5 Considerações sobre os elementos tangíveis e intangíveis do Jardim Histórico

Após a revisão realizada sobre os modos de fazer jardins e sobre o que observar para caracterizar um Jardim Histórico, considera-se fundamental compreender em que contexto foi criado o Jardim Histórico. A sua aparência corresponderá a um modo de vida, a uma forma de interpretar o mundo e de dialogar em sociedade. Esta maneira de dialogar poderá não existir mais na contemporaneidade, outras qualidades intrínsecas do mesmo jardim poderão adquirir ênfase e o lugar transmitir outros significados. A compreensão do jardim em essência exige que o observador investigue e conheça o contexto e os valores sociais de cada período histórico que fizer parte do conjunto do Jardim Histórico. A identificação dos fundamentos filosóficos por traz da estética do presente é o primeiro passo para compreender a manifestação do jardim. Um Jardim Histórico poderá apresentar múltiplas camadas temporais sobrepostas. A identificação dessas camadas implica numa observação atenta do próprio espaço físico e uma investigação histórica que auxilie a compreender as permanências e as transformações que ocorreram nos ambientes do jardim. O entendimento sobre os valores culturais de cada período, os modos de vida e os comportamentos sociais auxiliam na reconstrução da história e da memória do jardim.

A identificação dos significados que a comunidade atribui a esse lugar no presente é tão importante quanto a própria história e memória. Os afetos podem ser múltiplos e a depender de quem faz o juízo de valor determinadas qualidades e elementos serão mais importantes que outros. Alguns irão valorizar mais a estética, a representatividade paisagística, as dimensões histórica e artística do jardim. Outros darão maior ênfase à dimensão ambiental e social, às práticas culturais que animam o lugar do jardim e lhe

dão vivacidade. As duas maneiras de valorar são pertinentes e adequadas, o importante é encontrar um equilíbrio, também nas ações de inventário, para efetivar a preservação integral do Jardim Histórico. Por isso acredita-se na necessidade de investigar e documentar tanto os elementos materiais como os imateriais que constituem o lugar e a paisagem do Jardim Histórico.

Distintas dimensões (social, ambiental, histórica, cultural, jurídica, patrimonial) que atuam sobre o Jardim Histórico devem ser investigadas no processo de caracterização. A compreensão de como atuam no espaço do jardim auxiliará em ações e medidas de preservação no futuro. Os Jardins Históricos neste século XXI estão cada vez mais suscetíveis à destruição em virtude das mudanças climáticas, de usos e ações inapropriados, do vandalismo frequente, e da ausência de políticas públicas voltadas à população em vulnerabilidade social e para a preservação dos próprios jardins. O clima desajustado em razão das transformações antrópicas e do aquecimento global prejudica exponencialmente a integridade dos jardins, que ora enfrentam períodos de intensas chuvas, ora períodos prolongados de estiagem. Usos inapropriados e a falta de cuidado e manutenção adequada dos espaços verdes pelas prefeituras colaboram para esse quadro crítico de perigo eminente de desaparecimento. Nesse sentido, o inventário de caracterização, que objetiva observar os elementos que promovem caráter ao espaço do Jardim Histórico, é cada vez mais necessário.

Considera-se fundamental observar o Jardim Histórico integralmente, não somente como monumento histórico, paisagístico e cultural, mas também como um lugar que oportuniza a vida ao ar livre, a saúde e o bem-estar para as pessoas. Uma equipe multidisciplinar é desejável pois os estudos e as investigações realizadas serão interdisciplinares. A observação para caracterizar um Jardim Histórico deve contemplar uma investigação do seu contexto e constituição atuais e ser interescalar. Esta compreensão mais abrangente auxilia a situar o jardim em contexto mais amplo e compreendê-lo como elemento constitutivo de um sistema de espaços livres, ou seja, ele contribui e colabora para a manutenção e melhoria da qualidade de vida na cidade, é lugar de socialização, de história, de memórias e de cultura.

Neste sentido, é importante observar e caracterizar a paisagem, os sistemas naturais e os sistemas antrópicos. A análise do traçado do assentamento onde o jardim está situado, as relações entre os espaços da cidade (edificados, livres e verdes) no contexto do jardim,

cheios e vazios, uso do solo, volumetria e altura de edificações, as atividades sociais e culturais que ocorrem na região do jardim, entre outros elementos que se considerar relevantes, auxiliarão a compreender a função social do jardim, a sua vocação, importância cultural, o seu caráter, o seus valores enquanto bem cultural de natureza paisagística. A análise do entorno imediato é importante pois edificações da envoltória podem estar colaborando ou prejudicando os ambientes do jardim e isto pode ser revelado pelos levantamentos. Por exemplo, edifícios em altura podem projetar grandes áreas de sombra por longos períodos em determinados ambientes do jardim e isso poderá ser um problema para o desenvolvimento e a manutenção da vegetação, provocar problemas de conforto, como excesso de umidade e sensação térmica desagradável. É importante verificar as alturas das edificações da envoltória e como está a legislação urbanística neste sentido.

Com relação à legibilidade espacial e à ambiência histórica é fundamental identificar os pontos de referência social e cultural, os pontos focais internos e externos ao jardim, os panoramas significativos ao caráter da paisagem, as perspectivas e os corredores visuais a preservar, e o grau de permeabilidade visual (mais fechado, com vegetação mais densa ou mais aberto com vegetação que permite a visualização de fora para dentro e vice-versa). É fundamental analisar e documentar a composição arquitetônica e vegetal do jardim. Um levantamento planialtimétrico, dos elementos de arquitetura e de paisagismo é básico e auxilia a compreender a estética e poética do jardim. A partir desta documentação pode ser feita uma análise morfológica e da estrutura espacial do jardim e desvendar sua linguagem, linha projetual e influências estilísticas, trazendo à luz as estratégias compositivas utilizadas para a formação das ambiências, e compreender as relações entre os planos da paisagem (piso, verticais e de teto), seus propósitos e camadas temporais.

As relações entre os elementos bióticos, abióticos e antrópicos constituem ecossistemas urbanos importantes à qualidade ambiental e à manutenção da vida animal em jardins urbanos. Portanto, um levantamento florístico aprofundado é de extrema relevância em um Jardim Histórico, pois irá oportunizar identificar as diferentes zonas botânicas, áreas culturais e históricas. Os elementos de paisagismo, em especial as massas vegetais, são elementos que estruturam os ambientes em um espaço aberto e dão forma ao vazio ocupado pelos humanos e outros animais. Diversos tipos de recintos podem ser criados, sugerindo diferentes sensações, a partir de arranjos feitos com as massas vegetais. Porém, esses arranjos não são estáticos, são fluidos e modificam-se em aparência

conforme o desenvolvimento, ciclo de vida, e o definhamento dos vegetais. Por vezes, estas intenções espaciais podem se perder no tempo se não tiverem cuidados de manutenção, conservação e manejo adequados.

Considerando a vontade de manter a poética e a estética através do replantio de espécies é importante observar os tipos de plantações, suas configurações, assim como as espécies singulares e notáveis, que muitas vezes são pontos focais no jardim pelas características morfológicas. Identificar a idade aproximada das espécies poderá revelar zonas mais antigas e outras mais novas na constituição do jardim. As características botânicas e taxonômicas devem ser observadas e documentadas assim como o estado fitossanitário dos vegetais. Na medida que os levantamentos de campo vão sendo realizados, e começam a ser feitas distintas descobertas *in situ*, em microescala, uma pesquisa histórica e documental em paralelo pode começar a ser realizada, para se verificar e identificar as camadas de tempo que o jardim apresenta. O entendimento do contexto histórico no qual o jardim foi criado, as alterações que ocorreram no sítio e no entorno em diferentes épocas irão revelar uma linha do tempo e distintas fases do Jardim Histórico. Se o jardim passou por transformações em diferentes períodos é interessante documentar e apresentar estas alterações até o momento atual.

Na documentação do estudo paisagístico é importante identificar as áreas de interesse paisagístico e de interesse histórico em forma de zoneamento. Este zoneamento não é baseado em aspectos funcionais, mas nos valores associados aos lugares. Através deste levantamento e análise identificar os elementos construídos e decorativos, os arranjos botânicos e as espécies notáveis a serem preservados, assim como as dissonâncias, elementos que não se harmonizam no conjunto, que podem ter sido implantados posteriormente (elementos de infraestrutura por exemplo), ou que surgiram espontaneamente (no caso da vegetação) e que devem ser suprimidos ou repensados em relação ao conjunto do jardim.

A autenticidade ou "imagem autêntica" de um Jardim Histórico está vinculada ao desenho, à composição arquitetônica e vegetal de suas partes animada pelas pessoas e outros seres vivos que ali coexistem. As espécies vegetais se alteram de acordo com as estações do ano, nem todas as espécies resistem ao tempo, algumas tem ciclo de vida mais curto, outras adoecem, e assim há a necessidade de manutenção e substituição de tempos em tempos do extrato vegetal do jardim. Além de observar as espécies notáveis e que resistem ao tempo, é importante observar a ideia compositiva da plantação, o tipo

de configuração espacial, de recinto concebido, através das massas vegetais e arranjos botânicos, não esquecendo das formas, texturas e cores que promovem caráter aos ambientes do jardim. Aliada a essa observação é fundamental verificar como as pessoas se apropriam e utilizam os espaços do jardim e os territórios e refúgios da fauna.

Os elementos de arquitetura menor e maior são os elementos construídos, tudo o que foi edificado e faz parte do jardim, desde bordas de canteiros, muros, escadas, pontes, fontes, pérgulas até edificações como sanitários, coretos, pavilhões etc. Os elementos decorativos dão caráter à materialidade do jardim, e podem ser: técnicas construtivas antigas, revestimentos e acabamentos variados para pisos e paredes (azulejos, ladrilhos, pedras, metais etc.), mobiliário urbano do jardim (luminárias, bancos, gradis, mesas etc.), os monumentos e as obras de arte. Estes elementos podem ter sido feitos e implantados em diferentes períodos e isto pode ser evidenciado na documentação. Todos os componentes que envolvem água devem ser identificados e documentados, desde os elementos de infraestrutura como redes de água e esgoto (irrigação e drenagem), caixa d'água, torneiras, até os construídos e decorativos como lagos artificiais, espelhos d'água, fontes etc. Isto também serve para a rede de energia e iluminação artificial, como as tubulações e circuitos para iluminação, caixas de distribuição, casa de bombas (para movimentar água de fontes e lagos), tomadas, postes de iluminação e outros tipos de luminárias.

A verificação da acessibilidade ao Jardim Histórico é essencial à sua preservação e valorização. Barreiras de muitos tipos podem estar prejudicando a acessibilidade ao lugar do jardim, desde como chegar na região onde ele está localizado (linhas de ônibus disponíveis, vias de acesso); passando pela situação dos acessos principais (se existem barreiras físicas, visuais); até as condições de circulação externa e interna dos passeios (pavimentações inadequadas, estragadas), das escadas, pontes; ou ainda questões relacionadas à segurança ou ocupações por grupos de pessoas. A verificação da existência de sinalização e comunicação visual e tátil também é um aspecto que pode melhorar a acessibilidade e legibilidade espacial em jardins, principalmente quando são muito extensos, possuem desníveis ou áreas de acesso controlado.

Os elementos intangíveis podem ser observados em conjunto com a observação do meio físico e da materialidade. É importante identificar as principais atividades humanas cotidianas que ocorrem no Jardim Histórico. A confecção de um calendário das feiras, eventos e festividades anuais e a localização desses eventos nos ambientes do jardim,

auxilia a verificar a compatibilidade e adequação dos espaços aos usos e às estruturas temporárias. A realização de um levantamento fotográfico e descritivo dos elementos que promovem caráter e atmosfera ao lugar (texturas, cores, cheiros, sons etc.) é fundamental. Além disso, entrevistas com habitantes do entorno e com usuários antigos são importantes para trazer à tona as memórias relacionadas ao jardim e seus ambientes. Esse material pode ser realizado em conjunto com os habitantes e comunidade e estar disponível a posteriori em meios de difusão acessíveis como as redes sociais e websites.

CAPÍTULO 5

COMO OBSERVAR O "ESPÍRITO DO LUGAR" DE UM JARDIM HISTÓRICO?

5.1 A observação do Jardim Histórico em distintas escalas

O processo de observar para conhecer e compreender o "espaço" e o "caráter" de um Jardim Histórico, que será chamado de **inventário de caracterização**, necessita de uma estrutura que permita organizar informações de fontes, dimensões e escalas variadas. A investigação abordará desde a escala regional e territorial até a escala local, em um processo que não é linear. O fenômeno do lugar do Jardim Histórico irá sempre depender da composição de variáveis. Estas estarão relacionadas às características e qualidades da **paisagem**, do **lugar** e dos **grupos sociais** que habitam, usufruem e agem sobre esse espaço. Um Jardim Histórico poderá variar:

- quanto à estrutura espacial, morfologia, ordenamento e composição dos elementos estruturantes (naturais e construídos), os quais estarão associados à uma poética e à uma estética;

- quanto ao caráter ambiental e substancial dos elementos em relação a forma, volumetria, matéria, textura, cor, luz, estado de conservação, etc;

- quanto aos aspectos funcionais do espaço, condições de uso, conectividade, acessibilidade e legibilidade espacial;

- quanto à permanência dos elementos na paisagem: períodos do dia, estações do ano, e a longo prazo um conjunto de anos, como décadas e séculos (camadas temporais);

- quanto aos processos e sistemas naturais e ecológicos nos quais está inserido o jardim;

- quanto aos processos e sistemas antrópicos nos quais está inserido o jardim;

- quanto aos grupos que usufruem o lugar (etnia, situação social, práticas culturais,

tradições religiosas e sociais, faixa etária, sistemas perceptuais etc.);

- quanto aos grupos que agem sobre o lugar (usuário, projetista, especialista, agente público, empresário, jardineiro, gari etc.);

- quanto ao reconhecimento e significação para a comunidade e aos aspectos históricos e memoriais;

- quanto às práticas sociais, culturais e tradições vinculadas ao lugar do jardim.

A complexidade que envolve a organização e análise de uma documentação desta natureza, que contemple tantas variáveis, aponta para uma estratégia de leitura da paisagem em diferentes escalas de observação. Nesse sentido, propõe-se observar um Jardim Histórico em três escalas distintas que se complementam: a Escala de Observação 1 (EO1) onde é realizada uma investigação e um levantamento do contexto regional e territorial do Jardim Histórico; a Escala de Observação 2 (EO2) na qual é realizada uma investigação e um levantamento das características da envoltória do Jardim Histórico; e a Escala de Observação 3 (EO3) na qual o próprio Jardim Histórico é investigado e desvendado através de levantamentos de naturezas diversas. Em cada escala são observados tanto elementos materiais como imateriais.

A investigação estruturada em 3 Escalas de Observação irá conduzir a organização documental do inventário de caracterização do Jardim Histórico. Diferentes tipos de levantamentos, instrumentos e métodos de investigação podem ser utilizados para realizar a observação em cada uma dessas escalas. Os levantamentos com informações indiretas (a partir de fontes secundárias) como investigações em livros, em trabalhos científicos, em websites institucionais, em plataformas, softwares e sistemas de informações geográficas, são utilizados para obter informações em todas as três escalas. Os levantamentos com informações de origem direta (fontes primárias) oriundos de documentos escritos de arquivos históricos e de acervos iconográficos (mapas, fotografias, ilustrações, postais etc.) são utilizados para obter informações históricas e aplicam-se às três escalas de observação. Os levantamentos in situ (fotográfico, planialtimétrico, arquitetônico, botânico, de identificação e aferição de elementos e zonas, dos usos e comportamentos dos indivíduos que habitam o jardim, as entrevistas com usuários e agentes, são mais adequados aos conteúdos que compõem as Escalas de Observação 2 e 3.

A Escala de Observação 1 (EO1) propõe uma investigação e um levantamento do contexto do Jardim Histórico que contemple as informações gerais do lugar, sua

localização e enquadramento cartográfico. A verificação do meio físico prévio como relevo e topografia, características do solo, presença ou ausência de corpos d'água, clima, bioma, ou seja, constituição dos sistemas naturais da região, auxiliará a compreender o primeiro extrato da paisagem. O reconhecimento do tipo de assentamento e sua evolução através de uma investigação histórica e dos contextos social, cultural e econômico em diferentes temporalidades oportunizarão compreender os demais extratos da paisagem. A identificação das áreas de interesse social, ambiental, arqueológico e cultural, apontadas pela comunidade e pelos agentes públicos na legislação urbanística e ambiental auxiliarão a verificar lugares importantes para as pessoas e ecossistemas. Nessa escala mais ampliada também é relevante verificar o sistema circulatório (linhas de ônibus, vias, caminhos) e observar a localização do Jardim Histórico em relação a esse sistema e as possibilidades que as comunidades possuem de chegar até o lugar do Jardim Histórico.

A Escala de Observação 2 (EO2) propõe uma investigação e um levantamento da envoltória do Jardim Histórico através do reconhecimento das características da paisagem e do lugar. Elementos estruturais como o traçado urbano, a morfologia das quadras, lotes e linguagem das edificações são pistas para compreender o caráter do entorno. Nesta escala é importante compreender o uso do solo e as atividades econômicas, sociais e culturais que acontecem nesta área da cidade que está sendo investigada. A identificação e verificação dos elementos de infraestrutura e dos aspectos climáticos incluem o reconhecimento das alturas das edificações, a insolação do jardim em diferentes períodos do dia, ventos e microclimas. Aspectos relacionados à história e cultura da região auxiliam a compreender as camadas históricas presentes na paisagem. Nesse sentido, é necessário também identificar pontos de referência social e cultural, lugares de memória, vias e rotas de interesse cultural, usos e apropriações dos espaços urbanos (eventos culturais, festividades, procissões, feiras etc.). A paisagem urbana se configura espacialmente através das relações entre espaços edificados, livres e ajardinados e dos usos que as pessoas fazem desses lugares. É importante identificar panoramas, perspectivas, pontos focais, acessos e fluxos mais e menos utilizados. Todas estas informações auxiliam a compreender a vocação do lugar e seu espírito, e serão importantes ao planejamento e à gestão do ambiente histórico urbano do jardim.

A Escala de Observação 3 (EO3) propõe um trabalho de campo que permita desvendar o Jardim Histórico na sua interioridade. A observação e compreensão do plano

geral do Jardim Histórico, da linguagem e linha projetual é um dos primeiros passos. Muitas vezes para identificar as camadas que compõem o lugar é necessário fazer uma investigação iconográfica e histórica e assim verificar as permanências e transformações da paisagem do jardim. Entrevistas com antigos usuários e com pessoas que participaram da realização de projetos de intervenção no Jardim Histórico também são muito importantes para essa compreensão transversal do espaço geográfico. O espírito do lugar é desvendado a partir das interrelações que acontecem entre os elementos materiais e imateriais que constituem o Jardim Histórico. Compreender a estrutura espacial e a composição do jardim, os usos que acontecem no lugar, e a maneira como as pessoas percebem os ambientes do Jardim Histórico são ações fundamentais à compreensão do espaço e do caráter do lugar. Para facilitar a compreensão da proposta do inventário de caracterização elaborou-se um quadro síntese com as três escalas de observação (EO) e os respectivos levantamentos e investigações.

Quadro 9: Síntese do inventário de caracterização de um Jardim Histórico (continua)

EO	Levantamentos/Investigações - trabalho de campo
EO1	**Levantamento e investigação do contexto do Jardim Histórico:** - Informações gerais, enquadramento cartográfico e legislação urbanística e ambiental incidente; - Reconhecimento dos sistemas naturais (geológico, hidrológico, climatológico e biológico); - Investigação dos aspectos históricos do município e do contexto social, cultural e econômico. - Identificação do tipo de assentamento (sua evolução) e das características gerais da paisagem; - Identificação das áreas de interesse social, ambiental e arqueológico, e das áreas e zonas de proteção do patrimônio cultural; - Investigação do acesso ao lugar pela análise do sistema circulatório.
EO2	**Levantamento das características da envoltória do Jardim Histórico:** - Identificação do traçado urbano, dos tipos de quadras, lotes e usos do solo; - Identificação da morfologia, da linguagem e do caráter das edificações; - Identificação dos espaços livres adjacentes, recintos, vias e arborização; - Identificação do mobiliário e dos equipamentos urbanos; - Investigação das redes e dos elementos de infraestrutura; - Investigação dos aspectos climáticos: insolação, ventos e microclimas; - Investigação dos aspectos históricos e culturais do entorno (pontos de referência; lugares de memória e de história, vias e rotas de interesse cultural); - Identificação de panoramas, eixos perspectivos, pontos focais, fluxos mais utilizados, acessos, conectividade, legibilidade e acessibilidade; - Identificação dos usos e apropriações dos espaços urbanos do entorno (eventos culturais, festividades, procissões, feiras etc.)

Quadro 9: Síntese do inventário de caracterização de um Jardim Histórico (conclusão)

EO	Levantamentos/Investigações - trabalho de campo
EO1	**Levantamento do próprio Jardim Histórico:** - Levantamento físico geral: planialtimétrico, dos elementos de arquitetura maior e menor, dos elementos decorativos e das massas vegetais; - Investigação histórica (bibliográfica, documental e iconográfica), transformações e linha do tempo; - Análise do plano paisagístico do jardim, a poética e a estética; - Análise da estrutura espacial, dos aspectos compositivos e morfológicos do jardim; - Zoneamento dos usos e identificação dos elementos construídos e decorativos - Identificação de camadas temporais no Jardim Histórico - Investigação arqueológica, caso seja verificada sua importância no processo de caracterização; - Investigação e observação dos usos e relações pessoas-ambiente; - Levantamento florístico/botânico e zoneamento botânico-histórico; - Levantamento edáfico (estudo dos solos) - Levantamento da fauna e seus territórios; - Levantamento da infraestrutura (pavimentações, água, esgoto, iluminação) e da acessibilidade (identificação dos acessos, percursos e das barreiras); - Entrevistas com antigos usuários sobre as suas lembranças acerca do Jardim Histórico; - Entrevistas com autores dos projetos de intervenção paisagística realizados no Jardim Histórico; - Entrevistas com gestores e trabalhadores que cuidam do Jardim Histórico.

Fonte: Quadro elaborado pela autora em junho de 2024.

5.2 Fundamentação teórica para o trabalho de campo nas distintas escalas

Antes de aprofundar em cada escala de observação é importante ressaltar que além das cartas patrimoniais e metodologias de inventário estudadas, e do método fenomenológico norteador para a apreensão do "espírito do lugar" de Norberg-Schulz (1980), da compreensão de espaço e lugar de Tuan (1983), e das relações entre arquitetura e os sentidos de Pallasmaa (2011), algumas outras leituras complementares auxiliaram a planejar o trabalho de campo. O livro "Looking at Cities" (1985) de Allan B. Jacobs foi importante porque apresenta um método de leitura voltado à compreensão de cidades que utiliza a caminhada e o desenho como estratégias à observação atenta e crítica dos elementos constitutivos do meio ambiente urbano a partir de "pistas" presentes na paisagem e nos lugares. Outro livro consultado à análise de estruturas urbanas foi o de Ferdinando de Moura Rodrigues chamado "Forma, imagem e significado em estruturas urbanas centrais"

(Rodrigues, 2005) que apresenta um método de observação que se estrutura na análise de elementos que configuram o espaço urbano, suas características morfológicas e simbólicas e relações com o sistema circulatório.

Outros livros importantes ao desenvolvimento de instrumentos de investigação *in situ* foram "A vida na cidade: como estudar" (2018) de Jan Gehl e Birgitte Svarre e "Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação" (2009) de Paulo Afonso Rheingantz et al. Estes livros apresentaram diferentes técnicas e procedimentos para observar os lugares que inspiraram o desenvolvimento de alguns dos instrumentos aplicados em determinados levantamentos realizados que constituem parte da metodologia de caracterização aqui proposta.

Outra bibliografia com viés ecológico foi importante à observação das características da paisagem e do lugar de um Jardim Histórico. Uma observação mais atenta dos sistemas naturais e de seus elementos constitutivos é fundamental no contexto contemporâneo. Os desastres ambientais causados pelas mudanças climáticas exigem um olhar mais atento da sociedade em relação a natureza. A água, o ar, os solos, a vegetação e os animais precisam ser cuidados e preservados se quisermos equilibrar a vida no planeta. Pensando nisso, alguns livros que relacionam e analisam os sistemas antrópicos das cidades e os sistemas naturais, trazem informações importantes à observação no trabalho de campo. Foram eles: "*Naturaleza y Ciudad; planificación urbana y processos ecológicos*" (2004 [1995]) de Michael Hough; o livro "O Jardim de Granito: A Natureza no Desenho da Cidade" (1995) de Anne Whiston Spirn, e o livro "Cidades para todos: (re)aprendendo a conviver com a natureza" (2013) de Cecília Polacow Herzog.

Para a observação do Jardim Histórico também contribuíram no trabalho de campo alguns livros da área da arquitetura da paisagem. Estes auxiliaram na compreensão da estrutura espacial e morfológica dos jardins, linha projetual, linguagem, estilos e estética. Foram eles: "Quadro do Paisagismo no Brasil:1783-2000" (2015) de Silvio Sores Macedo e "Praças Brasileiras" (2002) de Fabio Robba e Silvio Soares Macedo que auxiliaram no entendimento da manifestação das linhas projetuais do paisagismo brasileiro nos séculos XIX, XX e XXI; os livros "Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística" (2006) de Benedito Abbud e o "Paisagismo: projetando espaços livres" (2011) de Marcos Malamut que trazem uma visão conceitual e didática sobre a ação de projetar espaços ajardinados, tornando o processo de observação desses lugares mais qualificado e apurado;

o livro "*Foundations of Landscape. Integrating form and space using the language of site design*" (2012) de Norman Booth que demonstra diferentes maneiras de compor espaços abertos; e o livro "O Desenho no Projeto da Paisagem" de Edward Hutchison (2011) que apresenta uma série de estratégias de desenho para a representação gráfica de campo e de análise.

5.3 EO1 - Levantamento e investigação do contexto do Jardim Histórico:

A Escala de observação 1 pretende investigar o contexto regional e territorial no qual está situado o Jardim Histórico. Primeiramente é importante realizar uma apresentação geral do município/cidade, área territorial, número de habitantes, situação e localização. Realiza-se uma descrição cartográfica inicial contemplando diferentes escalas como a localização do estado no território brasileiro, do município no estado, a situação do Jardim Histórico no município (área urbana, periurbana ou rural) e a sua localização neste contexto. Informações das coordenadas geográficas, das regiões e zoneamento da cidade, dos bairros, das áreas e zonas de interesse histórico, cultural e paisagístico, e das áreas de interesse social, ambiental e arqueológico próximas ao Jardim Histórico deverão aparecer. A verificação da legislação urbanística e ambiental incidente auxilia a compreender a paisagem presente e os possíveis cenários futuros. É importante que o Jardim Histórico apareça nestes mapas para que se visualize onde ele se encontra no contexto cartográfico. Os dados podem ser investigados em sites como IBGE, da Prefeitura Municipal, e em plataformas que forneçam informações geográficas confiáveis, como Google Earth, Google Maps por exemplo.

Para compreender o contexto do meio natural é importante verificar os sistemas naturais nos quais está inserido o sítio do Jardim Histórico e gerar mapas que permitam entender o contexto regional. Também estabelecer relações com o tipo de assentamento e com as paisagens do município. Quanto ao sistema geológico é importante verificar o relevo da região (montanhas, vales, áreas de planície) e a topografia onde está sítio do Jardim Histórico (aspecto muito importante do caráter do lugar), as características do solo da área (mais arenoso, mais argiloso etc.) e verificar as condições relacionadas à drenagem natural das águas. Quanto ao sistema hidrológico é importante reconhecer os corpos d'água, as bacias hidrográficas, redes de águas e esgoto e se há reservas naturais próximas ou no próprio Jardim Histórico, como nascentes e aquíferos.

A investigação do sistema climatológico será para compreender o clima da região do Jardim Histórico, padrões de temperatura, índices pluviométricos, ventos dominantes e condições de insolação. Em decorrência das catástrofes climáticas dos últimos anos, cada vez é mais urgente compreender este sistema para conseguir mitigar danos aos jardins de interesse histórico e cultural. Quanto ao sistema biológico é importante verificar em que tipo de ecossistema o jardim está situado, qual a sua importância em relação ao sistema de áreas verdes e para a manutenção da biodiversidade da região, e quais espécies vegetais e animais podem ser encontradas. Os serviços ecossistêmicos são essenciais para a manutenção da biodiversidade e iniciam na escala local. Portanto, não basta somente ter áreas verdes, elas devem cumprir também a sua função socioambiental para além de seu papel histórico e artístico, o que é um grande desafio a ser enfrentado no âmbito do patrimônio cultural. Dados relativos aos sistemas naturais e sociais podem ser obtidas em distintas plataformas SIG (Sistemas de Informações Geográficas) a depender do tema.

A descrição morfológica da paisagem pode ser realizada tomando como inspiração os arquétipos de paisagem da fenomenologia da arquitetura (Norberg-Schulz, 1980) para trazer a luz o "espaço" e o "caráter" do território, as relações entre o meio físico natural e a forma de ocupação revelarão aspectos importantes do caráter da paisagem e do lugar. Mapas com o traçado do município e as suas diferentes fases históricas são importantes para a compreensão da formação inicial, evolução e transformações temporais da paisagem em relação a localização do Jardim Histórico. Além dos mapas, fotografias em voo de pássaro permitem uma visualização superior do território com suas alturas e volumes de elementos construídos e naturais. A origem do traçado e sua evolução remetem à um modo de ocupação influenciado por uma cultura, por um sistema social, por uma relação de dominação, pelo acesso ao conhecimento e tecnologia disponíveis a cada tempo.

Uma compreensão do sistema circulatório geral da cidade também é importante pois pode trazer à tona questões relevantes quanto à acessibilidade, meios e quanto ao papel que o Jardim Histórico desempenha na sua região. Não significa somente realizar um mapeamento de vias, mas compreender quais bairros tem maior acesso, e como acontece esse acesso (mobilidade urbana) a esse lugar do município no qual se situa o Jardim Histórico, principalmente se for público. Isto pode refletir nos usos do jardim, no estado de conservação e na sua vocação enquanto espaço aberto ajardinado. Ainda nesta escala é importante apresentar as características sociais, culturais e econômicas da cidade

que podem ser descritas e apresentadas fazendo uso de imagens e fotografias. Podem ser apresentados pontos de cultura e lazer, praças e parques, atividades sociais e econômicas, lugares de importância cultural, religiosa, lugares voltados à educação, feiras municipais, principalmente os que se relacionam diretamente com o Jardim Histórico observado. Ainda nesta escala talvez surjam informações de outra natureza que não foram contempladas, mas que podem ser importantes à compreensão do estado no qual se encontra o Jardim Histórico.

5.4 EO2 - Levantamento das características da envoltória do Jardim Histórico

A Escala de Observação 2 tem como objetivo desvendar aspectos do entorno do Jardim Histórico. É importante compreender o caráter das quadras, lotes e os usos do solo, "a forma, a imagem e o significado" (Rodrigues, 2005) da estrutura espacial urbana. A verificação das formas de ocupação nos lotes com auxílio de um mapa figura-fundo auxiliará neste processo. Esta análise revela características peculiares da paisagem e da ambiência urbana. Um mapa figura-fundo é base para realizar vários tipos de diagramas analíticos (Hutchinson, 2012) sobre a área como: identificação e localização de áreas verdes, espaços livres adjacentes e vias; localização de pontos de observação e perspectivas, panoramas, pontos focais e acessos; identificação de rotas peatonais e veiculares mais e menos intensas, pavimentações e acessibilidade; geração e intensidade de ruídos e sons que vem do entorno; alturas das edificações da envoltória do jardim e estudos de insolação, de ventos e microclimas; identificação de mobiliário e equipamentos urbanos, de redes e elementos de infraestrutura.

Outros aspectos a investigar e documentar dizem respeito à morfologia e ao caráter das edificações, espaços livres e ajardinados da envoltória, principalmente em conjuntos históricos urbanos. A identificação da linguagem das edificações e período de construção auxilia a identificar camadas históricas na paisagem e o caráter dos ambientes urbanos. A verificação do uso do solo auxilia a compreender um pouco da dinâmica social da área. Uma imagem de satélite pode ser utilizada para localizar as edificações de interesse cultural e histórico, pontos de referência social, identificação de usos, apropriações, localização de feiras e eventos. Uma leitura visual das formas (Gomes Filho, 2009) e análise semiótica (Santaella, 2018) das fachadas e seus elementos compositivos e decorativos poderá

desvendar aspectos estéticos e simbólicos associados a materialidade desse entorno.

5.5 EO3 - Levantamento do próprio Jardim Histórico

A Escala de Observação 3 objetiva desvendar e revelar as características materiais e imateriais que constituem Jardim Histórico. A observação acontece principalmente através de levantamentos *in situ*. Portanto o observador realizará muitas visitas ao Jardim Histórico nas investigações e nos levantamentos. É necessária uma postura proativa e resiliente pois serão muitas horas e dias de envolvimento. O planejamento para ir a campo é muito importante e cada levantamento, além do conhecimento no assunto, exigirá materiais, instrumentos e técnicas para a efetiva realização. Abordaremos cada um deles procurando problematizar e apontar maneiras possíveis e desejáveis de se proceder.

5.5.1 Levantamento físico geral: planialtimétrico, dos elementos de arquitetura maior e menor, dos elementos decorativos, do mobiliário e das massas vegetais

O levantamento planialtimétrico consiste em medir e desenhar o lugar levando em consideração os planos que constituem o Jardim Histórico, plano de piso, vertical e de teto. A representação da topografia e o desenho dos níveis no plano do piso, é essencial para compreender a espacialidade, o caráter da paisagem e verificar problemas e soluções de infraestrutura, como a drenagem da água da chuva por exemplo. A distinção dos caminhos e demais áreas demarcadas no plano do piso devem ser documentadas (áreas pavimentadas, vegetadas e de água). Os elementos de arquitetura maior são as edificações presentes nos espaços do jardim que podem estar sobre o solo, semienterradas ou subterrâneas. É importante localizar em planta baixa e fazer cortes e fachadas que apareçam no perfil e na elevação geral do jardim. As edificações também devem ser documentadas separadamente, de maneira mais detalhada em escala adequada para que se compreenda a forma, a materialidade e as técnicas construtivas. Os elementos de arquitetura menor são outros elementos construídos como muros, pontes, escadas, fontes, lagos etc. Devem ser observados, localizados, medidos e documentados como os elementos de arquitetura maior. Os elementos decorativos como obras de arte, bustos, estátuas, mobiliário, revestimentos e acabamentos especiais, também devem ser posicionados em planta e documentados em fichas de cadastramento específicas.

Os distintos extratos das massas vegetais devem ser localizados: arbóreo, arbustivo, herbáceas e forrações como: a posição e as dimensões dos fustes e das copas das árvores no plano horizontal e suas alturas estimadas; as massas dos arbustos, os formatos, volumes e alturas; o desenho das áreas cobertas por forrações e suas alturas. Na área do patrimônio cultural os levantamentos dimensionais, morfológicos e estéticos devem apresentar um nível de detalhamento mais aprofundado. São organizados numa documentação gráfica arquitetônica e paisagística (plantas baixas, cortes, elevações, detalhes e perspectivas) que também apresenta textos e imagens explicativas. Esta documentação será base para outras documentações e análises. Portanto, o trabalho de campo deve ser realizado em grupos de duas a quatro pessoas para facilitar o processo de medição e desenho e de registro por meio de fotografias e vídeos. Posteriormente os dados levantados serão organizados, analisados e sintetizados através de trabalho em escritório com intuito de confeccionar os documentos gráficos que incluirão desenhos, fotografias e textos.

5.5.2 Investigação histórica, transformações na paisagem e linha do tempo

A investigação histórica compreende uma pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica e pode ser feita paralelamente aos levantamentos dimensionais. O objetivo desta investigação é compreender e descrever a história do jardim da sua concepção ao estado atual que se encontra. Também objetiva identificar as zonas mais antigas e mais novas do jardim, as transformações e as permanências. Muitas vezes será necessário realizar entrevistas com pessoas que vivenciaram as transformações do jardim. Documentos de vários tipos podem auxiliar nesta investigação, como jornais, mapas antigos, desenhos e ilustrações, postais, fotografias, livros de literatura da época, projetos de requalificação entre outros. Podem ser organizados por tipos, por temas, por cronologia. É importante encontrar uma forma de organização que facilite o entendimento da trajetória do jardim e que auxilie a elaborar uma linha do tempo. As fotografias e os postais antigos são fontes que auxiliam na identificação das transformações espaciais, na elaboração de camadas temporais da paisagem e no zoneamento botânico-histórico.

5.5.3 Análise do plano paisagístico do jardim, a poética e a estética

A análise do plano paisagístico é o ponto de partida para iniciar uma investigação filosófica e simbólica da constituição material e imaterial do Jardim Histórico. Através da observação do desenho da implantação será possível desvendar o pensamento associado ao desenho, o modo de fazer e compor o jardim, se procura regular a natureza ou recriá-la (Moore; Mitchell; Turnbull Jr., 2011), ou ainda se reúne as duas maneiras de pensamento em diferentes setores do Jardim Histórico. Ao observar os elementos constitutivos arquitetônicos e decorativos e as características das plantações e dos arranjos botânicos consegue-se compreender a linguagem e a sua provável linha projetual (Macedo,2015), a poética que fundamenta a estética. Pode-se fazer diagramas conceituais para demonstrar essas características observadas e ilustrar as ambiências em conjunto com uma documentação fotográfica, sem esquecer de identificar em planta baixa os pontos de observação das fotografias.

5.5.4 Análise da estrutura espacial e dos aspectos morfológicos do Jardim Histórico

A observação e análise da estrutura espacial e morfológica do jardim auxilia a compreender aspectos essenciais da composição paisagística, organização e configuração espacial (Motloch,1990; Booth, 2012; Malamut, 2014) que devem ser documentados e preservados. Se o jardim está parcialmente descaracterizado esta análise traz um entendimento da estrutura geral e pode apontar lugares que devem ser trabalhados para devolver a harmonia da composição. Esta análise inclui a identificação de elementos que auxiliam e geram a composição como: a forma do sítio, eixos ordenadores; tramas ou malhas reguladoras; pontos focais; tipos de configurações espaciais e os aspectos sensoriais relacionados; tipos de percursos e de sequências visuais (Abbud, 2006; Malamut, 2014; Booth, 2012). Os eixos ordenadores são linhas que estruturam a composição, unificam e organizam as formas no espaço. Uma trama ou malha reguladora é uma estrutura composta de linhas, com determinado padrão formal, utilizada para ordenar e posicionar elementos no espaço e gerar formas. Tanto os eixos como as tramas podem estar explícitos ou implícitos na composição (estrutura sem marcação visível). Os pontos focais são elementos que se destacam na paisagem e em geral localizam-se em pontos estratégicos da composição para a sua visualização. Podem estar dentro do Jardim Histórico ou na sua envoltória. Os tipos

de configurações espaciais são arranjos compositivos que oportunizam sensações pela sua própria organização e constituição formal, e pela maneira como estão articulados e conectados com outros espaços.

As configurações espaciais são definidas pelos planos que constituem o espaço aberto (piso, vertical e teto), pelas massas vegetais, elementos de arquitetura maior e menor e os decorativos. O conjunto de todos estes elementos geram uma sensação e um sentimento a respeito do lugar. Sensações de amplitude, de estreitamento, de envolvimento, de bloqueio visual, de realce, entre outras mais, estão associadas à forma do vazio e ao caráter da materialidade, cores, luz, sombra, texturas, sons etc. O vazio que se forma pela configuração espacial é o espaço resultante, o espaço que as pessoas usufruem. Sensação de estreito, de largo, de alto, baixo, de escuro, de iluminado estarão associadas a escala, a proporção e a espaços mais densos ou menos densos de vegetação. As características das folhas agrupadas (formas, cor, texturas, densidade) definem o grau de permeabilidade visual. O grau de permeabilidade visual da vegetação influencia na percepção do espaço: quanto mais opaco e denso mais fechado, escuro e intimista; quanto mais permeável e leve em termos de fechamento mais aberto, iluminado e integrado aos demais ambientes.

5.5.5 Levantamento florístico/botânico e zoneamento botânico-histórico

O levantamento florístico/botânico é uma investigação da biodiversidade de flora que existe no sítio do Jardim Histórico, seus arranjos compositivos e o estado de conservação das espécies vegetais. É um trabalho de campo que pode ser organizado e realizado em etapas. Se o Jardim Histórico for muito extenso pode ser dividido em áreas o que irá auxiliar na confecção posterior da documentação. A observação deverá indicar os diferentes extratos vegetais por hábito e formas de vida. Dentro de cada extrato identificar a espécie, o regime de folha, a família, forma e altura, e o estado fitossanitário da planta com auxílio de documentação fotográfica. O uso de aplicativos para a identificação das espécies auxilia no processo deste levantamento. No extrato arbóreo é interessante marcar a posição, medir a circunferência do tronco (CAP) para obter o diâmetro (DAP) para poder estimar a idade da planta. No extrato arbustivo a posição, o diâmetro e a altura são importantes. Para as herbáceas e forrações é importante verificar a área que ocupam no plano do piso, altura e o número aproximado de espécies por m². Pode ser feito um

catálogo mais detalhado das espécies mais frequentes e notáveis do Jardim Histórico informando seus atributos funcionais, simbólicos e especificidades botânicas.

Um zoneamento botânico-histórico é importante para identificar áreas plantadas mais antigas e mais novas. Fotografias antigas podem auxiliar neste processo de zoneamento. A identificação por família pode desvendar aspectos paisagísticos importantes da composição do jardim. A verificação da distribuição (nativa, cultivada, exótica, invasiva) traz informações relevantes aos aspectos ecológicos. É desejável a participação de profissionais especializados em botânica para realizarem este trabalho em conjunto com o arquiteto paisagista, visando um aprofundamento do estudo florístico/botânico.

5.5.6 Levantamento edáfico

Trata-se de um estudo que visa obter informações sobre as características físicas, químicas e biológicas do solo, sua capacidade de reter e de drenar as águas. Oportuniza a verificação das águas do subsolo, como característica e posição do lençol freático e outras estruturas de águas subterrâneas, como também a verificação da drenagem das águas na superfície do solo. Este estudo também avalia a capacidade do solo para receber elementos construídos, sua composição química e condições para o plantio de vegetação e presença de seres vivos. A depender do objetivo específico do levantamento pode ser realizado por profissionais das áreas da geologia, engenharia, agronomia e biologia.

5.5.7 Levantamento da fauna e seus territórios

Identificar a fauna presente em um jardim, principalmente se este for de grande porte como um parque, é importante para compreender as relações que se estabelecem entre os seres vivos neste meio ambiente. O inventário faunístico visa uma compreensão da biodiversidade e das relações ecológicas do ecossistema da área investigada e é muito utilizado para planos e projetos de manejo ambiental e para a compreensão e conservação do meio ambiente. São estudos técnicos que envolvem profissionais da área da zoologia e que tem objetivo de identificar a diversidade animal e sua manifestação em uma área geográfica. Em jardins menores, como praças por exemplo, também pode ser realizado se for definido como importante no contexto do inventário de caracterização. Para a realização deste tipo de levantamento é desejável a presença de profissional da biologia

em conjunto com arquiteto paisagista. Podem ser confeccionadas documentações gráficas como um zoneamento das manifestações da fauna nos ambientes do Jardim Histórico.

5.5.8 Levantamento da infraestrutura e da acessibilidade

A investigação da infraestrutura envolve a verificação das redes e dos elementos constitutivos dos sistemas de água e de esgoto, da rede elétrica e identificação dos pontos de iluminação e eletricidade, dos percursos, pavimentações e condições de acessibilidade ao jardim. Quanto maior o número de ambientes e de equipamentos que compõem o jardim (presença de lagos, quadras de esportes, fontes de água etc.) mais complexa a infraestrutura. Um dos problemas mais recorrentes em jardins está relacionado ao sistema de drenagem das águas das chuvas. Muitos jardins ficam com áreas e percursos alagados após uma chuva intensa. Outro problema é a falta de um sistema de irrigação para as áreas vegetadas. Muitos jardins não têm manutenção adequada pela falta desse sistema, principalmente em períodos de estiagem. A localização das casas de bomba de fontes e lagos e de cisternas é outra questão a verificar.

Com relação a iluminação de praças e parques, por vezes são colocados postes de iluminação visando segurança noturna sem um estudo mais aprofundado. O resultado são postes mal posicionados, desvalorizando a estética do jardim e ainda causando problemas de excesso de luz para a vegetação e para a fauna. É importante verificar o quanto a rede elétrica é adequada ao Jardim Histórico. Muitas praças ajardinadas históricas são utilizadas para eventos noturnos e são decoradas no período de Natal e a instalação elétrica não comporta o projeto luminotécnico proposto. Adequar estes sistemas é muito importante para manter a vida nesses espaços sem danificar o patrimônio. Com relação a acessibilidade e conforto ao usuário uma pavimentação adequada ao propósito de cada área e percurso é desejável. Porém, existem desenhos e pavimentos históricos que se apresentam quebrados e danificados. Estas lacunas devem ser solucionadas de maneira a preservar a unidade estética e a caminhabilidade do lugar.

5.5.9 Investigação arqueológica

A investigação arqueológica é necessária e indispensável ao encontro de vestígios que possam fornecer dados importantes para o processo de restauração ou restituição

de um Jardim Histórico. Escavações são muito úteis como instrumento de pesquisa, principalmente quando as informações em fontes documentais e iconográficas são escassas. No entanto, deve ter proposta aprovada pela equipe do projeto e sempre deve ser acompanhada de arqueólogo para evitar escavações desnecessárias que possam comprometer a integridade do Jardim Histórico. A arqueologia deve estar integrada ao projeto de intervenção paisagística e a investigação arqueológica ser considerada como "[...] um meio e não um fim, nos trabalhos de recuperação de um jardim histórico" (Delphin, 2005, p.42).

5.5.10 Investigação dos usos e das relações pessoas-ambiente

A dificuldade em organizar e obter informações de natureza imaterial em levantamentos físicos *in situ* convencionais apontou um caminho a percorrer no desenvolvimento desta metodologia de caracterização de um Jardim Histórico. Tanto no meio acadêmico como profissional a investigação e documentação dos elementos intangíveis é campo pouco explorado pelo envolvimento pessoal que necessita. Porém, a dimensão humana nos processos de inventário não deve ser negligenciada, pois uma documentação que não considere os aspectos que envolvem as relações pessoas-ambiente se torna estéril e sem utilidade, já que os Jardins Históricos existem em razão das pessoas e dos seres vivos que neles habitam. Nesse sentido, além dos levantamentos físicos convencionais realizados no local, propõe-se a incorporação de métodos e instrumentos de observação que permitam documentar a dinâmica social que acontece no lugar e nas paisagens de um Jardim Histórico.

É importante destacar que observar não é apenas parar e ver de qualquer jeito. A observação exige métodos que validem aquilo que se vê, principalmente no meio científico. Trata-se de "[...] um exame minucioso que requer atenção na coleta e análise das informações, dados e evidências. Para tanto, deve ser precedida por um levantamento de referencial teórico e resultados de outras pesquisas relacionadas ao estudo. Formalmente é desejável um protocolo de observação." (Martins; Theófilo, 2016, p. 86). Por isso, é importante sistematizar como será feita a observação do fenômeno. Paciência, persistência e ética são atributos essenciais do observador. Enquanto técnica de coleta de dados e evidências irá utilizar os sentidos para a obtenção de situações que se apresentam na

realidade. Porém, observar cientificamente também é investigar com atenção e cautela e tornar visível o que não pode ser visto sem um estudo mais aprofundado do fenômeno.

O levantamento dos elementos imateriais ou intangíveis exigem métodos de investigação *in situ* que oportunizem observar as relações pessoas-ambiente e capturar as nuances e detalhes do lugar e suas paisagens. A camada imaterial do Jardim Histórico emerge através dos significados que as pessoas fornecem ao lugar. A imaterialidade está principalmente no âmbito da percepção, da emoção, do pensamento, do julgamento e valoração, das memórias, dos aspectos atitudinais e comportamentais do habitar humano. Os métodos para capturar essa imaterialidade devem envolver as pessoas e focar nas suas experiências vividas, no modo como utilizam o espaço, nas emoções, sensações e lembranças que o "lugar" provoca enquanto "espaço existencial". Entrevistas, História Oral, métodos e instrumentos de investigação que utilizam a observação podem trazer à luz essas informações de natureza intangível. Ao pesquisar modos de estudar a vida na cidade selecionou-se algumas formas de observar e obter informações que pareceram ser adequadas a esse fim. Foram selecionados e adaptados o método do Diário e o método *Walkthrough*, o qual foi chamado no contexto desta tese de Caminhada dialogada.

5.5.10.1 O Método do Diário: observar a dinâmica do lugar e suas paisagens

O Método do Diário é um método onde o observador se coloca no interior do Jardim Histórico, porém com uma postura de "turista", com uma "exterioridade objetiva" (Relph *In*: Castello, 2005, p.108), ou seja, o lugar é um objeto a ser estudado. Este método consiste em permanecer em um local por determinado período do dia ou da noite, observar e registrar tudo o que acontece nos ambientes, o que se percebe e se pensa ao estar no lugar. É um método que permite observar e registrar vários elementos ao mesmo tempo, tanto materiais como imateriais. Permite verificar as relações que se estabelecem entre os elementos naturais e construídos, as configurações espaciais, as ambiências, cores, texturas, luminosidade, cheiros, ruídos, microclimas, tipos de espécies vegetais, de fauna. Também permite observar os grupos sociais, os usos e apropriações dos usuários, os lugares preferidos para ocupar, as faixas etárias, ambientes mais e menos utilizados, a dinâmica e rotina dos indivíduos, as pessoas em movimento, a cotidianidade,

a urbanidade, a paisagem viva.

O Método do Diário não é novidade. Foi utilizado pelo arquiteto e urbanista Jan Ghel, que orientou um grupo de estudantes da Escola de Arquitetura de Melbourne, Austrália, em 1976, no bairro residencial Fitzroy, na cidade de Melbourne. Os estudantes tinham uma tarefa de permanecer 24 horas em um lugar de sua escolha e anotar suas percepções e experiências. Com base em estudos anteriores, anotaram tudo o que aconteceu num período de um dia, tipo de atividade, dentro do lote, fora do lote, na calçada, quem eram as pessoas (gênero e idade), como usavam os espaços da rua e os horários e o período de permanência realizando determinada atividade. Documentaram tudo em forma de um diário e a partir de suas anotações foi possível identificar ambientes físicos mais utilizados, os horários de maior movimento na rua, preferências de lugares por grupos etários, entre outras anotações que trouxeram à luz a interação entre espaço público e atividade pública (Gehl; Svarre, 2018).

Esse método aplicado pelos estudantes de arquitetura fazia parte de uma investigação maior, onde foram observadas dezessete ruas em áreas mais antigas e mais novas da cidade de Melbourne, Austrália, e que tinha por objetivo "[...] esclarecer a conexão entre as condições físicas das ruas – o desenho do espaço das ruas, áreas frontais, fachadas – e as atividades que ocorriam nos vários tipos de espaço da rua. [...]" (Gehl; Svarre, 2018, p.98). A intenção era verificar a influência das condições físicas das ruas em relação ao caráter das atividades e vivência do espaço em ruas residenciais com distintas configurações espaciais. Confeccionaram diversos mapas espacializando suas observações e apresentando padrões e diferenças relativas à socialização e ao uso atrelados a diferentes tipos de configurações espaciais.

Este método também foi utilizado em 1974 pelo escritor francês George Perec, em sua obra "*Tentative d'epuisement d'un lieu parisien*", traduzida em português como "Tentativa de esgotamento de um local parisiense" (Perec, 2016 [1975]), porém com um enfoque um pouco diferente. Perec assume o papel de "*vouyer urbano*" durante três dias na *Place Saint Suplice* em Paris. Durante este período observa e narra tudo o que percebe: os acontecimentos cotidianos, os tipos de pessoas, veículos, animais, clima, emoções, atitudes, comportamentos etc. Fez listas daquilo que acontecia, mesmo os acontecimentos que poderiam parecer insignificantes e narrou de forma poética aquilo que presenciou. A partir do estudo destas duas experiências elaborou-se um método do Diário aplicado a

observar o espírito do lugar de um Jardim Histórico público.

O método do Diário exige um planejamento prévio para que a atividade seja proveitosa. No caso de um Jardim Histórico público é importante ter uma imagem de satélite ou uma planta baixa do jardim que permita identificar graficamente os percursos realizados pelo observador, as estações de observação (lugares no quais o investigador permanece por mais tempo) e os pontos de vista das fotografias e vídeos. O material necessário básico de campo é uma prancheta, folhas, lápis e borracha, e um celular que possa fotografar e realizar vídeos curtos. Também é importante planejar a ida a campo em dias e turnos variados visando uma compreensão mais próxima do que realmente acontece ali no cotidiano e em ocasiões especiais.

O período mínimo para realizar a atividade é de aproximadamente duas horas, porém se for feito em turnos inteiros, uma manhã ou uma tarde, em dias da semana e no final de semana, os resultados serão melhores. A escolha dos pontos de observação e permanência podem ser definidos no lugar, conforme o estímulo que o observador irá receber ao percorrer o espaço. Os percursos podem ser planejados com antecedência ou serem definidos no próprio lugar. Isto irá depender das intenções do investigador. Sugere-se que sejam realizados em caminhada vagarosa, com paradas para fotografar e fazer vídeos. Os percursos devem ser registrados sobre a imagem de satélite ou planta baixa do Jardim Histórico assim como os pontos de observação das fotografias. As estações de observação são lugares onde o observador irá sentar-se por um período maior, observar e anotar tudo o que percebe e pensa em relação aos estímulos sensoriais que o ambiente lhe provoca. Após algumas visitas de campo e observações podem ser realizados diagramas para apresentar, em conjunto com os textos, os elementos observados e os aspectos percebidos do lugar do Jardim Histórico.

5.5.10.2 O Método da Caminhada dialogada: uma cartografia sensorial coletiva

O método da Caminhada dialogada foi inspirado no método *Walkthrough* muito empregado na avaliação de ambientes arquitetônicos e urbanos. Foi utilizado a primeira vez por Kevin Lynch, na década de 1960, na cidade de Boston quando convidou um grupo de voluntários para um passeio-entrevista através do centro da cidade. Foi proposta a realização de uma caminhada entre dois pontos centrais da cidade e o entrevistado

tinha que responder porque escolheu determinado percurso para realizar o deslocamento. Durante a caminhada o entrevistador gravou as respostas em um gravador portátil (Rheingantz et.al., 2009, p. 23).

Este método tem sido bastante utilizado para realizar APO (Avaliação Pós-Ocupação) em ambientes construídos. Por ser de fácil realização antecede os levantamentos e estudos pois permite uma apreensão rápida e integral do lugar. Neste método, elementos da estrutura espacial podem ser descritos, analisados e documentados. É oportuno para verificar aspectos positivos e negativos sobre a qualidade ambiental do lugar. Áreas que necessitam de maior atenção são identificadas e podem ser alvo de uma investigação mais aprofundada. Este instrumento de investigação normalmente combina o método da observação com uma entrevista ou questionário. É um método avaliativo na sua origem, porém pode ser conduzido como instrumento auxiliar nos processos de caracterização de um Jardim Histórico.

No contexto do inventário de caracterização propõe-se utilizar a Caminhada-dialogada como uma atividade de grupo, de maneira que as observações individuais sejam compartilhadas com os demais participantes da atividade. As impressões e os afetos a respeito dos elementos que constituem o ambiente do Jardim Histórico e sobre os usuários promovem um diálogo enquanto se percorre o lugar. O instrumento de investigação pode ser realizado por grupos de no mínimo 3 e no máximo 6 pessoas, pois posteriormente as informações serão analisadas e será realizada uma síntese sobre a experiência. Quanto mais participantes mais complexa e trabalhosa será a análise. O diálogo durante o período da caminhada pode ser feito verbalmente com auxílio de gravador de um celular (pessoas caminhando juntas, conversando e registrando as conversas em gravador) ou a partir do uso de aplicativos mensageiros como WhatsApp ou Telegram, onde as pessoas compartilham suas impressões fotográficas e pensamentos em um grupo criado especialmente para o momento da caminhada (o que funciona muito bem em grupos maiores).

É um instrumento que exige um planejamento prévio. Deve-se elaborar um roteiro com algumas atividades/perguntas as quais os participantes têm que realizar e responder no período da caminhada. O conteúdo das perguntas deve estar adequado ao objetivo da investigação. Por isso o nome de Caminhada dialogada pois enquanto se observa e se transita pelos ambientes do jardim há um compartilhamento de percepções, impressões, fotografias, vídeos e observações a respeito de diferentes aspectos do lugar. O resultado

pode ser compreendido como uma cartografia sensorial coletiva, onde as impressões e observações dos participantes da atividade mapeiam o lugar através de seus sentidos.

Ao optar pela utilização de aplicativos mensageiros para realizar as atividades, como WhatsApp e Telegram, o material necessário restringe-se a um smartfone. Trata-se de uma maneira de apreensão do "espaço" e "caráter" do lugar bastante atual, dinâmica e colaborativa, pois as pessoas podem postar simultaneamente suas percepções, através de fotos, vídeos, textos e áudios, e ao final da atividade todos os participantes têm acesso ao conteúdo que foi postado no grupo do aplicativo. Este instrumento de investigação necessita de um período entre duas e três horas para ser aplicado. Porém, a síntese dos resultados é mais trabalhosa, ou seja, o trabalho do pesquisador se estende em atividade individual para analisar e organizar os resultados da aplicação do método.

5.5.11 Entrevista para compreender as intervenções paisagísticas em um Jardim Histórico

Entrevistar pessoas sempre é um grande desafio. Quem eu devo entrevistar? Que tipo de entrevista utilizar? Quais perguntas realizar para atender o objetivo da investigação? Como abordar o entrevistado e onde realizar o processo da entrevista? Se o objetivo é compreender as transformações que ocorreram no lugar do Jardim Histórico é interessante buscar informações com as pessoas que de alguma maneira vivenciaram os processos interventivos que ocorreram no Jardim Histórico, nos projetos e/ou na execução de obras de conservação e recuperação, de restauração etc. As entrevistas centradas no problema (Flick, 2009, p.154) parecem ser adequadas a esse fim. Este tipo de entrevista é utilizado tanto para pesquisas qualitativas ou de abordagem mista e inclui um breve questionário ou rol de perguntas que servirão como guia para o desenrolar da entrevista, um gravador ou aplicativo de gravação em um smartfone. É importante que as perguntas sejam adequadas ao contexto social e cultural do entrevistado e que sejam simples e de fácil compreensão. Se o entrevistado sair muito do assunto e objetivo da investigação o entrevistador irá observar o melhor momento para retomar a questão que deseja esclarecer com educação e paciência. Imprevistos e informações adicionais irão acontecer.

O lugar da entrevista é fundamental para a sua melhor realização. Deve ser adequado e confortável tanto para o entrevistado como para o entrevistador. É importante que o

entrevistado escolha o local da entrevista, porém o entrevistador pode sugerir que seja um lugar tranquilo para que não ocorram interrupções. Antes de realizar a entrevista devem ser esclarecidos e explicados os objetivos e usos dos dados da entrevista ao entrevistado. É fundamental obter uma autorização do entrevistado para difusão das informações em publicações científicas e bibliográficas. Após a entrevista, o processo de transcrição não deve alterar a narrativa do entrevistado e deve assegurar sua integridade buscando transcrever todo o conteúdo da entrevista. Alguns vícios de linguagem podem ser suprimidos desde que isso seja explicitado na explicação do trabalho de transcrição e que não tenha relevância na análise do conteúdo.

5.5.12 Entrevista de história oral com antigo usuário de um Jardim Histórico

A História Oral constitui um recurso contemporâneo para a produção de documentos e fontes primárias de pesquisa a partir de narrativas de pessoas. No âmbito da memória social e do patrimônio cultural é importante meio de investigação para trazer à luz as lembranças de como as coisas eram no passado a partir da perspectiva do narrador. Complementa a investigação e pesquisa histórica realizada em fontes escritas e iconográficas. Três elementos básicos constituem o processo para produzir história oral: o entrevistador, o entrevistado e o aparelho utilizado para a gravação. Porém, quando se utiliza a história oral? Existem algumas possibilidades que fundamentam o uso deste recurso: "1. quando não existem documentos; 2. quando existem versões diferentes da história oficial; e 3. quando se elabora uma "outra história" (Meihy, 2005, p.28). Existem diversos tipos de entrevistas de história oral que podem ser realizadas e que possuem distintos objetivos como: histórias de vida; de tradições orais; de caráter testemunhal; história gerada em processo e história temática (Alberti, 2013, p.45). O tipo de entrevista de história oral deve ser consonante com o objetivo da coleta de informações. No caso de antigos usuários de Jardins Históricos pode-se utilizar fotografias antigas ou outros elementos relacionados ao jardim que estabeleçam um ponto de partida e provoquem o surgimento de lembranças e memórias a respeito do lugar.

5.6 Considerações sobre a metodologia proposta à caracterização de um Jardim Histórico

A metodologia proposta procurou observar e contemplar os elementos principais ao entendimento do "espírito do lugar" de um Jardim Histórico público de maior extensão e complexidade, como praças ajardinadas e os parques públicos históricos. A depender do porte do jardim, por exemplo jardins residenciais e associados a edificações e monumentos, a metodologia poderá ser simplificada e adequada pela equipe de levantamento para apresentar os elementos considerados necessários e fundamentais à caracterização. Um inventário desta natureza é difícil de ser realizado individualmente, portanto uma equipe interdisciplinar é desejável. Em uma situação acadêmica, como trabalhos de conclusão de curso, ela poderá também ser simplificada para atender suficientemente o objetivo, já que um trabalho de levantamento fica atrelado ao período de um semestre letivo e normalmente é realizado individualmente. Considerando a complexidade e dificuldade de realizar um inventário de caracterização em um Jardim Histórico público, o qual exige equipe multidisciplinar, serão aprofundados metodologicamente alguns dos levantamentos propostos na metodologia. O capítulo 6, acompanhado dos apêndices no volume 2, demonstrará os levantamentos realizados do processo ao produto, os métodos e instrumentos utilizados, formas de apresentação, e análise dos resultados.

CAPÍTULO 6

EXEMPLOS DE LEVANTAMENTOS DE UM JARDIM HISTÓRICO PÚBLICO

6.1 A escolha do Jardim Histórico e a forma de apresentação dos levantamentos realizados

Para experimentar alguns métodos de levantamentos, caracterizar e compreender o "espírito do lugar" de um Jardim Histórico público foi escolhida a primeira praça ajardinada da cidade de Pelotas, RS, denominada Praça Coronel Pedro Osório. O motivo da escolha desta tipologia e deste lugar foi pautado em alguns aspectos: a possibilidade de realizar investigações *in situ*; representatividade paisagística; importância histórica e cultural; valor ambiental e social; fácil acesso e intenso uso cotidiano durante todo o ano. Pelotas é uma cidade do Rio Grande do Sul que possui uma política de preservação do patrimônio cultural local bem estruturada, decorrente de muitas lutas e conquistas de vários grupos e coletivos unidos pela ideia de preservar a história e a cultura através da conservação do patrimônio material e imaterial da cidade. Porém, no que tange o patrimônio paisagístico, mais especificamente no tema dos Jardins Históricos, ainda há um caminho a trilhar.

Praças ajardinadas históricas urbanas, parques históricos públicos urbanos e alguns jardins de edificações de interesse histórico e cultural não possuem uma política pública local para a sua preservação. Considerando que qualquer ação e intervenção num Jardim Histórico deve estar fundamentada em princípios e diretrizes que levem em consideração os seus valores e "espírito do lugar", esta metodologia de caracterização tem a intenção de auxiliar no processo de construção de uma política de preservação que considere os distintos valores associados a grande parte dos Jardins Históricos de interesse público. Pela impossibilidade de realizar todos os levantamentos de um inventário de caracterização de um Jardim Histórico, o qual necessita de equipe multidisciplinar, esta tese apresenta

alguns dos levantamentos propostos na metodologia, com distintos aprofundamentos e sem a intenção de esgotar cada tema. O objetivo de apresentar as fichas de caracterização é demonstrar possibilidades de registro e de análise dos dados obtidos em cada um dos levantamentos realizados. É importante destacar que cada objeto de estudo, cada Jardim Histórico, terá suas particularidades o que poderá variar na ênfase dos levantamentos e na maneira de apresentá-los. A apresentação em pranchas ou peças gráficas é ilustrativa e própria da área da Arquitetura e urbanismo e da Arquitetura e Urbanismo da Paisagem.

6.2 O processo de trabalho: a aplicação da metodologia para caracterizar a Praça Coronel Pedro Osório

A metodologia de caracterização utiliza como ideia estruturante o "espírito do lugar" e procura adequar os processos de caracterização a essa ideia. O patrimônio cultural hoje é visto como um conjunto de bens materiais e imateriais que expressam valores de uma sociedade, modos de vida, memórias, e a relação com o ambiente natural e com a história da transformação do meio ambiente pelo homem. No âmbito do patrimônio cultural, além de objetos monumentais e planos de jardins minuciosamente preservados, há a relação que se estabelece entre as pessoas guardiãs (a própria comunidade), a ambiência histórica e cultural e os processos da vida social, principalmente em paisagens vivas que se transformam com o tempo. A harmonia deste conjunto de coisas irá conferir os valores de integralidade e autenticidade aos bens culturais de natureza paisagística na contemporaneidade. Através da percepção da poética do lugar, da sua atmosfera, que envolve as relações das pessoas com o seu patrimônio, é possível compreender os principais valores associados ao bem cultural.

O processo de trabalho para apreender o "espírito do lugar" da Praça Coronel Pedro Osório não foi linear. Métodos exploratórios iniciais foram feitos para vivenciar o lugar do jardim. Portanto, o trabalho de campo iniciou pela microescala (EO3). Algumas visitas foram realizadas bem no início, com registros fotográficos, para aguçar os sentidos e a percepção. Foram planejados instrumentos de investigação que oportunizassem apreender conjuntamente os aspectos materiais e imateriais do jardim. Dois métodos foram selecionados e ajustados a esta investigação inicial e foram realizados nesta primeira etapa: O Método do Diário e o da Caminhada Dialogada (Walkthrough), explicados

introdutoriamente no Capítulo 5. A aplicação destes métodos exigiu uma adequação ao tema, planejamento e organização prévia, além da criação de uma maneira de apresentação dos resultados. Estes instrumentos mostraram-se adequados à compreensão inicial de um espaço aberto e serão detalhados na sequência.

Paralelamente a realização destes métodos de investigação iniciou-se o levantamento físico geral e o levantamento florístico da praça (com ênfase no extrato arbóreo). Os levantamentos do plano geral da praça e o florístico exigiram um tempo de dedicação maior, muitas visitas ao lugar, análise dos processos e procedimentos, síntese e definição das formas de apresentação e o trabalho de representação gráfica para a confecção dos desenhos que foram realizados com auxílio de uma colaboradora. Após estes levantamentos foi possível compreender a estrutura espacial da praça, suas configurações espaciais, os arranjos e zonas botânicas, as estruturas das plantações, as características notáveis das espécies. A arquitetura maior (os sanitários e a edificação histórica do lago) e os elementos decorativos (monumentos) foram levantados de maneira expedita, externamente fotografados para poder representar o plano geral da praça. A edificação histórica do lago, antigamente chamada de gruta, e a própria estrutura do lago, necessitam de um levantamento cadastral minucioso com mapeamento de danos, pois são alguns dos elementos mais antigos da praça e precisam urgentemente de restauração. No entanto, o acesso não é permitido à ilha e à edificação, e durante o período do levantamento a gruta esteve ocupada por moradores de rua, e estas dificuldades impossibilitaram a medição exata.

Ao final do processo dos levantamentos físico e florístico foram feitas entrevistas com profissionais da área da Arquitetura da Paisagem que realizaram intervenções nesta praça. O primeiro a ser entrevistado foi o Arquiteto Paisagista e Engenheiro Agrônomo Frederico Karam que concebeu as duas propostas mais recentes de intervenção paisagística na praça, uma entre os anos de 2003 e 2005 e a outra em 2018. Outro profissional entrevistado foi o Engenheiro Agrônomo Paulo Ricardo Faraco que participou de projetos realizados na Praça Coronel Pedro Osório (identificação de espécies e educação ambiental pela Fundação Tuphae), e da execução da primeira intervenção feita entre 2003 e 2004. Também realizou-se uma entrevista de História Oral com antigo usuário da praça, principalmente no período entre 1950 e 1960, utilizando as suas fotografias pessoais como objetos evocadores de suas memórias. As entrevistas exigiram um tempo de preparo, realização, transcrição e análise.

A pesquisa histórica e a investigação iconográfica sobre a praça foram sendo realizadas aos poucos. Visitou-se a Biblioteca Pública e fez-se uma pesquisa inicial nas Atas da Câmara Municipal, o que foi muito interessante para compreender a dinâmica das transformações do ambiente urbano a luz das discussões, definições e ações dos membros da Câmara. Também se realizou uma pesquisa em literatura local, fontes primárias e secundárias, para compreender a formação da cidade e da Praça Coronel Pedro Osório. Utilizou-se nesta pesquisa os acervos da Biblioteca Pública Pelotense, do NEAB (Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira) da UFPel, o acervo iconográfico pessoal do arquiteto historiador Guilherme Pinto de Almeida e as entrevistas. A pesquisa histórica perpassa as três Escalas de Observação.

A análise em macro escala (EO1) foi realizada através de pesquisa em artigos científicos publicados, sites como IBGE, da Prefeitura Municipal de Pelotas, SEMA/RS, EMBRAPA, entre outros. Foram coletadas informações gerais sobre o município, sobre a legislação urbanística tendo como foco as questões que envolvem a proteção do patrimônio, sobre os sistemas naturais da região. A análise em meso escala (EO2) contemplou a investigação do que acontece na envoltória da praça. Foi feita a identificação das edificações históricas do entorno, a verificação das rotas peatonais mais utilizadas, das vias de maior fluxo, das ruas de interesse cultural, dos usos e do caráter social da área. Foi feito um mapeamento das feiras e eventos anuais, dos panoramas a preservar e das vistas do ambiente histórico adjacente à praça.

Considera-se importante ressaltar que não há a pretensão em esgotar os assuntos investigados e apresentados nesta tese, o objetivo maior foi explicitar a metodologia, os procedimentos adotados, as dificuldades encontradas e os resultados obtidos, mesmo que parciais, dos caminhos que foram traçados. O processo de trabalho reflete a maneira como o investigador realiza a sua pesquisa e uma maior afinidade com determinados temas e escalas de observação. O processo para a realização de parte de um inventário de caracterização na Praça Coronel Pedro Osório foi orgânico, procurando relacionar as distintas escalas de observação. Inicialmente o objetivo maior era conseguir aplicar a ideia de observar o lugar a partir da compreensão do "espírito do lugar". Nesse sentido fez-se um esforço maior na elaboração do Método do Diário e da Caminhada dialogada.

Outro ponto importante a registrar em relação ao processo de trabalho foi a dedicação aos levantamentos florístico e físico da praça. A presença da vegetação, em especial das

árvores, é o que torna a PCPO intensamente utilizada e valorizada. Sem as árvores a praça perderia seu caráter e ambiência, não existiriam os espaços culturalmente e socialmente consolidados, não existiria a avifauna e todo o ecossistema que ali se instalou. A sua historicidade, seus valores cultural, social e paisagístico expressos através dos elementos que a constituem e pelos seus usuários tornam a praça ainda mais especial. A seguir serão relatados alguns levantamentos realizados organizados por Escala de Observação.

6.3 Escala de Observação 1 (EO1): o contexto regional e territorial

Na EO1 realiza-se uma investigação em macro escala, procurando desvendar aspectos da região e do município que auxiliam a compreender o contexto geográfico e social no qual o Jardim Histórico está inserido. Para isso, procurou-se sintetizar as informações coletadas sobre este contexto em duas pranchas em tamanho personalizado que podem estar integradas em um dossiê confeccionado em formato A4. As informações relativas ao enquadramento cartográfico, a síntese dos sistemas naturais e a descrição da paisagem regional compõem a primeira prancha. As informações sobre as regiões administrativas, a legislação urbanística, a identificação e localização das áreas de interesse cultural e as zonas protegidas do patrimônio cultural constituem a segunda prancha. Em todas as pranchas há uma área destinada a um texto que complementa e se relaciona as informações gráficas. As pranchas correspondem aos Apêndices A e B.

6.4 Pesquisa Histórica e Investigação Iconográfica

A investigação histórica sobre a formação da cidade e surgimento da PCPO foi apresentada de forma textual e depois foi ilustrada através de peças gráficas constituídas por uma cronologia e uma linha do tempo que reuniu mapas, fotos e postais antigos. Essa pesquisa perpassa todas as três Escalas de Observação. A seguir a pesquisa histórica textual e logo após as pranchas com a cronologia e linha do tempo. As pranchas da Investigação Histórica correspondem aos Apêndices C (P3, P4 e P5).

6.4.1 A formação da cidade de Pelotas e da Praça Coronel Pedro Osório

Segundo Milheira (2014) a região de planície lacustre da Laguna dos Patos e das bordas do Canal São Gonçalo teve a presença de povos indígenas muito antes da colonização deste território pelos portugueses. Em estudos sobre a presença de indígenas na região sul foram encontrados diversos cerritos[1] na região de Pelotas, indicando a presença de povos Charrua e Minuano, e sítios arqueológicos de antigas aldeias e acampamentos dos povos Guarani. Há a probabilidade da presença de povos originários 2500 anos antes do presente, ampliando a historiografia da região que muitas vezes se restringe ao período colonial, aproximadamente 200 anos (Milheira, 2014).

A cidade de Pelotas, assim como outras cidades luso-brasileiras, iniciou seu povoamento a partir da implantação de uma capela. No início do século XIX existiam mais de 150 famílias instaladas na região, um número expressivo de fazendas com produção de carne salgada (charqueadas) em terrenos dispostos ao longo das margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo. O início da atividade charqueadora nesta região de Pelotas é atribuído a vinda do português José Pinto Martins, oriundo de uma estada no Ceará, que implantou a primeira charqueada nas terras de Manuel Carvalho de Souza. A produção do charque de Pinto Martins foi inspiradora para a instalação de outras charqueadas e decisiva para o desenvolvimento econômico e social da região. Pinto Martins enviava carne salgada aos empresários da produção açucareira do nordeste para alimentar os trabalhadores escravizados dessas fazendas (Gutierrez, 2004; Magalhães, 1999).

Com a colonização portuguesa, os povos indígenas da região perderam seu território para os colonizadores forasteiros que viram nestas terras planas, pertencentes ao bioma pampa, uma potencialidade natural para a pecuária. O crescimento populacional incentivado pela indústria saladeiril provocou o povoamento e a formação da freguesia. A capela, centro religioso e social do povoado, foi construída em uma planície, em terras doadas pelo capitão Antônio Francisco dos Anjos, que tomou a frente em relação a outros membros da comunidade aristocrática enquanto discutiam a melhor localização para a igreja.

[1] Os cerritos são demarcadores territoriais, sítios arqueológicos que indicam a presença de grupos de indivíduos em épocas anteriores.

A localização do templo religioso atendeu as demandas do arcebispado católico que exigia um certo número de casas e famílias habitando a região e a autorização da Igreja Católica. Como condição ao empreendimento, Antônio Francisco dos Anjos teve que doar ao poder público os terrenos onde seria instalada a igreja, a praça e a casa do vigário. Além disso, era importante que a capela contasse com porções de terras doadas nominalmente à uma devoção, a um santo padroeiro. A reconquista do povo sulino em dois de abril de 1776 e o dia de São Francisco de Paula no calendário católico (dois de abril) eram coincidentes. A Freguesia de São Francisco de Paula foi formalizada em 1812, e o seu santo padroeiro representava a paz para os povos do sul desta região (Gutierrez, 2004; Magalhães, 1999).

A planta do primeiro loteamento da cidade, de 1815, apresenta o traçado urbano em retícula quase ortogonal e destaca a igreja e seu adro pela localização diferenciada na trama. O alinhamento da antiga rua Santo Antônio com a posição da capela gerou um eixo perspectivo muito apreciado que destaca a igreja na paisagem e atravessa a praça em direção à porta da entrada principal do templo. O traçado do loteamento não apresentou um tamanho padrão de quadra o que gerou uma subdivisão de lotes em diferentes tamanhos. Eram doze ruas longitudinais (sentido quase norte-sul) e sete transversais (sentido quase leste-oeste). Os primeiros lotes comercializados foram aqueles mais próximos ao entorno da área da igreja (Gutierrez, 2004; Magalhães, 1999).

Segundo o viajante e naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, quando da sua visita a charqueada de Antônio José Gonçalves Chaves em 1820, ao navegar pelo Arroio Pelotas, narra a presença deste rio serpenteante em vasta planície com pequenas encostas e algumas casas cobertas de telhas. Segundo Saitnt-Hilaire, a charqueada de Gonçalves Chaves era muito bem localizada, próxima ao rio, e possuía o maior pomar que havia visto durante sua viagem ao Brasil, com exceção de algumas quintas de São Paulo (que eram maiores). Citou a presença de aleias oblíquas de pessegueiros entremeadas de aleias de laranjeiras, convergindo à um lugar comum onde havia plantações de hortaliças como couve, alface, favas e ervilhas. Destacou também a presença de outras frutíferas nesse pomar como macieiras, pereiras, ameixeiras, cerejeiras e parreiras bem desenvolvidas (Saint-Hilaire, 1939 [1820]).

Enfatiza a beleza da paisagem em seu diário de viagem dizendo

> Rio Pelotas, 8 de Setembro – Fui hoje com o Sr. Chaves à Paróquia de S. Francisco de Paula, viajando em cabriolé descoberto. Nada tão belo como a região por nós atravessada, a qual se compõe de vastas planícies com pontos ligeiramente ondulados. Por toda parte o terreno apresenta gramados salpicados de bosquetes e árvores, onde pascentam cavalos e bois. Um grande número de belas casas cobertas de telhas, aparecendo aqui e ali e tendo cada uma um pomar circundado de valas profundas guarnecidas de opuntias ou de bromeliáceas. Algumas cêrcas são feitas de tufos de ervas, outras com crâneos de bois, armados de chifres e apertados uns contra os outros. Nos pomares, na maioria muito grandes, são cultivadas laranjeiras, pessegueiros, parreiras, legumes e algumas flores. (Saint-Hilaire, 1939[1820], p.128)

A região narrada descreve as características da região ocupada pelos charqueadores em Pelotas que foi estratégica para o escoamento da produção de carne salgada. É interessante observar que destaca as características peculiares da paisagem que se mantém parcialmente até os dias de hoje ao redor de algumas charqueadas que foram tombadas e preservadas na cidade. Nesta viagem, antes de Saint-Hilaire ir até a paróquia da Freguesia São Francisco de Paula, visitou a casa do coletor geral de dízimos, ao qual iria entregar uma carta de recomendação, situada as margens do Canal São Gonçalo. Alí encontrou vários negociantes vindos de Rio Grande e moradores da vizinhança muito bem-vestidos. O ambiente da casa foi elogiado por ele pela limpeza e elegância. Destaca a riqueza e abastança dos charqueadores daquela época. Ao chegar na paróquia descreve a aldeia

> Após deixarmos a casa do Sr. Paiva, o coletor geral dos dízimos, seguimos para a aldeia, distante, já dito, meio quarto de légua do rio São Gonçalo e situada em vasta planície. É sede da paróquia e conta para mais de cem casas, construídas segundo um plano regular de edificação da aldeia. As ruas são largas e retas. A praça em que fica a igreja é pequena porém muito bonita. A frente da maioria das casas é asseada. Não se vê em São Francisco de Paula uma palhoça siquer e tudo aqui anuncia abastança. Na verdade as casas são todas de um só pavimento mas são bem construídas, cobertas de telhas e guarnecidas de janelas envidraçadas.
> Os homens que encontrei achavam-se vestidos com asseio e vi várias lojas sortidas de mercadorias diversas. Operários e principalmente negociantes constituem a população de S. Francisco (Saint-Hilaire, 1939[1820], p.130).

O clima da região da Freguesia de São Francisco de Paula, segundo o naturalista francês, parecia ser semelhante ao da Europa pois muitas espécies vegetais comuns em Portugal desenvolviam-se bem na região. Quanto a vegetação analisa

> Encontram-se nos jardins e nos arredores das habitações várias espécies pertencentes à flora européia que se multiplicam com tal abundância que se pode duvidar si são cultivadas ou espontâneas. Posso citar a malva comum, a mostarda uma Carofilacea, a Poa annua, que forma quasi todos os gramados, uma Linaria, o Rumex pulcher a Alsine media e algumas outras. A Ranunculacea nº ... é menos abundante que as espécies precedentes, mas custo a crer seja ela natural da região. (Saint-Hilaire, 1939[1820], p.137)

Ao mesmo tempo que Saint-Hilaire descreve a abastança e riqueza da região da Freguesia de São Francisco de Paula, narra com pesar a maneira rude e opressora na qual os negros escravizados eram tratados, principalmente nas charqueadas. É um cenário de muito contraste social, por um lado o luxo e a prosperidade econômica dos charqueadores e por outro a penúria e o sofrimento dos cativos que realizavam um trabalho forçado e deviam obediência ao seu opressor. Esta terrível situação foi comum em várias regiões do país no período colonial do Brasil e as consequências da escravidão se manifestam até os dias de hoje na sociedade brasileira.

O povoado foi crescendo nesse contexto social e o segundo loteamento da freguesia foi realizado a partir de terras pertencentes a Mariana Eufrázia da Silveira as quais foram cedidas ao serviço público como condição ao recebimento de parte das terras que pertenciam a Manoel Carvalho de Sousa, sesmeiro de uma das sete estâncias do antigo município de Pelotas. Em 3 de novembro de 1829 foi feita a medição dos terrenos, um inventário da área, e a entrega dos lotes ao serviço público. As áreas doadas destinaram-se à nova igreja (que não foi construída), à nova praça da matriz (atual Pça. Coronel Pedro Osório), ao quartel e ao hospital (que não foram construídos onde foi planejado) onde atualmente estão os prédios da Prefeitura Municipal, da Biblioteca Pública e da antiga Escola Eliseu Maciel (Andrea; Ribeiro; Cezar; Ferreira, 1994).

Nos primeiros tempos, entre 1812 e 1830, a Freguesia São Francisco de Paula estava associada à vila de Rio Grande. Durante este período aconteceu um aumento significativo da população, de 2419 a 4300 habitantes. A cidade expandiu-se em direção ao sul e as doze ruas longitudinais do primeiro loteamento foram prolongadas na direção da zona portuária. Em 7 de dezembro de 1830 a freguesia torna-se vila. Algum tempo depois, antes da eclosão da Revolução Farroupilha de 1835, foi erigido o pelourinho numa área chamada campo (hoje Praça Coronel Pedro Osório), e no mesmo período o teatro Sete de Abril. Em 1832 foi demarcado os limites do município, foram eleitos os juízes e foi

encomendada a confecção da planta da cidade à Eduardo Kreschemar com a marcação das áreas destinadas às praças (Gutierrez, 2004).

Analisando o mapa de 1835 (ver prancha P3) o terreno E destinado a uma praça e a quadra N que seria a praça da Misericórdia não permaneceram ou se tornaram praças. O mesmo aconteceu com o espaço B destinado às quitandeiras, no mesmo alinhamento da Praça da Matriz, do lado esquerdo do mapa. No entanto, a nova Praça da Matriz consolidou-se como praça (atual PCPO), mesmo a nova igreja não sendo construída no local previsto e ter sido construída no lugar da capela do primeiro loteamento. A investigação histórica e iconográfica revela que até meados do século XIX a praça tinha um caráter de campo, com áreas de charco, cercada precariamente com postes de madeira e correntes de ferro. Possuía caminhos mais elevados, em cruz, e o pelourinho ficava no seu centro (Pelotas, 2016).

Com o tempo seu entorno foi sendo edificado e a partir do final da década de 1860 e início da de 1870 iniciou um processo de requalificação do lugar. O lago começou a ser construído com a ilha e a gruta, os demais caminhos internos foram feitos. Em 1870 a pavimentação inicial foi trocada, e em 1871 recebeu bancos metálicos. Em 1873 recebeu o Chafariz das Nereidas que foi implantado no lugar do pelourinho. A Companhia Hidráulica pelotense encomendou na época quatro chafarizes à Fundição *Durenne*, de Paris, França, para os serviços de abastecimento de água. A Câmara Municipal nomeia uma comissão para o "aformoseamento" da Praça Dom Pedro II. Neste período, no entorno da praça já existiam a Casa 2, o Teatro Sete de Abril, o Mercado Público e algumas outras construções (Alves, 2009; Monquelat; Pinto, 2012).

Em 1876 foi aceita a proposta de Venceslau José Gomes para implantar a arborização da praça, já desenhada pelo engenheiro da Câmara Municipal. Foram plantadas árvores de grande porte como eucaliptos, acácias e cedros. Venceslau tinha a obrigação de cuidar e conservar as árvores pelo período de um ano, e recebeu o valor do serviço de maneira parcelada. Segundo as Atas da Câmara Municipal existia neste período um coreto no interior da praça que era utilizado para as festividades. Em 1877, a pedido da elite, é realizado o fechamento da praça Dom Pedro II com pilares de alvenaria de tijolos e gradil de ferro. Em 1878 estava sendo concluída a construção da Casa 8, atual Museu do Doce, projetado por José Izella Merotti à família do Conselheiro Francisco Antunes Maciel. No ano seguinte foi concluída a Casa 6, também projetada por José Izella Merotti à família do

Barão de São Luís, Sr Leopoldo Antunes Maciel. Ambos os casarões possuem porões e piso elevado e apresentam jardins, escadaria e alpendre nos acessos principais, o que é uma inovação para a época (Pelotas, 2016; Andrea; Ribeiro; Cezar; Ferreira, 1994; Dametto, 2009).

No ano de 1878, o ex-jardineiro da chácara da Baronesa dos Três Serros, homem de origem francesa chamado G. Beauvalet iniciou um trabalho de ajardinamento na praça. A praça começou a ser utilizada neste período, era utilizada para festividades, manifestações recreativas, para o flanar em meio aos seus jardins (Silveira; Oliveira; Gutierrez, 2022). Em 1880 a Câmara Municipal abriu concorrência para a construção de um gradil de ferro na volta do lago. Este tinha sido recentemente reformado e prolongado. Na planta da cidade de Pelotas de 1882, ilustrada por Hugo Bergamini, há o desenho de parte do lago da Praça Dom Pedro II em perspectiva. O plano de fundo da ilustração apresenta edificações em estilo eclético e arbustos ao redor dos limites do lago, evidenciando a presença de vegetação arbustiva. Em 1888 acontece a abolição da escravatura. Com a Proclamação da República do Brasil em 1889, no período de transição entre Império e República, a Praça Dom Pedro II voltou a se chamar Praça da Regeneração. A partir de 1895 a praça passou a ser chamada de Praça da República. Neste período do final do século XIX, quando a praça ainda era gradeada e apresentava um arvoredo de grande porte exuberante, existiu um quiosque metálico em uma de suas esquinas, próximo à Rua Marechal Floriano (Andrea; Ribeiro; Cezar; Ferreira, 1994; Monquelat; Pinto, 2012).

No início do século XX, em 1903, foi construída a sede do Clube Caixeiral, que já existia desde 1879. O projeto da edificação do clube foi feito por Caetano Casaretto. Em 1906 constitui-se o Banco Pelotense, uma instituição financeira criada por iniciativa de empresários da região. Neste início de século a atividade da indústria saladeiril já estava em declínio e os pecuaristas e charqueadores necessitavam de uma instituição financeira para garantir recursos à atividade de fabricação do charque e dos outros produtos advindos do gado. Em 1911 iniciou um processo de ajardinamento da praça, coordenado por um jardineiro japonês que veio de Buenos Aires, chamado Yota Saito. As árvores de grande porte foram retiradas e foram plantadas outras espécies de menor porte, como arbustos, palmeiras e forrações. Neste período a praça não estava mais gradeada (Andrea; Ribeiro; Cezar; Ferreira, 1994; Monquelat; Pinto, 2012).

O trabalho de Yota Saito foi primoroso e lembra muito as praças ajardinadas da Argentina e Uruguai, da mesma época, desenhadas pelo paisagista francês Charles Thays. A vinda de paisagistas e horticultores franceses para a América Latina impulsionou o ajardinamento das áreas públicas e dos jardins privados (Dourado, 2011). Foi feito um trabalho minucioso na PCPO inspirado nos jardins clássicos franceses. Identificou-se um labirinto com espécies arbustivas (onde hoje é a área do playground), e a subdivisão do espaço em canteiros geométricos com cantos arredondados que apresentavam composições em *parterre de broderie*[2] e boradaduras de contorno. Os canteiros eram suavemente elevados em relação ao nível dos caminhos e muitas vezes tinham uma espécie ornamental em destaque no centro. Era um jardim para flanar e contemplar a beleza dos arranjos botânicos com espécies ornamentais predominantemente exóticas inspirados em estilemas dos jardins clássicos franceses.

Ao observar a iconografia da época observa-se que os desenhos dos canteiros em *parterre de broderie* traziam elementos compositivos inspirados em pétalas de flores, libélulas, arabescos, listras alternando faixas de forração de diferentes texturas e cores.

Também se observou um trabalho minucioso de topiaria[3] desenhando palavras com a vegetação. Dentre as espécies utilizadas identificou-se uma variedade de palmeiras (leque, imperial, washingtonia, butiazeiro, tamareira etc.), de árvores de pequeno e médio porte, aclimatadas e bastante ornamentais e com floração exuberante (extremosas, acácias, magnólias etc.). Arbustos e árvores próprios para arte topiaria, roseirais, herbáceas diversas, forrações de textura e cor variadas. A gruta da ilha do lago aparece algumas vezes coberta por trepadeira bem densa.

No mesmo período de requalificação da Praça da República, o Mercado Público passou por reformas, modificando a sua planta baixa, acessos e fachadas. Recebeu

---

[2] *Parterre* é um termo francês que indicava setor do jardim ou canteiro minuciosamente decorado com desenhos complexos. Dentre as tipologias de *parterres*, a mais difundida foi *parterre de broderie*, ou *parterre* bordado, onde os desenhos lembravam elementos naturais, ramagens, volutas e arabescos obtidos com sebes de buxos ou outras espécies sempre verdes sobre areia ou pedrisco colorido (Panzini, 2013, p.672).

[3] Topiaria é a arte na prática da jardinagem de dar formas artificiais a espécies sempre verdes, tanto geométricas como curvilíneas ou biomorfas, em arbustos, árvores e forrações. (Panzini, 2013, 675).

[4] Embora o significado de Gruta remeta à uma pequena caverna de aspecto rústico e aparência rochosa a edificação do lago era chamada de gruta nas Atas da Câmara Municipal de Pelotas, talvez por apresentar um tratamento em *rocaille* na sua cobertura e estar isolada na ilha, no meio do lago. Segundo Panzini "a função desses lugares era oferecer um fresco e tranquilo espaço de descanso [...]" (Panzini, 2013, p.670).

estrutura metálica e relógio em forma de torre, importados de Hamburgo, Alemanha e portões em ferro, em estilo *Art Nouveau*, importados da Bélgica, instalados pela empresa Lima & Martins (Dametto, 2009). Em 1916, segundo o relatório da Intendência municipal o lago continuou a ser reformado, foi melhorada a ilha e a "gruta"[4] . Nesta gruta seriam instalados banheiros e mictórios (Pelotas, 2016). A gruta inicialmente apresentava uma cobertura metálica sobre o revestimento em *rocaille*[5]. Posteriormente esta cobertura foi retirada e em algumas fotos aparece coberta de vegetação. Ainda neste mesmo ano foi concluída a reforma do Teatro Sete de Abril com alterações na fachada, de acordo com o projeto de José Torrieri . Também foi construída a sede (matriz) do Banco Pelotense. A arquitetura manifestava-se

> Em escala monumental, profusamente decorada em composições clássicas, a arquitetura recorria a adornos que reverenciavam diferentes períodos históricos e apresentavam os povos originários, a flora, a fauna e a cultura local (Silveira; Oliveira; Gutierrez, 2022).

Em 1917 foi concluída a reforma do lago da Praça da República. Entre os anos 1925 e 1929 três grandes obras foram concluídas no entorno da Praça da República: o Grande Hotel (projeto de Theófilo de Barros); o antigo Banco da Província (construído por Fernando Azevedo de Moura); e a antiga Sede do Banco do Brasil (projeto de Paulo Gertum) (Dametto, 2009). Em 28 de fevereiro de 1931 morre o Cel. Pedro Luís da Rocha Osório, charqueador e arrozeiro, personalidade pelotense influente nos âmbitos social, econômico e político. O prefeito Dr. João Py Crespo, pela comoção da sociedade em razão da morte do coronel e com intuito de prestar homenagem, através do decreto nº 1813, substituiu o nome da Praça da República pelo de Praça Cel. Pedro Osório. Neste mesmo ano acontece a liquidação do Banco Pelotense. A partir desta década anuncia-se o final do ciclo do charque na região (Andrea; Ribeiro; Cezar; Ferreira, 1994).

A PCPO apresentou diferentes configurações desde sua formação até o início do século XX, e sempre foi lugar de referência social, política e cultural na cidade de Pelotas. Inicialmente foi um charco e lugar de castigos e torturas, depois virou quase que a extensão

---

[5] *Rocaille* é um termo em francês que em sentido literal significa "pedreira". É uma técnica de manufatura mais rústica bastante utilizada no século XIX em jardins. Trata-se de uma argamassa composta por fragmentos de pedras porosas, conchas, estalactites, utilizada para revestir e dar acabamento em grutas e ninfeus (Panzini, 2013, p.674).

dos jardins das casas das famílias dos Barões, e depois consolidou-se como centro social, político e cultural. O ajardinamento realizado no início do século XX expressava o poder econômico e social da elite pelotense e a referência francesa nos padrões de comportamento social, ao menos aos olhos dos outros. A Arquitetura da Paisagem Brasileira neste período foi fortemente influenciada pela escola francesa na arte de fazer jardins. Planos e traçados com subdivisões regulares, canteiros compostos com espécies ornamentais e visualmente trabalhadas por topiaria e técnicas de jardinagem rígidas, seguindo os princípios da linha projetual Eclética Clássica. O que estava por traz desta estética? A intenção de domar e dominar a natureza e demonstrar poder e prestígio social e cultural.

Os espaços de socialização no entorno da praça no final do século XIX e início do XX eram as confeitarias, os cafés, os hotéis, e os locais de eventos e festividades adjacentes a praça. Em Pelotas existiam poucas áreas ajardinadas destinadas ao lazer e socialização. Existiam no final do século XIX: o Jardim Ritter, O Parque Pelotense e o Recreio Pelotense, localizado na Praça Pedro II (atual PCPO). O Recreio Pelotense era um ponto de encontro social onde as pessoas iam escutar as apresentações de bandas musicais, comer doces e tomar gasosas geladas nas tardes e noites quentes. A principal confeitaria frequentada no entorno da praça desde 1915 foi a Confeitaria Brasil. Servia doces finos, gelados, era um ponto social e gastronômico importante da cidade. A Confeitaria Brasil situava-se em frente a praça, pela Rua Quinze de Novembro, e funcionou até a década de 1960 (Paradeda, 2003; Andrea, 2024).

O Hotel Brasil, localizado ao lado do Teatro Sete Brasil e em frente a Praça era muito frequentado e valorizado pelas suas instalações e serviço de restaurante, principalmente para os petiscos após os espetáculos teatrais. Logo em seguida instalou-se o Grande Hotel no entorno da Praça e algumas décadas depois o Hotel Rex (Müller; Hallal. *In*: Lopes, Dillmann; Almeida, 2022). A Rua Quinze de Novembro, localizada adjacente à Praça da República (e depois PCPO), apresentava muitos estabelecimentos comerciais e foi muito frequentada pela burguesia e elite pelotense. Desde o início do século XX representou um lugar de vivência urbana, socialização, cultura e comércio. Estabeleceu uma forte conexão com a Praça da República (atual PCPO) e apresentava ao longo do seu leito "[...] lojas de modas, relojoarias, alfaiatarias, bazares, cafés, restaurantes e livrarias" (Vieira, Lihtnov, 2022).

6.5 Escala de Observação 2 (EO2): a ambiência e o entorno da Praça Coronel Pedro Osório

A PCPO situa-se em uma área central de Pelotas, RS, região comercial, residencial e de serviços. A sua envoltória apresenta um casario histórico do final do século XIX e início do século XX, onde estão localizados o Paço Municipal, a Biblioteca Pública de Pelotas, o Banco da Província, o Teatro 7 de Abril (em restauro), O Clube Caixeiral, o conjunto historicista eclético constituído pelas Casas 8, 6 e 2 (Charqueador Vianna, Albuquerque Barros e Conselheiro Maciel) as quais abrigam o Museu do Doce, o futuro Museu da Cidade e a SECULT. Ainda no entorno da praça encontram-se as Residências Geminadas ocupadas pelo Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, o edifício do antigo Grand Hotel (em restauro e ocupado pelo Hotel Escola e curso de Hotelaria da UFPel), e o edifício do Antigo Banco do Brasil (que aguarda restauro). Possui uma forte conexão com o Mercado Público, onde ocorrem as Feiras Ecológica (quintas à tarde) e das Pulgas (sábados). Na Praça acontece todo ano a Feira do Livro e a Festa Pelotas Doce Natal, onde a praça é toda enfeitada e são realizadas diversas atrações natalinas no centro histórico. Também acontecem nos eixos diagonais, feiras de artesanato e arte de tempos em tempos. O entorno da praça tem forte apelo cultural e educacional, além de ser ponto de referência social para diversos estudantes, tanto do ensino médio como universitários. Os jovens desfrutam dos ambientes e gramados da praça apanhando sol, fazendo piqueniques, lendo livros ou passando um tempo com amigos e animais de estimação.

Para as pessoas que residem no entorno, a praça é lugar para caminhar, fazer um exercício no passeio perimetral, ou simplesmente desfrutar da sua paisagem. Também destaca-se a área comercial, principalmente na região norte e noroeste em relação a praça, onde situam- se diferentes estabelecimentos comerciais e os calçadões da cidade nas ruas Quinze de Novembro, Sete de Setembro e o maior deles na Andrade Neves. As ruas do entorno são pouco arborizadas. A maior parte das edificações está posicionada no alinhamento predial. Boa parte da pavimentação histórica em pedras está preservada, porém alguns trechos foram asfaltados. Notou-se algumas rotas peatonais mais intensas. Há uma ciclofaixa na Rua Félix da Cunha que passa pela lateral da praça. Ao lado do Mercado Público, pela Andrade Neves, existe ponto de ônibus das linhas que vem dos bairros. As pranchas da Análise da Ambiência e Entorno correspondem aos Apêndices D (P1, P2 e P3).

6.6 Escala de Observação 3 (EO3): a Praça Coronel Pedro Osório

Serão apresentados na sequência os seguintes levantamentos: o levantamento exploratório inicial; investigação e observação dos usos e relações pessoas-ambiente (Método do Diário e Caminhada dialogada); o levantamento físico geral (parcial); a análise da estrutura espacial do jardim; e o levantamento florístico (ênfase no extrato arbóreo).

6.6.1 Levantamento exploratório inicial

O levantamento da praça iniciou com algumas visitas exploratórias onde foram realizadas fotografias para começar a compreender o jardim histórico (figura 66). Foi feita uma pesquisa sobre a existência de alguma documentação atualizada da praça na SQA (Secretaria de Qualidade Ambiental) do município. Foram cedidas plantas baixas em pdf do último projeto de requalificação da praça realizado em 2018. A planta baixa foi redesenhada em software AutoCAD 2024 versão educacional, representando de forma sintética o traçado do jardim (plano do piso) e serviu como base para os levantamentos posteriores. De maneira paralela, foram realizados o levantamento físico geral, a investigação de métodos de observação que fossem mais adequados à observação do espírito do lugar e a investigação metodológica para organizar uma maneira de observar e documentar o jardim histórico.

Figura 66: Visita de campo exploratória. Tarde de sábado, 10 de setembro de 2022.

Fonte: Acervo da autora, 2022

6.6.2 Investigação e observação dos usos e relações pessoas-ambiente

6.6.2.1 O Método do Diário aplicado à investigação do "espírito do lugar" de um Jardim Histórico público

Os métodos do diário utilizados como referência traziam uma explicação superficial dos procedimentos adotados para a realização e apresentação dos resultados. Nesse sentido, foi importante organizar a maneira de fazer, selecionar o que seria observado, as informações a relatar, e a maneira de apresentar os resultados. Partindo da compreensão que o "espírito do lugar" se manifesta através dos elementos materiais e imateriais que constituem o bem cultural pensou-se em observar os seguintes aspectos: configuração espacial (tipo de espaço e sensação de escala) definidos pelos arranjos botânicos (massas vegetais) e pelas edificações; ambiência, mobiliário, texturas, cores, luz, sombra e sons; atitudes e comportamentos das pessoas em relação aos ambientes da praça; características dos usuários; estado de conservação do lugar; sensações ao estar no local e sentimentos sobre o lugar.

Também foi importante definir quando ir ao local e como observar. O interessante neste tipo de método é aplicá-lo em diferentes dias e horários para capturar o que acontece no Jardim Histórico público no cotidiano. Esta praça é muito utilizada pela população durante todo o ano. Foram realizadas duas experiências em distintos contextos. Na primeira, escolheu-se um dia da semana com tempo bom para experimentar o método, uma segunda-feira à tarde. Dividiu-se o tempo de observação em três períodos de aproximadamente 1h e 30min com intervalos entre eles para facilitar o registro das informações observadas em cada período. O material utilizado foi um smartphone para fazer fotografias e vídeos, um caderno e um lápis para anotações. Foi utilizada a representação do plano síntese do jardim impressa em A4 para registrar graficamente o percurso e a(s) estações de observação. Poderia ter-se levado uma planta baixa impressa para facilitar a localização dos registros fotográficos. O importante deste método é colocar-se na postura de investigador, porém de maneira discreta e integrada ao ambiente, sem chamar muita atenção para não tirar a espontaneidade das pessoas. Como o celular é bastante comum, e hoje todo mundo usa o aparelho na rua, foi tranquilo. Talvez, se tivesse utilizado uma câmera fotográfica mais sofisticada chamaria mais a atenção das pessoas e não teria o mesmo resultado.

Depois, com as anotações e registros audiovisuais, veio a etapa de organizar a documentação e analisar os dados. Optou-se por fazer diagramas em planta baixa para demonstrar o percurso, as estações de observação e os registros fotográficos. Neste diagrama também foram localizados os pontos focais (elementos internos do jardim e externos como edificações) e as massas vegetais (árvores isoladas ou em arranjos) que foram marcantes no período de observação. Também foram localizadas pessoas em movimento e paradas de maneira a representar os usos nas áreas observadas em cada período. Também foi observado o comportamento de algumas aves. Foi feita uma narrativa das percepções durante o período de observação e depois uma análise. Considerou-se que o resultado foi muito rico no sentido de trazer muitas informações relevantes à compreensão da ambiência e da atmosfera naquele dia. Também trouxe algumas informações a refletir sobre como os ambientes da praça têm sido utilizados pelas pessoas, lugares preferidos para ficar e o estado de conservação geral. A praça mostrou-se um lugar de urbanidade, plural. Porém, encontra-se abandonado em relação aos seus elementos históricos e naturais. Monumentos depredados, uma das áreas mais antigas que é o lago completamente abandonada, e a vegetação em geral necessitando de cuidados de manutenção e conservação.

A segunda experiência de aplicação foi na Feira do livro. Foi no dia 28 de outubro de 2023, sábado à tarde, das 16:00 às 17:30. Utilizou-se o smartphone para fotografar, porém, as anotações foram feitas a posteriori. A diferença é que em dia de evento tudo é mais dinâmico, mais difícil de anotar no caderno. As pessoas se deslocam com mais rapidez pois o objetivo é passear e aproveitar a feira. Nesse sentido, para compensar a falta da anotação *in situ* foram feitas mais fotografias para auxiliar a narrativa que foi escrita depois, em outro local. O resultado foram duas pranchas de fotografias e o esquema gráfico aproximado, feito com auxílio das fotografias. O resultado do registro permitiu observar algumas questões importantes. A Feira do Livro é um evento tradicional de Pelotas e sempre aconteceu no interior da praça ou no seu entorno. Nos últimos anos tem acontecido no interior da praça. Porém, constatou-se que a estrutura da feira não estava adequada ao espaço, deveria ser outra menor e mais leve ou estar no leito da rua, ao lado da praça. É uma estrutura muito grande para o espaço disponível, fica muito próxima do chafariz e do Monumento às mães. A sua fixação provocou estragos na pavimentação e na vegetação. Outra questão importante foi a aglomeração de pessoas provocada por este tipo de configuração espacial, o que não é aconselhável sanitariamente, principalmente

após a experiência da pandemia.

As atividades realizadas e as apresentações estavam ótimas, como a banda de música, os artistas estátuas, as bancas de livros animaram os participantes. Porém, o espaço é muito apertado. Os demais espaços da praça estavam lotados, seus ambientes bem utilizados por diferentes faixas etárias, as pessoas desfrutando da natureza do lugar para encontrar amigos e passear com a família. O playground e o lago com os peixes e cágados eram os lugares preferidos das famílias com crianças pequenas. Os gramados com grupos de jovens conversando, os ambulantes vendedores de pipoca também animavam o local. O fotógrafo do cavalinho, patrimônio imaterial da praça, estava lá oferecendo seus serviços. Foi um registro importante. O Apêndice E apresenta as narrativas, a análise da visita de campo, e as peças gráficas com as fotografias e diagramas que representam os elementos observados no espaço.

6.6.2.2 Caminhada dialogada (*Walkthrough*): uma investigação através de uma cartografia sensorial coletiva

Este instrumento de investigação permitiu apreender o "espírito do lugar" através de um método de observação colaborativo, utilizando a percepção dos indivíduos observadores à identificação de elementos que constituem um Jardim Histórico público. Essa forma de interpretar o "lugar" foi uma estratégia mais sensível à obtenção de informações. Foram realizadas duas oficinas no mesmo dia na PCPO, uma pela manhã e outra no final da tarde. Os diferentes olhares e subjetividades dos participantes das oficinas oportunizaram a criação de uma cartografia sensorial coletiva que colaborou no processo de compreensão do lugar e da importância desta praça na vida social e cultural das pessoas, na construção de memórias e histórias. A organização dessas informações foi um pouco trabalhosa. Separou-se as impressões fotográficas e textuais correspondentes a cada participante. Depois fez-se uma análise individual do resultado das oficinas, e por último uma consideração geral sobre o método e as suas possíveis aplicações.

O nome da oficina foi "Caminhada dialogada e impressões fotográficas". O uso de um smartphone foi condição para participar da oficina. Elaborou-se um roteiro com algumas atividades propositivas e perguntas para iniciar o processo de caminhada e o diálogo utilizando o aplicativo mensageiro. Fez-se uma explanação aos participantes sobre

o que significa "espírito do lugar" e se exemplificou o que poderia ser observado no jardim: as pessoas, os ambientes, os elementos materiais (tanto os construídos como os naturais) e os imateriais (cores, odores, texturas, símbolos, discursos expressos através da materialidade, as atitudes e comportamentos das pessoas, formas de uso e apropriação etc.). A intenção deste instrumento de investigação foi iluminar elementos que constituem o "espírito do lugar" da Praça Coronel Pedro Osório a partir de um processo coletivo e compartilhado de observação espacial. (Dametto; Vieira, 2024).

Foram propostas as seguintes atividades e perguntas:

- Fotografe e comente junto à foto o que você considera importante neste lugar;

- Registre através de fotos os elementos que despertam os seus sentidos (visão, audição, tato, olfato, paladar);

- O que está bom e te acolhe neste lugar? O que está ruim? Fotografe e compartilhe as fotos colocando a palavra bom e ruim junto à foto;

- Existe algum ambiente que tu consideras especial? Fotografe-o e comente;

- Comente o que consideras essencial para preservar o espírito e a atmosfera deste lugar;

- Exprima em uma palavra teu sentimento ao estar neste lugar.

Ao final da caminhada foi combinado um encontro em um local da praça (estação para diálogo) onde as pessoas explicaram o que observaram, o que perceberam e essa conversa foi gravada em vídeo. Foram oferecidas duas oficinas na sexta-feira do dia 08 de dezembro de 2023, uma pela manhã das 9:00 às 11:00 e outra pela tarde das 17:00 às 19:00. O período de realização de cada uma das oficinas durou aproximadamente duas horas. A ideia de oferecer a oficina em diferentes turnos do mesmo dia demonstrou o quanto a atmosfera do lugar se modifica ao longo do dia.

Pela manhã a praça estava mais tranquila, sem muitas pessoas. Existiam trabalhadores da construção civil montando as estruturas decorativas para o Natal, pessoal da limpeza urbana e algumas pessoas passeando calmamente ou simplesmente transitando pelos caminhos da praça. Notou-se a presença de idosos apanhando sol, de uma mãe com a sua filha observando o lago, a decoração de Natal, os peixes e os cágados (pequenos répteis semelhantes a tartarugas). O som dos pássaros era bem marcante. Alguns moradores de rua reunidos em um dos caminhos diagonais da praça conversavam e, de tempos em tempos, aparecia uma viatura da polícia fazendo um controle da segurança do local. Nos

demais caminhos os bancos estavam ocupados por outras pessoas que desfrutavam do ambiente da praça.

O grupo de observação da manhã era constituído por cinco mulheres, entre 30 e 50 anos, colegas de pós-graduação do PPGMP/ UFPel, que compartilharam suas impressões e memórias em relação a praça. Uma das participantes, Camila, trabalha em uma casa no entorno da praça. Comentou que recentemente foram instaladas luminárias na praça, o que permitiu o uso dos espaços até bem mais tarde, próximo das 22:00. Disse que não costuma ficar muito tempo na praça, para ela é mais passagem. Porém, acredita que o espaço poderia estar mais bem conservado por ser um lugar que abriga feiras e festividades. Destacou como ponto negativo o abandono do lago, onde os animais estão à própria sorte e concluiu que a oficina oportunizou uma sensação de "descoberta".

Outra participante da manhã, Mariana, disse que sempre utilizou a praça e faz parte do seu "cotidiano". Utiliza os ambientes da praça para leitura, descanso e lazer. Quando seu filho era pequeno frequentava bastante, faziam piquenique no gramado, levavam brinquedos e passavam toda a tarde na praça. Comentou que a praça já esteve bem melhor com relação a sua manutenção e conservação. Disse que a oficina oportunizou ver os ambientes com atenção e constatou que o estado de conservação está bem pior do que imaginava. Outra participante, a Fernanda, disse que apesar de ser pelotense e morar no centro não tinha o hábito de utilizar a praça. Sua família achava o lugar inseguro e perigoso. Disse que descobriu muitos ambientes interessantes com a oficina o que oportunizou para ela um "novo olhar" sobre o local. Comentou que o público da manhã provavelmente seria diferente do público da tarde e que isto seria interessante observar. Outra participante, a Cristiane, disse que têm muitas lembranças positivas da infância em relação a praça, levava sua irmã menor para andar de balanço e brincar. Disse que a experiência foi muito positiva e que a praça para ela é como um "Oásis" no centro da cidade.

Ao final da oficina do grupo da manhã, durante a gravação dos vídeos, surgiu um "morador da praça" que se apresentou para colaborar com a sua experiência de vida, se chamava João. Disse que é na praça que ele recarrega as suas energias e que a praça para ele significa "Liberdade". Nesta manhã tinham muitos moradores de rua e grupos de drogados na praça e a viatura da polícia estava sempre passando pelos eixos diagonais da praça fazendo um controle, talvez pelo fato de estarem instalando os enfeites de Natal para as festividades do final do ano.

O grupo da tarde era formado por dois homens e três mulheres, na faixa entre 30 e 70 anos, colegas do pós-graduação do PPGMP/ UFPel e um deles meu orientador, Sidney.

A praça a tardinha estava bem mais movimentada e a música que vinha do Mercado Público tornava o ambiente mais animado. Diferentes grupos sociais compartilhavam os espaços da praça: jovens apanhando sol no gramado e brincando com seus cachorros; famílias passeando e levando os filhos para brincar no playground; diferentes pessoas observando o Presépio e os animais do lago; homem que a mais de 20 anos fotografa as crianças no cavalinho de madeira próximo ao lago; grupos sentados nos bancos conversando; rapaz tocando violino; casais namorando em lugares menos movimentados; pessoas transitando entre o Mercado Público e a Praça. O grupo da tarde era composto por pelotenses e dois moradores mais novos na cidade. Os participantes compartilharam memórias de infância e realizaram descobertas ao observar com mais atenção os ambientes da praça.

A participante Gicelma, disse que na sua infância seu pai proporcionou, para ela e seus irmãos, piqueniques na praça. Conviviam sem preconceito com todas as pessoas presentes no ambiente. Dividiam o lanche, conversavam e aprendiam coisas novas. Para ela a praça foi um "aprendizado" para a sua vida. Hoje costuma ir aos eventos e festividades que acontecem na praça. Para o participante Jaime o "espírito do lugar" está relacionado com as "árvores". Sentiu uma conexão muito forte com elas e disse que isso remete a sua ancestralidade. Consegue passar longos momentos de tranquilidade lendo seus livros nos espaços mais silenciosos e arborizados da praça.

Para Sidney a praça proporciona uma sensação de isolamento da cidade e, neste contexto, o entorno da praça não chama a sua atenção, mas os elementos que constituem o interior da praça. Para ele, e para outros participantes da oficina, como a Gicelma, as memórias de infância na praça são muito presentes. As brincadeiras, o trenzinho que contornava o chafariz, as fotos no cavalinho de madeira, o algodão doce. Para Gicelma e Sidney a praça representa "paz". Para a Juliana, participante que não é nascida em Pelotas, a praça também é "socialização". Costuma encontrar seus amigos para conversar. Porém, Juliana ficou decepcionada pois o chafariz não está funcionando. Como trabalha com monumentos e obras de arte urbanas ficou entristecida ao ver a situação das obras do artista Antônio Caringi, principalmente a estátua do Monumento às Mães que está

descuidada e sem uma estrutura adequada ao seu redor que permita a sua contemplação.

As impressões e os diálogos realizados pelos participantes apontam as diversas faces e percepções que um mesmo lugar pode oportunizar. A Praça Coronel Pedro Osório reúne muitas nuances e atmosferas a depender do período do ano e do que acontece ou está programado para acontecer em seus ambientes. É percebida de distintas maneiras e habita na memória das pessoas de maneira plural. Eventos como a Feira do livro, as feiras de artesanato, a feira das pulgas e as festividades de Natal transformam a praça e lhe fornecem novas atmosferas e espíritos. Percebe-se que na rotina do cotidiano a Praça Coronel Pedro Osório, além de ser um lugar de história e memória, é um lugar de urbanidade e pluralidade, onde grupos sociais diversos compartilham de seus ambientes. O fotógrafo do cavalinho próximo ao lago, o pipoqueiro, os grupos de estudantes nos gramados, as crianças e adolescentes no playground, os idosos que sentam-se nos bancos para apanhar sol ou um ar fresco, músicos, artistas, transeuntes, entre outros, fornecem vivacidade e propósito à praça. Essa praça, segundo os participantes da oficina, é paz, é descoberta, é cotidiano, é socialização, é liberdade, é um oásis, são as árvores, é aprendizado, é um novo olhar. O Apêndice F apresenta pranchas individuais de cada participante da oficina com as percepções em relação aos ambientes da Praça Coronel Pedro Osório.

6.6.3 O Levantamento Físico geral

Para o levantamento físico geral utilizou-se o desenho do plano geral da praça que foi confeccionado para o método do diário e da caminhada dialogada. Foram feitas algumas visitas a campo, medições e conferências, ajustando as discrepâncias encontradas. Inicialmente fez-se o levantamento métrico geral dos canteiros, o posicionamento dos bancos, luminárias baixas e luminárias altas, e o posicionamento das árvores. Depois foi feito o posicionamento dos monumentos, das edificações e de outros elementos menores construídos. Realizou-se um registro fotográfico focado em cada elemento que iria ser ilustrado nas pranchas. A investigação histórica e iconográfica permitiu identificar as camadas históricas dos elementos construídos da PCPO.

6.6.4 Levantamento Florístico da PCPO

O levantamento florístico teve como foco nesta primeira etapa o extrato arbóreo (árvores e palmeiras). Além da importância do próprio levantamento para a compreensão do ecossistema estabelecido ali, seus arranjos botânicos áreas mais antigas e mais novas. O entendimento das massas vegetais auxiliou para a compreensão da estrutura espacial geral da praça, morfologia e configurações espaciais que provocam sensações ambientais. O entendimento do caráter das ambiências a partir da análise dos arranjos e composições com a vegetação é muito imporante para estabelecer parâmetros formais e estéticos em projetos de recuperação de jardins. Além disso, foram identificadas as famílias taxonômicas mais presentes na arborização da praça, as espécies arbóreas e palmeiras de maneira geral, as áreas mais antigas e mais novas, a estrutura das plantações, as zonas botânicas e as espécies notáveis. Foi feita uma divisão para realizar o levantamento em gomos (setores), facilitando a organização em tabelas. Utilizou-se, como auxílio na identificação das espécies, aplicativos de identificação botânica gratuitos, pois inicialmente não se teve a colaboração de profissionais da Botânica, o que será importante incorporar para uma oportuna revisão do trabalho neste sentido se for utilizado efetivamente para o melhoramento da praça. As tabelas foram organizadas em colunas contendo: um quadradinho representando a cor da família botânica; L (legenda da unidade florística, em letra maiúscula e numeração por gomo); N (unidade florística notável); Nome Popular; Nome científico; Família; C.A.P. (circunferência na altura do peito); D.A.P. (diâmetro na altura do peito); R.F. (regime de folha); E.F. (estado fitossanitário). A categoria Notável era identificada por letras minúsculas representando sua representatividade por: a (antiguidade); e (efeito ornamental); c (conjunto); r (raridade); tc (textura e cor); ar (aroma). O preenchimento da coluna do estado fitossanitário necessita de profissional da área da botânica para a sua realização. Esta análise provavelmente analisará a integridade geral da arquitetura da espécie, infestação por pragas, estresse por falta de água e nutrientes etc.

Os resultados do levantamento oportunizaram verificar a presença e frequência por ordem decrescente das seguintes famílias: Arecaceae (25,3%); Bignoniaceae (22,8%); Fabaceae (10 %); Myrtaceae (4,1%); Cupressaceae (3,7%); Malvaceae (3,7%); Cicadaceas (3,3%). A Família Arecaceae representa a maior em quantidade na praça e é constituída por uma grande variedade de espécies notáveis destacando-se as palmeiras *Phoenix canariensis*

de grande efeito ornamental, textura e cor; os *Butia capitata*, muitos deles notáveis pela antiguidade e efeito ornamental; as *Washingtonia robusta* notáveis pelo efeito ornamental, principalmente nos panoramas da praça. A Família Bignoniaceae representa o segundo grupo maior. A espécie mais presente e notável pelo conjunto, efeito ornamental, antiguidade de algumas, e textura e cor foi o *Jacarandá mimosifolia*. A Família Fabaceae é o terceiro grupo maior e é representada por árvores como a *Enterelobium contortisilliquum* e o *Schizolobium parahyba* de grande porte e efeito ornamental, pelo único *Paubrasilia echinata*, pela *Erythrina crista galli L.* de grande efeito ornamental, entre outras presentes nas tabelas.

A Família Myrtaceae é o quarto grupo por frequência na praça. As espécies contêm frutos apreciados por pássaros e humanos, e outras óleos que podem ser extraídos para diferentes usos. Dentre elas destacam-se a *Eugênia uniflora*, a *Campomanesia xanthocarpa*, a *Melaleuca quinquenervia*. A família Cupressaceae constitui-se de vários tipos de coníferas de grande efeito ornamental e constituem um grupo bastante antigo da praça. Dentre elas destacam-se o *Taxodium mucronatum*, a *Thuja orientalis*, a *Sequoia sempervirens*, entre outras. A Família Malvaceae é representada principalmente pela *Ceiba speciosa*, notável pelo conjunto, efeito ornamental e antiguidade de alguns dos exemplares. *Araucaria angustifólia* e a *Magnolia grandiflora* são árvores de grande efeito ornamental na praça e valor por antiguidade. Observou-se que a praça possui um grande potencial para a educação ambiental pela variedade de espécies vegetais que apresenta.

A peças gráficas apresentaram as zonas botânicas e as estruturas de plantações que foram identificadas, as áreas mais antigas e mais novas de plantações. As pranchas também demostraram uma possibilidade de organização das informações levantadas que reúnem fotografias das espécies e conjuntos, tabelas, gráficos, plantas baixas e diagramas analíticos.

6.6.5 Entrevistas

6.6.5.1 Entrevista temática com Engenheiro Agrônomo e Arquiteto Paisagísta Frederico Karam - Apêndice M

Esta entrevista teve como foco os projetos de intervenção paisagística realizados na PCPO pela empresa Inflorescência Paisagismo (Pelotas, RS) nas primeiras décadas dos anos 2000. Primeiramente foram elaboradas questões que permitissem ao entrevistado desenvolver livremente seu pensamento, porém sempre mantendo o foco principal:

compreender o processo de projeto do autor e se ele considerou o espírito do lugar da praça em suas intervenções. As perguntas foram enviadas com antecedência ao entrevistado para que se preparasse para o momento da entrevista. Foram elas:

- Como foi a tua experiência com o projeto da Praça Coronel Pedro Osório?
- A praça tinha alguma atmosfera ou espírito a preservar?
- De que maneira teu projeto buscou contemplar essa atmosfera?
- Como foi que chegaste nessa ideia?
- Tiveste que enfrentar alguma dificuldade no processo do projeto e na execução?
- O que você pensa sobre a situação atual da praça?

A entrevista foi realizada com o arquiteto paisagista Frederico Karam, responsável por ambos os projetos de intervenção na praça, e trouxe à luz algumas passagens do que aconteceu com a Praça Coronel Pedro Osório da metade do século XX até o início do século XXI. As primeiras décadas dos anos 2000, entre 2001 e 2012, foi período em que ocorreu o Programa Monumenta em Pelotas, RS, mais especificamente no centro histórico e no entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Este programa tinha como objetivo recuperar e preservar centros históricos brasileiros protegidos pelo IPHAN. Nesse sentido, o primeiro projeto paisagístico foi elaborado neste contexto conjuntamente com a arquiteta Eulália Anselmo e era uma proposta mais abrangente pois tratava também da requalificação de áreas adjacentes a praça como a construção do Largo do Mercado e diminuição da via destinada aos carros, colocação de placas de identidade visual no Centro Histórico e o projeto de alargamento da calçada em frente ao teatro Guarani (que veio a ser executado um bom tempo depois). Com relação a Praça Coronel Pedro Osório foi feita uma investigação antes da elaboração do projeto onde foram constatadas a presença de inúmeras árvores mortas espalhadas pela praça (em razão da infestação de pragas, como a erva de passarinho), monumentos que perderam sua ambiência, espécies que necessitavam de topiaria crescidas e sombreando o relógio de sol por exemplo. Neste período existia um conflito de ideias sobre como lidar com a vegetação da praça que era constituída de muitas espécies exóticas. De um lado a ideia de que essas espécies exóticas eram um patrimônio vegetal associado ao casario eclético do entorno da praça (pensamento do arquiteto paisagista Frederico). De outro lado uma corrente ambientalista que acreditava na importância de utilizar espécies autóctones nas áreas verdes visando a preservação ecológica e adequação ao bioma local. Para o arquiteto paisagista o pensamento desta

corrente ambientalista de certa forma prejudicou a praça pela falta de cuidados com essas espécies exóticas, e muitas delas acabaram morrendo por falha do poder público em realizar limpeza e manutenção adequados nos jardins. Dentre as espécies que morreram neste contexto estavam uma ginko biloba e algumas magnólias centenárias de grande efeito ornamental. Portanto, o projeto não foi de restauração dos jardins, da estrutura espacial vegetal, foi de restauração da Fonte das Nereidas que localiza-se no centro da praça e de requalificação da praça como um todo, adaptando seus ambientes às novas demandas sociais.

Dentre as intervenções realizadas neste primeiro trabalho destacam-se a restauração da Fonte das Nereidas, a construção do anfiteatro ao ar livre ("meia-lua" em frente ao Teatro Sete de Abril), a área do playground com banco linear no seu contorno, o banco linear em concreto próximo ao lago, sinalizações metálicas (identidade visual), bancos metálicos com base em granito remetendo aos antigos bancos da praça, nova pavimentação em ladrilhos hidráulicos, construção dos sanitários acessíveis e retirada das espécies vegetais mortas (46 espécies). Esta última ação foi muito contestada pela comunidade que não entendia o porquê de algumas árvores terem sido retiradas da praça. A equipe explicou diversas vezes sobre o fato de estarem mortas, mas mesmo assim o barulho da motoserra foi motivo de contestações neste período. Porém, era muito perigoso mantê-las nesta situação pois poderiam tombar a qualquer momento e machucar alguém. Segundo o arquiteto paisagista, o sentimento que ficou daquela época é que as árvores exóticas, que tinham um valor cultural em relação ao período de concepção da praça, não deveriam ter sido negligenciadas e terem sido largadas para morrer. Algumas árvores que nasceram espontaneamente, pelo fato de serem nativas, eram mantidas sem uma conscientização da adequação da espécie ao local. Na beira do lago, por exemplo, um ingazeiro que nasceu espontaneamente e cresceu muito rápido acabou tombando sobre o gradil do lago danificando este guarda corpo e a própria borda construída do lago. Hoje existe um eucalipto em um dos eixos de circulação próximo ao lago que deveria ser retirado. Está inadequado, tanto em relação a escala, pois destoa no plano de massas, como no quesito ambiental., além de não ter estabilidade por estar isolado. Muitas árvores nascem espontaneamente e faz parte das práticas desejáveis com relação a gestão do jardim retirar as espécies que surgem e estão inadequadas e prejudicando o caráter ambiental , a estética e a legibilidade espacial dos ambientes.

No projeto realizado em 2018 já havia mais diálogo com relação a retirada de espécies não adequadas e nesse sentido foi mais tranquilo. Neste mesmo ano a Praça Coronel Pedro Osório foi tombada pelo IPHAN. O projeto de 2018 contemplou alguns reforços pontuais, implantação de novas árvores em locais onde haviam virado ou morrido (como próximo ao local da grande timbaúva que virou) para restabelecer a espacialidade do recinto ao redor do chafariz. Também foi feito um estudo de áreas sombreadas e foi realizado um projeto para o plano do piso das áreas vegetadas da praça. Foram propostas ondulações suaves nos gramados, favorecendo a drenagem e deixando alguns platôs mais secos que são utilizados para piqueniques e para apanhar sol no gramado (uso que se consolidou principalmente com a vinda de estudantes de outros estados para Pelotas). Foram propostas forrações com a inenção de evitar a varredura contínua e assim melhorar a qualidade do solo dessas áreas. Algumas espécies plantadas não corresponderam as especificadas no projeto. As que foram especificadas resistiriam um maior período ao stress hidrico. Não foram cuidadas como deveria ter sido feito logo após plantio e acabaram desaparecendo. Aconteceu também problemas em relação a pavimentação proposta aos caminhos secundários que eram para ser em pó de brita e foi colocada brita zero.

O arquiteto Frederico Karam acredita que a praça está viva em relação aos seus usos, porém necessita de atenção contínua para a gestão de suas ambiências. Acredita na importância do vazio, de um espaço mais legível formalmente, e que nem tudo que é plantado sem projeto, ou que nasce espontaneamente, deve ficar. Falta uma equipe multidisciplinar preparada para cuidar dessas praças históricas e também das outras. Porém, se talvez isso fosse feito pelo mínimo para essas que são consideradas patrimônio cultural já seria um começo. Existem outros espaços abertos ajardinados históricos que necessitam de cuidado, como o Parque da Baronesa que tem seus elementos decorativos e construídos históricos sendo destruídos pelo uso sem controle e pela falta de manutenção.

6.6.5.2 Entrevista temática com Engenheiro Agrônomo Paulo Ricardo Faraco – Apêndice O

A entrevista aconteceu sob forma de depoimento livre, na própria Praça Coronel Pedro Osório. Paulo Ricardo Faraco contou um pouco como começou seu trabalho junto a prefeitura no ano de 2001 e como atuava, fazendo a interlocução entre o arquiteto

paisagista da prefeitura e os órgãos responsáveis pela infraestrutura urbana, apoiado em trabalhos científicos desenvolvidos pela UFPel e pela UCPel. Iniciou no Departamento de Ação Ambiental (DAA) dentro da Secretaria de Urbanismo e meio Ambiente (SMUMA). Relatou a complexidade e os trâmites que envolviam trabalhar nesta área, fazendo a interlocução e buscando informações e transpondo-as para a realidade no plano executivo. Acompanhou as obras de requalificação da praça do primeiro projeto realizado por Frederico Karam e Eulália Anselmo, no início dos anos 2000.

Todas as intervenções passaram por câmeras técnicas para que fossem revisadas e após a aprovação era executado. Dentre as questões que lembrou deste período de obras na praça destacou que existiam alguns monumentos à Bíblia que foram retirados por estarem sombreando boa parte da praça, também recordou sobre a reforma do lago, do playground e a retirada das árvores que estavam previstas no projeto, o que foi um processo complicado. Lembrou que no período da primeira obra da praça, aconteceu um problema de falta de comunicação entre as equipes das secretarias e o SANEP, pois após terem feito todo o pavimento novo em ladrilhos hidráulicos, o SANEP surgiu com uma verba para trocar a tubulação de água do chafariz e foi retirado parte do ladrilho novo para passar essa nova tubulação.

Como responsável pelo Horto Municipal, algumas espécies que foram retiradas em razão de terem nascido espontaneamente ou plantadas em local inadequado, foram levadas para o Horto Municipal para depois terem outro destino. Esse processo de limpeza por vezes era bem complicado pois algumas espécies estavam "encaixotadas", ou entremeadas, o que dificultou o trabalho. Também na época não tinham um profissional especializado em poda, somente o pessoal do horto o que dificultou ainda mais a excução dos serviços. Hoje está diferente, têm equipamentos de escalada e profissionais para realizar o processo de poda e limpeza.

Depois de algum tempo, já como representante do CONPAM, Paulo Faraco foi convidado pelo engenheiro agrônomo Amilton Moreira a ser conselheiro da área botânica da Fundação Tupahue e coordenar o projeto de identificação das árvores e de reconhecimento do patrimônio vegetal da PCPO. A partir de um trabalho existente, de Dorival Oliveira Junior, (engenheiro agrônomo), Rogério Ferrer (professor de botânica da UCPel) e Henrique Salazar (agrônomo e ecólogo) foi feita uma atualização do levantamento e da taxonomia e foram confeccionadas placas de identificação para as árvores com

recursos da Fundação Tupahe.

Após esta identificação ações junto as escolas foram realizadas visando trazer grupos de alunos para conhecer a praça e suas árvores. Anelise Gomes, ecóloga da Fundação Tupahe, era responsável por contatar os professores das escolas (Gonzaga, São José, Nossa Senhora de Lourdes) e organizar as visitações. Isto funcionou até o ano de 2007. A partir daí aconteceram algumas alterações na taxonomia botânica, as placas não tiveram manutenção, algumas caíram e desapareceram, outras caíram e foram recolocadas em árvores trocadas, o que justifica a necessidade de um novo levantamento e atualização dessas placas.

Segundo Paulo Faraco, este levantamento florístico que foi feito nesta tese irá contribuir para atualizar a identificação das árvores e para o planejamento de futuras intervenções nos ambientes da praça. A praça tem uma grande variedade de espécies, como uma coleção, o que a torna apropriada para ações de educação ambiental. Segundo a visão dele seria importante que acontecesse uma maior atenção da prefeitura em relação aos parques e praças da cidade, estimulando o uso destes lugares, facilitando o acesso e acalmando o trânsito, para que as pessoas tenham mais segurança e prazer ao frequentar os espaços abertos verdes.

6.6.5.3 Entrevista de História Oral com Cláudio Milton Cassal de Andrea – Apêndice N

A entrevista com Cláudio de Andrea, antigo usuário da praça, aconteceu em sua residência localizada na zona norte da cidade. Foram utilizadas antigas fotos e postais da PCPO e seu entorno, de propriedade do próprio entrevistado, para que a narrativa a respeito do lugar acontecesse. A época descrita pelo entrevistado corresponde ao período entre as décadas de 1950 e 1960 em que o centro da cidade começava a receber os primeiros edifícios em altura. Segundo Cláudio, o Palácio do Comércio e o edifício APIP despontavam na paisagem e eram carinhosamente chamados de "os dentinhos da vovó". A PCPO, neste período em que não tinha televisão, era o ponto de encontro das famílias e dos jovens adultos para realizar o footing, passeio a pé para encontrar as pessoas, para conversar, principalmente na estação do verão. Esses encontros aconteciam no passeio perimetral da praça, próximo do teatro Sete de Abril e das confeitarias da Rua Quinze de

Novembro que ficavam em frente a PCPO. Segundo o entrevistado era uma festa ir na Confeitaria Brasil comer um queque e tomar uma gasosa "Mario Sacco".

Segundo Cláudio, a sociedade pelotense era muito racista e hostil e segregava as pessoas negras e pobres das demais pessoas. O lado da praça próximo ao Mercado Central e o redondo (centro da praça) eram mais utilizados pela população pobre e pelos negros, enquanto o lado próximo ao Sete de Abril, das ruas Quinze e Floriano, pelas pessoas brancas de maior poder aquisitivo. No entanto, no Carnaval era diferente. Era o momento em que a sociedade se misturava e curtia as músicas de carnaval. Era um carnaval participativo, sem restrição (não tinha corda) e acontecia no entorno norte da PCPO.

O Carnaval de Pelotas era muito famoso, inclusive internacionalmente. As pessoas vinham de outras localidades do RS, do Uruguai, para participar dos blocos e festividades. O trajeto do desfile dos blocos iniciava no redondo da Praça Coronel Pedro Osório, pegava a rua Quinze de Novembro, dobrava na rua Voluntários da Pátria, depois na Rua Andrade Neves e voltava para a Praça Coronel Pedro Osório. Em frente a praça, na quadra do Teatro Sete de Abril, tinham tendas para venda de cerveja, melancias e outras coisas típicas do Carnaval. As pessoas colocavam as cadeiras nas calçadas no trajeto do desfile para verem os blocos passar. Algumas lojas alugavam espaço nas suas calçadas para as pessoas conseguirem assistir o desfile.

Uma curiosidade que surgiu na entrevista foi a existência de um autofalante na confluência das Ruas Floriano Peixoto e Quinze de Novembro, preso a um poste, que transmitia notícias e músicas para as pessoas que estavam utilizando a PCPO e transitando por essas ruas. Era "a voz do poste", programa de rádio de Luís Castro, uma pessoas ligada ao Grêmio Esportivo Brasil, que tinha seu estúdio na Rua Félix da Cunha. Neste período existiam muitos bancos em concreto no passeio perimetral da Praça Coronel Pedro Osório, os trilhos dos bondes, algumas confeitarias como a Confeitaria Brasil, e poucos edifícios em altura, como o Del Grande ao lado do Teatro Sete de Abril, o Palácio do Comércio, o APIP, Hotel Rex, O Grande Hotel e outros em construção como Edifício Rheingantz na quadra das casas geminadas entre Anchieta e Félix da Cunha. A loja Mesbla ficava na Floriano Peixoto esquina Anchieta, em frente a PCPO.

Dentre as fotografias surgiu um postal que mostrava o monumento em Homenagem à Yolanda Pereira no centro de um canteiro da praça com trabalho de parterre de broderie e roseiras. A praça nesta época era mais pavimentada e os canteiros com vegetação rasteira

ornamental, em desenhos e bordaduras e alguns arbustos e árvores com trabalho em topiaria, palmeiras espalhadas como pontos focais na composição da praça. Algumas fotos de encontros que aconteceram no período do Carnaval nos bares e confeitarias em frente a praça, uma delas com os homens vestidos de mulher. E uma foto tirada na praça pelo fotografo que ali ficava de plantão para registrar os momentos de encontro. Nesta estão o entrevistado Cláudio de Andrea, seu irmão Sérgio e o amigo da família Paulo Moreira, sentados em um banco com a palmeira tamareira de fundo no primeiro plano e no segundo plano arbustos com técnica topiária e outras vegetações. Por último uma fotografia mais atual, provavelmente da década de 1990, onde aparecem as copas das árvores floridas, já demonstrando um outro período da praça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese procurou compreender o que é um Jardim Histórico Público e o que observar e documentar para preservar os seus valores enquanto bem cultural que reúne natureza, cultura e sociedade. O objetivo do trabalho foi propor uma metodologia para caracterizar Jardins Históricos Públicos, abordando diferentes dimensões que formam o espaço e o lugar, incluindo aspectos históricos, culturais, sociais e ambientais. Para alcançar este objetivo geral foi feita uma investigação teórica e histórica nos campos do Patrimônio Cultural e da Arquitetura da Paisagem para compreender a noção de Jardim Histórico. Depois foi elaborada uma revisão sobre os modos de fazer jardins, os fundamentos filosóficos que sustentam determinadas composições paisagísticas e expressões culturais. Uma investigação sobre a Arquitetura paisagística no Brasil auxiliou a compreender as características das principais linhas projetuais do paisagismo brasileiro desde a sua primeira manifestação no século XIX.

Esta primeira etapa oportunizou esclarecer o conceito de Jardim Histórico e elucidar que uma praça ajardinada ou parque histórico podem apresentar múltiplas camadas temporais e isso faz parte da historicidade do bem cultural. Que as transformações em uma paisagem viva poderão dificultar a preservação do monumento. Porém, se for utilizada a noção de espírito do lugar, onde elementos tangíveis e intangíveis são valorizados, preservar um Jardim Histórico Público se torna uma ação possível.

A compreensão dos modos de fazer jardins que inspiraram muitos planos paisagísticos brasileiros auxilia na identificação de estilemas em espaços ajardinados e a compreender a pluralidade cultural do povo brasileiro. A manifestação do Ecletismo na Arquitetura da Paisagem Brasileira demonstra uma forte inspiração em suas composições nos jardins franceses, italianos, ingleses e orientais. Os fundamentos filosóficos que

inicialmente geraram estes modos de fazer nem sempre estarão presentes, mas sim o desejo de viver a sensação de estar em um jardim com tais características.

O trabalho realizado se dividiu em etapas complementares: uma investigação teórica e histórica sobre jardins e paisagismo, uma análise dos métodos de inventário nacional e internacional de jardins históricos, e o desenvolvimento de uma estratégia metodológica que incorporasse tanto aspectos tangíveis quanto intangíveis do lugar, baseando-se na noção de "espírito do lugar" e na fenomenologia da arquitetura. A metodologia proposta foi estruturada em três escalas de observação: a Escala de Observação 1 (EO1), que envolve uma análise regional e do contexto territorial; a Escala de Observação 2 (EO2), que examina a ambiência e o entorno imediato do jardim; e a Escala 3 (EO3), que foca no levantamento físico (elementos construídos e naturais), histórico, cultural e sensorial do próprio Jardim.

Estas três escalas de observação trazem uma compreensão mais abrangente do Jardim Histórico e enquanto inventário de caracterização que pretende apreender o espírito do lugar para fundamentar projetos futuros atinge o objetivo. Os instrumentos utilizados nos processos de observação e documentação podem ser elaborados pelo observador, em acordo com seu campo de conhecimento. A aplicação da metodologia na Praça Coronel Pedro Osório mostrou sua flexibilidade, evidenciando a importância de uma abordagem interdisciplinar para documentar e compreender o "espírito" do lugar. Os levantamentos realizados não procuraram esgotar os temas e assuntos investigados, mas construir uma lógica de investigação e organização dos dados obtidos durante o processo. O processo não foi linear, foi orgânico, porém a observação em escalas auxiliou a organizar a documentação para tornar os levantamentos didaticamente compreensíveis. A confecção da documentação foi cuidadosa pensando em uma leitura legível e harmônica.

Foram elaborados dois instrumentos de investigação e observação do lugar na Escala de Observação 3 que oportunizaram fazer uma leitura perceptiva do lugar integrando aspectos materiais e imateriais no processo de observação. Foram eles: O Método do Diário e o da Caminhada dialogada. O Método do Diário possibilitou observar: a estrutura espacial do lugar e composição geral da praça; as sensações ao permanecer em determinados ambientes; visadas e perspectivas; formas, cores, texturas, sons, incidência de luz e a presença de sombras, sensações térmicas, cheiros; características dos usuários e usos dos espaços durante o período de observação; aspectos atitudinais dos usuários,

apropriações, símbolos de poder, símbolos de acolhimento. É um método que pode ser ajustado para diferentes objetivos, trabalhos acadêmicos e profissionais, tanto em processos que antecedem a confecção de projetos paisagísticos para caracterizar o lugar como também em projetos voltados à gestão de espaços públicos.

A Caminhada dialogada foi um instrumento bastante interessante e dinâmico, realizado por um grupo de pessoas de maneira colaborativa. O uso do aplicativo mensageiro trouxe uma dinâmica e recursos interessantes para o processo, sendo também ao final um banco de dados provisório até a organização das informações, facilitando assim o trabalho do pesquisador. O smartfone enquanto ferramenta possibilita essa interação entre os participantes que dialogam e registram suas percepções individuais ao mesmo tempo. Esta abordagem metodológica também é flexível e pode ser ajustada para situações acadêmicas e profissionais que necessitam uma documentação inicial do lugar de maneira expedita. Vai além de uma pura documentação fotográfica pois os participantes registram suas percepções também com textos, áudios e vídeos, e ao final dialogam a respeito do que perceberam e pensaram sobre o lugar.

Todos os demais levantamentos realizados se complementaram para caracterizar a PCPO. Se a metodologia tivesse sido aplicada na sua integralidade mais elementos seriam contemplados à apreensão do espírito do lugar. Dentre os levantamentos realizados, o levantamento físico geral e o florístico foram bastante trabalhosos, exigindo várias visitas a campo, para identificar as espécies, fazer as medições gerais e compreender a estrutura espacial do conjunto e das plantações. Porém, apesar de trabalhosos, foram de extrema relevância. O florístico pela importância da vegetação, em especial das árvores, na estruturação espacial, nas sensações e configurações espaciais e na atmosfera dos ambientes da praça. Sem as árvores o espírito da Praça Coronel Pedro Osório se perderia.

Visando a preservação do tecido social, e não somente do físico, a preservação das árvores, dos ambientes e dos seus usos é de fundamental importância. Ao documentar as árvores foi possível observar famílias botânicas mais presentes, zonas botânicas e relações com monumentos e edificações, espécies notáveis que remetem aos primeiros ajardinamentos realizados no lugar, áreas de plantações mais antigas e mais novas, além de verificar a grande diversidade de espécies presentes na praça, uma verdadeira coleção, o que torna a Praça Coronel Pedro Osório um lugar apropriado para educação ambiental.

As camadas históricas presentes na Praça Coronel Pedro Osório são testemunhos

das mudanças ocorridas no gosto e no comportamento da sociedade perante os espaços públicos ajardinados entre os séculos XIX, XX e XXI. Não cabe hoje restituir o plano original da praça pois seria um falso histórico que apagaria outras temporalidades tão importantes quanto o primeiro projeto de ajardinamento dessa praça. O espírito do lugar da Praça Coronel Pedro Osório está justamente na coexistência dessas distintas camadas temporais, nas permanências e materialidade, nos elementos construídos e naturais, assim como na imaterialidade, no significado que este lugar tem para a comunidade, como um espaço plural, pertencente a distintos grupos sociais, onde acontecem festividades, feiras, e que também fornece serviços para saúde e bem-estar das pessoas pela presença da natureza.

Este trabalho contempla os Jardins Históricos Públicos que não são tombados nessa categoria formalmente, porém são pertencentes aos Conjuntos Históricos urbanos tombados e necessitam de um olhar mais sensível e acurado para a sua preservação. A metodologia proposta mostrou-se flexível a adaptações. A estruturação em escalas de observação permite compreender as distintas camadas e dimensões que constituem um Jardim Histórico Público. Não foi possível aprofundar todos os levantamentos que o inventário de caracterização propõe, o que indica possibilidades de investigação e pesquisa para futuros estudos e complementações da própria metodologia que foi proposta.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Benedito. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

AJH. Associação Portuguesa dos Jardins Históricos. **Inventário dos Jardins Históricos de Portugal: objetivos metodologia e critérios**. Disponível em: https://www.jardinshistoricos.pt/fileman/Uploads/Documents/AJH_Inventario.pdf Acesso em: junho de 2024.

ALVES, J.F. **Fontes d'Art no/au Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Artfolio, 2009.

ALMEIDA, Lilian Borges. Poética em arquitetura. **O arquiteto e as tendências: a obra de Louis Kahn no século XX.** Dissertação (Mestrado). PROGRAU. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8666 Acesso em: 21 nov. 2024.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANDREA, A.P.; RIBEIRO, J.A.; CEZAR, L.L.; FERREIRA, M.E. Origem e evolução da praça cel. Pedro Osório, século XIX. In: GUTIERREZ, E.J.B. **Pelotas século XIX: cadernos e folhas de arquitetura e urbanismo**. Pelotas: UFPel, Editora Universitária, 1994, p. 39-45.

ANDRADE, Inês El-Jaick. O entorno dos jardins históricos: construção histórica e caracterização de impactos. In: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. (Orgs.). **Arqueologia na Paisagem: olhares sobre o jardim histórico**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014, p.86-99.

ANDRADE, Inês El-Jaick. **Dimensão ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-23032010-100442/. Acesso em: 21 nov. 2024.

AÑÓN, Carmen. El jardín histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación, 1989, p. 312-325. In: ICOMOS-UNESCO, **Journal Scientifique: jardins e sites historiques**. Fundación Cultural Banesto. Ed. Doce Calles, 1993. Disponível em: https://www.icomos.org/public/publications/journal_scientifique1/js1_jardins_historiques.pdf, Acesso em: setembro de 2024.

ARAGÃO, Solange. A casa, o jardim e a rua no Brasil do século XIX. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 12, 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20061. Acesso em: 21 nov. 2024

BERJMAN, Sonia. De los jardines históricos a los paisajes culturales: la labor de ICOMOS. In: TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. (Orgs.). **Arqueologia na Paisagem: olhares sobre o jardim histórico.** Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014, p.100-113.

BOOTH, Norman K. **Foundations of Landscape. Integrating form and space using the language of site design**. New Jersey, John Wiley & Sons, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 set. 2023.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTELLO, Lineu. **Repensando o Lugar no projeto urbano. Variações na percepção de Lugar na virada do milênio (1985-2004)**. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5112 Acesso em: 18 jan. 2022.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Joelmir marques da. I**nventário dos Jardins de Burle Marx no Recife - (Jardins Públicos).** vol. 1. E-book. Recife: Editora UFPE, 2017. Disponível em: https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/164 Acesso em: 21 nov. 2024.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

DA LUZ, Luiz Fernando; OLIVEIRA, Ana Rosa de. **Espaços de lazer e cidadania: o Parque Farroupilha**, Porto Alegre. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 053.10, Vitruvius, out. 2004 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/542>

DAMETTO, A.P.A. **Os metais no patrimônio arquitetônico urbano de Pelotas, RS – 1870 a 1931.** 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

DAMETTO, Ana Paula de Andrea; VIEIRA, Sidney Gonçalves. **Espírito do lugar como estratégia à leitura da Paisagem: uma abordagem colaborativa à compreensão de um jardim histórico público**. In: 7º CIAP – Congresso Internacional de Arquitetura da Paisagem. Anais [...] Curitiba, PR, 2024. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ciap/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV202_MD1_ID452_TB139_08032024082904.pdf . Acesso em: 06 de março de 2025.

DECRETO LEI nº 25, de 30 de Novembro de 1937. In: LONDRES, Maria Cecília Fonseca. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC, 2005, p.245

DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. **Intervenções em jardins históricos: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle époque dos jardins.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A vida na cidade: como estudar**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GIBSON, J. J. **The senses considered as perceptual systems**. 1. ed. Boston: Houghton Mifflin, 1966.

GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto: sistema de leitura visual**. São Paulo: Escrituras Editora, 2009.

GUTIERREZ, Ester. **Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888**. Pelotas: Universitária UFPel, 2004.

HERZOG, Cecília Polacow. **Cidades para todos: (re)aprendendo a conviver com a Natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2013.

HOUGH, Michael. **Naturaleza y Ciudad. Planificación Urbana y Procesos Ecológicos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004. Texto original de 1995.

HUTCHISON, Edward. **O Desenho no Projeto da Paisagem**. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.

ICOMOS. **La Charte d'Athènes pour la Restauration des Monuments Historiques – 1931**. Disponível em: https://www.icomos.org/fr/chartes-et-autres-textes-doctrinaux/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/425-la-charte-dathenes-pour-la-restauration-des-monuments-historiques-1931. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

ICOMOS. **La Charte Internationale sur la Conservation et la Restauration des Monuments et des Sites (Charte de Venise 1964)**. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/venice_f.pdf Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

ICOMOS. **La Charte des Jardins Historiques (Charte de Florence 1981)**. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/gardens_f.pdf Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

ICOMOS. **La Charte Internationale pour la sauvegarde des villes historiques (Charte de Washington, 1987)**. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/towns_f.pdf Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

ICOMOS. **Déclaration de Québec sur la sauvegarde de l'esprit du lieu.** Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_FR.pdf Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

ICOMOS. **Les Principes de la Valette pour la sauvegarde et la gestion des villes et ensembles urbains historiques, 2011**. Disponível em: https://civvih.icomos.org/valletta-principles-english-french/ Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

IEJP. Institut Européen des Jardins & Paysages. **Fiche de pré-inventaire des jardins par Région**. Disponível em: https://europeangardens.eu/wp-content/uploads/2022/06/1-Fiche-de-pre-inventaire_2022.pdf Acesso em: junho de 2024.

INGOLD, Tim. The Temporality of the Landscape. **World Archaeology**, Vol. 25, No. 2, Conceptions of Time and Ancient Society (Oct., 1993), p. 152-174. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4624874/mod_resource/content/1/33.INGOLD.pdf Acessado em 19/12/2023

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas, 1931**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226 Acesso em: julho de 2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros dita Carta de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226 Acesso em: julho de 2021.

JACOBS, Allan B. **Looking at Cities**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013. Texto original de 1974.

LONDRES, Maria Cecília Fonseca. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

LUXÁN, B. A.; FERNÁNDEZ, A. F. **Geografía de los Paisajes Culturales**. Madrid: UNED, 2018.

MACEDO, S.S. **Quadro do Paisagismo no Brasil: 1783-2000**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MACEDO, Silvio. Jardins brasileiros – origens e relevância. In: PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas. (Orgs.). **Jardins históricos: a cultura, as práticas e instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2014, p.30-47.

MAGALHÃES, C.F. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2015. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/201586/o-desenho-da-historia-no-traco-da-paisagem-patrimonio-paisa Acesso em: nov. 2024.

MAGALHÃES, M.O. **História e Tradições da Cidade de Pelotas.** Pelotas: Editora Armazén Literário, 1999.

MALAMUT, Marcos. **Paisagismo: projetando espaços livres**. Lauro de Freitas, BA: Livro.com, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MILHEIRA, R.G. Pelotas: 2500 anos de História Indígena. In: RUBIRA, L. (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Pelotas/RS: Pró Cultura-RS/ Editora João Eduardo Keiber Me, 2014, p. 37-47.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

MONQUELAT, A.F.; PINTO, G. **Pelotas no Tempo dos Chafarizes**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2016.

MOORE; MITCHELL; TURNBULL JR. **A poética dos jardins**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

MONGELLI, Mônica de Medeiros; SCHLEE, Andrey. Os inventários de jardins históricos e a construção das fichas de cadastro complementar para o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. **Identidades: territorio, proyecto, patrimônio. 2016, núm. 6, p. 331-351**. Disponível em: https://upcommons.upc.edu/handle/2117/100127 Acesso em: 21 nov. 2024.

MÜLLER, D.; HALLAL, D.R. A Presença dos Hotéis no Álbum de Pelotas: Hotel Brasil, Hotel Grindler e Hotel Aliança. In: LOPES, A.; DILLMANN, H.D.; ALMEIDA, G. **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memória e hitstória**. Tomo I. Porto Alegre: Casaletras, 2022, p.153-164.

NORA, Pierre. **Entre memória e história, a problemática dos lugares**. Projeto história, 10, dez. 1993.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci - towards a phenomenology of architecture**. New York: Rizzoli, 1980.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar (1976). In: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 -1995)**. Tradução Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2ª ed., rev., 2013, p.443-461.

NUNES, C. Desenho de Jardins Históricos. **Convergências**. Revista de Investigação e Ensino das Artes, VOL III (6), 2010. Disponível em: http://convergencias.esart.ipcb.pt/?p=article&id=82 Acesso em: abril de 2022.

PALLASMAA, Juhani. **Essências**. Tradução de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Tradução Alexandres Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011

PANZINI, F. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. Tradução Letícia Andrade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

Pelotas (RS). Câmara Municipal de Pelotas. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1861, 1870 – 1876)**. IV Volume. Organização Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e Bibliotheca Pública Pelotense; notas de Eduardo Arriada. Pelotas: Palotti, 2016. 317p. ISBN: 978-85-62689-9

PEREC, G. **Tentativa de esgotamento de um local parisiense**. São Paulo: Gustavo Gili, 2016. Texto original de 1975.

PIERCE, Charles, Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RELFH, Edward C. As bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, 4 (7): 1-25, abril, 1979. Rio Claro, SP, Brasil - ISSN 0100-7912 - ISSN 1983-8700. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14763. Acessado em 19/12/2023.

RHEINGANTZ et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2002.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Forma, Imagem e Significado em Estruturas Urbanas Centrais. Centro da Cidade de Niterói. Projeto de Reestruturação Urbana.** São Paulo: EdUFF/ProEditores, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAINT-HILAIRE, **A. Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Trad. Leonam de Azeredo Pena. Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. Disponível em: http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/250 Acesso em: 16 nov. 2024.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.

SILVA, Joelmir Marques da. **Integridade visual nos monumentos vivos. Os jardins históricos de Roberto Burle Marx.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29428 Acesso em: 21 nov. 2024.

SILVEIRA, A.; OLIVEIRA, A.L.; GUTIERREZ, E. Arquitetura Pelotense no Álbum de Pelotas. In: LOPES, A.; DILLMANN, H.D.; ALMEIDA, G. **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memória e hitstória**. Tomo I. Porto Alegre: Casaletras, 2022, p. 83-94.

SPIRN, A.W. **O Jardim de Granito: A natureza no Desenho da Cidade.** Tradução de Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. **Arqueologia na Paisagem: olhares sobre o jardim histórico**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial S.A., 1980.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: World Heritage Centre, 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375295. Acesso em: 22 de janeiro de 2025.

UNESCO. **Textes fondamentaux de la Convention de 2003 pour la sauvegarde du Patrimoine culturel immatériel**. Entité du Patrimoine vivant. Secteur de la culture. Unesco, 2020. Disponível em: https://ich.unesco.org/en/convention Acesso em: abril de 2022.

UNESCO. **Recommendation concerning the Protection, at National Level, of the Cultural and Natural Heritage**, adopted by the General Conference at its 17th session, Paris, 16 November 1972. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000002090?posInSet=2&queryId=7c4f380c-cb1d-4585-ab00-1b0f7e1f1b02 Acesso em: abril de 2022

UNESCO. **O Jardim Persa**. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/1372/ Acesso em: abril de 2022.

UNESCO. **Jardins classiques de Suzhou**. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/813/. Acesso em: abril de 2022.

UNESCO. **Monuments historiques de l'ancienne Kyoto**. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/688 . Acesso em: abril de 2022.

VIEIRA, S.G; LIHTNOV, D.D. As Atividades Comerciais no Álbum de Pelotas. In: LOPES, A.; DILLMANN, H.D.; ALMEIDA, G. **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memória e hitstória**. Tomo I. Porto Alegre: Casaletras, 2022, p. 185-194.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade fragmentada**. O planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária/UFPEL, 2005.

WATERMAN, Tim. **The Fundamentals of Landscape Architecture**. Lausanne: AVA, 2009.

ZABALBEASCOA, Anatxu. **Tudo sobre a casa**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.